

**Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Leyde Klebia Rodrigues da Silva**
Organização

CARTOGRAFIAS INFORMACIONAIS

**SABERES, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS EM TEMPOS DE
(ANTI)(CONTRA)(DE)COLONIALIDADE**

NYOTA



CARTOGRAFIAS INFORMACIONAIS

SABERES, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS EM TEMPOS DE
(ANTI)(CONTRA)(DE)COLONIALIDADE

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Organização

CARTOGRAFIAS INFORMACIONAIS

SABERES, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS EM TEMPOS DE
(ANTI)(CONTRA)(DE)COLONIALIDADE

Salvador
UFBA
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Paulo César Míguez de Oliveira (Reitor)
Penildon Silva Filho (Vice-reitor)

SELO NYOTA

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Barbara Barcellos (UFS)	Samanta Coan (Muquifu)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFBA)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Ana Paula Meneses Alves (UFMG)	Barbara Barcellos (UFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Samanta Coan (Muquifu)
Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFBA)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)	Rubens Alves da Silva (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Priscila Machado Borges Sena (IBICT)
Raphael Cavalcante (Camara dos Deputados)	Ana Claudia Borges Campos (UFES)
Samanta Coan (Muquifu)	Gustavo Silva Saldanha (IBICT)

Diagramação e projeto editorial: Franciéle Garcês; Dirnéle Garcez

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês; Autorias

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

C328

Cartografias informacionais: saberes, experiências e pesquisas em tempos de (anti)(contra)(de)colonialidade / Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Dirnéle Carneiro Garcez; Leyde Klebia Rodrigues da Silva (org.). – Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.
390 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-5631-164-7 (digital)

ISBN 978-65-5631-165-4 (impresso)

1. Estudos Decoloniais e Pós-Coloniais. 2. Informação. 3. Decolonialidade. 4. Contracolonial. 5. Anticolonial. I. Garcês-da-Silva, Franciéle Carneiro (org.). II. Garcez, Dirnéle Carneiro (org.). III. Silva, Leyde Klebia Rodrigues da. (org.). IV. Título.

COMO CITAR

GARCÊS-DA-SILVA; Franciéle Carneiro; **GARCEZ,** Dirnéle Carneiro; **SILVA,** Leyde Klebia Rodrigues da. (org.). **Cartografias informacionais:** saberes, experiências e pesquisas em tempos de (anti)(contra)(de)colonialidade. Salvador: UFBA; Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. 390 p.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS**



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 4.0¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

¹ <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Dirnéle Carneiro Garcez	
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	
Capítulo	23
A LUTA ANTIRRACISTA NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (SINDIFES): HISTÓRICO DAS AÇÕES REGISTRADAS EM SEU BOLETIM INFORMATIVO DE 1993 A 2024	
Wellington Marçal de Carvalho	
Vinícius Matias Delgado	
Capítulo	41
A GESTÃO ÉTICA DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PERCEPÇÕES DE UMA TURMA DE GRADUAÇÃO DA UFPE	
Erinaldo Dias Valério	
Arthur Henrique Feijó de Almeida	
Eliane Sotério da Silva	
Capítulo	55
A INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA COLEÇÃO PPGCI-IBICT 50 ANOS	
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Stella Moreira Dourado	
Daniel Strauch Ribeiro	
Capítulo	67
RELACIONES ÉTNICO-RACIAIS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO ACADÉMICA EM PERNAMBUCO	
Ísis Trindade da Silva Cunha	
Erinaldo Dias Valério	

Capítulo	79
ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE DADOS: RESISTÊNCIA NEGRA CONTRA O RACISMO ALGORITMO	
Mateus Martins Santos	
Capítulo	93
PLATAFORMAS DIGITAIS E A RESISTÊNCIA PALESTINA: ENTRE O RACISMO ALGORÍTMICO E A LUTA POR LIBERTAÇÃO COLETIVA	
Isabelle Lins Schimuneck	
Ronaldo Ferreira de Araújo	
Capítulo	111
DA PILHAGEM À REPARAÇÃO: PERSPECTIVAS SOBRE EPISTEMICÍDIO E DECOLONIALIDADE NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Camila Evelin Roque	
Dyego de Oliveira Arruda	
Capítulo	127
DA PATRIMONIALIZAÇÃO À DECOLONIALIDADE DOS ARQUIVOS NO BRASIL	
Ismaelly Batista dos Santos Silva	
Capítulo	145
A DECOLONIALIDADE COMO ELEMENTO PARA RECONSTRUÇÃO EDIFICATÓRIA DE ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS	
Ana Cristina de Souza	
Eliana Maria dos Santos Bahia	
Capítulo	169
IFÁ E ECOLOGIA DOS SABERES: REFLEXÕES EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
Nycolly Barbosa Souza	

Capítulo	187
DA POBREZA EM INFORMAÇÃO À JUSTIÇA SÓCIO-INFORMACIONAL: A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM ACESSO ABERTO	
Miriely da Silva Souza	
Capítulo	203
PRODUÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS POVOS ANCESTRAIS DA AMAZÔNIA	
Célia Regina Simonetti Barbalho	
Mateus Rebouças Nascimento	
Raquel Santos Maciel	
Capítulo	221
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, INDÍGENAS E ANTIRRACISTAS: UMA PROPOSTA PARA COMPREENDER A VIOLENCIA COLONIAL NAS UNIVERSIDADE PÚBLICAS	
Bruna Souza Jacob	
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	
Capítulo	237
POR UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL VOLTADA ÀS PESSOAS LGBTQIAPN+: CONSTRUINDO SENTIDOS	
André Luiz Avelino da Silva	
Rodrigo de Sales	
Capítulo	251
INFODIVERSIDADE: PROMOVENDO AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMBIENTE ACADÊMICO	
Mariana da Silva Gomes	
Emanoel Freire Oliveira	
Gabriela Belmont Farias	

Capítulo	273
A ATUAÇÃO DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO NO CAMPO DA CULTURA A PARTIR DOS BAILES PÉROLA NEGRA E MENINA MOÇA	
Mirelle Jesus Lima	
Capítulo	289
REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL AFROCENTRADA PARA O LETRAMENTO RACIAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES	
Tatiana de Almeida	
Camila de Fátima Leal Rodrigues	
Marianna Zattar	
Capítulo	315
CATALOGAÇÃO E MARCADORES SOCIAIS: ATRIBUTOS DE DESCRIÇÃO ADOTADOS PELA BIBLIOTECA CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA	
Verônica Dias da Silva	
Ana Claudia Medeiros de Sousa	
Capítulo	331
REGISTRO CIVIL E QUESTÕES DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE INJUSTIÇAS NO REGISTRO DOCUMENTAL BRASILEIRO	
Nathália Lima Romeiro	
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Capítulo	349
A MÚSICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: ANÁLISE DE ASSUNTO DA PRODUÇÃO MUSICAL DO RAPPER DJONGA E SUA RELAÇÃO COM OS RESQUÍCIOS DO PASSADO DITATORIAL BRASILEIRO	
Olívia Andrade Coimbra	
Letícia Gomes de Oliveira	

Capítulo	365
POLÍTICA EDITORIAL AMAZÔNICA E ANTIRRACISTA: UMA PROPOSTA PARA A EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (EDUFRO)	
Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva	
Jordan Palmeiro da Silva	
Gabriel Mota Sales	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	377
SOBRE AS AUTORIAS	379

APRESENTAÇÃO

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Dirnéle Carneiro Garcez

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Há algum tempo temos maturado a ideia de elaborar uma obra que trouxesse diversos entendimentos do que é colonial, contracolonial e anticolonial dentro dos estudos informacionais. Para isso, lançamos o edital da proposta da obra que aqui apresentamos para lançarmos nos Encontros Nacional e Internacional de Bibliotecárias/os Negras/os e Antirracistas, em Salvador, Bahia. Estes eventos constroem uma agenda de pesquisa e de atuação profissional para evidenciar pautas pertinentes à população negra e ao debate antirracista na sociedade brasileira, bem como interrelaciona com o confronto à colonialidade e suas esferas e ao colonialismo. Dado esse contexto, nada mais emblemático do que lançar uma obra que investiga, problematiza, reflete e evidencia o pensamento e as ações decoloniais, contracoloniais e anticoloniais em bibliotecas, arquivos, museus e outros ambientes informacionais e educacionais.

Este livro apresenta uma coletânea de estudos, experiências e práticas que exploram as intersecções entre informação, colonialidade, decolonialidade, contracolonialidade e anticolonialidade, de forma a oferecer reflexões teórico-críticas e práticas-críticas sobre como saberes e experiências informacionais podem ser repensados em contextos de opressão e resistência.

A obra contém contribuições de pessoas pesquisadoras e profissionais das áreas da Informação (Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da informação, Museologia e Gestão da Informação), com o intuito de mapear práticas e teorias que desafiam a colonialidade e promovem a justiça social e informacional para todas as pessoas. Nesse sentido, assim como a ancestralidade se manifesta no enfrentamento ao hegemônico em diversos espaços, apresentamos o giro epistêmico que se expressa nesta coletânea.

O capítulo “**A Luta Antirracista no Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES): histórico das ações registradas em seu *Boletim Informativo* de 1993 a 2024**”, de Wellington Marçal de Carvalho e Vinícius Matias Delgado analisa as ações antirracistas do SINDIFES ao longo de 33 anos, mediante pesquisa documental em seus Boletins Informativos. Identificou-se um período de intensa atuação (2005-2012), marcado pela criação do *GT Anti-Racismo*, eventos formativos e inclusão de coordenação específica na diretoria, com destaque para o papel fundamental de Yone Maria Gonzaga. Após 2012, observou-se redução no engajamento, com retomada parcial em 2024 através do “Novembro Negro Literário”. Conclui-se que, embora o sindicato tenha contribuído significativamente para a pauta antirracista, é necessário revisar seu *Estatuto* para garantir centralidade ao tema e retomar ações baseadas no acúmulo histórico já construído (Carvalho; Delgado, 2025).

O capítulo “**A gestão ética da informação étnico-racial: percepções de uma turma de graduação da UFPE**”, escrito por Erinaldo Dias Valério, Arthur Henrique Feijó de Almeida e Eliane Sotério da Silva visa descrever a percepção de estudantes do curso de gestão da informação sobre sua formação acerca das relações étnico-raciais. A pesquisa, descritiva e exploratória, foi fundamentada no uso ético da informação étnico-racial em prol da democracia racial e da justiça social. Para isso, as autorias coletaram dados numa turma do curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A partir das respostas das pessoas discentes, as autorias entendem que há urgência de repensar a formação profissional para impactar em suas práticas futuras.

Em continuidade, a colaboração intitulada “**A informação étnico-racial na Coleção PPGCI-IBICT 50 Anos**”, escrita por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, Stella Moreira Dourado, Daniel Strauch Ribeiro, pessoas pesquisadoras vinculadas ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), parte da seguinte pergunta: Como a informação étnico-racial está contemplada nas obras da Coleção PPGCI-IBICT 50 anos, publicadas pela Editora IBICT? No intuito de responder a esta pergunta, as autorias estabelecem o objetivo de analisar a presença da informação étnico-racial e os debates étnico-raciais nas publicações da Coleção PPGCI-IBICT 50 anos. O referencial teórico criado no texto contextualiza as injustiças

epistêmicas e apresenta a referida coleção. Os resultados demonstrados pelas autorias indicam que dos 32 termos buscados, 18 aparecem em 13 obras da Coleção. A pesquisa apontou que a Coleção de certa forma abarca a informação étnico-racial contemplando capítulos escritos por pessoas bibliotecárias negras e/ou cientistas da informação cuja trajetória está ancorada na relação entre estudos negros, afrodiáspóricos e africanos e o campo biblioteconômico-informacional. Constataram ainda que obras organizadas e/ou escritas por docentes do PPGCI-IBICT que possuem projetos e orientações de mestrado voltadas para perspectivas críticas dentro do campo apresentam maior representatividade da informação étnico-racial, do que aqueles que não se vinculam.

O capítulo seguinte é o intitulado “**Relações étnico-raciais na Ciência da Informação: um olhar sobre a produção acadêmica em Pernambuco**”, escrito por Ísis Trindade da Silva Cunha e Erinaldo Dias Valério. Este estudo analisa a presença da temática das relações étnico-raciais na produção científica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Para atingir tal objetivo as autorias analisaram as produções do PPGCI/UFPE entre os anos de 2011 e 2024, e constataram a escassez de pesquisas sobre a temática. Nesse sentido, discutem sobre as condições da população negra no ensino superior no Brasil e ressaltam a relevância de dar continuidade a este diálogo, em prol de uma educação que viabilize o combate ao racismo e um ambiente acadêmico mais saudável.

O capítulo “**Acumulação primitiva de dados: resistência negra contra o racismo algoritmo**”, de Mateus Martins Santos aborda a acumulação primitiva de dados e o racismo algorítmico, com vistas a destacar como a coleta de dados pessoais se assemelha à expropriação de capital e impacta especialmente comunidades negras. As grandes corporações e governos utilizam tecnologias avançadas para monitorar e manipular comportamentos, perpetuando estereótipos raciais e aumentando a marginalização. Em resposta, surgem iniciativas de organizações de resistência, que buscam promover a ética na tecnologia e empoderar comunidades marginalizadas nas novas tecnologias. As autorias concluíram que, apesar das iniciativas de resistência, a estrutura capitalista continua a

perpetuar desigualdades, levantando questões sobre a inviabilidade de democratizar a tecnologia sem confrontar o capitalismo.

O capítulo “**Plataformas digitais e a resistência palestina: Entre o racismo algorítmico e a luta por libertação coletiva**”, de Isabelle Lins Schimuneck e Ronaldo Ferreira de Araújo analisou os perfis palestinos, conforme os diferentes tipos de ativismo digital, e seu impacto na luta pela libertação palestina e coletiva. As autorias o uso de estratégias de pesquisa e documentação como forma de contranarrativa. Entretanto, é necessário o envolvimento em ações diretas de organização e coordenação para a libertação palestina e coletiva.

Outro capítulo é intitulado “**Da pilhagem à reparação: perspectivas sobre epistemicídio e decolonialidade no contexto de bibliotecas universitárias**” de Camila Evelin Roque e Dyego de Oliveira Arruda, inferem que a Ciência Moderna foi construída mediante pilhagem, epistemicídio e genocídio de diversos povos, lidos como estrangeiros do pensar. Esse sistema de colonialidade, que possui estruturas racistas, é responsável por legitimar alguns sujeitos enquanto produtores de conhecimento, interditando as demais epistemes. Assim, as autorias advogam pelo resgate de conhecimentos distintos daqueles considerados “norma” com vistas à promoção da circulação de corpos e saberes que desafiem o padrão eurocêntrico em espaços institucionais. Através de escrevivências e revisão bibliográfica, as autorias abordam a (re)produção do conhecimento e as bibliotecas universitárias sob uma perspectiva decolonial afrontando a colonialidade presente nestes locais e propondo formas outras para se (re)viver os espaços acadêmicos.

Enquanto isso, o capítulo “**Da patrimonialização à decolonialidade dos arquivos no Brasil**”, de Ismaelly Batista dos Santos Silva, analisa criticamente a visão patrimonialista na construção do repertório do conhecimento sobre a inscrição dos arquivos no domínio do Patrimônio Cultural no Brasil, bem como as relações de dependência e simbiose no estatuto patrimonial a partir da Decolonialidade. Enquanto um texto teórico-conceitual introduz reflexões acerca da influência dos dispositivos Coloniais e escassez de abordagens Decoloniais ao Patrimônio Arquivístico mediante uma revisão sistemática de literatura. Como resultados, a autora situa científicamente o Patrimônio entre a dominação e a emergência das

novas leituras acerca dos bens culturais acumulados nos acervos arquivísticos, carentes de narrativas subalternizadas e prospecções no viés comunitário.

Nycolly Barbosa Souza é autora do texto “**Ifá e ecologia dos saberes: reflexões em Biblioteconomia e Ciência da Informação**”, cujo enfoque está no estudo do sistema Ifá de divinação com vistas a refletir sobre as práticas eurocentristas até hoje presentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação. O estudo contribui para pensarmos a difusão do conhecimento da filosofia e ciência Africana e Afrodiáspórica. Como conclusão, a autora entende que o espelhamento violento que a Biblioteconomia e Ciência da Informação reverberam em saberes que fogem do âmbito branco das culturas hegemônicas, é de grande mazela para constituição dessas áreas no território nacional.

O texto “**A decolonialidade como elemento para reconstrução edificatória de arquivos públicos brasileiros**”, de autoria de Ana Cristina de Souza e Eliana Maria dos Santos Bahia possui como discutir a perspectiva decolonial como elemento para a reconstrução edificatória de arquivos públicos brasileiros. O caminho é construído pelas autoras a partir do parâmetro de quem construções arquitetônicas abarcadas pelo colonialismo europeu influenciaram o modo de construir em sociedade, repercutindo na construção de edifícios de arquivos no Brasil. Para a construção do estudo, as autoras utilizaram das bases de dados *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA) e Scopus (Elsevier). Ao total 123 publicações foram recuperadas, e as autoras identificaram quatro trabalhos pertinentes ao eixo de pesquisa. Entendem, assim, que reconstruir acervos revela reconsiderar o papel social dos arquivos na formação de uma edificação projetada com foco na representação dos povos originários. A conclusão das autoras é de que a decolonialidade se mostra como ponto de partida para repensar maneiras de projetar a partir da conexão com as raízes locais.

Miriely da Silva Souza é autora do texto “**Da pobreza em informação à justiça sócio-informacional: a contribuição da produção do conhecimento científico em acesso aberto**”, que discute a produção do conhecimento científico em acesso aberto sob a lente teórica da justiça social enquanto ferramenta de combate à pobreza em informação. A autora discute sobre o domínio epistêmico

e o controle da informação que é exercido por editoras comerciais no âmbito das publicações científicas, onde a regra é a exclusão de países geopoliticamente situados e grupos sociais e étnico-raciais marginalizados, e a exceção é o acesso justo e equânime à informação científica produzida.

As autorias Célia Regina Simonetti Barbalho, Mateus Rebouças Nascimento e Raquel Santos Maciel contribuíram com o texto “**Produção acadêmica indígena e os movimentos sociais dos povos ancestrais da Amazônia**”, o qual discute a relação entre a produção acadêmica de pessoas pesquisadoras indígenas da Amazônia e os movimentos sociais dos povos originários. O objetivo das autorias é compreender se esta produção reflete o projeto político indígena e contribui para as conquistas, a valorização da identidade cultural e a construção de um diálogo de saberes. Para tanto, analisam a produção científica de 169 pessoas acadêmicas indígenas e as discussões apresentadas no Movimento Acampamento Terra Livre. Os resultados apresentados pelas autorias concluem que os temas da produção acadêmica estão concentrados em povos indígenas, cultura indígena, literatura indígena e educação, enquanto os movimentos sociais apontam para saúde indígena, territórios e defesa de direitos

O texto “**Epistemologias feministas, indígenas e antirracistas: uma proposta para compreender a violência colonial nas universidade públicas**”, de Bruna Souza Jacob e Leyde Klebia Rodrigues da Silva possui como objetivo compreender a relação entre violência colonial, cis-tema educacional, universidade pública, a partir de epistemologias feministas, indígenas e antirracistas. Metodologicamente, as autorias se embasam em perspectivas contracoloniais ancestrais, principalmente a interseccionalidade. A discussão está fundamentada em produções teóricas assumidamente indígenas, antirracistas, feministas e contracoloniais, a saber: Lélia Gonzalez, bell hooks, Célia Xakriabá, Ailton Krenak, Carla Akotirene, Grada Kilomba, Ana Angelita da Rocha, Glicéria Tupinambá e Creuza Prumkwyj Krahô. As considerações finais refletem sobre a oportunidade de recorrer a epistemologias feministas, indígenas e antirracistas para corpos que buscam voz e recursos para se fazerem ouvidos após séculos de silenciamento e epistemicídio.

Em continuidade, o texto “**Por uma epistemologia social voltada às pessoas LGBTQIAPN+: construindo sentidos**”, de André

Luiz Avelino da Silva e Rodrigo de Sales entendem que a população LGBTQIAPN+ tem historicamente enfrentado opressões que comprometem sua cidadania plena e o acesso a direitos básicos. Compreender essas desigualdades exige um olhar interseccional e crítico, que reconheça os fatores como raça, classe, gênero e sexualidade se entrelaçam e intensificam as vulnerabilidades sociais. Este capítulo tem como objetivo refletir e trazer conexões entre a Epistemologia Social da Ciência da Informação com a população LGBTQIAPN+. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental com vistas a uma abordagem interpretativa e ensaística, ancorada por revisão narrativa de literatura. Uma vez que a Epistemologia Social da Ciência da Informação pode ser pensada com foco em grupos sociais, que produzem informações e conhecimentos sobre suas realidades, adotamos tal perspectiva como contraponto e problematização do descaso do Estado brasileiro para com realidades precárias de não acesso à cidadania.

O texto “**Infodiversidade: promovendo ações afirmativas no ambiente acadêmico**”, de Mariana da Silva Gomes, Emanoel Freire Oliveira e Gabriela Belmont Farias buscam relatar a experiência da ação extensionista InfoDiversidade na Universidade Federal do Ceará e, de forma específica, apresentam a importância da inclusão dos debates relacionados às ações afirmativas no âmbito acadêmico com vistas ao entendimento da ação extensionista como uma prática pedagógica potente e inovadora. Além disso, buscam integrar temáticas emergentes, as diversidades e a sociedade em geral às práticas do curso de Biblioteconomia e de seus profissionais.

O próximo capítulo intitulado “**A atuação de Laudelina de Campos Mello no campo da cultura a partir dos bailes pérola negra e menina moça**”, de Mirelle Jesus Lima, advém da investigação da autora sobre a execução de dois bailes para mulheres negras organizados por Laudelina de Campos Mello, militante brasileira que atuou durante o século XX. O Baile Pérola Negra e o Baile Menina Moça aconteceram em 1957, em Campinas, tendo como público alvo as elites negras da região. Durante o texto, refletiu sobre as potencialidades de conquista de humanidade plena que a cultura apresenta para grupos desumanizados, considerando também as contradições existentes nos eventos analisados.

O capítulo “**Representação temática da literatura infantojuvenil afrocentrada para o letramento racial em bibliotecas escolares**”, de Tatiana de Almeida, Camila de Fátima Leal Rodrigues e Marianna Zattar, analisa a representação temática da literatura infantojuvenil afrocentrada como ferramenta para o letramento racial em bibliotecas escolares. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por meio de um estudo de caso na Biblioteca Flor de Papel (UFF). A análise do acervo feita pelas autoras identificou 111 obras com protagonismo negro e/ou temática afrocentrada, o que evidencia seu potencial formativo. As autoras constaram, contudo, desafios na indexação desses materiais, e concluíram que a curadoria consciente do acervo e a representação adequada dos assuntos são essenciais para promover práticas antirracistas no ambiente escolar desde a infância.

Verônica Dias da Silva e Ana Claudia Medeiros de Sousa contribuem com o capítulo “**Catalogação e marcadores sociais: atributos de descrição adotados pela Biblioteca Central do Estado da Bahia**” cujo objetivo é evidenciar os atributos de representação adotados pela Biblioteca Central do Estado da Bahia na catalogação de obras de autores(as) negros(as). A interpretação dos dados feita pelas autoras foi pautada nas concepções que versam sobre catalogação, biblioteca pública e marcadores sociais. Os resultados revelaram que as práticas catalográficas voltadas para a diversidade étnico-racial, gênero e sexualidades ainda estão em estágio inicial na Biblioteca Central do Estado da Bahia. Poucas obras utilizam terminologias nos subcampos do MARC 21 que identificam autores(as) negros(as). As autorias concluem que a adoção de práticas catalográficas inclusivas é essencial para romper com a invisibilidade histórica de autorias negras e garantir que as bibliotecas públicas atuem como espaços democráticos de transformação social.

O texto “**Registro civil e questões de gênero: reflexões sobre injustiças no registro documental brasileiro**”, de Nathália Lima Romeiro e Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva parte da questão: quais desafios enfrentam mulheres, pessoas trans e outros grupos em situação de vulnerabilidade social para o registro documental de identificação civil e o acesso a políticas públicas no Brasil? Essa é a questão que direciona este estudo, cujo objetivo analisar os desafios enfrentados por mulheres, pessoas trans e outros grupos em situação

de vulnerabilidade social no Brasil, especificamente no que diz respeito ao registro documental de identificação civil, fundamentais para o acesso a políticas públicas. Na fundamentação teórico-conceitual, as autoras abordam das injustiças sociais e de gênero até o conceito de justiça de gênero. Posteriormente, refletem acerca dos documentos e sua influência na formação da cidadania, estabelecendo um diálogo entre as pesquisas desenvolvidas na ciência da informação sobre registro civil e as teorias da documentação. O capítulo conclui que a reestruturação dos sistemas de documentação deve levar em conta as experiências vividas por populações historicamente marginalizadas, com vistas ao combate às injustiças sociais, sobretudo às injustiças de gênero. Ao abordar a temática de forma interseccional, as autoras destacam a urgência pela justiça de gênero e a criação de políticas que promovam o acesso equitativo à informação e à documentação, permitindo que todos os indivíduos reivindiquem seus direitos de maneira plena.

O capítulo “**A música como forma de resistência: análise de assunto da produção musical do rapper Djonga e sua relação com os resquícios do passado ditatorial brasileiro**”, de Olívia Andrade Coimbra e Letícia Gomes de Oliveira. As autoras compreendem que a música é compreendida como um artefato de informação e cultura é mobilizada em diferentes tempos e circunstâncias como meio de protesto, denúncia e resistência. As músicas do *rapper* Djonga dialogam diretamente com as repercussões estruturais da ditadura, tais como a desigualdade social, a violência policial e a supressão das vozes periféricas. Tem como objetivo identificar as categorias temáticas presentes na produção musical do rapper. Para conduzir esta investigação, as autoras optaram pela pesquisa documental, adotando a técnica de análise de assunto. Como resultado, observaram a expansão dos limites da representação da informação, por evidenciar categorias temáticas antes minimizadas.

O último texto é o intitulado “**Política Editorial Amazônica E Antirracista: uma proposta para a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO)**”, de Franciélé Carneiro Garcês-da-Silva, Jordan Palmeiro da Silva e Gabriel Mota Sales que, como o título sugere, aborda a criação da proposta de política editorial para a Editora Universitária Federal de Rondônia com vistas à inclusão e

representatividade epistêmica dos povos e comunidades tradicionais rondonienses seja implementada na referida Editora.

Concluindo esses resumos dos capítulos aqui apresentados, esperamos que as pessoas leitoras aproveitem as discussões e práticas aqui explanadas e possam fazer seus próprios caminhos epistêmicos e práxis decoloniais, contracoloniais e anticoloniais.

Boa leitura!

CAPÍTULO

A LUTA ANTIRRACISTA NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (SINDIFES): HISTÓRICO DAS AÇÕES REGISTRADAS EM SEU *BOLETIM INFORMATIVO* DE 1993 A 2024

Wellington Marçal de Carvalho

Vinícius Matias Delgado

INTRODUÇÃO

“[...]
y sin embargo ya ves
somos de acá’.”
(Charly García. *Los sobrevivientes*. 1979)

No romance *Um defeito de cor*, da escritora afro-brasileira Ana Maria Gonçalves, publicado em 2006, em determinado momento da narrativa dá-se a conhecer o que ficou designado como uma imperfeição, especificamente para as pessoas de pele não branca. Considerava-se o tom de pele não branco um defeito de cor e os

indivíduos “pretos, pardos e mulatos [não podiam exercer] qualquer cargo importante na religião, no governo ou na política” (Gonçalves, 2015, p. 337). Às pessoas negras, na sociedade brasileira do período colonial e no século XIX, era interditado acessar cargos ou funções na máquina pública, a menos que alguém conseguisse para elas “uma dispensa do defeito de cor” (Gonçalves, 2015, p. 337).

A enormidade de prejuízos que essa violência acarretou aos negros e negras brasileiros se manifesta nas mais variadas dimensões da vida cotidiana e, numa sociedade erigida em processos profundos de racialização, de subalternização do povo afro-brasileiro, se faz valer, ainda na contemporaneidade, nas assimétricas formas com que corpos negros ocupam espaços no mundo do trabalho.

No movimento sindical, as disparidades assumem roupagens refinadas e exigem olhar atento para perceber como, também em agenciamentos sociais que almejam conquistas de direitos para uma coletividade, o recorte racializado, ainda que não preliminarmente almejado, corrobora processos excludentes aos não brancos.

Esse fenômeno se traduz, por exemplo, no reduzido número de pessoas negras que alcançam e tomam parte em espaços de decisão e de formulação dos rumos a serem tomados pela coletividade a qual estão vinculadas.

Uma reverberação dessa perspectiva pode ser observada mesmo no movimento de trabalhadores das universidades federais, instituições públicas, Brasil afora. O que a princípio poderia significar uma contradição interna desses agrupamentos organizados deixa de sê-lo, uma vez que tais coletividades devem ser pensadas enquanto amostras do todo social de que são parte e, nesse sentido, se o tecido social é violento, racializado e preconceituoso em sua urdidura, infelizmente, as pessoas que se dedicam ao movimento reivindicatório carregam em si, salvo melhor juízo, laivos dessa arquitetura societária, em alguma medida, adoecida.

A superação dessa ignomínia não é nada simples, nem acontece de forma abrupta. No seio do movimento sindical o reposicionamento das pessoas negras poderia ser visto como uma espécie de *metaluta*, ou seja, uma luta levada a efeito dentro da própria agenda de lutas, na qual primeiro afro-brasileiros necessitam impor sua presença, em igualdade de condições, com os demais militantes. Nesse combate intramovimento o existir da negritude advém do resistir,

diuturnamente, para se fazer ver e entender dentro do próprio movimento, enquanto ator fundamental para a manutenção dessa ferramenta coletiva.

Dado esse contexto, o presente capítulo objetiva explicitar quais as ações foram realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES), nos seus 33 anos de existência, registradas em seu *Boletim Informativo*, que registram os passos do que pode ser considerada uma luta antirracista no seio da luta coletiva. Tal investida é justificada pela importância de que o gesto de se voltar para a sua própria história se reveste, ao permitir refletir sobre como as ações, escolhas e projetos implementados possibilitam avaliar de que forma essa pauta impactou o corpo coletivo da entidade. E, tão relevante quanto, trazer à superfície redirecionamentos que, de fato, colaborem para a presença, em igualdade de condições, de trabalhadores afro-brasileiros e suas demandas específicas na agenda de lutas do movimento sindical capitaneado pelo SINDIFES.

Para tanto, este capítulo apresentará, na próxima parte, informações gerais para contextualizar o SINDIFES, abordando sua criação, estrutura, finalidade, base de atuação, dentre outros aspectos. Os tópicos seguintes compartilharão o percurso metodológico adotado, os resultados alcançados e as considerações finais.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (SINDIFES)

O Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) foi criado em 30 de outubro de 1992, por trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Posteriormente, aderiram à instituição trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

Como instrumento de luta, o SINDIFES, filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), se organizou com o conceito de “sindicato-

cidadão”, ou seja, além de representar os interesses setoriais, a categoria passou a intervir de maneira mais ampla em temas como a defesa do direito à educação de qualidade em todos os níveis, à saúde, ao voto para dirigentes em todas as instâncias – seja nas instituições de ensino ou para cargos majoritários, como vereadores e até mesmo o presidente da República. A instituição também se posicionou a favor dos direitos da criança, do adolescente e da mulher, no combate à discriminação racial, nas lutas pela reforma agrária e em defesa do meio ambiente, em campanhas contra a fome e em outras iniciativas que expressavam a consciência política e social dos trabalhadores.

O SINDIFES tem como finalidades a representação coletiva da categoria, a defesa dos direitos trabalhistas, o fortalecimento da educação pública, o compromisso com a formação e capacitação dos seus membros, o combate à precarização do trabalho e a luta pela igualdade e pelo enfrentamento das opressões, como o racismo, a misoginia e a LGBTfobia, entre outras.

Em termos de comunicação, um dos principais meios de divulgação da entidade, que também se destaca pela longevidade, é o *Boletim Informativo*, produzido desde a fundação, embora com periodicidade reduzida a partir das últimas décadas. A derradeira edição registrada é a de número 458; ainda, parte desses Boletins está disponível no Centro de Memória do Sindicato, enquanto 67 edições foram digitalizadas e estão acessíveis em repositório digital de livre acesso.

Através desses Boletins Informativos, é possível traçar um histórico das lutas e conquistas da categoria por meio do SINDIFES, além de contextualizar os cenários nos quais ocorreram mudanças significativas na estrutura sindical. Também é possível destacar, a partir dessa documentação, os momentos em que a luta antirracista ganhou protagonismo na entidade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada pesquisa documental nos arquivos do SINDIFES, que integram o Centro de Memória Francisca Oliveira da Silva, pertencente à entidade. O Centro de Memória

foi criado, oficialmente, em 2010, [...] abriga o Arquivo e a Biblioteca, foi idealizado pelo Coordenador de Comunicação

Sindical Wellington Marçal de Carvalho e pelas Bibliotecárias da UFMG, Anália das Graças Gandini Pontelo e Simone Aparecida dos Santos. [...] A função do Centro de Memória é de preservação documental, e apoio à pesquisa; sendo assim, ele reúne fatos e acontecimentos de vários anos, e principalmente, registros importantes que fizeram parte da história do SINDIFES. [...] O CM é aberto a todos os filiados, comunidade universitária e sociedade e está localizado na sede do Sindicato. (*Boletim*, jan./fev./mar./abr., 2012, p. 8; jun./set., 2013, p. 12)

De modo mais acentuado, foram compulsadas as sete caixas do arquivo permanente em que estão acondicionadas as 458 edições do *Boletim Informativo* publicados, de forma impressa, ao longo de mais de três décadas de existência da instituição. De igual modo, foram consultadas as caixas em que está guardada a documentação que subsidiou as atividades do Grupo de Trabalho Antirracismo.

Essa fase da pesquisa documental foi executada em conjunto com o profissional jornalista que atua no Sindicato. Para apreensão de alguns aspectos, sobretudo a respeito da estrutura organizacional e composição das pastas da Diretoria Executiva Colegiada (DEC), foram consultados documentos normativos, notadamente as distintas versões estatutárias, vigentes em momentos específicos da vida institucional.

O cotejo desse conjunto documental almejou destacar, nas sucessivas edições do *Boletim Informativo*, os registros feitos em forma de notícias, notas breves, anúncios, entre outros, das ações realizadas pelo SINDIFES que, de alguma forma, tematizam a luta antirracista encampada pelo movimento dos trabalhadores do segmento Técnico-Administrativo em Educação.

Toda a documentação reunida sob esse recorte foi digitalizada e disponibilizada, em formato *pdf*, no canal do *Youtube* do Sindicato, com acesso franqueado para quaisquer pessoas interessadas em tomar como objeto de reflexão esse relevante conjunto informacional. Cumpre dizer que esse passeio, com o recorte da luta antirracista, foi motivado a partir da Roda de Conversa: Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade, atividade proposta pelo *GT Anti-Racismo* e que integrou o escopo da programação do Mês da Consciência Negra da UFMG, no mini-auditório da Biblioteca Central da Universidade, no *campus*

Pampulha, em Belo Horizonte, com transmissão *online* via canal do SINDIFES, em 28 de novembro de 2024.

RESULTADOS

Consta dos documentos arquivísticos do SINDIFES a proposta de *Estatuto* para o então SIND-IFES / BH, que foi apreciada durante o I Congresso dos Trabalhadores das Instituições de Ensino Superior, acontecido, em outubro de 1992, no auditório da Escola de Belas Artes da UFMG, no *campus* Pampulha, em Belo Horizonte. O Título III daquele normativo trata da organização institucional e, no Capítulo IV, é apresentada a composição proposta para a Diretoria Executiva; contudo, não havia, no desenho minutado, dispositivo que mantivesse relação com a luta antirracista.

No *Boletim Informativo* de 17 de agosto de 1993, a matéria “Governo discursa contra a miséria: 50 milhões morrem de fome” é acompanhada de fotografia em que se pode ver uma fila de crianças de pele negra, desnutridas, bebendo algo de uma canequinha, com olhares assustados. Na exaustiva pesquisa documental realizada, esse achado foi, ainda que de forma bastante estereotipada, o primeiro registro em que pode ser observada uma conexão com a temática de interesse da presente discussão. Entre os dias 06 a 08 de agosto de 1993 o Sindicato enviou representantes para participar do Seminário Nacional sobre a questão, promovido na Escola Sindical 7 de Outubro, em Contagem / Minas Gerais, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Comissão Nacional de Luta Contra a Discriminação Racial, cujo tema foi “O papel da CUT no combate ao racismo”.

Decorridos mais de vinte anos, acontece uma virada de chave na forma como a entidade passaria a vivenciar a luta antirracista em sua agenda cotidiana. Esse novo momento foi pesquisado por Yone Maria Gonzaga, TAE da UFMG, em sua investigação durante o mestrado, sob orientação da professora Nilma Lino Gomes, que resultou em dissertação defendida, em 2011, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG. A reflexão de Gonzaga é incontornável, e dela recupera-se trecho em que fica evidenciado o que havia motivado a mudança na configuração da pauta sindical:

Se na sociedade brasileira é difícil consolidar as discussões sobre relações sociais, no sindicato isso não é diferente. Desde 2005 o SINDIFES vem pautando, de maneira mais sistemática, a temática étnico-racial em seus fóruns, como estratégia de trazer visibilidade à questão. Durante o IV Congresso da categoria (CONTIFES), que ocorreu nos dias 25 e 26/08/2005, foi realizada a primeira mesa redonda com o tema “Preconceito, Discriminação e Racismo”, que contou com a presença de Diva Moreira, ex-secretária da Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte, e João Paulo Ribeiro, coordenador geral da FASUBRA, e da qual tive [Yone Maria Gonzaga] o privilégio de participar como debatedora. Na ocasião foi criado o Grupo de Trabalho Anti-Racismo (GT) com o objetivo de promover a discussão da temática étnico-racial entre os trabalhadores e as trabalhadoras. (Gonzaga, 2011, p. 189).

Gonzaga, no excerto citado, menciona o Contifes, sendo este o fórum em que se dão, inclusive, mudanças estatutárias. O *Estatuto* aprovado naquela ocasião, que inaugura seu novo desenho na composição da Diretoria que exerceu o mandato no biênio 2006-2008, em seu Artigo n. 47 menciona as atribuições da nova pasta, criada dentro da estrutura da Diretoria Executiva Colegiada:

Art. 47 – São atribuições da Coordenação de Políticas Sociais e Anti-racismo:

I – elaborar, coordenar e implantar as atividades relacionadas com as políticas sociais do SINDIFES, acompanhando os eventos relativos à saúde, previdência, ação social, educação,

meio ambiente e ecologia, comunicação, transporte e infraestrutura urbana, direitos humanos, da criança e do adolescente, da mulher, dos negros e dos povos indígenas, dos movimentos sociais urbanos e rurais etc., procurando discutir e desenvolver propostas de intervenção;

II – promover encontros, seminários e reuniões, visando o aprimoramento de debates e posições sobre os temas relacionados às políticas sociais, bem como se integrar às atividades desenvolvidas pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, nesta área;

III – promover e suscitar debates sobre legislação e políticas sociais junto à categoria, no sentido de desenvolver uma consciência crítica;

IV – elaborar e submeter à Diretoria Executiva Colegiada, plenárias, seminários e congresso, políticas sociais para os trabalhadores; e,

V – promover intercâmbio e estabelecer convênios de acordo com as entidades sindicais ou de apoio, em âmbito nacional e internacional, para desenvolvimento de estudos e projetos nas áreas das políticas sociais, em conjunto com as Coordenações de Comunicação Sindical e Educação Política e Formação Sindical. (*Estatuto*, 2005)

Na edição do *Boletim Informativo* de agosto de 2005, notícia sobre igualdade racial comunica a participação de representantes da entidade na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, e acrescenta:

O SIND-IFES/BH também tem atuado no sentido de constituir, na UFMG e no CEFET-MG, um grupo de trabalho que discuta a questão da igualdade racial. Com este objetivo, realizou, no dia 22 de julho, uma reunião sobre a temática. (*Boletim*, 2005, p. 4)

Em março de 2006, na sede da FASUBRA, em Brasília, Distrito Federal, dois representantes do GT do Sindicato participaram da reunião conjunta dos GT's de Educação e Políticas Sociais e Anti-Racismo, conforme *Relatório* elaborado por Eledir Trigueiro, do Sindicato dos TAE da Universidade Federal do Ceará.

O *Boletim Informativo* de número 4, publicado em janeiro de 2007, veicula reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, e a trajetória do povo negro. No ano seguinte, Yone Gonzaga, pelo GT Anti-Racismo, compartilha informe sobre a participação da base do SINDIFES no IV Encontro Nacional de TAEs Negros e Negras e Militantes Anti-Racismo das Universidades, realizado em Brasília entre os dias 19 e 21 de julho de 2008, conforme consta no *Boletim Informativo* de outubro. É importante perceber que, na capa daquele fascículo, o assunto é pautado e divide espaço com as demais chamadas, demonstrando a eficácia das estratégias para visibilizar a temática operadas por membros do GT e da DEC, em parceria com a equipe de imprensa da entidade. À página 12 da mesma edição, em que se apresenta o calendário de atividades para o mês de

outubro de 2008, está apontada nova reunião do *GT Anti-Racismo* para o dia 15.

Aliás, vale mencionar que, no biênio de 2006 a 2008, a coordenação da pasta de Políticas Sociais e Anti-Racismo esteve a cargo de Yone Maria Gonzaga e Ascendino Guedes. Essa presença, sobretudo de Yone Gonzaga, militante há bastante tempo do movimento negro em âmbito local e nacional, contribuiu significativamente para a incorporação e o avanço da pauta da luta antirracista no interior da DEC e das ações encampadas pelo SINDIFES e, para além dele, na própria federação, a FASUBRA. Foram realizadas pelo menos quatro reuniões do GT Políticas Sociais e Anti-Racismo ao longo do ano de 2008, conforme pode ser verificado em documentos com anotações das discussões feitas pelo Grupo. Entre os pontos abordados no coletivo, citam-se “o assédio moral, as cotas nas universidades públicas, a discriminação dos negros, o papel dos negros na sociedade” (GT Políticas Sociais e Anti-Racismo, 2008). Ainda naquele mesmo ano, na edição de novembro do *Boletim Informativo*, matéria publiciza as comemorações realizadas:

Uma feira de livros, artesanato, roupas e instrumentos musicais foi instalada no local [A praça de serviços do campus Pampulha da UFMG], onde também era possível fazer penteados afros. [...] À tarde, o espaço de dança e música cedeu lugar aos debates sobre ‘jornalismo e racismo’ [...], ‘ações afirmativas na UFMG’ [...], e ‘as ações da CUT em defesa da igualdade racial’ [...]. (*Boletim*, 2008, p. 12)

Fruto de uma das deliberações do *GT Anti-Racismo*, em novembro de 2008 foi publicada edição do *Boletim Informativo*, especial para Dia Nacional da Consciência Negra. Nele, a DEC do Sindicato

ratifica os seus propósitos de trabalhar na perspectiva de valorização e formação do corpo Técnico-Administrativo em Educação assumindo as bandeiras de luta colocadas pelo seu conjunto de trabalhadores, as quais vêm sendo discutidas e aprovadas nos fóruns do SINDIFES e da FASUBRA, e defendidas pelo Movimento Social Negro, como medidas de reparação das

distorções e desigualdades derivadas da escravidão. (*Boletim*, 2008, p. 1).

O GT Anti-Racismo se manteve ativo em 2009, como atestam lista de presença de reuniões acontecidas em abril, nos dias primeiro e seis, bem como no dia 14 de agosto, com assinaturas dos participantes: Yone Maria Gonzaga, Rosângela Gomes Soares da Costa, Gilberto Batista, Cristina del Papa, Maria José de Oliveira, Balbino Cosme Siqueira Neto, Jonas Rodrigues Frois, Mohamed Lamine, Anthony Davies, Milton Henrique Caldeireli Filadelfo, Francisca Oliveira da Silva, Marina Evangelista, Marcelino Pereira, Maria das Graças, dentre outros.

No XX Congresso da FASUBRA Sindical, realizado entre os dias 10 e 16 de maio de 2009, em Poços de Caldas, MG, GT's discutiram questões específicas, inclusive o Grupo das questões Anti-Racismo, culminando na inclusão de pontos no Plano de Lutas da categoria para o biênio 2009/2011:

Deliberação de ações sobre questões como: encontro dos técnico-administrativos negros e negras e militantes anti-racismo; que a FASUBRA promova a realização de cursos de formação de Política Racial para as entidades de base, procurando qualificar e aprofundar o debate; a FASUBRA deve implementar as decisões do XVIII Confasubra quanto às políticas afirmativas, considerando a sua inclusão no Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores. (*Boletim*, 2009, p. 5).

A coordenadora de Políticas Sociais e Anti-Racismo, Maria José de Oliveira, da DEC, foi uma das principais responsáveis pelas atividades que compuseram a II Semana da Consciência Negra do SINIFIDES. “O espaço aberto para a cultura afro-brasileira [com] os quatro dias de comemorações [...] podem ser considerados a maior intervenção cultural do Sindicato junto à sua base” (*Boletim*, 2010, p. 5). Este espaço

foi assegurado com seminário e palestras que abordaram saúde da população negra, a temática étnico-racial da UFMG, as Ações Afirmativas e o resgate histórico da contribuição sócio-

econômica do Negro no Brasil e em Minas Gerais. (*Boletim*, 2010, p. 5).

Quando da publicação com a retrospectiva das atividades realizadas pelo Sindicato no ano de 2009, que perfaz o *Boletim Informativo* de fevereiro e março de 2010, é dado destaque, dentre outras ações, na capa e na página cinco, para a II Semana da Consciência Negra mencionada anteriormente.

Quando do *Boletim Informativo*, em número especial assinado pela Comissão Organizadora das Eleições do SINDIFES, para o biênio de 2010 / 2012, publicado em maio de 2010, é possível observar que a pauta da luta antirracista foi, em alguma medida, integrada à plataforma de intenções de chapas que disputaram o pleito. A chapa 2, denominada Alternativa, por exemplo, no que diz respeito à pasta de Políticas Sociais e Antirracismo pretendia:

1. Trabalhar para que não ocorra nenhuma forma de discriminação dentro das universidades filiadas ao SINDIFES; 2. Promover a realização de seminários sobre questões sociais e buscando a integridade de todos; e 3. Fortalecer as políticas antirracismo. (*Boletim*, maio, 2010, p. 4).

Na mesma linha, a chapa 3, denominada Continuar é preciso, assumia como um dos elementos norteadores de ação a discussão de “políticas de ações afirmativas e inclusivas” (*Boletim*, maio, 2010, p. 5). Ainda no ano de 2010, o *Boletim Informativo* n. 414 noticia atividades realizadas para comemorar o Dia da Consciência Negra, acontecidas em 9, 24 e 25 de novembro: mesa redonda com o tema ‘racismo nas universidades’, reunião do GT Antirracismo que debateu o Parecer 15/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE), exarado a respeito da obra *Caçadas de Pedrinho*, do escritor brasileiro Monteiro Lobato, além de show das Xicas da Silva. Vale também destacar o texto de opinião, assinado por Yone Maria Gonzaga, que integra a referida edição, que tece reflexões sobre a efeméride, as lutas cotidianas do movimento negro na cena sindical e o aludido Parecer do CNE. Cumpre retomar o trecho final da elaboração reflexiva de Yone Gonzaga:

Conhecedores da realidade educacional da maioria das crianças negras e, respaldados pelas legislações anti-racistas

vigentes no país, quais sejam: Constituição Federal, Lei 9394/1996, Lei 10639/03, Parecer CNE/CP para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os membros do Conselho renovaram o compromisso assumido pelos nossos antepassados negros de lutar por uma educação sem racismo, machismo, xenofobia e intolerâncias. Tarefa que deve ser de responsabilidade de todos os homens e mulheres, negros e brancos, em 20 de novembro ou qualquer outra data. (Gonzaga, 2010, p. 10).

Na edição especial 421, de outubro de 2011, o *Boletim Informativo* registra a primeira vez em que o segmento dos TAE da UFMG participou da Semana UFMG Conhecimento e Cultura, na I Jornada de Apresentação de Conhecimento produzido por integrantes desse segmento, em sessão coordenada de comunicação. Dos quatorze trabalhos apresentados em 17 de outubro constou também o de Yone Maria Gonzaga, intitulado “Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida”, resultado da recém-defendida dissertação de mestrado da pesquisadora. Em 2012, já na II Sessão Coordenada de Comunicação da produção de conhecimento produzida pelos TAE da UFMG, novamente a questão das relações étnico-raciais é tomada como objeto de reflexão por Yone Maria Gonzaga, em trabalho intitulado “A temática racial no SINDIFES: estratégias para romper com a invisibilidade”. O cronograma de apresentação dos 22 trabalhos selecionados para a II Sessão consta do *Boletim Informativo*, edição especial de outubro de 2012 que, assim como o da I Sessão, ocorrida em 2011, funciona como uma espécie de anais de congresso, em que se pode ter acesso ao resumo e palavras-chave de cada um dos trabalhos apresentados.

Fecha esse percurso o registro feito da retrospectiva de lutas do ano de 2017, em *Boletim Informativo* de número 449, referente ao período de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, da qual se destaca atividade realizada em quatro de abril. Nesse dia, o “SINDIFES participa de ato por cotas raciais nos cursos de pós-graduação da UFMG. Essa proposta é um avanço na política de inclusão social e redução de desigualdade de oportunidades para negros na UFMG” (*Boletim*, dez./fev., 2018, p. 14). Nas demais edições do *Boletim Informativo*,

publicadas até o ano de 2023, não foram identificadas notícias que denotem ações do Sindicato na pauta da luta antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente reflexão pretendeu explicitar, como restou demonstrada, as ações realizadas pelo SINDIFES que tematizam a luta antirracista nos 33 anos de existência e resistência da Entidade, noticiadas em seu *Boletim Informativo* impresso. Obviamente não foram elencadas todas as ações, apenas aquelas que se pode ter conhecimento quando do manuseio de seu veículo de informação, em suas mais de 450 edições. O mosaico construído com o percurso metodológico utilizado pode ser expandido, certamente, por exemplo, se o sítio eletrônico do Sindicato for tomado como campo de estudo.

Ficou sublinhada a relevância do Centro de Memória Francisca Oliveira da Silva, constituído pelo Arquivo e Biblioteca, enquanto fonte de informação especializada para quaisquer pessoas cujo movimento de pesquisa perquire o sindicalismo nacional e, de modo mais particular, a militância que se faz pelo conjunto dos Técnico-Administrativos em Educação da UFMG, CEFET-MG, UFVJM e IFMG.

A centralidade da contribuição de Yone Maria Gonzaga, como se viu, é um marco na consolidação das pautas raciais dentro do SINDIFES, e mesmo em raio nacional, na própria FASUBRA, de modo mais acentuado durante os anos de 2005 a 2012.

O conjunto de Boletins analisado, em especial a partir dos anos 2012, denota um arrefecimento da temática na agenda de lutas efetiva da entidade sindical, principalmente após a vigência da Lei de Cotas. Este é um veio de pesquisa que merece, também, um aprofundamento.

O *Estatuto do Sindicato*, em seu Art. 47, citado neste trabalho, precisa ser levado à apreciação quando do próximo congresso da entidade, instância com o poder de propor e aprovar alterações, uma vez que seu escopo é por demais abrangente e, da forma como está, com tantas atribuições reunidas, acaba por diluir o foco da luta antirracista. Aliás, Yone Gonzaga, sobretudo em sua pesquisa de mestrado defendida em 2011, sinaliza que essa luta é de todas as pessoas do movimento e que o Sindicato

terá de desenvolver processos de formação para a categoria, com o intuito de ajudá-la a compreender que a temática étnico-racial não é uma “questão do negro”, pois envolve também as relações raciais entre negros e brancos. Talvez o início desta ação seja questionar, internamente, porque somente trabalhadores com traços fenotípicos negros têm assumido a pasta da Coordenação de Políticas Sociais e Anti-Racismo. (Gonzaga, 2011, p. 193).

A esse respeito, muito bem apontado por Yone Gonzaga, no livro, lançado em 2025, intitulado *30 anos do SINDIFES: um lugar refúgio para a memória*, pelo selo Nyota, se encontra uma galeria de fotos, em cores, da quase totalidade das pessoas que integraram a Diretoria Executiva Colegiada da entidade e, salvo melhor juízo, pode ser tomada como campo de análise para a provocação feita pela pesquisadora.

Considera-se que o *GT Anti-Racismo* é ferramenta estratégica e poderosa para estruturar ações efetivas na pauta da luta com recorte étnico-racial. Mais uma vez recorre-se a Gonzaga, pois a pesquisadora e militante reforça o papel desse Grupo para fomentar debates e ações consistentes no Sindicato, com potencial para impactar, de forma substancial, a coletividade que o compõe. Passada quase uma década e meia da discussão de Gonzaga, as listas de presença das últimas reuniões do GT retratam um quadro preocupante, com seu exíguo número de participantes, em termos quantitativos, corroborando a percepção de uma das entrevistadas na investigação de Yone Gonzaga, conforme se verifica adiante:

[...] a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras ainda é tímida, tanto no GT como nas atividades comemorativas, segundo a entrevistada Nina Abreu: “eu acho que o nosso GT está muito tímido dentro do sindicato e da universidade. A gente precisa dar uma engrenada nele porque há muita coisa boa a ser construída”. (Gonzaga, 2011, p. 189)

Atentos a essas considerações, a atual DEC convocou o *GT Anti-Racismo* que se reuniu em 10 de setembro e 04 de novembro de 2024 para desenhar ações para integrar o Mês da Consciência Negra nas instituições que compõem sua base de atuação. O conjunto das várias

atividades realizadas deu corpo à edição especial do *Boletim Informativo* de número 457, publicada em dezembro de 2024. Desse vasto leque, pode ser destacado o ‘Novembro Negro Literário’, cuja curadoria ficou a cargo de Raimundo Fábio Alves e Wellington Marçal de Carvalho, com a indicação de 15 obras, disponíveis no acervo da Biblioteca do SINDIFES, que abordam as questões raciais, de autoria, por exemplo, de Kabengele Munanga, Milton Santos, Yone Maria Gonzaga, Ali A. Mazrui, Joseph Ki-Zerbo, Nilma Lino Gomes, dentre outros.

Por tudo quanto foi aqui apresentado, é inquestionável o compromisso do SINDIFES com a promoção da igualdade racial, expresso na sua disposição de manter a centralidade dessa pauta traduzida em ações concretas, conforme a visita aos registros contidos em seu *Boletim Informativo* intentou aqui sublinhar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Wellington Marçal de. Ações afirmativas, inclusão e diversidade: histórico da luta antirracista no SINDIFES. **Roda de conversa**. Mediação de Rogério Fideles da Silva. 28 nov. 2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Seminário nacional: o papel da CUT no combate ao racismo**. 1993. 1 folder.

FASUBRA. **Relatório da reunião conjunta dos GT's de Educação e Políticas Sociais e Anti-Racismo**. Brasília, 17 mar. 2006. 2 p.

GARCÍA, Charly. **Los sobrevivientes**. Serú Girán, 1979.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2015. 951 p.

GONZAGA, Yone Maria. Base do SINDIFES participa do IV Encontro Nacional de TAE's Negras e Negros e Militantes Anti-Racismo das Universidades. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, p. 9, out. 2008.

GONZAGA, Yone Maria. Consciência negra: Zumbi, Parecer do CNE e as lutas cotidianas... SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 17, n. 414, nov./dez. 2010. p. 10.

GONZAGA, Yone Maria. **Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG**: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida. Orientadora: Nilma Lino Gomes. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MATIAS, Vinícius; MENDES, Neide da Silva Dantas; GARCIA, Sabrina; CARVALHO, Wellington Marçal de. Novembro Negro 2024: resistir, lutar, educar e avançar. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, Edição Especial para o Novembro Negro, n. 457, dez. 2024. 1

PONTELO, Anália das Graças Gandini; MENDES, Neide da Silva Dantas; CARVALHO, Wellington Marçal de. **30 anos do SINDIFES**: um lugar refúgio para a memória. Florianópolis: Selo Nyota, 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Proposta de estatuto para o SIND-IFES/BH**. Belo Horizonte, out. 1992.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Estatuto do SINDIFES**. Belo Horizonte, 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Relatório da reunião do GT Políticas Sociais e Anti-Racismo**. Belo Horizonte, 27 ago. 2008. 1 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Governo discursa contra a miséria: 50 milhões morrem de fome. [Boletim Informativo], Belo Horizonte, 17 ago. 1993. p. 1.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Atividades culturais marcam II Semana da Consciência Negra do SINDIFES. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 1, n. 5, p. 5, dez. 2009/jan. 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Plenária conclui Plano de lutas para o biênio 2009-2011. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ago./set. 2009.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, Edição Especial para o Dia Nacional da Consciência Negra, nov. 2008.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. SINDIFES nas comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, nov. 2008. p. 12.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Igualdade racial. [Boletim Informativo], Belo Horizonte, ago. 2005.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Dia Nacional da Consciência Negra propicia discussão sobre trajetória do povo negro. [Boletim Informativo], Belo Horizonte, jan. 2007.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Centro de Memória valoriza história do SINDIFES: pioneirismo e responsabilidade com os registros do nosso movimento. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 19, n. 427, jan./fev./mar./abr. 2012. p. 8.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Não podemos esquecer o dia 6 de dezembro de 2017: retrospectiva de lutas. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 25, n. 449, dez. 2012/fev./2018. p. 1, 7.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. SINDIFES apresenta seu Centro de Memória em Congresso Internacional da CUT: projeto de preservação da história do Sindicato, iniciado em 2009, tem como objetivo democratizar o acesso às informações e disseminar o conhecimento sobre as lutas da Entidade. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 20, n. 434, jun./set. 2013. p. 12.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Retrospectiva 2009. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano II, n. 8, fev./mar. 2010. p. 5.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Comissão organizadora das eleições do SINDIFES. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, maio. 2010. p. 4.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Debates e apresentação cultural marcam comemorações do Dia da Consciência Negra do SINDIFES. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 17, n. 414, nov./dez. 2010. p. 5.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Trabalhadores técnico-administrativos em educação apresentarão artigos acadêmicos na Semana UFMG Conhecimento e Cultura. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 18, n. esp. 421, out. 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Trabalhadores técnico-administrativos em educação tem participação ampliada na edição de 2012 da Semana do Conhecimento e Cultura da UFMG. **Boletim Informativo**, Belo Horizonte, ano 19, n. esp. 431, out. 2012.

CAPÍTULO

A GESTÃO ÉTICA DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PERCEPÇÕES DE UMA TURMA DE GRADUAÇÃO DA UFPE

Erinaldo Dias Valério

Arthur Henrique Feijó de Almeida

Eliane Sotério da Silva

INTRODUÇÃO

Após uma crescente onda de desinformação que ameaçou e continua a ameaçar democracias ao redor do globo e a presença cada vez mais constante da Inteligência Artificial em diversos segmentos da vida social, artística e acadêmica, o papel de uma informação curada² eticamente pode ser fundamental para assegurar os direitos humanos. Em tempos como os atuais, pensar na ética atrelada à informação é, além de necessário, urgente.

Tendo origem grega, o conceito de ética acaba soando abstrata para muitos e, por vezes, se confunde ao conceito de moral. Para Diego Salcedo, Marcílio Cruz, Vinícius Bezerra e Cíntia Carneiro (2018, p. 472), “a ‘moral’ surge para classificar o costume como prática de como se comportar individualmente, enquanto a ética passa a lidar com os

² Entendemos curadoria como Isadora Steimer e Giulia Crippa (2017, p. 138): “Para além da organização, a curadoria também pode ser uma criação única e específica, fiada a partir de um pensamento ou uma visão de mundo, capaz também de se impactar comunidades de diferentes modos, a partir de princípios distintos”.

conceitos teóricos que representam essas condutas”. Assim, a ética perpassa o caráter individual da moral e diz respeito ao coletivo, aos diversos fios que tecem o tecido social.

Quando Elisabeth Maria Freire de Jesus (2022, p. 6) enuncia que a ética “diz respeito à reflexão crítica sobre a ação moral”, somos levados à Marilena Chauí (2021, p. 29) que afirma que “uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável, e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo”. Logo, podemos inferir que a ética aplicada à informação resultará em um objeto cultural que foi produzido, gerido e/ou disseminado visando a equidade e a justiça social.

Falar em equidade e justiça social é falar diretamente da luta antirracista, porque se há racismo, não há democracia. Ainda assim, publicações de 2024 do *Observatório da Branquitude* mostram que pessoas brancas tem maior incentivo de representação política³ e melhor infraestrutura escolar⁴ que pessoas negras. Interessante apontar como, após todos os desafios envolvidos no seu processo de criação e implementação (Pereira, 2016), a Lei 10.639/2003 e sua posterior modificação por meio da Lei 11.645/2008 ainda que potentes instrumentos, não são suficientes para nos livrar totalmente das amarras coloniais que nos prendem, nem das lentes da democracia racial que insiste em nos cegar.

Dessa forma, o papel das pessoas que trabalham com informação, seja na pesquisa, produção, organização, tratamento ou disseminação, na luta antirracista, é um compromisso além de ético: é também político. Um compromisso que precisa ser dobrado no caso da população branca que deve usar seus privilégios indissociáveis herdados da branquitude para a construção de uma sociedade cada vez menos racista.

A força desse papel fica ainda mais visível quando vamos de encontro à raiz da formação dessa categoria profissional: a sala de aula, o berçário de pessoas bibliotecárias, arquivistas, museólogas, gestoras e cientistas da informação. Acompanhar a formação desses sujeitos, desde a fase embrionária até o nascimento que acontece na

³ OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **Chances de ser eleito:** branquitude e representação política. Rio de Janeiro: ODB, 2024a.

⁴ OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **A cor da infraestrutura escolar:** diferenças entre escolas brancas e negros. Rio de Janeiro: ODB, 2024b.

formatura, pode explicar como ainda falhamos em contribuir para a construção de informação étnico-racial de qualidade.

Por isso, o presente capítulo procura descrever a percepção de estudantes do curso de gestão da informação sobre sua formação acerca das relações étnico-raciais. A construção dessa pesquisa se justifica antes de tudo no compromisso das pessoas autoras com o antirracismo. Se justifica também em fomentar essa discussão na área de Ciência da Informação, pois esta ainda insiste em utilizar, como posto por Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023, p. 57), uma “(pseudo)neutralidade profissional e epistêmica [...] para justificar a promoção da racialidade branca dentro dos espaços informacionais e produções científicas”.

O texto se dividirá em quatro seções, além desta introdução, a saber: na segunda seção, intitulada “Ética e Informação Étnico-racial”, iremos ampliar o debate aqui iniciado sobre a relação entre ética, informação e relações étnico-raciais. Em seguida, na terceira seção, serão apresentados os percursos metodológicos que permitiram essa pesquisa ganhar vida. Em “Resultados” iremos analisar as respostas obtidas na coleta de dados realizada. Fechando o texto apresentam-se as considerações finais.

ÉTICA E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Além de multifacetada, a relação entre ética e a gestão da informação étnico-racial é essencial para podermos problematizar alguns aspectos que ainda cercam a área da Ciência da Informação. O primeiro deles, e talvez o ponto comum entre todos os outros, é a branquitude e o modo como ela opera de maneira tão naturalizada no seio social e acadêmico, que por vezes não conseguimos apontar ou mesmo elaborar de maneira lógica os desdobramentos dessa herança colonial.

A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2024, p. 40) aponta que “o fenômeno da branquitude é composto de hábitos e costumes que produzem e naturalizam um monopólio das instâncias de poder e decisão”. A norma que não se nomeia. Cida Bento (2022) aponta ainda uma espécie de pacto narcísico, e como bem aponta Sueli Carneiro (2023) baseado num dispositivo de racialidade, que coloca pessoas pretas na categoria do Outro em contraposição ao sujeito branco.

O processo de colonização, além de traficar, escravizar e assassinar povos indígenas e africanos, foi responsável por sufocar e apagar culturas, técnicas, práticas e saberes dos povos subjugados. Esse epistemicídio não foi capaz de destruir esses conhecimentos plurais em suas totalidades, mas é inegável que muito foi perdido e nem tudo pôde ser recuperado.

Precisamos problematizar também os não tão raros casos de equipamentos culturais e unidades de informação, como bibliotecas, museus, arquivos, objetos arquitetônicos e locais de memória, que reproduziram e continuam a reproduzir uma narrativa unilateral. Essa história única, termo posto por Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em solo brasileiro é muitas vezes baseada no mito da democracia racial; pondo eurocentrismo em posição de norma enquanto, silenciosa e “despretensiosamente”, esquecem saberes afrocentrados e dos povos originários, ao mesmo tempo em que se prega uma suposta ausência de desigualdades econômicas e sociais entre pessoas brancas, negras e indígenas.

A maneira pulsante como a branquitude opera para a manutenção de um racismo que é estrutural e estruturante não aponta na direção da ausência de conquistas por parte do movimento negro brasileiro e mundial. Petrônio Domingues (2007), ao revisitar as estratégias utilizadas pela população negra organizada desde os tempos da República até meados de 2000, mostra que a luta e a conquista por direitos não é nem nova e nem infrutífera.

As já citadas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e de povos indígenas nas instituições de educação, da básica à superior, em todo o Brasil a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. A ideia de que a educação e o acesso à informação de qualidade se convertam em instrumentos para a diminuição do racismo e a inclusão de pessoas negras e indígenas em setores da sociedade onde sua ausência ainda se faz presente, como o meio acadêmico, os grandes veículos de mídia e o mercado de trabalho formal. Ainda assim, é preciso mais, muito mais.

Emir Suaiden e Cecília Leite (2016) apontam que a informação, juntamente com a cultura e a comunicação, forma um processo de retroalimentação que, moldada pelo contexto em que nasce e se reproduz, visa atender aos interesses daqueles que detém os meios de produção. Considerando o passado escravocrata, e mais

recentemente ditatorial e fascista do Brasil, não é difícil imaginar qual é a cor desses interesses.

Essa retroalimentação, quando subvertida, se mostra um potencial instrumento em promoção da democracia racial e da justiça social. Para isso, é preciso que a informação étnico-racial adentre os diversos setores para que possam ser cristalizadas nas estruturas sociais. Considerando a importância dessa discussão essa informação precisa ser ética e de boa qualidade ou então cairá no senso comum e na inércia.

Entendemos por informação étnico-racial aquela que versa sobre as relações de povos distintos⁵ e contribui para o desenvolvimento do letramento racial⁶. Segundo Alexander William Azevedo (2022, p. 6) “os estudos éticos precisam compreender as contradições existentes na sociedade, suas desigualdades e deficiências para que possa inserir uma contribuição mais conscientizadora”. Assim, a informação étnico-racial só será de capaz de cumprir seu papel quando apoiada em princípios éticos.

Miriam Albuquerque Aquino e Vanessa Alves Santana (2013) apontam que muitos usuários ainda se deparam com instrumentos de organização e representação da informação que “limitam o acesso e uso da informação étnico-racial e suprimem a sua verdadeira relação com o conhecimento” (Aquino; Santana, 2013, p. 24). Evidentemente, uma (boa) parcela de responsabilidade por esse panorama precisa ser atribuído não só a atuação dos profissionais da informação, mas às instituições formativas destes.

Mesmo agora, mais de duas décadas após a implementação da Lei 10.639/2003, nota-se um déficit no ensino das relações étnico-raciais nos cursos de Biblioteconomia e Gestão da Informação no Brasil (Valério; Cunha; Santana; Silva, 2025). Como podem ofertar informação étnico-racial de qualidade e maneira ética se essas competências nunca foram desenvolvidas?

⁵ Isso inclui não apenas a valorização destes, mas o reconhecimento das violências causadas e enfrentadas. Lembrar, para nunca esquecer.

⁶ De acordo com Lia Vainer Schucman (2020), o termo letramento racial foi proposto pela antropóloga afro-americana France Widdance Twine como um conjunto de práticas de leitura crítica e discursiva do mundo, que permite, entre outras coisas, que pessoas brancas adquiram “consciência dos privilégios da branquitude, da estrutura racista da sociedade e como negociam sua branquitude” (Schucman, 2020, p. 188).

Assim, é preciso que os/as profissionais da informação, e principalmente as pessoas docentes destes/as futuros/as profissionais, estejam atentos/as não apenas ao desenvolvimento dessas competências, mas à constante evolução do debate em torno das relações étnico-raciais. A informação étnico-racial é transversal às facetas diversas da informação, desde a construção da memória social, à privacidade e uso dos dados, mas o valor que esta apresenta depende diretamente das mãos que a manipulam.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização dessa pesquisa exploratória e descritiva, a abordagem escolhida foi a qualitativa, por buscar “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32). Para embasamento teórico, foi realizado um levantamento bibliográfico inicial em livros e bases de dados, tais como a *Base de Dados em Ciência da Informação — Brapci* e a *Scielo*. Foi realizada em seguida uma pesquisa documental em legislações nacionais e normativas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por entender que estas se refletem na vivência acadêmica de docentes e discentes.

Ética e Direito da Informação é uma disciplina do tipo obrigatória oferecida às pessoas discentes do 4º período do curso de Gestão da Informação. O curso, que oferta 55 vagas todos os anos, adentrou a grade da UFPE em 2009 e visa formar profissionais com a capacidade de analisar “o contexto informacional”, bem como “a produção e uso da informação nestas realidades [plurais], demonstrando habilidade em entender os diferentes contextos” (UFPE, 2023, p. 25).

A disciplina em questão é responsável por atender *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*, juntamente com as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. No período letivo 2024.2 (de novembro de 2024 até abril de 2025), a disciplina foi ministrada pelo autor em parceria com as coautorias na realização de estágio docência para uma turma com 31 pessoas matriculadas.

A coleta de dados foi feita através de um fórum de discussão online vinculado à disciplina. A bibliografia da aula em questão era

composta por três textos: *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão* de autoria de Nilma Lino Gomes; *Branqueamento e branquitude no Brasil*, escrito por Cida Bento; e *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* de autoria de Kabengele Munanga.

A atividade da aula recorreu ao segundo episódio do podcast *Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil* publicado em setembro de 2022 e intitulado *19 anos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Após a escuta, as pessoas discentes deveriam se questionar, articulando com os textos e o debate em sala de aula: *o que pessoas gestoras da informação precisam aprender em sua formação para promover a educação nas relações étnico-raciais?* As respostas obtidas apontam para direções individuais e coletivas, que, visando melhor visualização e entendimento dos dados, sob a ótica de elementos discursivos em comum nos permitiu categorizá-las em três: a importância da educação das relações étnico-raciais; a naturalização da branquitude; a pessoa gestora da informação na luta antirracista. Para manter o anonimato das pessoas discentes participantes, cada uma delas recebeu como pseudônimo o nome de uma personalidade negra brasileira.

RESULTADOS

Contendo mais de 70 respostas, o fórum nos permite visualizar diversos pontos pertinentes. Um deles é que uma parte considerável das pessoas discentes, saídas da educação básica há menos de uma década, enxergam na educação um forte instrumento na luta antirracista. Muitas entraram em consenso quanto à importância do ensino das relações étnico-raciais nas instituições de ensino, principalmente nas escolas e colégios, pois o público infanto-juvenil desses equipamentos educacionais continua em formação e se mostram mais dispostos a desconstruir ideais racistas e preconceituosos.

Quadro 1 - A importância da educação das relações étnico-raciais

Discente	Resposta
Auta de Souza	“[...] aí vem a importância da mudança na educação da sociedade desde muito pequeno, para que as crianças cresçam tendo compreensão da diversidade, dos grupos étnicos raciais [sic]”
Leônidas da Silva	“[...] o ambiente escolar pode sim ser um lugar privilegiado e favorável para combater ideias preconceituosas”
Lélia Gonzales	“Transformar a educação desde cedo é essencial para que as crianças cresçam valorizando a diversidade étnico-racial e rompendo com essa visão única. Isso não apenas combate preconceitos, mas também prepara as futuras gerações para construir uma sociedade mais justa e plural.”
Dragão do Mar	“Para desconstruir essa ideia do que é ser ‘pessoa’ de acordo com o pensamento europeu é disseminando informações e influenciando pessoas na educação, desde seus primeiros anos na escola até sua completa formação.”
Jackson do Pandeiro	“É importante falar sobre o tema no ambiente escolar, principalmente nos anos iniciais, mas também é necessário dar continuidade, discutir essa questão durante toda a carreira acadêmica dos indivíduos, bem como fora desses ambientes.”
Machado de Assis	“E realmente se mostra necessária a inclusão de mais disciplinas que abordem das questões étnico-raciais, principalmente quando se nota casos onde as instituições parecem colocar tais cadeiras de maneira a apenas ‘cumprir uma cota’, não dando um real valor a elas, [...] podendo até gerar um conhecimento quase superficial.”

Fonte: As pessoas autoras (2025).

Considerando que instituições de ensino e unidades de informação são, como aponta Louis Althusser (1980), aparelhos ideológicos do Estado, é esperado que estas reproduzam o discurso dominante que é não apenas branco, mas também cisgênero, hétero, patriarcal e eurocêntrico. As pessoas discentes expuseram, alguns

ainda de maneira subjetiva, discursos que explicitam o domínio da branquitude sobre vivências dissidentes à norma.

Quadro 2 - A naturalização da branquitude

Discente	Resposta
Tia Ciata	“O que mais me impactou foi perceber que não é possível construir uma sociedade justa sem compreender a construção social e valorizar a contribuição de todos os grupos étnico-raciais envolvidos. Logo, os profissionais de todas as áreas precisam estar envolvidos na causa, incluindo o gestor da informação”
Lima Barreto	“Na reserva Fulni-ô, temos uma escola pública, destinada para a minha comunidade, uma escola indígena. No entanto, a escola sofre muito com cortes de verbas, vagas limitadíssimas e pouca manutenção, obrigando muitos dos meus a estudarem em escolas fora do nosso território, em escolas que não tem essa cautela pela nossa ancestralidade.”
Solano Trindade	“Em um momento, a professora aponta que, em sua primeira experiência de ensino, o quadro de professores era composto por apenas três professores negros, contando com sua recente integração naquele quadro, o que, na sua época, era motivo de grande comoção para aquela sociedade.”
Abdias do Nascimento	“A situação que a professora se deparou em sua primeira experiência de ensino ainda é realidade de muitos(as) educadores(as) no Brasil. Não só no quadro de docentes, mas a realidade é parecida quando olhamos para o número de discentes negros em escolas e/ou faculdades.”
José do Patrocínio	“[...] é possível começarmos a procurar formas de quebrar tais paradigmas [sic] da sociedade que colocam favoritismo em uns e excluem outros, para que consigamos uma maior visibilidade tanto com relação aos povos quanto às suas teorias.
Machado de Assis	“[...] não se deve deixar passar qualquer informação ou conhecimento desses grupos, buscando entender essas informações para compreender a luta e vivências destes, e assim tentar evitar o trágico destino do epistemicídio desse povo.”

Fonte: As pessoas autoras (2025).

Considerando, então, a força de educação na luta antirracista e a maneira como a branquitude opera na sociedade apoiado em diversos aparelhos ideológicos, as pessoas discentes puderam pensar no seu papel como gestoras e gestores da informação.

Quadro 3 - A pessoa gestora da informação na luta antirracista

Discente	Resposta
Lélia Gonzales	“Gestores da informação têm um papel crucial no enfrentamento do racismo, começando por uma compreensão mais profunda da história e das raízes dessa problemática no Brasil. Ter uma visão holística do tema não só aprimora o pensamento crítico e a atuação profissional, mas também promove um impacto positivo em diversos ambientes, sejam eles de trabalho ou sociais. [...] Afinal, a construção de uma sociedade justa exige esforço coletivo e atuação consciente em todas as esferas”
Tia Ciata	“Pessoas gestoras da informação precisam estar munidas de informação para agir com ética e promover educação nas relações étnico-raciais. [...] É papel do gestor conhecer os diferentes grupos étnico-raciais, identificar as relações que atravessam esses grupos, observar os fluxos informacionais e seus sujeitos informacionais. [...] É preciso seguir falando e, principalmente, ouvindo.”
Solano Trindade	“É fundamental que os gestores da informação estejam preparados para disseminar informações que contribuam para a implementação de políticas públicas como as Diretrizes Curriculares Nacionais.”
Lima Barreto	“Percebo que é fundamental na formação do gestor da informação, ter em sua grade curricular, uma disciplina exclusiva para debater como as informações percorrem em pessoas de diferentes etnias, com culturas informacionais diferentes.”
Zumbi dos Palmares	“Nós, como futuros gestores da informação, temos a responsabilidade de aprender a valorizar e representar a diversidade cultural e racial nos espaços onde atuamos. [...] Isso exige entender o racismo estrutural e trabalhar para combatê-lo, tanto na escolha e curadoria de acervos quanto na forma como promovemos o acesso à informação. Além

Discente	Resposta
	disso, precisamos criar oportunidades de diálogo e reflexão, incentivando o uso da informação como ferramenta para quebrar preconceitos e construir uma sociedade mais justa. Não somos apenas organizadores de dados informações, mas facilitadores de mudanças sociais, e isso começa com uma formação que nos ensine a enxergar e respeitar as diferenças como base da nossa atuação.”
Maria Firmina dos Reis	“Nesse contexto, creio que o Gestor da Informação tenha um papel muito importante nisso, precisam não apenas reconhecer a pluralidade dos grupos étnico-raciais e seus fluxos informacionais, mas também entender como o racismo estrutural impacta o acesso e distribuição de informações, pode ajudar a construir um ambiente informacional mais inclusivo às questões étnico-raciais, reforçando o papel da informação na transformação social. E por fim é importante também, participar na elaboração de políticas que assegurem a inclusão e o acesso igualitário à informação por parte de todos os grupos sociais.”
Machado de Assis	“No processo educacional do gestor da informação, se mostra necessária que ele compreenda a sua função como um manuseador da informação em sociedade, ou seja, ele não é um simples manipulador de dados sem significado, mas aquele que irá trabalhar constantemente com o processo natural humano de gerar conhecimento.”
Adhemar Ferreira da Silva	“Em meu ponto de vista, conhecimentos fundamentais para gestores da informação de forma a promover a educação das relações étnico-raciais são a capacidade de implementar uma catalogação inclusiva que vise evitar representações que acabem por perpetuar preconceitos raciais e o incentivo à equidade de como decisões na gestão podem impactar em relação a comunidades racializadas.”

Fonte: As pessoas autoras (2025).

É preciso destacar a posição crítica de boa parte das respostas. Fica evidente que após a leitura dos textos e dos debates acerca

dessas produções em sala de aula, as pessoas discentes conseguem enxergar uma persistente escassez dessas discussões no âmbito acadêmico e a falta de um repertório de instrumentos e práticas que possibilitem a gestão ética da informação étnico-racial (Aquino; Santana, 2013; Santos; Valério, 2019). Nota-se, assim, o surgimento de um compromisso ético desses futuros profissionais com a gestão da informação étnico-racial, mas que precisa que a academia se converta em ambiente fértil para que possa florescer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer como opera a branquitude e sua herança colonial nem sempre é uma tarefa fácil. Enraizadas na sociedade, buscam reproduzir o que entendemos por história única, enquanto promove o epistemicídio dos saberes afro-brasileiros e indígenas. A informação étnico-racial, quando eticamente manuseada e apoiada em política públicas, se mostra uma das mais importantes armas na luta antirracista.

Evidentemente, não há como assegurar que as respostas das pessoas discentes postas anteriormente não partam de um lugar performático; afinal, foram recolhidas de uma atividade, o que pode gerar ideias preconcebidas de uma resposta “certa” e das expectativas docentes que levaram à sua elaboração. A ausência de respostas contraditórias não pressupõe uma sala formada única e exclusivamente por pessoas antirracistas.

Porém, participar da luta antirracista e decolonial é sobre somar forças e desenvolver as possíveis alianças que se apresentam. Ainda assim, pontos em comuns entre as respostas, sejam elas sinceras ou não, expõe a estrutura que mantém a roda da opressão girando. O déficit curricular, da educação básica à superior, parece ser o grande desafio que ainda enfrentamos.

É preciso voltar nosso olhar, enquanto área científica, para a formação dessas pessoas que vão atuar, seja na atuação profissional ou na pesquisa, futuramente. Revisar os projetos pedagógicos, desenvolver pesquisas práticas, ouvir ativamente as vozes que por tanto foram silenciadas. São algumas das ações que podemos tomar em prol de uma Ciência da Informação menos branca e mais diversa.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Rio de Janeiro: Cia. Das Letras, 2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.
- AQUINO, Mirian Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17–36, 2013.
- AZEVEDO, Alexander William. Ética profissional em gestão da informação: uma proposição a partir do código de conduta Bushidô. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. número especial, p. 1–13, 2022.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CHAUI, Marilena. **Sobre a violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- GARCÊS-DA -SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra:** das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- JESUS, Elizabeth Maria Freire de. Ética da Informação e Ética em Inteligência Artificial: aproximação necessária, mas incipiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2022, Porto Alegre. **Anais [...].** Porto Alegre: Ancib, 2023. p. 1-15.

PEREIRA, Amilcar. O Movimento Negro Brasileiro e a Lei Nº 10.693/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 13-30, 27 abr. 2017.

SALCEDO, Diego; CRUZ, Marcílio; BEZERRA, Vinícius; CARNEIRO, Cíntia. Conexão e distanciamento conceitual entre filosofia, ética e direito da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], v. 14, n. 1, 2019.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; VALÉRIO, Erinaldo Dias. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do(a) bibliotecário(a). **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 5, p. 14-23, 2019

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. Ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Imagens da branquitude:** a presença da ausência. Rio de Janeiro: Cia. Das Letras, 2024.

STEIMER, Isadora dos Santos Garrido; CRIPPA, Giulia. Curadoria e crítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, 2017.

SUAIDEN, Emir José; LEITE, Cecília. **Cultura da informação:** os valores na construção do conhecimento. Curitiba: CRV, 2016.

UFPE. **Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Gestão da Informação:** Perfil 103.2. Recife: UFPE, 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CUNHA, Ísis Trindade da Silva; SANTANA, Édla Barbosa de; SILVA, André Luiz Avelino da. Desenvolvimento de competência em informação antirracista: perspectivas e desafios entre estudantes de Biblioteconomia e Gestão da Informação no Nordeste. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, p. e38174, 2025.

CAPÍTULO

A INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA COLEÇÃO PPGCI-IBICT 50 ANOS

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Stella Moreira Dourado

Daniel Strauch Ribeiro

INTRODUÇÃO

A injustiça epistêmica se manifesta através de processos cognitivos que restringem e distorcem a compreensão dos indivíduos acerca de sua realidade sociopolítica e de sua própria subjetividade (Dalaqua, 2020). Assim, os efeitos dessa modalidade de injustiça transcendem o âmbito individual, e repercute igualmente nas estruturas e dinâmicas dos sistemas de produção de conhecimento (Castro, 2020; Fricker, 2007). Em sua teoria seminal sobre o tema das injustiças epistêmicas, Miranda Fricker (2007) entende que a injustiça epistêmica consiste no prejuízo infligido aos sujeitos em sua condição de agentes do conhecimento, o qual afeta uma dimensão fundamental de sua humanidade.

Para o combate às injustiças epistêmicas e sociais, diversos movimentos e conceitos foram elaborados. A compreensão dos fundamentos e práticas da informação, como um fenômeno social, histórico e cultural, requer a adoção de uma abordagem interdisciplinar, visando a uma análise mais abrangente e aprofundada. O fenômeno informacional é caracterizado por artefatos sociais e é resultado da construção de sentido. Para compreendê-lo adequadamente, é necessário considerar as dinâmicas das relações sociais e práticas que influenciam as formas de expressão,

comunicação, registro, organização, disseminação, acesso, uso e apropriação da informação (Santos; Aquino, 2016).

Conforme argumentado por Marteleteo (1995), a informação está relacionada à maneira como os sujeitos se relacionam com a realidade e aos artefatos criados por meio dessas relações e práticas sociais. A autora descreve a informação como um fenômeno de configuração complexa ou incerta, que pode ser compreendido tanto como um processo quanto como um produto e sempre possui uma “probabilidade de sentido” (Marteleteo, 1995, p. 2).

É nessa relação que a informação étnico-racial se estabelece. Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o conceito de informação étnico-racial está vinculado a dados, registros, conhecimentos e representações documentais e informacionais que dizem respeito a identidades, culturas, histórias, memórias e experiências de grupos étnico-raciais em nosso país, com ênfase em suas particularidades socioculturais, lutas políticas e contribuições históricas (Oliveira; Aquino, 2012).

Conforme sua política editorial, a Editora IBICT parte de um compromisso firme com as melhores práticas de publicação, incluindo transparência, ética e acessibilidade no processo editorial. Além disso, seu princípio 7 versa sobre “Promover a publicação de obras que valorizem e deem visibilidade à história, cultura, saberes e memórias de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, povos indígenas, população LGBTQIAP+, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros” (Editora Ibict, 2024a, p. 4).

Nesse sentido, esta investigação questiona: Como a informação étnico-racial está contemplada nas obras da Coleção PPGCI-IBICT 50 anos, publicadas pela Editora IBICT? Esta é a pergunta que direciona esta investigação, cujo objetivo é analisar presença da informação étnico-racial e os debates étnico-raciais nas publicações da Coleção PPGCI-IBICT 50 anos.

Como estrutura, este texto apresenta os aspectos metodológicos que delineiam a pesquisa, uma breve revisão de literatura sobre a Coleção e a análise dos resultados seguido das considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa básica, de cunho exploratório e descritivo, a qual buscou termos referentes às questões étnico-raciais e à informação étnico-racial nas obras publicadas pela Editora IBICT, na Coleção 50 anos PPGCI IBICT. Para a recuperação das obras relevantes à proposta, os 32 termos foram pesquisados um a um dentro de cada obra, publicadas no período de 2020 a 2024, conforme a seguir: “Negr* (negra, negro, negritude)”, “Afr* (africana, africano, afro, afro-brasileiro, afro-brasileira, África, afrodescendente)”, “Identidade negra”, “Identidade étnico-racial”, “Identidade racial”, “população negra”, “quilombolas”, “Quilombo”, “raça”, “racismo (recreativo, ambiental, institucional, individual, recreativo, epistêmico)”, “colorismo”, “microagressões raciais”, “protagonismo negro”, “epistemologias negras”, “epistemologias africanas”, “epistemologias afrodiáspóricas”, “diáspora africana”, “diversidade étnico-racial”, “branquitude”, “privilegio racial”, “colonialismo”, “dororidade”, “sororidade”, “pretagogia”, “afroladina”, “afrolatinoamericana”, “educação das relações étnico-raciais”, “relações étnico-raciais”, “cultura africana”, “cultura negra”, “cultura afro-brasileira” e “história da África”. Posteriormente, foi elaborada uma planilha eletrônica que possibilitou a análise dos dados e a busca pela informação étnico-racial no texto.

DA EDITRORA DO IBICT ATÉ A COLEÇÃO IBICT 50 ANOS

A Editora Ibict, vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), desempenha um papel fundamental no âmbito da divulgação científica, atuando como um mecanismo estratégico para a promoção de inovações, produtos e serviços desenvolvidos pela instituição. Sua atuação editorial visa não apenas impulsionar o avanço da pesquisa em Ciência da Informação (CI), mas também consolidar um espaço de referência para a publicação de estudos científicos de relevância nacional e internacional. Ao priorizar práticas editoriais transparentes, éticas e inclusivas, a Editora Ibict busca ampliar o impacto da produção acadêmica brasileira, estabelecendo diálogos com a comunidade científica global (Dourado; Garcês-da-Silva, Ribeiro, 2024; Editora Ibict, 2024a, 2024b).

A fim de assegurar a qualidade e a organização de suas publicações, a partir de 2024, a Editora Ibiti passou a adotar uma política editorial bem delineada, conforme proposto por Bufrem (2009). Essa política regulamenta os procedimentos de submissão e avaliação de manuscritos, as interações entre autores, editores e revisores, a formação de comitês editoriais especializados e a definição de eixos temáticos prioritários. Dessa forma, garante-se a manutenção de padrões editoriais rigorosos, contribuindo para o fortalecimento da CI no Brasil.

Dentre suas coleções está a Coleção IBICT 50 anos, fruto de uma colaboração entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibiti) representado por sua Editora, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o selo Nyota, a qual visa celebrar os 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) — uma iniciativa conjunta do Ibiti e da UFRJ — e também marca o cinquentenário da Ciência da Informação na América Latina e no Caribe. O Programa tem suas raízes no Curso de Documentação Científica (CDC), criado pelo IBICT em 1955 como uma especialização que funcionou por 35 anos sem interrupções. Em 1970, o IBICT lançou o primeiro mestrado em Ciência da Informação do Brasil e da América Latina, marcando o início dessa área de conhecimento na região (Souza; Carvalho; Ramos, 2020).

Nos primeiros anos, o corpo docente contou com renomados professores internacionais, como Tefko Saracevic, Wilfrid Lancaster, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, Derek Langridge, John Joseph Eyre, Engetraut Dahlberg, Suman Datta e Derek de Solla Price. Muitos deles também orientaram as primeiras dissertações do programa. O Doutorado em Ciência da Informação foi implementado posteriormente, em 1994, consolidando a trajetória acadêmica do IBICT na área (Souza; Carvalho; Ramos, 2020).

Retomando a Coleção IBICT 50 anos, ao total, no período de 2020 a 2024, foram publicadas 22 obras (Quadro 1) distribuídas em diversas abordagens temáticas e áreas, tais como estudos histórico-epistemológicos, organização do conhecimento, inovação, informação em saúde, ciência aberta, comunicação científica, estudos métricos, entre outros.

Quadro 1 – Relação de obras pertencentes à Coleção 50 anos PPGCI IBICT-UFRJ.

#	Tipo	Referência
1	Autor individual	SALDANHA, Gustavo. Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica. Rio de Janeiro: Ibitc, 2020. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/297 .
2	Coletânea	SALDANHA Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo M. (org.). Ciência da Informação: sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/299 .
3	Coletânea	ISSBERNER, Liz-Rejane (org.). Ecologia, Informação e Inovação: 15 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/283
4	Coletânea	MARTELETO, Regina Maria; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal (org.). Cultura, conhecimento e mediação de saberes em saúde: diálogos da informação e da educação popular. Rio de Janeiro: Ibitc, 2021. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/287 .
5	Coletânea	PIMENTA, Ricardo M.; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). Informação e Memória: perspectivas em movimento. Rio de Janeiro: Ibitc, 2021. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/294 .
6	Coletânea	SALES, Luana Farias; et al. (org.). Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa. Rio de Janeiro: Ibitc, 2024. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/343 .
7	Coletânea	PRÍNCIPE, Eloísa; RODE, Sigmar de Mello (org.). Comunicação científica aberta. Rio de Janeiro: Ibitc, 2023. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/295 .
8	Coletânea	SOUZA, Rosali Fernandez de; SALES, Luana; SALDANHA, Gustavo (org.). Teorias e domínios emergentes em organização do conhecimento. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/303 .

9	Coletânea	SOUZA, Rosali Fernandez de; SALES, Luana Faria; SALDANHA, Gustavo (org.). Epistemologia da organização do conhecimento. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/304 .
10	Coletânea	BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.). Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/281 .
11	Coletânea	ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende; ITABORAHY, Anderson Luis Cambraia (org.). Os múltiplos cenários da informação tecnológica no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Ibitc, 2023. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/280 .
12	Coletânea	FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria (org.). Comunicação científica em rede. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/282 .
13	Autor individual	PÉREZ-MONTORO, Mario. Comunicación visual de la información: qué y cómo podemos narrar con datos. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/292 .
14	Coletânea	SALES, Luana Farias; VIOLA, Carla Maria Martellote (org.). Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação. Rio de Janeiro: Ibitc, 2021. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/301 .
15	Autor individual	MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Contribuições francesas para a institucionalização da arquivologia brasileira. Rio de Janeiro: Ibitc, 2021. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/288 .
16	Coletânea	SCHNEIDER, Marco (org.). In(com)formação: Marco Schneider entrevista. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/302 .
17	Coletânea	SOUZA, Rosali Fernandez de; SALES, Luana Faria; SALDANHA, Gustavo (org.). Sistemas de organização do conhecimento: territórios contemporâneos. Rio de Janeiro: Ibitc, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/305 .

18	Coletânea	PINHEIRO, Lena Vânia; GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). Filosofia e história da Ciência da Informação: travessias especulativas e praxiológicas. Rio de Janeiro: Ibict, 2023. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/296 .
19	Coletânea	MARTELETO, Regina; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). A mediação dos saberes em perspectiva: V Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/291 .
20	Coletânea	ALMEIDA, Tatiana de; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). História e memória da organização do conhecimento no Brasil: percursos e releituras. Rio de Janeiro: Ibict, 2021. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/279 .
21	Coletânea	MARTELETO, Regina; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). Yves Jeanneret: trivialidades e mediações da cultura - V Jornada Científica Internacional da Rede Mussi. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/286 .
22	Coletânea	SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). Teorias críticas em organização do conhecimento. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. Disponível em: https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/298 .

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

ANÁLISE DA COLEÇÃO 50 ANOS PPGCI-IBICT

Ao total, as 22 obras foram analisadas com vistas a encontrar a informação étnico-racial e o debate étnico-racial. Dos 32 termos buscados, 18 aparecem em 13 obras da Coleção. Os termos que não retornaram foram afroladina, afrolatinoamericana, colorismo, diversidade étnico-racial, dororidade, educação das relações étnico-raciais, epistemologias negras, africanas e afrodiáspóricas, identidade negra, história da África, pretagogia, quilombo e sororidade.

Figura 1 – Nuvem de palavras representando os termos mais encontrados na Coleção 50 anos PPGCI IBICT



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dentre aqueles termos mais representativos na Coleção, o termo *Negr**, o qual se refere a negro(a) e negritude, recuperou 172 vezes, principalmente nas obras 22, 1, 2 e 19. Em segundo elencamos o radical *Afr**, que abarcou africana(o), afro, afro-brasileiro(a), África e afrodescendente, retornou um total de 90 vezes, em cinco obras, a saber, conforme o quadro 1, o livro 22, 19, 16, 1 e 2. O termo “raça” recuperou 44 vezes, sobretudo nas obras 22 e 1, seguido do termo “colonialismo”, recuperado 33 vezes nas obras 22, 19 e 2 e o “racismo”, o qual se subdivide entre racismo institucional, individual, epistêmico, recreativo, linguístico, entre outros, obteve 22 retornos entre as obras 22, 2, 1 e 19.

Ao avaliar as obras que mais apresentam termos relacionados à informação étnico-racial e as questões étnico-raciais, identificamos três obras da Coleção, a saber: a) “Teorias críticas em organização do conhecimento”, organizado por Gustavo Silva Saldanha, Tatiana de Almeida e Naira Silveira com 215 itens, seguido por b) “Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica”, de Gustavo Saldanha, com 64 itens, e c) “Ciência da Informação: sociedade, crítica e inovação”, Gustavo Saldanha, Paulo César Castro e Ricardo Medeiros Pimenta com 38 itens.

A (a) primeira obra é uma coletânea, na qual encontramos olhar para a Organização do conhecimento constituído em oito capítulos. Esta obra foi aquela que mais retornou termos pesquisados ao longo desta investigação, pois de 32 termos analisados, englobou 215

retornos para 18 deles. Quando analisamos os capítulos e as autorias, constatamos que a obra contou com uma representatividade negra na autoria dos capítulos escritos e também na organização da referida obra. Ademais, quatro dos oito capítulos abordam temas com informação étnico-racial, tais como a relação entre bibliografia e literatura de povos tradicionais (Machado; Saldanha, 2022), protagonismo bibliotecário negro em organização do conhecimento (Silva, 2022), teorias críticas utilizadas por autorias latino-americanas em organização do conhecimento (Garcez; Sales, 2022) e Teoria crítica e colonialidade em organização do conhecimento (Lima, 2022). Nesta toada, entendemos que esta obra reflete uma diversidade epistêmica e apresenta a informação étnico-racial e os debates étnico-raciais a partir da publicação de capítulos com diferentes enfoques e interseccionalidades direcionados pela OC. Enquanto isso, a (b) segunda obra, de autoria única, apresenta uma perspectiva epistemológica histórico-crítica da Ciência da Informação (Saldanha, 2020), a qual engloba, sobretudo em seu posfácio (Menezes, 2020) e prefácio (Silva, 2020), escritas críticas acerca do epistemicídio seus reflexos nas contribuições de povos negros e outros racializados para a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Por fim, a (c) terceira obra, a qual retornou 38 itens, as reflexões de docentes do PPGCI IBICT distribuídas em duas linhas de pesquisa, a saber: a linha 1, a qual engloba comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento, e a linha 2, cujo enfoque está nas configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação. Destacam-se alguns textos que abordam a organização do grupo de pesquisa Ecce Liber e o enfoque em organização dos saberes, incluindo aqueles colocados às margens (Saldanha, 2022), bem como o debate acerca de grupos vulneráveis e a produção de conhecimento acerca dos mesmos (Bezerra, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A injustiça epistêmica configura-se, fundamentalmente, como um processo de exclusão que compromete a capacidade de determinados sujeitos ou grupos sociais de participarem plenamente na produção, circulação e conservação do conhecimento (Fricker, 2007; Silva, Garcez & Silva, 2022). Entendemos que a publicação de

conhecimento científico visibilizado por intermédio de uma editora institucional, como é o caso da Editora IBICT, pode ser inserido pela comunidade acadêmica em diversas esferas da Ciência da Informação, as quais englobam o ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa apontou que a Coleção abarca a informação étnico-racial contemplando capítulos escritos por pessoas bibliotecárias negras ou cientistas da informação cuja trajetória está ancorada na relação entre estudos negros, afrodiáspóricos e africanos e o campo biblioteconômico-informacional. Constatamos ainda que obras organizadas e/ou escritas por docentes do PPGCI-IBICT que possuem projetos e orientações de mestrado voltadas para perspectivas críticas dentro do campo apresentam maior representatividade da informação étnico-racial, do que aqueles que não se vinculam.

Entendemos, assim, que a Editora IBICT pode enfocar ainda mais em publicações a partir de e sobre povos negros e outras comunidades tradicionais, com vistas a contribuir para a comunicação da informação étnico-racial científica, da valorização e preservação das agências epistêmicas e das expressões socioculturais desses grupos, de forma a promover a diversidade no campo editorial.

REFERÊNCIAS

BUFREM, Leilah S. Política editorial universitária por uma crítica à prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p.23-36, jan./abr. 2009. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23580/19043>. Acesso em: 05 mai. 2025.

CASTRO, Flávia Rodrigues de. **Refúgio e injustiça epistêmica**: uma análise a partir do Brasil. 2020. 251 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

DALAQUA, Gustavo Hessmann. Liberdade democrática como desenvolvimento de si, resistência à opressão e à injustiça epistêmica. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 43, n. 3, p. 213-234, Jul./Set., 2020. DOI: 10.1590/0101-3173.2020.v43n3.14.p213.

DOURADO, Stella Moreira; GARCÉS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; RIBEIRO, Daniel Strauch. Processo construtivo da política editorial da Editora IBICT:

elaboração a partir de padrões nacionais e internacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB, 24., 2024, Vitória. Anais [...]* Vitória: UFES, 2024.

EDITORA IBICT. Política Editorial da Editora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (minuta). Brasília: IBICT, 2024a.

EDITORA IBICT. Sobre. Brasília: IBICT, 2024b. Disponível em:
<https://editora.prd.ibict.br/sobre/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice:** Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GARCES, Dirnéle C.; SALES, Teorias críticas utilizadas por autores latino-americanos em Organização do conhecimento. *In: SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). Teorias críticas em organização do conhecimento.* Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 72-91.

LIMA, Graziela S. Teoria crítica da colonialidade na Organização do Conhecimento. *In: SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). Teorias críticas em organização do conhecimento.* Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 109-133.

MACHADO, Elisa C.; SALDANHA, Gustavo. A bibliografia e a literatura de povos e comunidades tradicionais no Brasil. *In: SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). Teorias críticas em organização do conhecimento.* Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 21-35.

MARTELETO, Regina. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego de conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995.

MENEZES, Vinícius Souza. Prefácio: a informação e o epistemicídio do sentido (tautologia desnecessária). *In: SALDANHA, Gustavo.* **Ciência da Informação:** crítica epistemológica e historiográfica. Rio de Janeiro: Ibict, 2020. p. 18-25.

OLIVEIRA, Henry P. C.; AQUINO, Miriam A. O conceito de informação etnicoracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-491, 2012. DOI: 10.18617/liinc.v8i2.453.

SALDANHA Gustavo. Entre a Carta VII de Platão e a democracia documentária: matrizes e exercícios de travessia dos 10 anos do grupo de pesquisa Ecce liber. In: SALDANHA Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo M. (org.). **Ciência da Informação:** sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 171-188.

SANTOS, Thais Hellen do Nascimento; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Entre os estudos culturais e a ciência da informação: fontes de informação com a temática étnico-racial. **Informação e Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 29-55, jan./abr. 2016.

SILVA, Franciéle C. G. Posfácio: Mais de cem anos de resistência epistemológica: a Biblioteconomia Negra e a invenção da Ciência da Informação. In: SALDANHA, Gustavo. **Ciência da Informação:** crítica epistemológica e historiográfica. Rio de Janeiro: Ibict, 2020. p. 18-25.

SILVA, Franciéle C. G. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial Duboisiana. In: SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). **Teorias críticas em organização do conhecimento.** Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 73-91.

SOUZA, Rosali Fernandez de; CARVALHO, Priscila Ramos; RAMOS, Marcos Gonçalves. 50 anos do PPGCI IBICT: análise textual da produção científica com Iramuteq. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 117-141, 2020.

UNITED NATIONS. **The sustainable development goals report.** New York: United Nations Publications, 2024.

CAPÍTULO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM PERNAMBUCO

Ísis Trindade da Silva Cunha

Erinaldo Dias Valério

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a produção científica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre relações étnico-raciais, com foco na população negra no período de 2011 a 2024. Como referencial teórico elucida-se sobre a importância do debate das relações étnico-raciais com foco na população negra no âmbito da Ciência da Informação. Assim, o presente estudo oferece um panorama atualizado das produções do PPGCI/UFPE sobre temas voltados à população negra, além de contribuir para a atualização de dados de estudos propostos por outros pesquisadores.

A escolha do tema reflete o compromisso pessoal e profissional, quanto das autorias quanto pessoas negras e bibliotecárias com a promoção da equidade racial e com a valorização da diversidade na produção e mediação da informação.

O capítulo está estruturado com a presente introdução, seguida pela discussão das relações étnico-raciais, sucedida pela descrição

dos aspectos metodológicos, coleta e análise dos dados, por fim têm-se a discussão dos resultados e as considerações finais.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As relações étnico-raciais no Brasil nos convidam a refletir sobre a posição da população negra em um país marcado por um racismo muitas vezes dissimulado. Este espaço de discussão é de grande importância para identificar e combater atitudes e ideias racistas. Nesse sentido, torna-se fundamental vincular essa temática aos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, considerando a responsabilidade dos profissionais da informação e da formação acadêmica na disseminação e facilitação do acesso à informação.

Sueli Carneiro (2005) indica que, no contexto brasileiro, o mito da democracia racial seria uma ferramenta estratégica atenuando as tensões étnico-raciais. Tal fato acaba por fortalecer a descredibilização das narrativas, vozes e saberes da população negra no ambiente acadêmico, tornando a presente discussão ainda mais pertinente.

Carneiro (2005) evidencia que essa dinâmica de poder se manifesta historicamente na produção de conhecimento sobre a população negra. Desde o final do século XIX, observa-se um aumento contínuo da objetivação do negro nas ciências sociais brasileiras, iniciando esse movimento com a antropologia e evoluindo para estudos sobre relações e desigualdades raciais. Ao longo do século XX, proliferaram institutos e núcleos de estudos africanos ou de relações raciais, frequentemente liderados por intelectuais brancos que se tornaram especialistas na temática do “negro”. Essa apropriação de saberes e instituições por brancos não apenas moldou interpretações, mas também formas de construir a identidade para a população negra.

Apesar da luta e resistência da população negra e dos movimentos sociais negros, que alcançaram importantes conquistas educacionais como a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade em 2004 e a aprovação da Lei 10.639/2003, da resolução CNE/CP 01/2004 e do parecer CNE/CP 03/2004, que estabeleceram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana, como nos traz Gomes (2011), a implementação dessas leis enfrenta inúmeras barreiras. Pereira (2016) complementa, a falta de materiais didáticos adequados, a necessidade de formação docente e a persistente resistência da sociedade em debater e enfrentar o racismo são exemplos dessas dificuldades.

No ensino superior e na produção científica, essas dificuldades se intensificam, pois esses espaços podem se tornar canais de perpetuação de uma lógica injusta em relação ao conhecimento produzido pela população negra e por outros grupos subordinados pela hegemonia racista, como bem pontuado por Silva, Garcez e Silva (2022).

Carneiro (2005) também traz para o debate o dualismo entre o discurso militante e o discurso acadêmico como manifestação contemporânea do epistemicídio, apagamento dos saberes não hegemônicos, nas universidades brasileiras. Nessa dinâmica, o saber produzido pelo ativismo negro sobre a população negra é desvalorizado ao passo que o conhecimento da população negra produzido por pesquisadores brancos recebe tal validação. Isso se evidencia nas listas bibliográficas, onde autores negros não brasileiros são mais frequentemente citados, e no limitado número de intelectuais negros brasileiros que alcançam reconhecimento nacional e internacional. Carneiro (2005) pontua que os ativistas negros, com raras exceções, são vistos por especialistas como fontes de informação, mas não como detentores de autoridade no assunto, enquanto pesquisadores negros são frequentemente reduzidos à condição de fonte, não sendo considerados interlocutores plenos no diálogo acadêmico, ou são confinados exclusivamente ao tema da negritude. Entretanto, Carneiro (2005) traz a positiva reflexão dos avanços da população negra no âmbito das relações raciais, que têm elevado uma parcela da militância negra de uma posição de passividade para a de produtora de conhecimento original, com um reconhecimento de sua capacidade de análise sobre suas próprias questões.

Esses fatos reforçam a urgência de promover discussões sobre as relações étnico-raciais no ensino superior e nos programas de pós-graduação, especialmente na Ciência da Informação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utiliza uma abordagem qualquantitativa, pois como coloca Mattos (2020), apresenta dados estatísticos e subjetivos provenientes das análises do material coletado. Ainda de acordo com Mattos (2020), quanto a seus objetivos a pesquisa caracteriza-se como exploratória, já que oferece uma visão geral sobre a produção científica do PPGCI/UFPE no que diz respeito as relações étnico-raciais, como descritiva, uma vez que descreve as características desta produção.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) quanto a seus procedimentos a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois realiza levantamento das referências sobre as temáticas que desenvolve e documental, uma vez que realizou levantamento de material anteriormente produzido.

A partir da delimitação do recorte temporal da pesquisa (2011-2024) foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave de todas as dissertações e teses disponíveis no Attena, Repositório Digital da UFPE neste período na subcomunidade da Pós-Graduação em Ciência da Informação e identificados os estudos que tratavam da temática das relações étnico-raciais. Na etapa seguinte foram realizadas as leituras das dissertações e tese que tratavam da temática com o intuito de compreender se havia alguma tendência temática dos assuntos relacionados as relações étnico-raciais com foco na população negra entre as publicações analisadas. Por fim foram elaboradas as discussões e as representações dos resultados obtidos.

RESULTADOS

Visando atingir o objetivo desta pesquisa, de analisar a presença da temática das relações étnico-raciais com foco na população negra nas produções do PPGCI/UFPE foi realizada a análise e a coleta das dissertações e teses em Ciência da Informação na página do Attena, Repositório Digital da UFPE, <https://repositorio.ufpe.br/>, em Comunidades, na opção Teses e Dissertações e então selecionada a subcomunidade Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. A subcomunidade consultada possuía um total de 219 documentos, sendo 191 dissertações e 28 teses. Foram consideradas as pesquisas depositadas entre os anos de 2011 e 2024. Dentre as 219

dissertações e teses analisadas foram identificadas nove dissertações e duas teses que trazem em sua discussão temáticas pertinentes as relações étnico-raciais com foco na população negra. Porém não foi possível ter acesso integral a dissertação AS MEMÓRIAS E OS LUGARES DE MEMÓRIA NA BIOGRAFIA DE MAHOMMAH GARDO BAQUAQUA de autoria de Ana Cristina Vieira, que está embargada até a data de 20 de agosto de 2026. Esta ocorrência reduz o *corpus* analisado a oito dissertações e duas teses, totalizando o resultado da coleta em 10 pesquisas.

Das 10 pesquisas, nas quais foram identificadas discussões relacionadas a temática étnico-raciais com foco na população negra, foi possível verificar que cindo dissertações e uma tese trazem a população negra num papel de coadjuvante como objeto de estudo para verificar as hipóteses das problemáticas propostas ou até mesmo citada como consequências dos resultados obtidos pelas pesquisas. Já três das dissertações e uma tese tem suas discussões totalmente voltadas para a população negra em relação aos problemas de pesquisa propostos, como é possível verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações e teses que abordam a temática das relações étnico-raciais.

Título	Autor	Ano	Categoria da pesquisa
Políticas públicas – preservação de manifestações culturais: o papel social da FUNDARPE	Helena Azevedo	2011	Dissertação
Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC	Erinaldo Dias Valério	2014	Dissertação
A história e a cultura africana e afro-brasileira: Lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq	Nicácia Lina do Carmo	2015	Dissertação
Aspectos memoriais da produção bibliográfica de Francisco Solano Trindade	Juliana Cysneiros Sande Carvalho	2016	Dissertação

Título	Autor	Ano	Categoria da pesquisa
Curadoria digital: recomendações para acervos de objetos culturais digitais	Faysa de Maria Oliveira e Silva	2017	Dissertação
O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife - PE	Daiane Silva Carvalho	2017	Dissertação
Anais da Faculdade de Medicina do Recife: memória invisível da pobreza e da determinação social da saúde entre 1934 e 1940	Verônica de Almeida Silva	2020	Dissertação
A nossa história contada em primeira pessoa: a oralidade como fonte de informação para continuidade da memória e produção de conhecimento dentro de quilombos urbanos	Amanda Carla Ganimo do Nascimento	2023	Dissertação
Mestra Joana Cavalcante e o Maracatu Baque Mulher: protagonismo e empoderamento feminino na reconstrução da cultura afro-brasileira	Ana Lúcia Tavares de Oliveira	2023	Tese
Aspectos éticos da indexação nos repositórios institucionais do nordeste brasileiro	Roseane Souza de Mendonça	2024	Tese

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A dissertação *Políticas públicas - preservação de manifestações culturais: o papel social da FUNDARPE*, concebida por Helena Azevedo, por exemplo, trata da aplicação da política pública cultural do Estado como instrumento garantidor da preservação das manifestações culturais, utilizando como um de seus objetos de estudo o Ponto de Cultura Usina de Revitalização Nêgo do Timbó, localizado em Garanhuns, agreste Pernambucano. Discutindo fundamentalmente as políticas culturais e trazendo a população negra como grupo estudado ante a aplicação de tais políticas.

Na pesquisa *Aspectos memoriais da produção bibliográfica de Francisco Solano Trindade*, de autoria de Juliana Cysneiros Sande Carvalho, que se propõe a identificar as temáticas relacionadas as questões políticas, econômicas e sociais presentes nas obras de Solano Trindade e como este material pode contribuir para a construção da memória social negra, a pesquisa ainda predominante mente sobre as questões de Memória.

Faysa de Maria Oliveira e Silva, na pesquisa *Curadoria digital: recomendações para acervos de objetos culturais digitais*, conduz uma análise das etapas de aplicação do modelo DCC&U – Extended Digital Curation Lifecycle Model de curadoria digital e quais contribuições poderia trazer para garantir a preservação, disponibilização e acesso a longo prazo para acervos de objetos culturais digitais, utilizando como objeto de estudo o projeto Afrobrasileiro, fruto de uma parceria da UFPE com o Ministério da Cultura.

Na dissertação *O caráter da produção, organização e uso da informação em museus: o caso do Museu da Abolição em Recife – PE*, Daiane Silva Carvalho investiga a organização, disponibilização e uso da informação a partir da documentação museológica, tendo como objeto de estudo o sistema de documentação do Museu da Abolição. Embora a temática do museu seja integralmente voltada para a população negra e a dissertação discorra bastante sobre o local, as problemáticas da população negra não são contempladas.

Em sua pesquisa, *Anais da Faculdade de Medicina do Recife: memória invisível da pobreza e da determinação social*, Verônica de Almeida Silva discute o retrato social da pobreza e do adoecimento por meio da informação médico-científica presente no Anais da Faculdade de Medicina do Recife na década de 1930, que como resultado apontou a população composta por pardos e pretos como a mais atingida por doenças devido a pouca estrutura de seus locais de habitação e o restrito acesso a saúde e consequentemente a parcela da população mais citada na literatura estudada.

Na tese *Aspectos éticos da indexação nos repositórios institucionais do nordeste brasileiro* a autora, Roseane Souza de Mendonça, buscou verificar como Re却itórios Institucionais (RI) de universidades públicas federais da região nordeste do Brasil estão realizando a atividade de indexação, levando em consideração aspectos éticos, realizando buscas nos RIs por termos como racismo,

religião, homossexualidade, entre outros, e descrevendo como materiais que contém os assuntos apontados pelos termos pesquisados são indexados pelas instituições observadas no estudo, porém o racismo e as relações raciais não são temas centrais da pesquisa.

Em sua dissertação, *Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC*, Erinaldo Dias Valério analisa como o Grupo de Valorização Negra do Cariri se apropria, gera e dissemina informação, trazendo um estudo sistemático dos movimentos sociais negros e ressaltando sua importância da atuação dos movimentos na melhoria das condições de vida da população negra e no enfrentamento ao racismo.

A pesquisadora, Nicácia Lina do Carmo, em sua dissertação *História e a cultura africana e afro-brasileira: Lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq*, identificou os grupos de pesquisa registrados no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03 que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afrobrasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Nicácia discorre sobre a necessidade de uma educação antirracista e seus benefícios para a população negra.

A pesquisa *A nossa história contada em primeira pessoa: a oralidade como fonte de informação para continuidade da memória e produção de conhecimento dentro de quilombos urbanos*, de Amanda Carla Ganimo do Nascimento, traz como problemática a contribuição da oralidade para a construção do conhecimento e continuidade da memória coletiva em quilombos urbanos. Proporcionando discussões em torno de vários assuntos formadores da temática das relações étnico-raciais, aplicando o pensamento decolonial do saber na busca pela promoção de uma Ciência da Informação mais crítica e antirracista.

Na tese *Mestra Joana Cavalcante e o Maracatu Baque Mulher: protagonismo e empoderamento feminino na reconstrução da cultura afro-brasileira*, de autoria de Ana Lúcia Tavares de Oliveira é possível acompanhar a investigação de como a atuação da Mestra Joana Cavalcante e do Maracatu Baque Mulher desenvolvem práticas informacionais e socializadoras de elementos memorialísticos da

cultura afrobrasileira e como este processo contribui para a construção e preservação da memória e identidade dos afrodescendentes, abordando temáticas como o movimento negro e o feminismo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa chega a uma constatação preocupante, a respeito da escassez da produção científica acerca das relações étnico-raciais no PPGCI/UFPE, considerando o número de 194 dissertações e teses efetivamente analisadas para a realização desta pesquisa e a obtenção de apenas nove pesquisas que tratam de temas ligados a população negra, onde a maioria deste número se quer tem as relações étnico-raciais com foco na população negra como tema central dos seus estudos.

Também é possível verificar que ao longo dos 13 anos pesquisados não há um aumento significativo de produções com a temática das relações étnico-raciais, a baixa produção científica sobre a temática é uma realidade constante no Programa.

Não foi possível identificar nenhuma tendência temática, estando os assuntos ligados o tema pesquisado, movimentos sociais negros, educação antirracista, memória social negra, feminismo negro, pulverizados entre as publicações analisadas.

Identifica-se a necessidade de estimular as discussões e produções sobre as relações étnico-raciais no ambiente da pós-graduação na CI para que esta possa cumprir de forma plena seu papel social na formação de profissionais da informação engajados e devidamente capacitados para disseminar e proporcionar acesso a uma informação capaz de atender as necessidades e potencializar a população negra e mitigar o racismo.

Esta pesquisa oferece um panorama atualizado acerca das produções do PPGCI/UFPE sobre as temáticas focadas na população negra, bem como contribui para atualização dos dados dos estudos propostos por Erinaldo Dias Valério e Joana Coeli Ribeiro Garcia, *Análise das informações étnico-raciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cienciométrico* de 2013 e do Francisco Sávio da Silva em sua dissertação *Produção científica sobre a temática afro-brasileira e indígena nos programas de pós-graduação em ciência*

da informação no Brasil, de 2020, uma vez que ambas pesquisas analisaram a produção científica do PPGCI/UFPE relacionada às relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Helena. **Políticas públicas - preservação de manifestações culturais:** o papel social da FUNDARPE. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- CARMO, Nicácia Lina do. **A história e a cultura africana e afro-brasileira:** Lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 399 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, Daiane Silva. **O caráter da produção, organização e uso da informação em museus:** o caso do Museu da Abolição em Recife – PE. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- CARVALHO, Juliana Cysneiros Sande. **Aspectos memoriais da produção bibliográfica de Francisco Solano Trindade.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, 2011.
- MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 265p.
- MENDONÇA, Roseane Souza. **Aspectos éticos da indexação nos repositórios institucionais do nordeste brasileiro.** 2024. Tese (Doutorado

em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

NASCIMENTO, Amanda Carla Ganimo do. **A nossa história contada em primeira pessoa:** a oralidade como fonte de informação para continuidade da memória e produção de conhecimento dentro de quilombos urbanos. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, [s.l.], v. 11, n. 22, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. 277 p.

SILVA, Faysa de Maria Oliveira e. **Curadoria digital:** recomendações para acervos de objetos culturais digitais. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2022.

SILVA, Francisco Sávio. **Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Verônica de Almeida. **Anais da Faculdade de Medicina do Recife:** memória invisível da pobreza e da determinação social da saúde entre 1934 e 1940. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de. **Mestra Joana Cavalcante e o Maracatu**

Baque Mulher: protagonismo e empoderamento feminino na reconstrução da cultura afro-brasileira. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e**

informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Análise das

informações étnicorraciais a partir dos estudos métricos da Biblioteconomia: um olhar cienciométrico. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 18, n.1, 2013.

CAPÍTULO

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE DADOS: RESISTÊNCIA NEGRA CONTRA O RACISMO ALGORITMO

Mateus Martins Santos

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE DADOS

Na era dos avanços tecnológicos e digitais na contemporaneidade, a acumulação primitiva de dados é um conceito central para entender as dinâmicas de poder no contexto digital contemporâneo. Assim como a acumulação primitiva de capital, descrita por Karl Marx (1984), envolve processos de expropriação e controle, a coleta de dados pessoais se configura como uma forma de extração de valor das vidas e experiências dos indivíduos, muitas vezes sem seu consentimento ou conhecimento.

No ambiente digital, as grandes corporações e governos utilizam tecnologias avançadas para coletar informações em larga escala. Essas tecnologias incluem algoritmos de aprendizado de máquina, sistemas de vigilância e plataformas de mídia social, que são projetados para monitorar, analisar e prever comportamentos. Por meio da coleta de dados, empresas como Big Techs conseguem criar perfis detalhados de usuários em um banco de dados, permitindo a personalização de anúncios, mas também levando à manipulação e à violação da privacidade.

Para Srnicek (2017), a ação dessas empresas configura-se no chamado Capitalismo de Plataforma, que se refere a um modelo econômico onde empresas utilizam plataformas digitais para

intermediar relações entre usuários e serviços. Essas plataformas, como Google, Amazon etc., não apenas oferecem serviços, mas também coletam e analisam dados dos usuários, criando um ciclo de dependência, controle e até o uso de marketing direcionado. Para o autor, denomina-o de capitalismo avançado, considerando que o mesmo “passou a centrar-se na extração e utilização de um tipo específico de matéria-prima: os dados” (Srnicek, 2018, p. 23).

Para Lippold e Faustino (2022), trata-se de uma verdadeira acumulação primitiva digital. Uma tendência à colonização, ou melhor, subsunção, da vida cotidiana e de seus processos cognitivos ao universo digital. Um largo passo, aparentemente sem volta, em direção a uma ciborguização cada vez mais profunda da nossa experiência e senso de realidade de forma que a objetificação e mercantilização das relações, das mais simples às mais complexas (Lippold; Faustino, 2022).

A coleta massiva de dados têm implicações profundas para comunidades marginalizadas, especialmente para a população negra. Dados históricos e contemporâneos frequentemente refletem e reforçam estereótipos raciais, perpetuando ciclos de marginalização. Por exemplo, sistemas de reconhecimento facial têm demonstrado taxas mais altas de erro ao identificar pessoas negras, resultando em discriminação e violência policial.

Convém destacar, ainda, a racialização codificada em aplicativos de reconhecimento facial, ao não identificarem os traços negros com precisão (Noble, 2018) e, sobretudo, uma certa eugenia política (Silveira, 2020) presente no “aprendizado de máquinas”. A eugenia se materializa tanto na utilização estética e cultural branco-occidental como parâmetro de humanidade quanto na exclusão ou desigualdade do acesso às tecnologias informacionais (Lippold, Faustino, 2022). Isso evidencia não apenas a falha técnica desses sistemas, mas também a maneira como a tecnologia pode ser uma extensão das desigualdades sociais já existentes.

A acumulação primitiva de dados não se limita apenas ao nível individual, mas se insere em um contexto mais amplo de controle social e vigilância. A informação coletada é, muitas vezes, utilizada para justificar políticas discriminatórias, como a vigilância excessiva em comunidades negras e a criminalização de suas atividades cotidianas. Esse fenômeno é alimentado por uma narrativa que

associa a presença de tecnologia à segurança, ignorando as suas consequências negativas para a liberdade e a dignidade das pessoas.

A falta de regulamentação adequada sobre a coleta e o uso de dados pessoais agrava ainda mais essa situação, pois a ausência de diretrizes límpidas permite que as empresas operem com pouca transparência, favorecendo a exploração e o controle. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)⁷ no Brasil é um passo em direção a uma maior proteção, mas sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em relação às *Big Techs* estrangeiras que hesitam em se adequar às leis nacionais. Nesse sentido, propostas como a criação de um órgão regulador independente para monitorar e auditar algoritmos em uso em instituições públicas e privadas poderiam ser um passo significativo. Capurro (2016) alerta que o mais difícil do aumento da conectividade não está relacionada à grande capacidade de conexão, mas quanto ao modo que esta conectividade deve ser gerida.

A resistência a essa acumulação primitiva de dados começa a emergir em várias formas. Comunidades negras e seus aliados têm buscado estratégias para reverter a dinâmica de exploração, como a criação de plataformas que priorizam a privacidade e a autonomia. A discussão sobre a ética na coleta e no uso de dados se torna central, exigindo um compromisso com a justiça e a equidade.

RACISMO ALGORÍTMICO

O racismo algorítmico se refere à incorporação de preconceitos raciais em sistemas automatizados, resultando em discriminação e desigualdade. Esse fenômeno é particularmente preocupante, pois, ao contrário de formas tradicionais de racismo, o racismo algorítmico opera por meio de algoritmos e dados, frequentemente invisíveis para aqueles que são afetados por suas consequências. O racismo é parte da estrutura fundamental das sociedades capitalistas, característica

⁷ Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 23 abr. 2025.

que também se manifesta na forma como as ferramentas tecnológicas são elaboradas (Bezerra; Costa, 2022)

Os algoritmos são alimentados por dados históricos que, muitas vezes, refletem práticas discriminatórias. Por exemplo, sistemas de avaliação de risco no sistema de justiça criminal têm demonstrado que pessoas negras são classificadas como de “alto risco” com maior frequência em comparação a pessoas brancas, mesmo quando fatores objetivos são semelhantes. Segundo o site *Jornal da USP*, algoritmos na segurança pública podem prevenir crimes, mas há o risco de discriminação (Duarte, 2022). O problema, segundo Daniel Edler Duarte, é o de que os algoritmos são alimentados por dados coletados pela própria polícia e, com isso, podem replicar discriminações e preconceitos

A partir do sistema de processamento geográfico, é possível identificar os crimes em um mapa digital e, com os algoritmos para identificação de padrões, diminuir a incidência de crimes. A questão principal é a geração dos algoritmos, que podem ser discriminatórios: “Esses algoritmos são alimentados por dados coletados pela própria polícia, então, historicamente, a polícia foi mais incisiva na repressão em determinadas áreas (Duarte, 2022, s.p.).

Isso resultaria em sentenças mais longas e maior probabilidade de reincidência, perpetuando ciclos de encarceramento em massa. Outro exemplo emblemático de racismo algorítmico é encontrado nas plataformas de empréstimo e crédito. Algoritmos que utilizam dados históricos para prever a solvência de indivíduos frequentemente refletem práticas discriminatórias do passado, como o *redlining*, que negava empréstimos a residentes de bairros predominantemente negros. Como resultado, comunidades negras continuam a enfrentar barreiras ao acesso a crédito e oportunidades econômicas.

Nesse contexto, está em análise no Senado um projeto de lei que tem o objetivo de combater a discriminação racial no acesso ao crédito (PL 4.529/2021) (Contarato, 2021). O autor do projeto é o senador Fabiano Contarato (PT-ES). Ele cita levantamentos que indicam que 32% dos empreendedores negros do país já tiveram pedidos de crédito negados sem que houvesse explicações e que, durante a pandemia, a

diferença de acesso a crédito entre empresários negros e brancos teria aumentado (Agência Senado, 2022).

Esses vieses algorítmicos não são apenas questões técnicas, mas refletem uma estrutura social mais ampla que perpetua desigualdades raciais. A falta de diversidade nas equipes que desenvolvem esses sistemas também contribui para a reprodução de preconceitos. Quando a tecnologia é criada sem a inclusão de vozes diversas, as soluções resultantes tendem a ignorar as experiências e necessidades de grupos marginalizados.

A RESISTÊNCIA NEGRA EMERGE

A conscientização sobre o racismo algorítmico tem levado a um aumento nas demandas por mudanças nas políticas públicas e nas práticas corporativas. Organizações como a *Algorithmic Justice League* - AJL (2025) trabalham para expor e combater esses vieses, promovendo a transparência e a responsabilidade nos sistemas automatizados. O (AJL) foi fundado por Joy Buolamwini, uma pesquisadora e ativista conhecida por seu trabalho sobre preconceitos em sistemas de reconhecimento facial. Ela se destacou ao demonstrar como esses sistemas muitas vezes falham em reconhecer corretamente mulheres e pessoas de pele mais escura, o que gerou discussões importantes sobre ética e responsabilidade na inteligência artificial.

O AJL se dedica a combater os danos e os preconceitos associados à inteligência artificial (IA). Seu objetivo é garantir que a tecnologia sirva a todos, não apenas a um grupo privilegiado, buscando aumentar a conscientização sobre os impactos da IA, capacitar comunidades afetadas, e promover práticas de IA equitativas e responsáveis.

A AJL realiza estudos sobre os impactos da IA, como viés racial e de gênero, e defende políticas públicas que protejam os direitos civis. Iniciativas como a campanha *Freedom Flyers* incentivam as pessoas a optarem por não utilizar tecnologias de reconhecimento facial em aeroportos, defendendo os direitos biométricos. A organização combina arte e pesquisa para iluminar questões sociais relacionadas

à IA, como mostrado no documentário *Coded Bias*⁸, que explora os riscos da tecnologia. A pressão por auditorias regulares e a implementação de práticas de design ético são essenciais para mitigar os impactos do racismo algorítmico.

A *Algorithmic Justice League* têm desempenhado um papel importante na luta contra o racismo algorítmico. A promoção da transparência e a responsabilização dos desenvolvedores de algoritmos são fundamentais para reduzir os vieses e garantir que a tecnologia sirva a todos de maneira equitativa.

Uma das formas mais eficazes de resistência é a criação de tecnologias que priorizam a privacidade e a autonomia dos usuários. O projeto *Black Tech Futures* (2025), fundado por D. Watkin, um reconhecido autor e defensor da justiça social, busca desenvolver plataformas que não dependam da exploração de dados pessoais, oferecendo alternativas às grandes corporações de tecnologia.

O *BTF Research Institute* (Instituto de Pesquisa Black Tech Futures) desenvolve inovação, justiça digital e a celebração da alegria negra dentro do setor tecnológico. Sua missão é “Construir Sonhos Negros, Defender Futuros Negros e Amplificar a Alegria Negra”, buscando empoderar comunidades negras e outras comunidades historicamente marginalizadas a liderar suas narrativas tecnológicas.

O BTE Index (Índice do Ecossistema Tecnológico Negro) por exemplo, é uma ferramenta desenvolvida para medir e fortalecer os ecossistemas tecnológicos em cidades predominantemente negras. Analisa seis subsistemas críticos, como educação K-12 e infraestrutura digital, ajudando a criar soluções direcionadas para fechar a lacuna racial na tecnologia. Com foco na equidade digital a organização colabora com Universidades Historicamente Negras (HBCUs) e igrejas afro-americanas para capacitar líderes que unem tecnologia e justiça social. Destaca-se também o programa Sistas 4 Digital Equity (S4DE) que apoia mulheres negras na tecnologia, oferecendo mentoria, workshops e redes de apoio. O projeto também conta com a ideia de colaboração global, trabalhando com comunidades historicamente desfavorecidas em países como Paquistão, África do Sul, Colômbia, Ruanda, Ilhas Virgens dos EUA e

⁸ Esse documentário investiga o viés nos algoritmos depois que a pesquisadora do MIT Joy Buolamwini descobriu falhas na tecnologia de reconhecimento facial. Disponível na plataforma Netflix.

Quênia, promovendo uma abordagem colaborativa para um futuro tecnológico ético e inclusivo.

A educação também é outra ferramenta poderosa na resistência negra, por isso, outra iniciativa interessante é o *Data for Black Lives* - D4BL (2025), liderado pela tecnologista Yeshimabeit Milner, trabalha para capacitar comunidades negras no uso crítico de dados e tecnologia. Esses programas não apenas ensinam habilidades técnicas, mas também enfatizam a importância da justiça racial e da equidade digital. Ao empoderar indivíduos com conhecimento e habilidades, essas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

O site D4BL é uma plataforma dedicada a promover o uso de dados para gerar mudanças sociais significativas na vida das pessoas negras, sendo um movimento que reúne ativistas, organizadores e cientistas, com a missão de utilizar dados como uma ferramenta para a justiça social, ao invés de um meio de opressão política. O foco principal é combater a discriminação racial e promover a equidade através da coleta, análise e uso responsável de dados.

O D4BL organiza conferências, *workshops* e eventos para educar o público sobre a importância dos dados na luta por justiça social, abordando temas como governança de dados, algoritmos e a relação entre dados e direitos civis. A plataforma desenvolve campanhas para mobilizar a comunidade em torno de questões específicas, como a abolição de “data weapons” (armas de dados) que perpetuam a opressão. O D4BL colabora com diversas organizações e movimentos para fortalecer a luta por justiça social, utilizando dados para apoiar políticas e práticas que beneficiem as comunidades negras. O site oferece acesso a conjuntos de dados, relatórios e outros recursos que ajudam pesquisadores, ativistas e a comunidade a entender e utilizar dados de maneira eficaz. O D4BL realiza eventos presenciais e transmissões ao vivo, permitindo que pessoas de todo o mundo participem e aprendam sobre o uso de dados na luta por justiça.

O D4BL é um esforço coletivo para transformar a forma como os dados são utilizados, buscando garantir que eles sirvam para empoderar as comunidades negras e promover a justiça social. Por meio da educação, colaboração e ação direta, o movimento visa mudar a narrativa sobre a utilização de dados na sociedade.

No Brasil destaca-se a organização PretaHub (Feira Preta, 2025), uma plataforma criada para apoiar e conectar pessoas empreendedoras negras no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento de negócios liderados por pessoas negras, oferecendo recursos, capacitação, networking e acesso a informações relevantes sobre empreendedorismo. A iniciativa busca fortalecer a economia negra, fomentar a diversidade no ambiente empresarial e contribuir para a inclusão social e econômica.

A PretaHub também atua em pesquisas e projetos que visam compreender e melhorar as condições de empreendedorismo dentro da comunidade negra. O estudo *O Empreendedorismo Negro no Brasil* (Preta Hub, 2019) realizou um levantamento que 32% dos empreendedores negros já tiveram o crédito negado sem qualquer explicação; a principal fonte de recursos de pessoas empreendedoras negras para a abertura de um novo negócio é a poupança pessoal ou familiar; e apenas um em cada cinco pessoas empreendedoras pesquisadas já tomou algum tipo de empréstimo.

Um estudo realizado por pesquisadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), a saber, Eduardo Henrique Diniz, Bruno Sanches, Marlei Pozzebon e Simone Luvizan, investigou três fintechs brasileiras de propriedade negra. A pesquisa foi fundamentada em 24 entrevistas com fundadoras, gestoras e equipes técnicas dessas fintechs, além de incluir a participação de empreendedoras sociais, analistas de dados, potenciais clientes e acadêmicos da comunidade negra. Os dados coletados foram complementados por uma análise de documentos e vídeos das empresas em questão (Diniz; Sanches; Pozzebon; Luvizan, 2024).

Publicada na renomada revista MIS Quarterly, o artigo *Do Black Fintechs Matter? The Long and Winding Road to Develop Inclusive Algorithms for Social Justice* (Diniz; Sanches; Pozzebon; Luvizan, 2024), articula a teoria da justiça social de Nancy Fraser com o conceito latino-americano de tecnologia social, visando compreender as práticas de desenvolvimento de algoritmos inclusivos no ecossistema das fintechs.

Os achados indicam que, embora as fintechs negras enfrentam limitações financeiras e operacionais, elas implementam estratégias inovadoras para promover a inclusão. Por meio da utilização de

inteligência híbrida, que combina análise humana com algoritmos de inteligência artificial, essas *startups* são capazes de identificar e eliminar variáveis que perpetuam estereótipos raciais. Um exemplo significativo é a utilização discriminatória de informações geográficas, que prejudica a população negra, historicamente concentrada em áreas periféricas. Embora a cor da pele não seja um critério explicitamente considerado nas análises de crédito, essas variáveis geográficas atuam como proxies discriminatórios. Para mitigar tais práticas, as fintechs negras reconfiguram os algoritmos convencionais do mercado, investigando as razões das negativas de crédito e corrigindo elementos discriminatórios presentes nesses algoritmos.

A solidariedade entre comunidades é essencial para fortalecer essa resistência, a colaboração entre diferentes grupos e movimentos sociais pode amplificar as vozes que lutam contra o racismo algorítmico. A união de esforços em advocacy, educação e inovação tecnológica é necessária para combater as estruturas de poder que perpetuam desigualdades.

DEMOCRATIZANDO A TECNOLOGIA

Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre (Fanon, 2008, p. 190).

Segundo Almeida (2019), o racismo pode ser compreendido como “uma característica estrutural das sociedades capitalistas, portanto, não é mero acidente que a desigualdade racial seja herdada e reforçada no capitalismo de dados, posto que configura um elemento basilar da organização social vigente na economia política do capital. Sobre essa base material, ergue-se uma superestrutura societária que é também sociotécnica, de modo a manter esta ordem (Bezerra, Costa, 2022).

Para Lippold e Faustino (2022), parece que no capitalismo, toda revolução tecnológica enfrenta esse aparente antagonismo entre privatização monopolista versus democratização. Por mais que sejam desenvolvidas iniciativas democráticas para o bem-estar social das minorias, na contramão, a concentração de monopólio e o

protagonismo branco burguês usurpa as possibilidades de equidade no avanço das novas tecnologias.

O sistema capitalista se estrutura da exploração, da mais-valia, da acumulação primitiva de capital, sendo assim, não é de interesse para as grandes empresas de tecnologia a democratização e a equidade, sendo que o próprio racismo é uma estrutura do capitalismo, principalmente no Brasil que segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o rendimento médio dos negros é 40% inferior ao dos não negros. Mas o levantamento demonstrou também que os negros com ensino superior ganham até 32% a menos que os demais trabalhadores com o mesmo nível de ensino (Correia, 2024). Então vai além de uma educação informacional ou preparação para o novo mercado de trabalho.

Percebe-se que, mesmo com grandes iniciativas de diversas organizações negras como as citadas ao longo do artigo, o sistema capitalista mantém seu modus operandi; explorar e não ceder lugar aos marginalizados. O que abre um questionamento se esse sistema já não estaria defasado e inadequado para a nossa sociedade. Seria possível descolonizar a tecnologia sem combater o capitalismo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde cedo a mãe da gente fala assim:

'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.'

Aí passado alguns anos eu pensei:

Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes melhor como?"

(Afro-X e Racionais Mc's, A Vida é um desafio, 2002.)

As iniciativas de resistência negra, desde a criação de ferramentas tecnológicas alternativas até a defesa de políticas públicas mais justas, demonstram que é possível construir um futuro digital/tecnológico mais inclusivo e equitativo. Mas é preciso colocar em pauta o porquê de estarmos precisando lutar para obter igualdade. Quem nos impede? Quem nos discrimina? Quem nos oprime? As respostas a essas perguntas podem nos levar não só a um entendimento do que precisa ser desconstruído, mas talvez o que

precisa ser destruído. Destruir as estruturas que nos acorrentam e construir um novo mundo, onde o bem-estar social venha a frente do bem-estar financeiro de um grupo seletivo de bilionários.

A resistência negra no capitalismo de plataforma requer um compromisso coletivo para mudar não apenas os algoritmos, mas também as bases sociais e econômicas que os sustentam. A luta contra a opressão racial não pode ser dissociada da luta pela emancipação de todos os marginalizados no sistema capitalista, exigindo uma reavaliação crítica das dinâmicas de poder em nossa sociedade, construir um novo mundo, liberto das correntes, sem ter a obrigatoriedade necessidade de a cada passo “ser duas vezes melhor.”

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Projeto visa combater discriminação racial no acesso ao crédito. **Senado Notícias**, Brasília, 19 jan. 2022.

ALGORITHMIC JUSTICE LEAGUE (AJL). **Technology should serve all of us. not just the privileged few.** [S.l.], 2025. Disponível em: www.ajl.org/ Acesso em: 23 abr. 2025.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho, DA COSTA, Camila Mattos. Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. e6043-e6043, 2022.

BLACK TECH FUTURES RESEARCH INSTITUTE. **Building Futures, Grounded in Legacy**. [S.l.], 2025. Disponível em: www.blacktechfutures.com. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, [s.l.], v. 81, p. 1-15, 2018.

CAPURRO, Rafael. Cidadania na era digital (trad. Schneider e Bezerra). In: CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula (org.). **Comunicação, Cultura, Informação**

e Democracia: tensões e contradições. Livro do V Encontro da Ulepicc-Brasil. 1ed. Lisboa: MEDIA XXI - Publishing, Research & Consulting, 2016. v. 1.

CONTARATO, Senador Fabiano (PT/ES). **Projeto de Lei nº 4529, de 2021.** Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para dispor sobre a obrigação de motivação acerca das razões que fundamentam a recusa de crédito e combater a discriminação racial nas relações de consumo. Brasília: Senado Federal, 2021.

CORREIA, Eduardo. Eduardo Luiz. Dieese expõe diferença de renda entre negros e brancos no Brasil. **Agência Brasil**, São Paulo, 21 nov. 2024.

DATA FOR BLACK LIVES. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.d4bl.org>. Acesso em: 10 out. 2023.

Diniz, Eduardo Henrique; SANCHES, Bruno Henrique; POZZEBON, Marlei; LUVIZAN, Simone. Do Black Fintechs Matter? The Long and Winding Road to Develop Inclusive Algorithms for Social Justice. **MIS Quarterly**, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 1721-1744, 2024. DOI : <https://doi.org/10.25300/MISQ/2024/18288>

DUARTE, Daniel Elder. Algoritmos na segurança pública podem prevenir crimes, mas há o risco de discriminação. **Jornal da USP**, São Paulo, 07 jun. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. Boitempo Editorial, 2023.

FEIRA PRETA. **Quem somos**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://feirapreta.com.br/> Acesso em 23 de abril de 2025.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022.

NOBLE, Safiya U. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: NYU Press, 2018.

PRETA HUB. **O Empreendedorismo Negro no Brasil**. São Paulo, 2019.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of Math Destruction**: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown Publishing Group, 2016.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataformas**. Traducción Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Primeiro livro: o processo de produção de capital. 9.ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1984. v.1.

PLATAFORMAS DIGITAIS E A RESISTÊNCIA PALESTINA: ENTRE O RACISMO ALGORÍTMICO E A LUTA POR LIBERTAÇÃO COLETIVA

Isabelle Lins Schimuneck

Ronaldo Ferreira de Araújo

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade plataformizada, o ativismo digital ganha cada vez mais força contra as estruturas de poder. Entretanto, o atual regime de informação reprime as atividades políticas e lutas pela libertação dos grupos marginalizados, em favor de governos colonizadores. Nesse sentido, o genocídio palestino perpetrado por Israel é documentado pelos próprios palestinos nas plataformas digitais para manter viva sua história, além de organizar e mobilizar em prol de sua causa.

Portanto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: como os diferentes tipos de ativismo digital de perfis palestinos impactam a luta pela libertação palestina e coletiva? A noção de coletivo apresentada aqui é interdependente, ou seja, compreende que, por meio da luta pela libertação da Palestina, luta-se também por outras causas, como a negra e indígena. Diante disso, o objetivo é analisar perfis palestinos, conforme os diferentes tipos de ativismo digital, e seu impacto na luta pela libertação palestina e coletiva.

O estudo pretende contribuir com a discussão sobre regimes de informação na produção, disseminação e uso da informação, destacando seu caráter colonial e opressor nos ambientes digitais, promovido pelas grandes corporações de tecnologia. Portanto, entrelaça com os conceitos de colonialismo digital e racismo algorítmico. Além disso, pretende contribuir com uma perspectiva diferente sobre o ativismo digital.

Já o interesse pessoal no objeto é motivado pelo envolvimento com a luta pela causa palestina e afiliação a uma organização pró-palestina. Além disso, esse trabalho se justifica pela necessidade de compreender as estratégias e táticas de ativismo digital utilizadas por perfis palestinos e sua contribuição para a organização e fortalecimento de outras lutas sociais. Entretanto, também busca expor os limites desse ativismo em um contexto de censura, desinformação e racismo algorítmico.

A segunda seção apresenta o contexto social e histórico da colonização israelense na Palestina, a movimentação do povo palestino nas plataformas digitais e sobre o atual genocídio. A terceira discorre sobre o novo regime de informação e seu impacto no ativismo digital. A quarta são os procedimentos metodológicos do estudo. A quinta expõe os resultados e a discussão crítica. E, por fim, a sexta apresenta as considerações finais, limitações e possibilidades futuras de pesquisas.

SIONISMO E O GENOCÍDIO PALESTINO

Como Mbembe (2018) aponta: a ocupação israelense da Palestina é a forma mais bem sucedida de necropoder, ou seja, o poder do Estado em definir quem vive e quem morre. Desde antes de sua criação em 1948, o povo palestino é sistematicamente perseguido, encarcerado, torturado e assassinado por Israel (Dana, 2024; Davis, 2018; Pappé, 2011; Said, 2012). Nesse contexto, a entidade sionista promove uma agenda expansionista e genocida, valores imperialistas e a repressão colonial contra os palestinos e assegura a dominação hegemônica do Ocidente no Oriente Médio (Dana, 2024).

O sionismo é um movimento colonial criado na década de 1830 de acúmulo de terras e poder, eliminação e expulsão de palestinos da Palestina pelos judeus (porém, outros países já foram pensados para a

colonização), o chamado *Nakba*, a partir da doutrina de terra santa e redenção e com aprovação do Ocidente (Halper, 2023; Malm, 2024; Pappé, 2011; Said, 2012; Zureik, 2016).

O resultado é que os sionistas pretendiam deslocar a população local, [...]. E o deslocamento é, por definição, um processo violento. Ideologia sionista que justifica o deslocamento da população indígena. A ‘lógica’ do colonialismo por povoamento funcionou por meio da ideologia nacionalista. Os primeiros líderes sionistas apresentaram o ‘conflito’ como um nacionalismo étnico-religioso contra outro, para desviar a atenção do colonialismo [...], obter o apoio do povo judeu e sufocar a oposição dos judeus da diáspora (Halper, 2023, p. 18, tradução nossa).

Para assegurar a “legitimidade” de seu colonialismo e hegemonia, Israel fabrica uma série de mitos, repetidos e normalizados pelo Ocidente, como: a Palestina era uma terra vazia; os judeus são um povo sem terra; o sionismo é judaísmo (e, portanto, não se pode criticá-lo, por ser antissemitismo) e não colonialismo; não houve deslocamento forçado e, sim, voluntário; Israel é a única democracia do Oriente Médio e possui direito de defesa contra os “árabes” (Halper, 2023; Malm, 2024; Pappé, 2022), bem como seu exército é o mais moral do mundo, entre outros.

De modo a garantir o controle e subjugação dos palestinos, Israel investe em tecnologias e “inovações” militares e, como nação *startup*, vendem para outros países sob pretexto de segurança nacional e combate ao “terrorismo” (Gomes, 2018; Loewenstein, 2024) – sendo, na verdade, à subjugação das contínuas resistências palestinas. Desenvolvem tecnologias como drones, sistemas de reconhecimento facial e monitoramento e serviços em nuvem – oferecidos pela Amazon, Google e Microsoft (Chua; Alimahomed-Wilson; Potiker, 2021; Gomes, 2018; Loewenstein, 2024). Assim, seu aparato industrial armamentista é usado contra outros grupos marginalizados e para conter dissidências no mundo todo.

Os palestinos aprenderam que tanto governos quanto as mídias tradicionais estão alinhados a Israel e decidiram tomar o controle sobre suas histórias, amplificar suas vozes e resistir por meio das plataformas (Almehdar, 2021; Herrera; Sakr, 2014; Monshipouri;

Prompichai, 2018). Essa resistência abrange a expressão das lutas palestinas sob a ocupação israelense e esforços de construção de solidariedade internacional para libertar a Palestina (Li; Prasad, 2018).

Em 07 de outubro de 2023, iniciou-se o que é conhecido como o genocídio mais documentado (*live streamed*) da história na Faixa de Gaza (Englert; Schatz; Warren, 2023), assim como a intensificação de colonizadores israelenses na Cisjordânia (Institute for Palestine Studies, 2025). Dessa maneira, as plataformas digitais são as principais fontes para os palestinos e jornalistas mostrarem a realidade sobre o horror e destruição causados pelos ataques e, por isso, Israel restringe seu acesso à internet (Fatafta et al., 2023). Em sua campanha genocida, a entidade sionista destruiu e destrói tudo e todos em seu caminho: escolas, bibliotecas, universidades, museus, arquivos, hospitais (Englert; Schatz; Warren, 2023; Institute for Palestine Studies, 2025; LAP, 2024).

As mídias tradicionais dos mais diversos países desinformam, distorcem e omitem o atual genocídio em favor de Israel – enfatizando o sofrimento israelense e seu “direito de defesa” (Hanif, 2024; Rethinking [...], 2024). Em seu relatório, Hanif (2024) destaca como os principais canais e sites de notícias do Reino Unido não mencionam sobre a ocupação israelense nos territórios palestinos, não reconhecem o genocídio e termos como matança e massacre foram usados, principalmente, em referência aos ataques contra israelenses.

Nesse contexto, ainda em outubro, irromperam diversos movimentos de ocupação de *campi* universitários em diferentes partes do mundo (Buheji; Hasan, 2024; Haque, 2024; Sawtuna, 2024), assim como a ascensão e fortalecimento de ativistas e organizações nas plataformas digitais. Esses movimentos são e foram brutalmente reprimidos, com apoio das instituições, por meio de detenções, suspensões, deportações e banimentos de todos os símbolos de solidariedade à causa (Haque, 2024; Rethinking [...], 2023; Sawtuna, 2025).

Por seu alto engajamento e mobilização *offline*, as próprias plataformas banem, removem e/ou restringem seu alcance (Ahmed et al., 2025; Fatafta, 2024), e os Estados Unidos baniram o TikTok (Zahzah, 2024). Como Loewenstein (2024) discorre em sua obra, as *big tech* não gostam de palestinos e, por isso, promovem seu silenciamento e controle. Anos antes, em 2021, Israel exigiu que a Meta e TikTok

removessem conteúdos favoráveis à causa e resistência palestinas, demanda acatada pelas plataformas (Almehdar, 2021; Loewenstein, 2024).

REGIME DE INFORMAÇÃO E ATIVISMO DIGITAL

Proposto por Frohmann (1995), desenvolvido por González de Goméz (2012) e reconstruído por Bezerra (2023), o regime de informação se refere ao modo dominante e mais ou menos estável de produção, circulação e consumo de informação voltado para o lucro. Esse regime define

[...] os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição [...] (González de Goméz, 2012, p. 43).

Nesse sentido, o domínio sobre a informação é alcançado e sustentado por grupos específicos e formas específicas de domínio implicam no poder sobre a mesma (Frohmann, 1995).

Dessa forma, as *big techs*, como autoridades informacionais, detêm o controle – via “[...] ferramentas políticas direcionadas para o exercício do poder genético e [...] em seus estados virtuais” (Braman, 2004, p. 34, tradução nossa), nesse caso, ferramentas voltadas à captura de atenção – sobre a sociabilidade, cultura, segurança, participação política, dentre outros, ao concentrarem, acumularem, preservarem e protegerem os grandes volumes de dados produzidos pelos indivíduos em seu cotidiano que se tornam sua propriedade (Bezerra, 2023, 2024; Bruno *et al.*, 2019). Em vista disso, essas empresas dominam os meios de comunicação e a produção e disseminação da informação sob o pretexto de defensoras da “liberdade de expressão”.

Assim, o regime de informação vigente é expresso pelo colonialismo digital. Ele consiste na monopolização de setores tecnológicos estratégicos, através do domínio sobre a produção de aplicativos e serviços em nuvem, acúmulo de dados e apropriação do tempo de trabalho (Faustino; Lippold, 2023). Nesse contexto, a datatificação e a colonialidade intensificam o fluxo transfronteiriço,

assimétrico e unilateral dos dados da periferia para o centro, em processos de empobrecimento dos países periféricos diante das plataformas digitais (Cassino; Souza; Silveira, 2021).

Tendo isso em vista, os grandes conglomerados se materializam na dominação, vigilância e manipulação de determinados territórios, grupos e/ou países, enquanto fornecem as infraestruturas de conexão digital e controle e alimentam as disputas ideológicas, de exploração e colonização (Couldry *et al.*, 2023; Faustino; Lippold, 2023; Figueiredo, 2021; Loewenstein, 2024; Sinâni; Accorssi, 2023). Além disso, relegam os sujeitos à dependência de seus produtos e serviços para viver e manter suas vidas sociais (Figueiredo, 2021).

As plataformas digitais, nesse contexto, são sistemas de negócio baseados na coleta de dados de atenção do usuário para produção de algoritmos mais precisos e posterior venda para publicidade (Bezerra, 2024; Bruno *et al.*, 2019). Dessa maneira, as “[...] formas inovadoras de produção, circulação e consumo de informação se encontram [...] submetidas às velhas relações sociais do modo de produção capitalista” (Bezerra, 2023, p. 2) e colonial. As tecnologias, nesse sentido, longe de serem neutras ou apolíticas, reafirmam e fortalecem, por meio dos algoritmos, as formas de opressão e dominação.

Conforme Silva (2022), o racismo algorítmico se refere ao modo pelo qual as tecnologias e os imaginários – criados, sustentados e reforçados pela supremacia branca – realizam a “[...] ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados”, assim como invisibilizam e punem as realidades não-hegemônicas. Na era da hiperconexão, seus algoritmos são centrais nos processos sociais cotidianos a partir da modulação e seleção das informações visualizadas e encontradas e definição e normalização das prioridades nos resultados (Noble, 2021), homogeneizando também as experiências e narrativas.

Como intermediárias, desorientadoras e, ao mesmo tempo, colonizadoras, as *big techs* usam suas regras de convivência e mediação algorítmica para subjugar e silenciar os grupos dissidentes (Bezerra, 2024; Fanon, 2022; Silva, 2022), afinal, há violência na (in)visibilidade (Yaffa, 2025a). A migração da estrutura colonial na sociedade para o digital assegura a continuidade do dispositivo de racialidade – instituição do ser variável e dotado de vitalidade e do outro imóvel e inscrito na morte para promoção da raça mais pura

(Carneiro, 2023; Mbembe, 2018). Em decorrência disso, ocorre a repressão de saberes, imaginários e universos simbólicos (Lander, 2005).

No entanto, ao mesmo tempo que replicam e reforçam as opressões, as plataformas permitem, como um efeito colateral indesejado, que os indivíduos decidam “[...] quem seguir, o que acrescentar, o que mudar, o que ver e o que compartilhar ou postar” (Bruno et al., 2019, p. 365). A web 2.0 possibilita, portanto, a conectividade, coletividade e autonomia dos usuários ao gerar uma potência disruptiva para a construção de novos imaginários (Bruno et al., 2019; Castells, 2015).

O ativismo digital, também chamado de ciberativismo, “[...] abrange todas as práticas de campanha política e social que utilizam a infraestrutura das redes sociais” (Herawati; Marom; Widowati, 2024, p. 459, tradução nossa). Nesse contexto, essas plataformas são decisivas para amplificar e compartilhar as vozes, histórias, sonhos, indignações e esperanças de populações marginalizadas e, por consequência, mobilizar, organizar e coordenar indivíduos para desafiar as estruturas dominantes (Castells, 2015; Garza, 2021; Herawati; Marom; Widowati, 2024).

Bruno et al. (2019) e Castells (2015) destacam como esse tipo de ativismo, por ser um espaço simbiótico, permite a conexão de contextos locais com os fluxos de informação globais, inspirando novas mobilizações através da esperança. Dessa forma, “O sucesso [...] não está em ganhar ‘autoridade’ em termos convencionais, [...], e sim em ser usada, [...]: agir/reagir aos demais, ser reapropriada, remixada, copiada, replicada” (Bruno et al., 2019, p. 366). Ademais, sua estrutura descentralizada e horizontal propicia maior participação e colaboração (Castells, 2015).

De acordo com Özkula (2021), esse ativismo pode ser dividido em cinco tipos: 1. Apoio (*advocacy*) e comentários políticos, inclui o suporte político e distribuição de informação mediante postagens, interações e comentários; 2. Recrutamento, construção do movimento e campanhas, propõe ações coletivas e comprometimento; 3. Organização e coordenação, atividades *on* e *offline* de protestos, boicotes, greves; 4. Ações diretas, hacktivismo e desobediência civil *online*, ações de dissidência restritas ao ciberespaço; e 5. Pesquisa e

documentação, documentação de violações de direitos humanos, luta contra desinformação e monitoramento de instituições.

Dante disso, as tecnologias digitais são apropriadas por grupos oprimidos para o empoderamento e luta contra as opressões e construção de novos imaginários e futuros. Nemer (2021, p. 27) chama esse fenômeno de tecnologia mundana: o “[...] modo como as pessoas exercem agência e conscientização e se apropriam de tecnologias para se mobilizarem em direção à qualidade de vida que desejam”. Dessa forma, as ações *online* não são fins em si mesmas, pois “Plataformas e perfis só têm utilidade quando estão a serviço de metas e objetivos” (Garza, 2021) estratégicos de transformação da realidade por meio da participação e colaboração ativa *offline*.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza exploratória, ao propor iniciar discussão sobre a importância do ativismo digital palestino para o acesso à informação contra-hegemônica, mobilização, preservação da memória e construção de redes de apoio mútuo. Portanto, a perspectiva analítica usada foi a qualitativa, ao buscar compreender o comportamento desses perfis durante o genocídio. Em relação à natureza das fontes utilizadas no referencial teórico, ela é bibliográfica e documental. Já as técnicas usadas foram a netnografia e a análise de conteúdo.

A netnografia foi realizada em 25 de março de 2025 por meio do software Fanpage Karma em quatro perfis palestinos do Instagram – plataforma reconhecida por seu posicionamento anti-palestino (Ahmed et al., 2025; Loewenstein, 2024; Supriyanto et al., 2022); Bisan Owda; *Eye on Palestine*; e *Palestinian Youth Movement*.

Os dados foram coletados no período de 07 de outubro de 2023 (início dos ataques israelenses) a 19 de janeiro de 2025 (início do segundo cessar-fogo) e selecionados aqueles relativos às 10 postagens mais engajadas, os níveis de engajamento e crescimento de seguidores e as palavras mais usadas nas legendas das postagens. Já a partir da análise de conteúdo, houve a qualificação das 10 postagens mais engajadas, conforme as categorias propostas por Özkula (2021) e apresentadas na seção anterior: 1. Apoio (*advocacy*) e comentários políticos; 2. Recrutamento, construção do movimento e campanhas;

3. Organização e coordenação; 4. Ações diretas, hacktivismo e desobediência civil online; e 5. Pesquisa e documentação.

RESULTADOS

Bisan Owda é jornalista, cineasta e ativista palestina e, atualmente, está compartilhando os acontecimentos na Faixa de Gaza (Bisan, 2025). Ela ganhou o Emmy de melhor reportagem de notícias de destaque: formato curto pelo filme *It's Bisan from Gaza and I'm Still Alive*, mesmo com uma campanha promovida por uma organização sionista pedindo para anular sua nomeação (Bisan, 2025).

Seu Instagram (@wizard_bisan1) foi criado em 2018 e possui 4,8 milhões de seguidores, com um crescimento de 1000% durante o período analisado, bem como uma taxa de engajamento de 15,8%. Suas postagens mais engajadas apresentaram variação entre 2 milhões de reações e 900 mil e foram categorizadas em pesquisa e documentação.

O *Eye on Palestine* é um perfil originalmente criado com o intuito de compartilhar imagens bonitas e *aesthetic* da Palestina. Entretanto, em 2017, houve uma mudança de conteúdo para disseminar “fatos que a mídia tradicional não mostra”, isto é, conteúdos considerados sensíveis e violentos contra palestinos, mas parte do colonialismo israelense e seu genocídio (Navani, 2021). Em 2023, por ser um perfil pró-palestina, foi bloqueado pela Meta por “razões de segurança” e acusado de propaganda pró-Hamas (Farah, 2023), em uma campanha de perseguição e censura à causa palestina.

Seu Instagram (@eye.on.palestine), criado em 2014, possui 13,1 milhões de seguidores, com um crescimento de cerca de 268% e taxa de engajamento de 21,8% no período analisado. Suas postagens mais engajadas variam de 1 milhão a 2 milhões de interações e foram categorizadas em pesquisa e documentação.

O *Palestinian Youth Movement* (Movimento da Juventude Palestina) é uma organização transnacional, independente, comunitária e de base da juventude palestina, com atuação nos Estados Unidos e Canadá (Palestinian Youth Movement, c2023).

Seu Instagram (@palestinianyouthmovement), criado também em 2018, possui 734 mil seguidores e, no período analisado, não apresentou taxas de engajamento e crescimento de seguidores

significativa. As postagens mais engajadas possuíram variação de 100 mil interações até 600 mil e categorizadas em: quatro como apoio e comentários políticos; quatro, pesquisa e documentação; e duas, organização e coordenação.

Pesquisa e documentação são muito relevantes para o ativismo palestino, pois é por meio dos vídeos, áudios e imagens da realidade do genocídio palestino que as desinformações e a hegemonia israelense perdem sua força (Abu Saif, 2024; Laban, 2024; Zahzah, 2024). Entretanto, o foco dos usuários deve mudar para a construção dos movimentos e ação em sua comunidade (Hayes; Kaba, 2023; Yaffa, 2025b). Dessa forma, esse tipo de postagem apresentou o menor engajamento dentro da amostra analisada, o que pode ser explicado pelo caráter imediatista dos usuários e sua falta de conhecimento sobre movimentos sociais (Tufekci, 2017).

Sem recorrer a monetização e patrocínio das plataformas, o impacto do ativismo é tanto quanto a ponto de desafiar as estruturas de poder, como universidades e os próprios governos, e o regime colonial tenta suprimi-lo através das deportações de suas lideranças e remoção de conteúdos (Ahmed et al., 2025; Fatafta, 2024; Sawtuna, 2024, 2025; Zahzah, 2024).

Importante ressaltar a diferença no ativismo digital exposto aqui para seus antecessores. O ativismo observado nessa pesquisa, ao contrário de ser uma mobilização democrática e a favor das instituições como Castells (2015) e Herrera e Sakr (2014) levantaram, trata-se de um movimento anti-imperialista, anti-capitalista, antissionista e antirracista para libertação coletiva (Haque, 2024; Hong, 2025; Palestinian Youth Movement, c2023).

Mais do que simples “conscientização”, ele luta pela transformação no regime de verdade (e de informação) – produção de novos imaginários – do indivíduo para posterior envolvimento ativo na libertação da Palestina, através de ações de ajuda mútua e construção de comunidades (Foucault, 1980; Freire, 1992; Spade, 2020; Yaffa, 2025b). Dessa forma, somente a disseminação de fatos e ajuda com doações, por mais importante que seja, não organiza o indivíduo em prol da causa (Freire, 1992; Garza, 2021; Hayes; Kaba, 2023; Yaffa, 2025b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o ativismo digital palestino movimenta as sociedades, em diferentes partes do mundo, em prol da disseminação de contranarrativas e informações factuais do genocídio palestino. Entretanto, é necessário o envolvimento na organização e coordenação, baseadas em ajuda mútua nas comunidades, para ações diretas, como boicotes, greves, protestos, campanhas, entre outros. Portanto, a libertação palestina e coletiva somente é possível através da coletividade e não apenas da conectividade.

O Instagram mostrou-se um desafio para a análise dos dados, considerando suas atividades repressivas e de censura contra os perfis palestinos (considerados pró-terrorismo). Entretanto, por conta disso, é importante ressaltar a resistência vigente dentro dessa plataforma.

O presente estudo apresentou limitações quanto à quantidade de postagens e perfis analisados, bem como a plataforma utilizada, o que abre espaço para novos que investiguem sua constituição (entidades de destaque) e redes formadas, seu apoio (entidades pró-palestina) e as fragilidades desse movimento em plataformas como o TikTok, aplicativo reconhecido pela força do movimento. Ademais, quanto ao impacto das estruturas repressoras no regime de informação, sejam as *big techs*, mídia tradicional e perfis sionistas, como os do governo de Israel.

Tendo isso em vista, a Ciência da Informação, como área interessada nos fluxos, produção e uso da informação, deve voltar sua atenção para os movimentos contracoloniais, tanto no ambiente digital quanto fora dele, e seus impactos na construção de novos imaginários e conhecimentos e mobilização para a transformação social e libertação coletiva.

REFERÊNCIAS

ABU SAIF, Atef. **Quero estar acordado quando morrer:** diário do genocídio em Gaza. São Paulo: Elefante, 2024.

AHMED, Waqas et al. Leaked data reveals massive Israeli campaign to remove pro-Palestine posts on Facebook and Instagram. **Drop Site News**, [s.l.], 11 abr. 2025.

ALMEHDAR, Aliaa. Freedom of expression on social media platforms: Facebook's moderation behavior on Palestine's May 2021 movement. **Journal of International Law and Politics**, New York, v. 54, n. 1, p. 207-219, outono 2021.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 10, n. 1/3, p. 1-14, 2023.

BISAN Owda. *In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia*. [San Francisco: Wikimedia Foundation, 2010]. 12 abr. 2025.

BRAMAN, Sandra. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Hounds Mills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

BRUNO, Fernanda et al. (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BUHEJI, Mohamed; HASAN, Aamir. Echoes of wake-up: realising the impact of the seeds of student pro-Palestine protests. **International Journal of Management**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 56-86, maio/jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope**: social movements in the internet age. 2. ed. ampl. Malden; Cambridge, UK: Polity Press, 2015.

CHUA, Charmaine; ALIMAHOMED-WILSON, Jake; POTIKER, Spencer Louis. Amazon's investments in Israel reveal complicity in settlements and military operations. **The Nation**, New York, 22 jun. 2021.

COULDREY, Nick et al. **Resisting data colonialism**: a practical intervention. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2023.

DANA, Tariq. Notes on the ‘exceptionalism’ of the Israeli settler-colonial project. **Middle East Critique**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 165-172, 2024.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ENGLERT, Sai; SCHATZ, Michal; WARREN, Rosie. (ed.). **From the river to the sea: essays for a free Palestine**. New York: Verso Books; Chicago: Haymarket Books, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARAH, Hibaq. Pro-Palestinian Instagram account locked by Meta for ‘security reasons’. **The Guardian**, [s.l.], 26 out. 2023.

FATAFTA, Marwa. **It's not a glitch**: how Meta systematically censors Palestinian voices. [S.l.]: Access Now, 19 fev. 2024.

FATAFTA, Marwa et al. **Palestine unplugged**: how Israel disrupts Gaza’s internet. [S.l.]: Access Now, 10 nov. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FIGUEIREDO, Ruy. Cabos submarinos, imperialismo e colonialismo de dados: situando a geopolítica das infraestruturas. **Revista EPTIC**, Aracaju, v. 23, n. 2, maio/ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge**: selected interviews & other writings 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

FROHMAN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** [...]. Edmonton, 1995.

GARZA, Alicia. **O propósito do poder**: vidas negras e movimentos sociais no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. **Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência na Palestina ocupada.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade:** estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HALPER, Jeff. **Decolonizing Israel, liberating Palestine:** Zionism, settler colonialism, and the case for one democratic state. London: Pluto Press, 2021.

HANIF, Faisal. **Media bias Gaza 2023-24.** London: Centre for Media Monitoring, 2024.

HAQUE, Oamiya. Our encampments are the white kites Refaat speaks of: thousands of miles away, we tell the tale. *In:* INSTITUTE FOR PALESTINE STUDIES. **Palestine Square.** [S.l.], 13 ago. 2024.

HAYES, Kelly; KABA, Mariame. **Let this radicalize you:** organizing and the revolution of reciprocal care. Chicago: Haymarket Books, 2023.

HERAWATI, Augustin Rina; MAROM, Aufarul; WIDOWATI, Nina. Digital activism: a new way of social movement in the digitalization era. *In:* INTERNATIONAL CONFERENCE ON ADMINISTRATIVE SCIENCE, 4., 2022, Bandung. **Proceedings** [...]. Dordrecht: Atlantis Press, 2023.

HERRERA, Linda; SAKR, Rehab. (ed.). **Wired citizenship:** youth learning and activism in the Middle East. New York; Abingdon: Routledge, 2014.

HONG, Y. K. **Liberation cannot be conditional.** [S.l.], 18 abr. 2025. Instagram: @ykreborn.

INSTITUTE FOR PALESTINE STUDIES. **The Palestine chronology.** Beirut; Washington: Institute for Palestine Studies, 2025.

LABAN, Tamara Abu. The role of TikTok in disseminating the Palestinian narrative during the war on Gaza from the perspective of Palestinian university students. **Advances in Journalism and Communication,** [s.l.], v. 12, n. 3, p. 394-408, 2024.

LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO Livros, 2005.

LI, Eric Ping Hung; PRASAD, Ajnesh. From wall 1.0 to wall 2.0: graffiti, social media, and ideological acts of resistance and recognition among Palestinian refugees. **American Behavioral Scientist**, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 493-511, 2018.

LIBRARIANS AND ARCHIVISTS WITH PALESTINE. **Israeli damage to archives, libraries, and museums in Gaza, October 2023-January 2024**: a preliminary report from Librarians and Archivists with Palestine. [S.l.]: LAP, 2024.

LOEWENSTEIN, Antony. **Laboratório Palestina**: como Israel exporta tecnologia de ocupação para o mundo. São Paulo: Elefante, 2024.

MALM, Andreas. **A destruição da Palestina é a destruição do planeta**. São Paulo: Elefante, 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MONSHIPOURI, Mahmood; PROMPICHAI, Theodore. Digital activism in perspective: Palestinian resistance via social media. **International Studies Journal**, Tehran, v. 14, n. 4, p. 37-57, primavera 2018.

NAVANI, Priyanka. How the internet's leading account on Palestine maintains its message. **TRT World**, [s.l.], 2021.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido**: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como os mecanismos de busca reforçam o racismo. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

ÖZKULA, Suay Melisa. What is digital activism anyway? Social constructions of the “digital” in contemporary activism. **Journal of Digital Social Research**, Umeå, v. 3, n. 3, p. 60-84, 2021.

PALESTINIAN YOUTH MOVEMENT. About. **Who we are**. [Estados Unidos], c2023.

PAPPÉ, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

PAPPÉ, Ilan. **The ethnic cleansing of Palestine**. Oxford: Oneworld Publications, 2011.

RETHINKING Palestine: Countering repression of Palestine solidarity in the US & Europe. Entrevistadora: Yara Hawari. Entrevistados: Layla Kattermann, Diala Shamas. [S.l.]: Al-Shabaka, 30 out. 2023. *Podcast*.

RETHINKING Palestine: Israel's disinformation apparatus with Tariq Kenney-Shawa. Entrevistadora: Yara Hawari. Entrevistado: Tariq Kenney-Shawa. [S.l.]: Al-Shabaka, 26 mar. 2024. *Podcast*.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAWTUNA. **The abduction of Mahmoud Khalil and pro-Palestinian repression in the U.S.** London; Washington: Sawtuna, 2025.

SAWTUNA. **University encampments on Palestine**. London; Washington: Sawtuna, 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2024

SINÃNI, Marília Claudia Favreto; ACCORSSI, Aline. Colonialismo digital e processos de disputas: as mídias como 'sistemas educativos' da população. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 1-13, nov. 2023.

SUPRIYANTO, Nadya Sistha et al. The resistance of social media activists in the struggle for freedom of expression on Instagram towards Israel's occupation in Palestine. **Journal of Theoretical and Applied Information Technology**, Islamabade, v. 100, n. 22, p. 6576-6590, 30 nov. 2022.

SPADE, Dean. **Mutual aid**: building solidarity during this crisis (and the next). London; New York: Verso Books, 2020.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas**: the power and fragility of networked protest. New Haven: Yale University Press, 2018.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas**: the power and fragility of networked protest. New Haven: Yale University Press, 2017.

YAFFA. **Let's talk visibility**. Thoughts post trans day of visibility. [S.l.], 04 abr. 2025a. Instagram: @yaffasutopia.

YAFFA. **Palestine & collective liberation.** [S.l.], 04 abr. 2025b. Instagram: @yaffasutopia.

ZAHZAH, Omar. US TikTok ban sign of imperial anxiety. **The Electronic Intifada**, [s.l.], 06 jan. 2024.

ZUREIK, Elia. **Israel's colonial project in Palestine:** brutal pursuit. Abingdon; New York: Routhledge, 2016.

DA PILHAGEM À REPARAÇÃO: PERSPECTIVAS SOBRE EPISTEMICÍDIO E DECOLONIALIDADE NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Camila Evelin Roque

Dyego de Oliveira Arruda

INTRODUÇÃO

A ciência, a erudição e o conhecimento estão “intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”, afirma a intelectual, psicóloga e artista portuguesa Grada Kilomba (2019, p. 50). Nesse sentido, os ambientes acadêmicos não são espaços neutros, mas sim de violência e de privilégio branco, em que a fala e o lugar de produção de conhecimento têm sido sistematicamente negados às pessoas negras, indígenas e quilombolas, não raro vistas como meros objetos de estudo.

Para o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016), as universidades ocidentalizadas possuem estruturas que são racistas e sexistas, criadas a partir de episódios de genocídio e de epistemicídio. Tais estruturas, que são eurocentradas, estão epistemologicamente localizadas em poucos países, embora tenham sido tornadas universais.

Se por um lado o conhecimento eurocentrado e branco é tido como universal, por outro a presença e as epistemes calcadas em

cosmovisões negras, indígenas e quilombolas são interditadas em espaços institucionalizados do saber, inclusive nas bibliotecas universitárias. Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020) demonstram que grande parte do conhecimento europeu se originou através do contato com outros povos de África, embora estes últimos não sejam reconhecidos enquanto produtores de saberes, em um processo que se configura como uma espécie de pilhagem epistêmica.

Convém também nomearmos a prática do epistemicídio, que consiste em destruir os conhecimentos e saberes de determinados grupos para mantê-los subordinados a algo ou alguém (Martins; Chaves; Cavati Sobrinho, 2022, p. 5). O epistemicídio está presente nas universidades e em suas bibliotecas à medida que estas invalidam ou folclorizam saberes e práticas de povos tradicionais, não incluem em seus currículos e bibliografias autores negros e indígenas ou mesmo por conta da ausência dos mais diversos sujeitos nas instituições, como marca remanescente da colonização e da colonialidade.

As Bibliotecas Universitárias (BUs) fazem parte da estrutura acadêmica e, no Brasil, foram criadas pelas classes dominantes, que possuíam privilégio e condições socioeconômicas para frequentar as universidades e, por conseguinte, as próprias bibliotecas. Desta forma, muitas vezes tais instituições (re)produzem um pensamento eurocêntrico responsável por colocar outros sujeitos – a exemplo das pessoas negras, indígenas e quilombolas – completamente à margem (Baptista, 2023).

Entretanto, reconhecermos a pilhagem epistêmica e o epistemicídio presentes nas BUs nos permite pensar políticas para a reparação de tantas violências a que os povos negros, indígenas e quilombolas foram – e ainda são – submetidos no processo colonial e na atualidade. Esse processo, vale ainda ressaltar, nos permite (re)viver tais espaços, acolhendo perspectivas e cosmovisões plurais, demarcando o protagonismo de comunidades que foram outrora homogeneizadas em identidades estereotipadas que não as contemplam, tidas como meros personagens secundários em uma história em que a Europa e a branquitude se colocaram como centros do mundo.

Dessa forma, o lugar a partir do qual escrevemos é o da primeira autora do artigo: mulher cis negra, bibliotecária em uma universidade federal situada no estado do Rio de Janeiro; e do coator, homem cis

branco, professor em uma instituição federal de ensino e pesquisador no campo das políticas públicas de ações afirmativas.

As universidades das quais fazemos parte, assim como tantas outras, têm passado por mudanças com o advento das políticas de ações afirmativas que possibilitaram a entrada – porém, em muitos contextos, não a permanência – de indivíduos negros em seus quadros técnico, docente e discente.

Se a nossa fala é carregada também pela dor da opressão (hooks apud Kilomba, 2019), o que move esse trabalho é o incômodo que a primeira autora sente ao ver alunas e alunos negros que buscam autores reconhecidos, tais como Lélia Gonzalez (só para citar um caso emblemático), e não os encontram nas estantes da biblioteca. Ou ainda o incômodo quando um aluno negro e nordestino relatou que, apesar de estar na biblioteca todos os dias, ainda assim é questionado sobre ser realmente estudante da instituição. Ou, por último, o incômodo por todas as vezes que o corpo da primeira autora não é lido como o de uma bibliotecária e servidora pública federal, motivo pelo qual é uma das poucas trabalhadoras do local que usa crachá de identificação, mesmo que isso não seja obrigatório.

Escrevemos, portanto, a partir da perspectiva da margem, mas mirando as práticas e lógicas que estruturam o centro das instituições de ensino e das BUs, particularmente. Assim sendo, questionamos: a partir de quais caminhos e práticas é possível tornar as Bibliotecas Universitárias espaços mais enegrecidos, aquilombados e indigenizados, considerando a maior presença não-branca nos contextos acadêmicos em função das políticas públicas de ações afirmativas? Como tornar as BUs locais em que os sujeitos não brancos se sintam acolhidos e livres para transitar, epistêmica e fisicamente?

O objetivo deste texto é provocar discussões iniciais sobre a estrutura eurocentrada de pensamento universitário, apresentando lentes metodológicas e interpretativas que funcionem como alternativa àquelas que são tidas como hegemônicas, pertencentes ao norte global. A importância deste capítulo, portanto, reside em pensarmos, juntamente com outras/os sujeitos, tais lentes aplicadas no campo da Biblioteconomia, em especial para as BUs.

Este capítulo será dividido em quatro seções, para além destes parágrafos introdutórios. Na próxima parte, apresentaremos de que

maneira o conhecimento eurocêntrico se tornou universal, ocupando o papel de norma. Na terceira seção, traremos de discussões sobre epistemocídio e decolonialidade, além de apresentarmos relatos e vivências que exemplificam essas dinâmicas. Por último, nas considerações finais do estudo, apontaremos provocações e proposições acerca da decolonialidade em Bibliotecas Universitárias.

SOBRE CIÊNCIA, COLONIALIDADE E O LUGAR DO CONHECIMENTO EUROCENTRADO COMO “NORMA”

A Ciência, como apregoa a História da Ciência, “é uma construção humana, coletiva, bem localizada no tempo e no espaço”, que se submete a fatores internos e externos, “altamente dependentes de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais (Rosa; Alves-Brito; Pinheiro, 2020, p. 1443).

Na Revolução Científica (1543-1687), que segue influenciando a compreensão de Ciência nos dias de hoje, ocorreu uma disputa sobre o que seria reconhecido como conhecimento e quem seria aceito como produtor desta ciência. Paralelamente, no período da dita Revolução, países europeus expandiam suas fronteiras através da colonização, como apontam os físicos Katemari Rosa, Alan Alves-Brito e a química Barbara Carine Pinheiro (2020).

Para Grosfoguel (2016, p. 27), os autores considerados cânones nas Ciências Sociais e Humanas são nativos de cinco países, todos pertencentes ao norte global, sendo eles Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Para o autor, as estruturas epistêmicas tomadas como universais são, na verdade, provincianas. Por que motivo, então, tais cânones do conhecimento se restringem a autores do norte global e, notadamente, sujeitos brancos?

Falar é um ato de negociação entre aquele que fala e aquele que aceita escutar, pois é necessário ter autorização para ser ouvido e pertencer a algum contexto e/ou dinâmica. Portanto, controlar a boca e silenciar é uma forma de controlar quem pertence, garantindo a dominação das populações não-brancas. Kilomba (2019, p.47), nesse ínterim, retoma uma reflexão de Spivak, que revela a “dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo”.

Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020, p. 1444) apontam que o racismo foi construído a partir do projeto de expansão e colonização

europeia do mundo, quando “amparados pelo discurso científico, os europeus não apenas expandiram mercados, mas também desapropriaram corpos, sedimentando o pensamento científico moderno com vieses de raça”. Atrelada a essa expansão e desapropriação, surge também o que hoje chamamos de eurocentrismo, ou seja, a Europa vista como centro econômico, cultural e científico do mundo, aquela que é civilizada e avançada, em contraponto aos outros povos que são tidos como primitivos, incapazes, irracionais e incivilizados:

A racionalidade europeia efetivou a leitura oficial da história da humanidade levando em conta somente a experiência daquele continente e universalizando reflexões alheias às múltiplas possibilidades do conhecer (Quijano, 2005). A história tem uma direção, um sentido único em direção ao progresso, à modernização. Tudo que é assimétrico em relação a esse avanço e desenvolvimento é entendido como atrasado, subdesenvolvido, primitivo (Rosa; Alves-Brito; Pinheiro, 2020, p. 1449).

Se consideramos que o fato científico é uma construção social e que a opinião pública é impactada pelo racismo, ao se considerar pessoas não-brancas a partir de prismas e lentes negativas, podemos inferir que o conhecimento de povos não-europeus é desqualificado por um sistema de crenças colonizadas, enraizadas no racismo. Nessa perspectiva, para Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020, p. 1463), as narrativas da ciência moderna se configuram como pós-verdades – quando fatos importam menos do que crenças e emoções na formação de opinião pública -, uma vez que os sistemas de verdade vigentes configuram negros, indígenas e quilombolas como “estrangeiros do pensamento”.

A presunção de acadêmicos brancos e do norte global ao se considerarem universais e os únicos capazes de validar o conhecimento revela, portanto, que na universidade não encontramos uma “verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de ‘raça’”, sendo urgente a tarefa de de(s)colonizar o conhecimento (Kilomba, 2019, p. 53).

Embora não sejamos mais colônias formais de países do norte global, a influência a que estamos submetidos por parte destes países

configura processos de colonialidade do ser, do saber e do poder. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) revela que a ideia de raça como conhecemos hoje foi concebida nas relações entre Abya Yala⁹ e Europa, a fim de legitimar o processo de expropriação e exploração a que foram submetidos os povos originários de Abya Yala e os povos trazidos de África. Desta maneira, as populações foram classificadas e hierarquizadas, o que permitiu que as relações de dominação coloniais fossem naturalizadas.

Para que Europa concentrasse sob sua hegemonia o controle da produção do conhecimento, as populações colonizadas tiveram as suas formas de produção de conhecimento reprimidas, assim como “seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade”. Tais populações foram forçadas a aprender a cultura dos dominadores “em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (Quijano, 2005, p. 121). No entanto,

A Europa foi a segunda e foi constituída como consequência da América, não o inverso. A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, com sua avançada tecnologia na mineração e na agricultura, e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata, o tomate, o tabaco, etc., etc. (Quijano, 2005, p. 127).

Apesar disso, os europeus convenceram-se de que eram superiores e que tinham forjado a civilização por si mesmos, Ignorando todo o passado e a contribuição de outros povos (Quijano, 2005). Em consonância com o exposto acima, Santana e Aquino (2013, p. 24) chamam atenção para o fato de que as instâncias informacionais, dentre elas a universidade e as bibliotecas, ainda não se responsabilizaram por eliminar práticas de organização e representação da informação que geram a exclusão de saberes produzidos por determinados grupos. Para as autoras, o “usuário ainda

⁹ Abya Yala, termo originado no povo Kuna, vem sendo utilizado como sinônimo alternativo ao termo América, este último uma homenagem a Américo Vespúcio, navegador europeu. Para saber mais, recomendamos o texto de Porto-Gonçalves (c2022), indicado nas referências bibliográficas.

[se] depara com dispositivos coercitivos na prática bibliotecária que limitam o acesso e uso da informação étnico-racial". Como exemplo de tais dispositivos, citam os instrumentos de classificação de conhecimento utilizados para ordenar os espaços e que muitas vezes são responsáveis por apagar ou esquecer informações.

Acrescentamos que as classificações do conhecimento muitas vezes refletem a lógica colonial que confere às regiões do Sul Global o lugar de subprodutos da Europa e dos Estados Unidos. Por exemplo, a estrutura da Classificação Decimal de Dewey (CDD), que organiza o conhecimento humano em 10 classes principais, apresenta uma hierarquização do conhecimento que é eurocentrada e cristã. Os livros e demais documentos são classificados por assuntos, que são representados por números, que por sua vez são utilizados para ordenar as estantes. A classe de literatura (800), por exemplo, permite que os livros sejam alocados de acordo com a nacionalidade dos autores. É atribuída uma classificação aos países colonizadores e aos Estados Unidos. Países que foram colonizados são alocados dentro da classificação do colonizador, distinguidos pela atribuição de uma ou duas letras iniciais do nome do país. Assim, Literatura Portuguesa é arquivada em 869. Literatura Angolana é arquivada em A869, Literatura Brasileira em B869, Literatura Moçambicana em M869, e assim por diante (Dewey, 2011). O país colonizador aparece em destaque, sendo os países colonizados uma mera subdivisão dos primeiros. Outros exemplos de reprodução da lógica de colonialidade podem ser encontrados ao longo da CDD, porém não iremos esgotar tal assunto neste texto. Entretanto, cabe ressaltar que os instrumentos utilizados na Organização da Informação e Conhecimento refletem as concepções de mundo da sociedade em que vivemos. Não seria interessante, então, repensarmos tais equipamentos com criticidade para que se tornem mais inclusivos, acolhendo melhor os mais diversos sujeitos e os seus conhecimentos, democratizando, portanto, o acesso às informações?

EPISTEMICÍDIO E DECOLONIALIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Na perspectiva da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), devemos nos atentar para o perigo da história única,

isto é, quando apenas uma história estereotipada é contada sobre um povo, com visões incompletas da realidade. É necessária a presença de poder para se decidir quais histórias serão ou não contadas e, em reação, devemos buscar ampliar o repertório de histórias que são propagadas sobre lugares e povos, a fim de ampliar a visão de mundo de quem as ouve:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

A pesquisadora e professora Célia Xakriabá (2023) apresenta a necessidade de criar contranarrativas que não resumam os indígenas a uma história passada, mas presente e com protagonismo, reconhecendo-os como produtores de conhecimento, o que contribuirá para a “descolonização de mentes e corpos” (Xakriabá, 2023, p. 323). Acrescento aos indígenas também todos os sujeitos que se situam à margem do “padrão” branco-cis-heteronormativo.

Neste sentido, as bibliotecas se configuram como espaços privilegiados para a descolonização do conhecimento, uma vez que armazenam e disseminam a informação e as histórias. Entretanto, a biblioteca faz parte da infraestrutura das universidades, que são espaços colonizadores. Xakriabá (2023) utiliza o termo amansar o giz ao se referir às práticas educativas que respeitam a vivência e a cultura no território Xakriabá e que foram responsáveis por ressignificar a escola. Talvez devêssemos, então, amansar a universidade e as bibliotecas, valorizando os conhecimentos advindos de outros locais para além do norte global, favorecendo a descolonização de mentes e corpos ao indigenizar, quilombolizar, campesinar e enegrecer a academia, os acervos e as nossas práticas profissionais.

Para Grosfoguel (2016, p. 25), o “privilégio epistêmico do homem ocidental foi construído às custas do genocídio/ epistemicídios dos sujeitos coloniais” e favorece projetos de mundo que são coloniais, patriarcais e imperiais, gerando “racismo/sexismo epistêmico”. O autor cita quatro episódios de genocídio no século XVI que possibilitaram a hegemonia europeia na produção do conhecimento, sendo eles contra: 1) mulçumanos e judeus em Al-Andalus; 2)

indígenas americanos e aborígenes asiáticos; 3) africanos, posteriormente sequestrados e escravizados; 4) mulheres indo-europeias acusadas de bruxaria.

Ainda sobre os quatro episódios de genocídio relatados por Grosfoguel (2016), o autor discorre sobre as estratégias de apagamento e epistemicídio perpetradas pelos povos europeus. Em Al-Andalus, foram queimadas, como estratégia de conquista, diversas bibliotecas que possuíam acervos de centenas de milhares de livros. Códices indígenas foram destruídos em Abya Yala, enquanto africanos escravizados foram proibidos de produzir conhecimento e afastados de suas cosmologias. No próprio território europeu, mulheres com conhecimentos xamânicos ancestrais foram queimadas vivas, perseguidas por bruxaria (Grosfoguel, 2016).

Para Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020), além do genocídio e epistemicídio, povos de Abya Yala, África e Ásia foram vítimas também de uma pilhagem epistêmica, que consistiu na incorporação dos conhecimentos que lhes pertenciam pelo povo europeu, destituindo-os de autorias originais, sendo necessário o trabalho de resgate da origem de tais saberes.

Grosfoguel (2016) ressalta que perspectivas epistêmicas não ocidentais não foram completamente destruídas, apesar do esforço genocida por parte do colonizador branco europeu. Para “descolonizar as estruturas de conhecimento da universidade ocidental”, é necessário, então, que se reconheça todo o provincialismo e o racismo/sexismo epistêmicos como frutos do genocídio e epistemicídio do projeto colonial, de modo a se romper com o universalismo dos conhecimentos eurocentrados, primando, portanto, pela diversidade epistêmica que criará “o pluralismo de sentidos e conceitos” (Grosfoguel, 2016, p. 46).

Devemos também nos atentar para a denúncia de Xacriabá para que recuperemos “valores da relação com o espaço corpo-território”. Ainda para a autora, “não podemos nos ver apartados do território, pois somos também parte indissociável dele, nosso corpo” (Xacriabá, 2023, p. 328). Dessa forma, a dimensão do corpo do sujeito, suas marcas, memórias, identidades e subjetividades importam no processo de se pensar táticas de resistência ante à lógica da colonialidade.

Tal perspectiva é oposta à filosofia cartesiana aplicada como validadora do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:

A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016, p. 30).

Quijano (2005) revela que tal perspectiva foi criada por Descartes, responsável por separar as dimensões “corpo” e “razão”, esta última a única capaz de produzir conhecimento racional em detrimento do corpo, aquele que serve apenas como objeto do conhecimento. Tendo em vista que algumas “raças” foram consideradas impróprias para o pensamento racional por serem inferiores, a estas coube somente o papel de objeto de estudo, de não-produtoras do conhecimento.

Desqualificar a voz dos sujeitos não-brancos, considerando-a inválida através de argumentos que hierarquizam o conhecimento com base em uma suposta neutralidade e imparcialidade é também uma estratégia da branquitude para manter esses corpos distantes da academia (Kilomba, 2019). Isso posto, assumir uma epistemologia que inclua também o subjetivo e o pessoal se configura como uma ação política. Os nossos relatos não se configuram como meras histórias pessoais, mas antes anunciam uma vivência e um lugar. Ainda para Kilomba (2019, p. 58), “vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém” e que os discursos de teóricos negros são frequentemente líricos, pessoais e políticos, capazes de transgredir com a tradição acadêmica e formular um conhecimento emancipatório.

Na vivência da bibliotecária autora do presente texto, esta dimensão de ser enquadrada somente no papel de “corpo” – como apontado por Quijano (2005) - fica evidente quando é constantemente questionada sobre o seu papel na biblioteca. Em mais de uma ocasião usuários pediram para falar com um “bibliotecário”, revelando que a autora não é lida como tal, embora tenha a formação e o cargo referido.

Outro relato que revela a incapacidade da branquitude em enxergar pessoas negras enquanto produtoras do conhecimento foi

feito por um usuário que questionou o porquê de repetidas vezes ser perguntado sobre seu vínculo institucional. Embora estude todos os dias na biblioteca, ao chegar no espaço é sempre indagado sobre ser estudante ou não. A nosso ver, tal interdição revela um aspecto de controle dos corpos, em uma perspectiva calcada na lógica da colonialidade. Kilomba (2019) traz um relato parecido ao narrar que seu corpo não era lido como estudante ao entrar no espaço da biblioteca, tendo sido questionada sobre seu vínculo institucional por funcionários. Enquanto isso, pessoas brancas eram lidas como corpos acadêmicos e por isso não tinham suas identidades e vínculos verificados, podendo circular livremente pelos espaços.

Os pesquisadores Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020, p. 1447) citam a intelectual negra Marimba Ani, segundo a qual a educação é importante instrumento no projeto de “domínio, subalternização e invisibilização de corpos negros e dos subalternizados no sistema colonizador da Europa”. Para pensarmos em uma concepção de educação e ciência plural, outros conhecimentos e cosmogonias devem ser trazidos à tona, perspectivas essas que pertencem a povos de diferentes origens.

Grada Kilomba, nesse ínterim, relata que:

Quando frequentava a universidade, lembro-me de ser a única aluna negra no departamento de psicologia, por cinco anos. Entre outras coisas, aprendi sobre a patologia do sujeito negro e também que o racismo não existe. Na escola, lembro de crianças brancas sentadas na frente da sala de aula, enquanto as crianças negras se sentavam atrás. De nós, dos fundos da sala, era exigido que escrevéssemos com as mesmas palavras das crianças da frente “porque somos todos iguais”, dizia a professora. Nos pediam para ler sobre a época dos “descobrimentos portugueses”, embora não nos lebrássemos de termos sido descobertas/os. Pediam que escrevéssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador (Kilomba, 2019, p. 65).

Os relatos de Grada Kilomba vão de encontro à vivência profissional da primeira autora deste texto. O ensino sob a perspectiva do colonizador fica evidente quando percebemos que autorias importantes para as discussões étnico-raciais não estão presentes ou estão sub-representados no acervo da unidade em que atua. Títulos de Lélia Gonzalez, Maria Firmina dos Reis e Nego Bispo não são encontrados nos catálogos, para citar alguns exemplos emblemáticos. A presença indígena é ainda menor: uma usuária estava buscando títulos para apoiá-la na criação de ações para um coletivo de estudantes indígenas. Ela recuperou somente um autor de interesse: Ailton Krenak. Todos os demais buscados não foram encontrados¹⁰.

Em contrapartida, os autores “clássicos” são vistos em abundância: Immanuel Kant, Auguste Comte, Euclides da Cunha, dentre tantos outros, invariavelmente brancos e em sua maioria, homens. Ainda que estejam em curso iniciativas que visam aumentar a diversidade do acervo, tais ausências são demasiado duradouras e revelam facetas da colonialidade presentes nas instituições de ensino. Enquanto espaços associados ao poder e às elites, a falta de diversidade nos acervos se configura como barreira que dificulta a produção do conhecimento não-eurocentrado.

Neste sentido, as reflexões sobre decolonialidade se apresentam como importante alternativa de “resistência política e epistêmica” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020, p. 9). Para aqueles que se debruçam sobre a decolonialidade, o processo de colonialidade segue em curso e reproduzindo lógicas de saber, ser e poder que foram construídas no período colonial. Interessa, portanto, tomar ciência da existência dessa colonialidade e encontrar estratégias de transformação de nossa realidade e, portanto, de enfrentamento aos cânones da lógica colonial (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020).

Longe de buscar o universalismo abstrato que marca as epistemologias do norte global, o projeto decolonial reconhece as particularidades da dominação e da resistência colonial tanto nas “margens/fronteiras externas do império” (em países dos continentes africano, asiático e em Abya Yala) como as internas, que se caracterizam pela desigualdade racial. A fala é restituída àqueles que

¹⁰ Ressalte-se que há outros documentos escritos por indígenas na biblioteca. Porém, os autores pesquisados pela usuária não foram encontrados.

até então não foram reconhecidos como produtores de conhecimento, agentes com “múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social”, de modo que o diálogo entre povos colonizados torna possível antevermos um projeto de mundo, uma “rede planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 20-21).

Importa, portanto, pensarmos uma biblioteca universitária que reconheça a sua origem nas classes dominantes e na supremacia branca, que possuíam acesso a esse espaço. Ante tal reconhecimento, a ação para inclusão e difusão de conhecimentos plurais se apresenta como estratégia para desmantelarmos estruturas de colonialidade ainda vigentes, tendo em vista o papel educativo das bibliotecas e o privilégio que estas possuem enquanto ambiente informacional.

A criação e implementação de uma política informacional antidiscriminatória e antirracista em bibliotecas universitárias é defendida por Santana e Aquino (2013). As autoras argumentam que os usuários têm o direito de acessar informações diversas que possibilitem a pesquisa de “temas específicos para a construção de uma nova história, vez que estamos imersos em uma sociedade preconceituosa, discriminatória e racista” (Santana; Aquino, 2013, p. 20).

Ainda segundo Aquino e Santana (2013), bibliotecas são lugares de memória que deveriam se preocupar em preservar a memória de pessoas não-brancas. Porém, em muitos contextos, a realidade que se impõe é a de apagamento dessas memórias e agências dissidentes:

As práticas bibliotecárias ocultam uma parte da história que traz um fato importante para a reconstrução da história de nosso país. Certamente, elas desconhecem que os afrodescendentes continuam honrando seus ancestrais africanos com a ativação de uma memória que luta contra o esquecimento através da “resistência social”. (...) Trata-se de libertar a memória desse povo que ainda continua sendo interpelada pela violação dos direitos, humilhação sutil, degradação moral e lesão psíquica que deterioraram a sua dignidade humana (Santana; Aquino, 2013, p. 23).

Acrescentamos também às pessoas negras aquelas que são indígenas, quilombolas e pertencentes a outros grupos não-brancos que também são frequentemente vítimas do esquecimento e que têm a sua importância na formação do Brasil diminuída. Entretanto, a biblioteca universitária pode figurar como espaço em que as informações difundidas contribuem para recuperar a história e memória de tais grupos, resgatando saberes e positivando a imagem daquelas e daqueles que por tanto tempo sofreram com o genocídio de seus corpos e com o epistemicídio e pilhagem de seus conhecimentos.

CONCLUINDO, MAS LONGE DE ACABAR COM QUALQUER DISCUSSÃO

As discussões iniciadas neste trabalho não se esgotam no que foi apresentado, sendo necessário maior aprofundamento futuro. Todavia, servem para marcar um lugar de fala e expor perspectivas que serão abordadas em pesquisa de mestrado.

Por fim, questionamos: serão as bibliotecas universitárias coniventes com a estrutura colonizadora da universidade, ao difundir bibliografias que reverberam uma história única pretensamente universal e neutra? Qual tipo de conhecimento é “privilegiado” na biblioteca? Estarão os sujeitos negros, indígenas e quilombolas sendo acolhidos ao adentrar tais espaços? Serão suas memórias preservadas?

Para responder às perguntas acima e as demais que foram feitas ao longo do artigo, é visceral compreender que bibliotecas universitárias são espaços em disputa, assim como o próprio conhecimento que difundem e preservam. Bibliotecas são organismos vivos e em crescimento e que não devem se contentar em replicar as estruturas racistas/patriarcais/heteronormativas/cristãs/capitalistas/eurocêntricas do sistema mundo em que vivemos. Importa que novos agentes sejam chamados à cena, transformando os acervos e práticas socioeducativas. Os espaços podem ser ocupados com visões de mundo várias que nos permitam imaginar outras realidades possíveis, que possibilitem a circulação e o pertencimento – geográfico e epistemológico – de sujeitos localizados no Sul.

Ações decoloniais em bibliotecas universitárias contemplam o desenvolvimento de acervos plurais, com a presença de autoria negra, indígena e quilombola. Contemplam práticas político-pedagógicas que visem a dar voz às comunidades que são tradicionalmente postas à margem da academia, como as mestras/es de saberes tradicionais. Contemplam promover o protagonismo dos usuários, para que estes se apropriem verdadeiramente do espaço.

Ressaltamos que nossos apelos por práticas antirracistas e/ou decoloniais em bibliotecas, dentre estas as mudanças nas diretrizes de desenvolvimento de acervos, não significam que todo conhecimento difundido pelo norte global deva ser desprezado. Entretanto, entendemos que se faz necessário ampliar as fronteiras do conhecimento, reconhecendo outros agentes e lugares enquanto produtores de saberes tão válidos quanto aqueles tidos como “cânones ocidentais”.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 62 p.
- AQUINO, Mira A.; SANTANA, Vanessa A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez. 2013.
- BAPTISTA, Michele M. A decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. **Páginas a&b**, [s.l.], s. 3, n. 19, p. 78-89, 2023.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze.; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 9-26.
- DEWEY, Melvil. **Dewey Decimal Classification and Relative Index**. Dublin, Ohio: OCLC, 2011. 4v.

GROSFOGUEL, Rámon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244p.

MARTINS, Lyvia R. S.; CHAVES, Italo T.; CAVATI SOBRINHO, Heliomar. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Abya Yala. In.: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Instituto de Estudos Latino-americanos. **IELA**. Florianópolis, c2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005.

ROSA, Katemari; ALVES-BRITO, Alan; PINHEIRO, Bárbara C. S. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [s.l.], v. 37, n. 3, p. 1440-1468, dez. 2020.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. In: CARNEVALLI, Felipe et al. (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu; Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2023. p. 319-332.

CAPÍTULO

DA PATRIMONIALIZAÇÃO À DECOLONIALIDADE DOS ARQUIVOS NO BRASIL

Ismaelly Batista dos Santos Silva

INTRODUÇÃO

O presente capítulo desvela a temática de Patrimônio na dimensão dos arquivos sob a perspectiva de sua Patrimonialização no Brasil, mediante uma abordagem interseccional que toma como arcabouço dialógico (teórico-reflexivo) a Decolonialidade, sob a necessidade de introjeção de visões plurais às construções cartesianas no plano identitário e valores relativos aos legados institucionais.

Pensar os arquivos como parte do Patrimônio na dimensão cultural impulsionada pela Revolução Francesa (Choay, 2006), requer condicioná-los histórico e socialmente a estruturas dogmáticas de dominação e poder que perpassam a gênese do conceito ligado ao patriarcado, em que “no Império Romano, ligado ao *pater familias*, ou seja, pai da família que passava os bens (Barreto; Soares, 2021, p. 17).

As noções teóricas (plano intelectual) e civilizatórias (plano social) dos patrimônios em arquivos¹¹ na composição do discurso

¹¹ o uso do termo Patrimônio em Arquivo no plural, aqui apresentado, busca ampliar a compreensão tanto de objetos/documentos em suas apresentações clássicas do suporte em papel sob registros textuais a objetos tridimensionais resultantes dos processos de acumulação orgânica em fundos como conjuntos de bens digitais ou

patrimonial, encontram-se fixadas nos bens históricos e culturais, na égide da materialidade (Patrimônio Material), no segmento dos bens móveis, e, de modo condicionante são expressos de maneira partitiva pela nomenclatura de Patrimônio Documental (Vieira, 2022).

O Patrimônio situado na dimensão dos documentos de arquivos, contemporaneamente no Brasil, passa, mediante a via teórica, por uma reivindicação de especialização em seu domínio científico em uma terminologia de acepção do Patrimônio Arquivístico como um “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (Arquivo Nacional, 2005, p. 130).

A Patrimonialização dos Arquivos no país ascende como um produto científico que remonta processos históricos e sociais considerando como pano de fundo o desenvolvimento civilizatório e os arquivos de conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições (empresas públicas ou privadas e pessoas) (Couro Junior, 2020).

A esse ponto, o plano intelectual esbarra no plano social, pois os arquivos em sua análise de patrimonialização demandam a incorporação pela via histórica e as implicações estatutárias para determinação de seu discurso pela relevância social como dispositivo aliado ao exercício da cidadania e democracia, detentor de documentos comprobatórios de direitos, testemunhos históricos e aplicados às memórias individual e coletiva.

O panorama acadêmico de Patrimonialização dos Arquivos no Brasil adota fontes científicas e históricas formais, lança mão do discurso “oficial” difundido no Estado-nação brasileiro na reconstituição de narrativas e deslocamento crítico e justificado da ideia de valoração, proteção e usos dos espaços e acervos de arquivo no país, mediante o potencial informativo e implicações do seu legado sociocultural.

Nestes termos, a Patrimonialização dos Arquivos no Brasil sinaliza um salto de qualidade no que diz respeito a responsabilização do Estado brasileiro para com seus documentos e ascensão e protagonismos de áreas como a Arquivologia e História. Não obstante, é pertinente indagar: de que modo o processo de estruturação do

não digitais transmitidos por legado em leituras identitárias plurais individualizadas ou coletivas.

discurso pela Patrimonialização Cultural de Arquivos, sedimentado por metodologias e vias estritamente técnicas e manifestos tradicionais do cenário brasileiro (teórico e civilizatório), pode implicar na reprodução da Colonialidade no domínio dos seres e dos saberes?

Para elucidar tal questão o presente texto objetiva analisar criticamente a visão patrimonialista na construção do repertório do conhecimento sobre a inscrição dos arquivos no domínio do Patrimônio Cultural no Brasil. E, posteriormente discutir as relações de dependência e simbiose no estatuto patrimonial a partir da Decolonialidade.

A composição do presente capítulo segue tematicamente nas seções seguintes com a apresentação do referencial teórico, adotando fontes clássicas ao discurso patrimonial como Choay (2006) e D'Avallon (2006), pesquisadores que trabalham o Patrimônio em Arquivologia em Cougo Junior (2021) e Vieira (2022), e, textos seminais sobre Decolonialidade em Santos (2002), Mota Neto (2016) e (Chaves, 2021).

Posteriormente são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa com sua categorização como exploratória-descritiva de abordagem quantitativa e qualitativa, suas fontes de informação e a perspectiva de uma revisão sistemática de literatura (Sarmento, 2024).

Em sequência, apresenta-se os resultados que visam elencar pontos críticos sob a perspectiva Decolonial, que podem ser considerados no alargamento do repertório dialógico pela Patrimonialização dos Arquivos no país. Na última seção são tecidas as considerações finais por meio da retomada sintética do tema central, adequação aos objetivos e indicações dos desafios e desdobramentos futuros à pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O estatuto pelo Patrimônio Cultural é uma construção narrativa amparada pela ideia de Modernidade como parte do processo civilizatório. Politicamente impetrado pelas camadas regentes da estrutura econômica e simbólica social, munido de privilégios conquistados em dominação e capazes de permear de modo significativo diferentes grupos subalternizados pelo Colonialismo.

A colonialidade do conhecimento é o arquétipo da estrutura de poder estabelecida pela Modernidade, pois destrói a história e a cultura nativa a fim de impor sua história e cultura eurocentrada. (Chaves, 2021, p. 97).

Aspectos coloniais são tipicamente modelados ante o contexto patrimonialista em virtude da própria gênese do surgimento como expressão e primeiro significado quando, o referencial de civilização ancestral (eurocêntrico) é estabelecido, ou seja, na Roma antiga. Esta última com uma cultura clara de poder e dominação, edificada pela narrativa de Modernidade e direitos civis, em que a economia patriarcal transmite seu legado de modo individual do pai para o filho (Barreto; Soares, 2021).

O poder centrado na performance conspícuia que gera a promoção elitista, exploração dos corpos, condicionamento de saberes às narrativas de controle, masculinidade e estado de modernização são aspectos que compõe a Colonialidade e que dialogam com a patrimonialização, pois os registros e artefatos culturalmente produzidos e reconhecidos durante séculos são pertencentes e transmitidos hegemonicamente pelos grupos capazes de acumular bens e não apenas sobreviver.

Com um hiato reflexivo transgeracional, a concepção do Patrimônio Individual incorporada por grandes instituições como o Clero ao longo do tempo, transmutou práticas de legado e privilégio de grupos com notória influência e poder social nas civilizações ocidentais. Apenas com o fenômeno de Revolução Francesa o termo Patrimônio encontra uma sintaxe que orbita a compreensão contemporânea (Choay, 2006).

Igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados: desde que a palavra vandalismo foi cunhada por Gregório, o pesado balanço das destruições revolucionárias já foi feito a historiografia da sua metodologia historiográfica foi detalhadamente estabelecida. (Choay, 2006, p. 103).

No fragmento de citação de Choay (2006), assim como em sua obra sobre a alegoria do Patrimônio alguns aspectos são observáveis acerca da Colonialidade e do Patrimônio, em que o destaque para

dominação das formas e expressões dos saberes é sutilmente desvelado. Sobre a Colonialidade do Patrimônio o valor econômico e simbólico cultural “vandalizado” não faz parte dos bens do povo, mas dos grupos dominantes. O próprio termo “vandalismo” é uma forma de denúncia e marginalidade, que intelectualmente não foi cunhado pelo membro subalternizado radicalizado, mas em prol da manutenção de estruturas coloniais de poder.

Marginalizar, minimizar atos de agressão, desvalorizar discursos ou reivindicações de direitos ou igualdade, assim como invisibilizar atitudes ou qualquer forma de expressão na cultura em desacordo ao estatuto eurocêntrico e estratégia do colonizador sofrem coerção. Mesmo extinto em alguns territórios e sociedades o Colonialismo, segue latente “normalizado” nas atitudes e discursos cotidianos pelo projeto de popularização do sistema de controle social (Santos, 2002).

A abordagem Decolonial prevê identificar as estruturas de opressão e controle impetradas pelos atos da Modernidade e o Colonialismo como modelo de dominação. A crítica Decolonial problematiza os movimentos inscritos na Colonialidade, tais como o capitalismo e o patriarcado que operam sob estruturas cotidianas no processo de manutenção dos interesses. Também prevê, a Decolonialidade, reivindicar, desenvolver e implementar formas de valorização de culturas subalternas, o que, evidentemente querer pensar suas abordagens socioculturais, segundo autores como: Santos (2002), Mota Neto (2016) e Chaves (2021).

Pensar os registros culturais a partir das manifestações em Decolonialidade, implica em Patrimonializar domínios plurais da cultura para além das instituições formais e os bens e recursos acumulados no legado do privilégio. Castells (2018), aqui introduzido, em um salto temporal sobre aspectos da Modernidade e desenvolvimento sociocultural, aborda de modo significativo a transformação na ordem mundial por meio da Globalização.

O fenômeno de Globalização fixado pelo incremento das telecomunicações e interconectividade por meio de sistemas digitais e a web, revela de forma contundente, disparidades entre grupos dominantes e evidencia a subalternização das massas como mais um mecanismo eficaz de propagação dos valores Coloniais e massificação das identidades coletivas (Castells, 2018). Movimento

que interfere e manipula a visão de mundo para uma cultural em massa e manifestações estandardizadas no ambiente digital.

As identidades sociais como insumo necessário a composição da performance de valoração do patrimônio, é parte significativa à Patrimonialização Cultural (Davallon, 2006). Por um lado, são regidas de modo contundente pela padronização dos costumes mediante os interesses dos grupos dominantes, que regidos pelo interesse do Capitalismo ora, tornam “democráticos” o acesso à cultura (de massa), ora promovem apagamento e sobreposição de outras (Castells, 2018).

Seja internacional ou nacional, premissas típicas norteiam o processo de patrimonialização da cultura no rito estatal, refinado ao longo de décadas, cuja atuação de instituições ligadas ao patrimônio tem sido fundamental no cumprimento deste papel (Choay, 2006; Cougo Júnior, 2021; Vieira, 2022). No Brasil, destaca-se o Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “O IPHAN é órgão de gestão criado para atender as demandas patrimoniais culturais no âmbito federal [...].” (Barreto; Soares, 2021, p. 19).

Na esteira desta discussão emerge a Patrimonialização dos Arquivos no Brasil configurado como Patrimônio Arquivístico, parte do Patrimônio Documental, ambos, constituintes do domínio do Patrimônio Cultural. A especificidade do Patrimônio Arquivístico é situada na função dos documentos em arquivo e seu papel como dispositivo de apoio a história e memória social imprescindíveis a cidadania. (Vieira, 2022).

Segundo Cougo Junior (2021), no processo de Patrimonialização dos Arquivos no Brasil há cinco atos performativos identificados: aquisição de documentos; recolhimento de documentos; tombamento; declaração de interesse público e social; e, o reconhecimento através do programa Memória do Mundo.

O desafio pela Patrimonialização dos Arquivos em especial no Brasil, paira pelo histórico do desenvolvimento terminológico e reconhecimento de seus materiais como parte do Patrimônio Cultural, em que o Patrimônio Histórico e Artístico e seus representantes como os bens arquitetônicos (edifícios e artefatos em Belas Artes) possuem valor econômico imediato e se sobressaem culturalmente, inclusive ante as narrativas acadêmicas (Choay, 2006).

Isto posto, os bens de arquivo de valor mediato, em geral dão fé a direitos sobre bens de valor imediato, e, na presunção de objetos com potencial de valoração histórica e artística ou valor econômico (excepcionalmente imediato), estes são objeto de especulação em processos de musealização, por exemplo, conjuntos de medalhas e outros objetos tridimensionais forjados esteticamente e em material comercial.

Problemática que também se estabelece no Brasil pela reconstituição lógica da Patrimonialização dos Arquivos na busca por seu enquadramento na dimensão de Patrimônio Cultural sob metodologias e processos históricos, tipicamente pensados sob a ótica da Modernidade e Colonialidade.

Observa-se que as ideias e práticas inovadoras, que também respeitam a memória e a história de uma comunidade, são potencialmente positivos para melhorar a qualidade de vida da população. Como a informação é a base para que o processo de inovação ocorre, Arquivo Comunitário como uma instalação o poder da informação é um agente essencial para garantir os princípios da representatividade dos vários grupos sociais, salvaguardando memória e cidadania. Supondo que o arquivo é uma unidade cultural essencial para o processo de inovação, uma vez que não há inovação sem informação e memória, considera-se que a presença de arquivos nas comunidades, cidades, estados e países é essencial para o desenvolvimento socialmente sustentável. (Nogueira; Gracioso, 2023, p. 363, tradução nossa).

Valorizar e transmitir estritamente o legado de grupos dominantes como instituições estatais e de personalidades sociais é reproduzir a Colonialidade dos seres e saberes, em que pensar os arquivos sob viés comunitário pode representar um paradigma em construção que requer a modelagem crítica da abordagem dogmática, eurocentrada ou dada pelo “norte global” para o conhecimento em Arquivologia.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa compõe um repertório de investigações que buscam agregar capilaridade às discussões sobre Patrimônio em

intersecção aos aspectos da teoria Decolonial. De modo específico este capítulo é produto de um estudo tipificado como sendo exploratório-descritivo.

A metodologia investigativa aqui apresentada é tipificada como sendo exploratória e descritiva a partir dos objetivos de “analisar criticamente a visão patrimonialista na construção do repertório do conhecimento sobre a inscrição dos arquivos no domínio do Patrimônio Cultural no Brasil”. E, “discutir as relações de dependência e simbiose no estatuto patrimonial a partir da Decolonialidade”.

A opção combinada (exploratória-descritiva) como parte do processo de metodização da coleta, análise e apresentação dos resultados obtidos, torna-se necessária, pois a temática de pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento científico e é pautada enquanto pesquisa exploratória “pelo levantamento de informações que possam levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito. (Doxsey; De Riz, 2003, p. 25)”. Por sua vez, no viés descritivo da pesquisa se busca “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. (Gil, 2002, p. 42)”.

Como procedimento no âmbito do estudo foi realizada uma revisão sistemática de literatura, pois identifica, mapeia, integra e especializa desde a definição do tema a ser coberto às fontes utilizadas para acesso à informação, assim como promove a análise criteriosa, concatenação e metodização da produção científica (Sarmento, 2024). Os recursos informativos adotados para obtenção de fontes de informação especializadas versaram sobre livros impressos, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e o buscador Google Acadêmico.

A recuperação da informação em textos considerados seminais para contextualização, conceituação e caracterização dos temas articulados foi realizada em levantamento entre os meses de fevereiro e março de 2025. Na pesquisa, foram adotados os seguintes descriptores condicionados por aspas duplas: “Patrimonialização dos Arquivos”, “Patrimônio Arquivístico”, “Patrimônio e Decolonialidade”, e, “Patrimônio e Decolonialidade em Arquivos”.

A dimensão lógica no estudo segue a perspectiva indutiva mediata baseada no raciocínio científico pertencente à doutrina do silogismo para obtenção de inferências apoiadas em proposições

anteriores já consensuais entre pares (MARQUES, 1999). Para o tratamento dos dados é utilizada uma abordagem quantitativa pela objetividade no tratamento de dados estruturados e tabulados para compreensão (GIL, 2002). Também foi adotada abordagem qualitativa, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Na próxima seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos na revisão sistemática de literatura, traçando um panorama dialógico que parte da visão geral de Patrimônio, sua interlocução à Patrimonialização dos Arquivos no Brasil e a construção indutiva da intersecção com os aspectos teóricos da Decolonialidade.

RESULTADOS

A Patrimonialização dos Arquivos no Brasil figura como tema de pesquisa desde a década de sessenta segundo as obras indexadas nas bases de dados BRAPCI e o Google Acadêmico. Toda via, a indexação da produção de conhecimento acerca do tema revela escassez, sendo a literatura científica centrada em abordagens que pautam as discussões mediante nichos específicos e que promovem a intersecção entre a Arquivologia e a História.

Quadro 1 - Termos de pesquisa e quantitativo de produção

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO				
TERMO	Patrimonialização dos Arquivos	Patrimônio Arquivístico	Patrimônio e Decolonialidade	Patrimônio e Decolonialidade em Arquivos
INDEXADOS	09	96	07	ZERO
GOOGLE ACADÊMICO¹²				
TERMO	Patrimonialização dos Arquivos	Patrimônio Arquivístico	Patrimônio e Decolonialidade	Patrimônio e Decolonialidade em Arquivos
INDEXADOS	36	02	07	ZERO

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

¹² não foram incluídas citações na recuperação dos dados.

No Quadro 1 são retomadas as categorias, as bases de dados e o número de objetos recuperados mediante a busca por termo. Como resultados da revisão sistemática de literatura dirigida às bases de dados definidas, sob os critérios de busca como os descritores e filtros de pesquisa. Quantitativamente foram analisados um total de 156 (cento e cinquenta e seis) textos entre artigos recuperados e textos em eventos.

Conforme apresentado no Quadro 01, é evidenciada a escassez de literatura, sobretudo a abordagem temática de “Patrimônio e Decolonialidade em Arquivos”, que não obteve nenhum objeto indexado na BRAPCI (como base indexadora especializada, inclusive, que interopera a indexação de revistas da área de Arquivologia) ou no Google Acadêmico (de maior amplitude, e, ao mesmo tempo, generalidade) denotando a possível inexistência de diálogos científicos publicados na área de Arquivologia ou Ciência da Informação, bem como o não uso do descritor em quaisquer publicação que tenha como objeto os assuntos relacionados.

Dentre os totais de objetos indexados recuperados de modo especializado na BRAPCI, cerca de 58% (cinquenta e oito porcento) são objetos indexados em revistas da área de Arquivologia. Ao que tange os termos com maior quantitativo de objetos indexados, destaca-se na BRAPCI o termo “Patrimônio Arquivístico”, com 97 (noventa e sete) objetos indexados. Outrossim, no Google Acadêmico o termo “Patrimonialização dos Arquivos” é destaque com 36 (trinta e seis) objetos indexados. O uso do termo “Patrimônio Arquivístico” como de maior presença na produção de conhecimento é justificado pela padronização da linguagem no vocabulário técnico em Arquivologia dado no Dicionário de Terminologia Arquivística.

A este respeito, para alargar a discussão, é de salientar que o processo técnico-científico de construção terminológica sedimentado no vocabulário de área através do Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) quanto ao conceito de Patrimônio Arquivístico. A princípio pode ser observado com cautela dado o repertório experimental pré-existente no campo da Arquivologia por meio do termo Informação Arquivística, ou seja, a informação presente nos arquivos na verdade é de fato e de direito informação que diz respeito à instituição e suas relações orgânicas ou a própria sociedade.

Termos de mesma natureza, sufixados por “arquivístico” podem promover estilismos e pouco acrescentar ou reverberar do campo científico ao social. Por outro lado, ao passo que na dimensão dos acervos documentais, os acervos de arquivo, ao serem denominados tecnicamente de arquivísticos, para conjuntura do Patrimônio é avaliado como pertinente à terminologia e sintaxe aplicadas.

Contudo, na atualidade, faz-se necessária a inserção no verbete do referido Dicionário de Terminologia Arquivística, que a abrangência destes conjuntos documentais seja alargada para comunidades como, por exemplo, ocorre na modalidade de acervos comunitários deslocando a ideia de estatização e verticalização institucional na formalização e validação de acervos de arquivo como Patrimônio.

Considerando que os Arquivos Comunitários são instrumentos de transformação da informação, que com os ODS podem se fortalecer como instituições promotoras da paz, eles necessitam de uma base acadêmico-científica para seu desenvolvimento. (Nogueira; Gracioso, 2023, p. 364, tradução nossa).

Retomando o exposto no Quadro 01, como ponto de interlocução, dos totais recuperados indexados na BRAPCI, cerca de 23% (vinte e três porcento) dos materiais é produto de “trabalho em evento”, em que de modo condicionado as produções são provenientes do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), algo que dá indícios do interesse, diálogo e abordagem da temática de Patrimônio e Arquivos no âmbito da Pós-graduação no Brasil feito em geral por pesquisadores com Bacharelado, atuação Docente, pessoas em atuação nos acervos de arquivo ou em colaboração com profissionais da área.

A revisão sistemática de literatura sobre a Patrimonialização dos Arquivos, oportunizou evidenciar qualitativamente outros aspectos que auxiliam na compreensão do cenário de produção do conhecimento acerca do tema em discussão como, por exemplo, fica evidenciado o eixo investigativo de Arquivos Pessoais como o de maior parcela nas contribuições à literatura técnica científica, encontrando-se baseada em produtos publicados de pesquisas com natureza aplicada, empírica ou relatos de experiência. Em que, a pesquisa

básica no estado da arte inexiste como construção de um arcabouço teórico e filosófico.

Como abordagem temática a proeminência do discurso patrimonial no exílio dos Arquivos Pessoais, Arquivos Privados ou Arquivos de Pessoas (enquanto nomenclaturas congêneres admitidas), alia-se em menor escala a outros eixos investigativos no domínio da Arquivologia como no de Gestão de Documentos (inscrevendo-se especialmente no contexto das políticas de preservação e conservação) e o eixo de Responsabilidade Social.

Os diálogos em patrimonialização levantados na literatura, que não estão situados no eixo investigativo dos Arquivos Pessoais, busca preconizar o papel dos Arquivos Permanentes (dialogicamente partitivos aos Arquivos Pessoais) como produto da acumulação e custódia dos arquivos modernos, nos quais o valor secundário da documentação é evidenciado sendo neles identificados o legado de empresas e pessoas como instituições de relevância social, ou seja, pode-se deduzir que essa pertinência não está posta técnica ou teoricamente por preceitos Decoloniais, mas pela construção civilizatória colonial de visão eurocentrada e economicamente relevante.

Neste sentido, categoriais temáticas foram identificadas nas discussões analisadas que, por sua vez, se inscrevem ante: a institucionalização de conjuntos documentais de arquivo; metodologias patrimoniais; o registro (tombamento); a salvaguarda (preservação e conservação); a identificação dos fundos e documentos de arquivo; o reconhecimento de valor (valoração) dos acervos; a difusão documental dos arquivos; o papel histórico, cultural e civil dos arquivos.

A ausência de diálogos no âmbito da Gestão de Documentos de arquivo, e, na própria Arquivologia acerca do Patrimônio Arquivístico, revela uma lacuna que implica diretamente na Patrimonialização dos Arquivos, pois esta última requer a institucionalização do arquivo, sua performance quanto legado com identidade e valoração pelo coletivo e cultura organizacional para reverberar no estatuto patrimonial.

Sem uma política patrimonial despertada no planejamento estratégico dos conjuntos documentais e um trabalho educativo que busque identificar, qualificar e salvaguardar documentos a nível de gestão organizacional. Tratar destes temas com o sobressaliente dos

registros documentais, sem construir as linhas de atuação no processo de acumulação, destinação, conservação e uso documental é no mínimo uma falha técnica crítica, pois à revelia do interesse patrimonial nos arquivos o ciclo institucional segue em linha de produção pela busca de produtividade e resultados no modelo econômico capitalista, traço da Modernidade e Colonialidade, em que “[...] tudo o que difere da visão eurocêntrica do mundo é inferior marginal, irrelevante ou perigoso.” (Santos, 2002, p. 19).

Na esteira desta discussão técnica, a busca por inscrever o Patrimônio Arquivístico no modelo de patrimonialização vertical, assim como apontado pela revisão sistemática de literatura, além de manter a Decolonialidade fora do radar da produção de conhecimento científico deve reverberar na Patrimonialização de Arquivos segundo a ótica do legado colonial mediante a visão capitalista, eurocentrada e patriarcal, ou seja, “[...] refere-se à coerção sobre os modos de conhecer, produzir conhecimentos, símbolos e significados nativos e a substituição por padrões europeus”. (Chaves, 2021, p. 97).

Nestes termos, dialogar sobre a Patrimonialização dos Arquivos e a própria Decolonialidade, implica em inscrever os arquivos (Patrimônio Documental) como herança civilizatória pautada em sua compreensão histórica e cultural institucionalizada mediante o alargamento reflexivo para inclusão de narrativas tradicionais sob a projeção de acervos de arquivo, por exemplo, ante o viés comunitário com abordagem dialógica para a cultura de produção de registros de grupos marginalizados, apagados documentalmente ao longo da história, mas que focam na resistência e luta pelo direito de constituir e serem constituídos de protagonismo social fundamentado “[...] em ideias e práticas de resistência que existiram e existem no contexto latino-americano.” (Chaves, 2021, p. 99).

O equipamento do Arquivo Comunitário pode ajudar a minimizar os efeitos negativos da Globalização Perversa e em a democratização da informação, na salvaguardando a memória de povos diversos e para o processo de inovação decolonial. (Nogueira; Gracioso, 2023, p. 365, tradução nossa).

Se o Patrimônio Arquivístico de fato visa um legado transmitido por meio dos documentos institucionais, que estas instituições e estes documentos possam refletir a diversidade e cultura heterogênea.

Diferentemente do viés que se apropria da documentação para valoração de grandes figuras públicas, pois o patrimônio de caráter cultural seguindo a ótica das narrativas de poder opressor, é parcial.

Como visto nas obras de Cougo Junior (2021) e Vieira (2022), a institucionalização dos arquivos prevê sua relevância como fonte de informação probatória e civil, cujo manejo e tratamento técnico da documentação avança com a modernização civilizatória nos legados formalizados de atos de ofício e se transforma culturalmente como celeiro elitizado da memória social coletiva, avança nos processos técnicos e incorporação do arcabouço de científicidade, mas esbarra nas cosmovisões da sociedade, dos processos burocráticos e estatutários jurídicos de registros e dos agentes de patrimonialização cultural, no Brasil, a exemplo do IPHAN.

Mecanismos esses, que condicionam o campo do saber em Arquivologia a buscar processos e métodos tradicionais (eurocentrados) para enquadrar os arquivos na história e cultura nacional. Implica dizer que a Patrimonialização dos Arquivos também é uma forma de moldá-los aos padrões hegemônicos no domínio do conhecimento patrimonial.

Na observância a teorização de Castells (2018, p. 55) a Patrimonialização dos Arquivos, nos moldes em que tenta operar, pode ser enquadrada na construção da identidade legitimadora, ou seja, “[...] introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação aos atores sociais”.

Implicito no processo descrito por Davallon (2014) como gestos de patrimonialização cultural, que transpassam o a percepção dos bens com potencial de Patrimonialização por grupos para valoração, comumente impulsionado por intelectuais, envoltos dos estudos acadêmicos e a cátedra clássica sobre o patrimônio. Desponta o gesto de declaração oficial, ou seja, parte de um processo de interesses conduzidos por grupos privilegiados respaldados pelo discurso formal e moderno para conduzir as comunidades à acepção do “seu” patrimônio que passa a compor o discurso cultural.

Nestes termos, a pauta da Decolonialidade nos arquivos e sua respectiva Patrimonialização visa deslocar a construção de identidade legitimadora para uma “*identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação [...].” (Castells (2018, p. 56).

Sem prejuízo da finalidade arquivística de salvaguardar a memória e disseminar informações, com o propósito de ouvir e gravar diferentes vozes e para fins de reparação histórica, os Arquivos Comunitários transpassam diversos aspectos: comunidade, valor posicional, identidade, práticas independentes, autonomia, valorização da memória de diferentes grupos sociais, justiça social, documento para salvaguardar, decolonialidade, poder e política, movimentos sociais, entre outros. (Nogueira; Gracioso, 2023, p. 361, tradução nossa).

Incluir a diversidade cultural em níveis diferentes aos requisitos técnicos e cartesianos desponta como um esforço extra, mas que representa um dever moral e legal em adequação aos interesses sociais. Em verdade, tal viés, é mister a excelência na Patrimonialização dos Arquivos para transmissão de legados culturalmente Decoloniais, representativos e significativos, principalmente com vistas à dimensão brasileira por sua vastidão continental e riqueza plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da Patrimonialização dos Arquivos no Brasil perfaz um ciclo de desenvolvimento pautado nas narrativas hegemônicas, coloniais e eurocentradas, que alia o poder às práticas de dominação e controle social personificados nas instituições. Inclui-se, a este cenário narrativas de valoração do legado cultural que corroboram às histórias e auxiliam na transmissão e cristalização dos interesses hegemônicos pela manutenção de poder.

Seguir a trajetória histórica e Colonial pela Patrimonialização dos Arquivos da forma como observamos, apresenta-se como uma necessidade simbiótica para aderência ao estatuto patrimonial do ponto de vista técnico e científico. Porém, a ampliação para inclusão de abordagens Decoloniais se coloca como um movimento necessário pela sociedade e a própria Arquivologia.

A análise crítica da visão patrimonialista na construção do repertório do conhecimento sobre a inscrição dos arquivos no domínio do Patrimônio Cultural no país, revelou por meio de uma revisão sistemática de literatura especializada, que pouco temos construído

do ponto de vista do conhecimento ante a Patrimonialização dos Arquivos.

A ausência de metodologias e bases Decoloniais no campo da Arquivologia para a atualidade, ante o recorte realizado, sinaliza lacunas que estruturalmente agravam a baixa produção científica que promovam a temática.

Processo no qual se registra e transmite visões no domínio normativo colonial e deixamos de construir novos modelos para pensar os arquivos. Algo que, possui consequências concretas como a invisibilidade e reverbera nas práticas excludentes em uma área do conhecimento que busca se inscrever culturalmente, mas que não tem se apropriado dos próprios movimentos culturais vigentes, cristalizando a atuação dogmática eurocentrada.

As relações de dependência e simbiose no discurso patrimonial estão postas, porém incorporar o movimento da Decolonialidade parece ser uma solução inteligente no processo de estreitamento entre o papel da Arquivologia e a sociedade (composta por comunidades como células de um organismo maior).

Seguir na direção da Patrimonialização à Decolonialidade não é um exercício crítico simples, muito menos se encerra neste estudo. Espera-se que a partir ou com mais este texto outros diálogos acadêmicos sejam firmados, inclusive, com estudos etnográficos e de pesquisa-ação como metodologias que possam capturar e organizar de modo abrangente os fenômenos necessários à Decolonialidade de acervos arquivísticos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BARRETO, F. S. S. SOARES, L. M. A. Z. Patrimônio cultural: conceito, história e reflexão. In: TEIXEIRA, Simonne; TORRES, Wagner Nobrega; PORILHO, Aline dos Santos. **Educação patrimonial**: abordagens e atividades educativas com os Patrimônios. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2021. p. 17-20.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação.9. ed. rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v.2.

CHAVES, P. J. **Didática, Decolonialidade e Epistemologia do Sul:** uma proposta insurgente contra a neoliberalização do ensino escolar e universitário. Curitiba: CRV, 2021.

CHOAY, F. **Alegria do Patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2006.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil.** 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DAVALLON, J. **Le Don du patrimoine:** une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermès Sciences-Lavoisier, 2006.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica.** Espírito Santo: Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB, 2002-2003. [Apostila]

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

MARQUES, A. J. **Metodología em ciéncia dedutiva.** Juiz de Fora - MG. Ed. Gráfica Rio Branco, 1999.

MOTA NETO, J. C. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina:** reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

NOGUEIRA, F. P. de M. GRACIOSO, L. de S. Los archivos comunitarios en el contexto del ambiente científico-técnico-informativo: agentes de la globalización solidaria y de la innovación decolonial. **Ciéncia da Informação**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 355-368, jan./abr. 2023.

SANTOS, B. S. **Descolonializar:** abrindo a história do presente. Autêntica Editora. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

SARMENTO, H. **Revisão Sistemática da Literatura.** Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.

VIEIRA, T. de O. O Patrimônio Arquivístico em discussão: origem e concepção de uma noção em consolidação. **PontodeAcesso**, [s.l.], v. 16, n.2, p. 84–117, 2022.

A DECOLONIALIDADE COMO ELEMENTO PARA RECONSTRUÇÃO EDIFICATÓRIA DE ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada pela intensificação dos estranhamentos e rupturas em relação ao pensamento colonial e seus desdobramentos (Moura, 2021). A maneira como fomos colonizados influenciou a forma como criamos relações com o conhecimento, formas de ver, de ser, de estar, de comunicar e de construir em comunidade.

O fim do período colonial revela ecos do passado que reverberam. O parâmetro das construções históricas e edifícios públicos convergem ao neoclássico, aspectos de estilo barroco e europeus, influência da colonização. Políticas urbanísticas idealizaram cidades brasileiras como cenários urbanos centrados aos moldes e aparências europeias (Galeano, 1976; Ramos, 2020). Diante deste modelo, Ramos (2020, p. 157) explicita que “as tensões das relações étnico-raciais se evidenciaram na Arquitetura”, iniciativas de construção de templos religiosos de matrizes africanas, comunidades quilombolas, nações indígenas, grupos de ciganos, e, quaisquer expressões arquitetônicas foram proibidas de um fazer estético dentre a sociedade (Risério, 2012).

Adentramos ao contexto de construção social do espaço urbano e papel dos arquivos como parte do patrimônio arquitetônico da cidade.

A formação dos arquivos situa-se como reflexo da história. Como testemunhas de uma expressão coletiva determinada pela presença urbana (Ibáñez, 2008; Araújo, 2018), os arquivos conservam múltiplos documentos que abrangem o período colonial e pós-colonial e a própria composição de suas edificações comportam-se como reflexos destes períodos.

Essa perspectiva permite questionar as pequenas menções em referência à população negra em documentos do período colonial e as intenções de preservação de determinados fundos privados, visto que as citações enfatizam passagens retiradas de relatos de viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, bem como, as construções arquitetônicas que resguardaram esses documentos ao longo dos séculos, aspectos que apresentam indícios de apagamento de discursos (Freitas, 2011; Risério, 2012).

Para empreender a reflexão pretendida no presente capítulo, não há como desconsiderar as matrizes de poder e saber dos quais estamos atrelados enquanto disciplina, assim como no campo da Arquitetura, culturas hegemônicas e europeias desenvolveram narrativas que reverberaram na Ciência da Informação (CI) e na Arquivologia em meio a perspectivas ainda comprometidas com o discurso colonial (Moura, 2021).

A CI buscou estabelecer traços identificadores e dinamizar o capital da informação desde seu desenvolvimento como disciplina científica, construindo sua identidade em torno de sua estrutura teórico-metodológica (Silva; Freire, 2020). Destacam-se em sua maioria autores norte-americanos que incitaram o desenvolvimento teórico da CI, Borko (1968), Buckland (1991), Hjørland (2000), entre outros.

Logo ao se inserir no contexto de qualquer ciência, não somente na Ciência da Informação, os cientistas que estão vinculados a instituições hegemônicas, que por sua vez disseminam discursos em prol do que consideram verdadeiro, têm o acesso à publicação de seus textos (carregados de discursos) nos meios que institucionalizam o poder, tais como os meios de distribuição da informação (Silva; Freire, 2020, p. 34).

Embora se apresentem esforços desenvolvidos no campo científico, mediante desenvolvimento de epistemologias em prol de heranças culturais, as operações formalizadas na CI, ainda conduzem a categorização que tende a perpetuar a uma fantasia colonial e a introduzir equívocos na atribuição de conhecimentos originários e saberes de trajeto (Moura, 2021).

O surgimento da Arquivologia em meio ao processo de constituição dos estados nacionais, no século XIX, sublinha a abordagem da literatura da área como um saber do e para o Estado (Jardim, 1995).

Barros (2015, p. 189) esclarece que o desenvolvimento e arcabouço teórico da Arquivologia brasileira caminha entre a tradição norte-americana e europeia. A pluralidade de conteúdos e conceitos se repete, porém não “passa de um apagamento do próprio discurso da área, que carece, na verdade, de trabalhos voltados para a sua história e sua epistemologia” (Barros, 2015, p. 192).

A organização dos arquivos públicos brasileiros, expressa a trajetória de suas administrações, institucionalizados como resultados do processo de formação dos Estados (Jardim, 1995). A título de exemplo, consta o Arquivo Nacional (AN), localizado na Praça da República no Rio de Janeiro ocupando desde 1985 o edifício que funcionou a antiga Casa da Moeda do Brasil (1868-1983), construído em 1860 (Heynemann, 2009). A construção de feição neoclássica constituía residência oficial de governadores e armazéns reais, sendo ocupada pela Corte portuguesa no século XIX (Iphan, 2021).

A colonialidade como constitutiva de modernidade nomeia a lógica da relação colonial com os mesmos saberes e modos de vida entre os Estados e os diferentes grupos humanos na formação das Américas e do Caribe por invasões europeias, e, o tráfico de africanos escravizados (Mignolo; Oliveira, 2016).

O emaranhado de relações coloniais e colonialidade explicam a busca pelo processo de constituição dos arquivos no Brasil (Ballestrin, 2013). A ancoragem do processo de disciplinarização da arquivística se manteve na lógica que privilegia a preservação de arquivos de Estado e na tradução de construções arquitetônicas eurocêntricas como invólucros de proteção de documentos, a partir de relações hierárquicas de poder (Jardim, 1986; Ballestrin, 2013; Ramos, 2020).

Sabemos o quanto complexa é a sociedade, a cerca disto, necessitamos desclassificar o pensamento ao irromper com o arcabouço imaginário do qual estamos vinculados. A perspectiva decolonial se coloca como alternativa para desconstruir estes padrões, visando dar voz e visibilidade aos saberes e cultura locais.

A decolonialidade, segundo Monteiro (2021) propõe romper com os pensamentos gravados nas mentes e corpos por gerações, estes representados por tradições globalizadas do colonialismo moderno. Narrativas visuais comunicadas por meio da arquitetura dos edifícios que abrigam arquivos no Brasil transpõem estilos arquitetônicos históricos neoclássicos e barrocos, estéticas robustas e estilos Greco-romanos, traduzidos pelas marcas do colonialismo (Monteiro, 2021).

O rompimento do imaginário revela incorporar os conhecimentos e experiências dos povos originários como epistemologias para o desenvolvimento de novos padrões de construção de edifícios arquivísticos. Assim, questiona-se, de que forma os arquivos públicos no Brasil podem romper com padrões coloniais e repensar modelos construtivos a partir da abordagem decolonial?

Consoante ao cenário proposto, o objetivo geral deste capítulo consiste em discutir acerca da perspectiva decolonial como elemento para a reconstrução de edifícios de arquivos brasileiros.

Mediante a necessidade de repensar e redesenhar o ambiente arquivístico, ao pensar o edifício de arquivo como uma construção conectada com as suas raízes locais, por intermédio de um painel colaborativo com os diversos agentes, os quais utilizarão o espaço, procura-se refletir na promoção de um projeto de edifício de arquivo inspirado no diálogo e compartilhamento de saberes.

Reconhecer estas reflexões no âmbito da CI e da Arquivologia configura agregar e sugerir caminhos epistemológicos e estudos que permutem o conhecimento pelo arcabouço decolonial, a contemplar realidades e vivências de grupos até então silenciados em meio ao processo.

EDIFICAÇÕES ARQUIVÍSTICAS COMO ESPAÇOS DE VALORIZAÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRAS: A DECOLONIALIDADE COMO PONTO DE PARTIDA

Em meio às demandas informacionais, a sociedade necessita de testemunhos que sustentem à veracidade de fatos e fenômenos, fornecendo indícios que possam incitar a reconstrução social, ampliação de conhecimentos, promoção da memória e cultura. Entre os testemunhos que contribuem para a reelaboração de conhecimentos e representação da memória, as instituições arquivísticas configuram papel relevante no discurso social, cultural, histórico e administrativo (Simson, 2003). Os arquivos relacionam-se a uma gama político conceitual que regulam e legitimam a constituição de identidade e memória, refletidos em seu desenvolvimento teórico (Simson, 2003; Miranda, 2019).

Mudanças paradigmáticas e historiográficas ocorreram durante o processo conceitual da Arquivologia, enquanto disciplina científica. Barros (2015) expressa, que neste cenário, configura relevante acrescentar as mudanças administrativas e os apagamentos ocorridos nos arquivos em meio ao decurso político de sua trajetória teórica metodológica, marcada por tradições norte-americanas e europeias.

Ao longo dos registros públicos, possuímos uma trajetória de vivências em comunidade, porém, mantivemos as práticas de organização e valoração de acervos arquivísticos, a considerar o registro de informações oficiais e a representação dos modelos arquitetônicos advindos da Europa como legítimos indícios históricos no âmbito da salvaguarda de acervos (Rufer, 2016).

A influência europeia na cultura brasileira condicionou a construção de cidades centradas nos modelos e configurações arquitetônicas simbólicas de poder do Estado e da Igreja Católica em meio ao processo de colonização. A partir do momento em que o Brasil Colônia ganhava seus contornos, as expressões, técnicas e materiais empregados nas construções dos povos originários não eram suficientes para os portugueses e espanhóis na constituição da cultura arquitetônica que perfazia na Europa e se sustentava no Brasil no período colonial (Bicca; Bicca, 2006; Ramos, 2020).

Neste cenário, insere-se a conceitualização dos edifícios de arquivo em meio à construção das cidades Estado. Os primeiros

espaços edificados para salvaguarda de documentos consistiram em instituições de custódia de leis e documentos do clero e da Igreja, construções com aparência de castelos, reflexos de uma província (Ibanéz, 2008; Araújo, 2018) e da influência da colonização europeia no Brasil.

O processo de constitucionalização dos edifícios de arquivos e da arquivologia enquanto seu desenvolvimento teórico centrou-se, sobretudo, em uma visão positivista, marcada pela lógica que privilegia a preservação de acervos do Estado e pelo silêncio de vozes de comunidades locais, porém, mais do que instituições dedicadas à preservação de documentos governamentais, os arquivos constituem-se como entidades formadoras de conhecimento (Barros, 2015).

Se considerarmos as instituições arquivísticas como capazes de identificar as relações de poder refletidas nos documentos em determinados contextos, adentramos ao cerne que diz respeito à necessidade de uma reconstrução decolonial de acervos e, consecutivamente, de edifícios arquivísticos.

Possibilidades de desenvolver infraestruturas arquivísticas que contribuam para a decolonização de legados arquivísticos coloniais perpassam no sentido de oferecer relevância cultural, visão de mundo e perspectivas etnográficas, sobretudo, aspectos espaciais e materiais de culturas brasileiras encapsuladas pela influência européia (Karabinos; Jeurgens, 2020; Aliaga, 2022).

A aplicação da abordagem decolonial à Arquivologia consiste numa proposta de compreensão ampliada das noções de “arquivo” e “documento”, como forma de depor silenciamentos impostos nos processos de constituição de acervos arquivísticos. Além disso, o arquivo deve ser pensado não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo seu contexto, sua função e atuação na comunidade em que está inserido (Gak et al, 2021).

Como espaços de guarda, na qualidade de instituições de memória, sob a perspectiva decolonial, os arquivos adquirem a responsabilidade de representar os saberes e narrativas da trajetória de uma sociedade, revelar culturas orais e expressões que demonstram o pertencimento de povos indígenas e afro-brasileiros ao seu entorno.

Sob a perspectiva decolonial, edifícios de arquivos como instituições de memória, adquirem a responsabilidade de representar os saberes e as narrativas da trajetória da sociedade marcada pelas influências do Brasil Colonial. Materializar culturas em edificações arquivísticas permite ecoar identidade, história e pertencimento de povos indígenas e afro-brasileiros.

O entendimento dos meios econômico, social e cultural de uma dada comunidade para compreender os seus arquivos, constitui reflexo de correntes amplas da história intelectual (Eastwood, 1993: 27) e reforça a necessidade de representação social como reconfiguração da arquivística e dos edifícios que resguardam arquivos. Corrobora a *Universal Declaration on Archives* (DUA) (ICA, 2011: 1) ao compreender os arquivos e seus aspectos estruturais como papel essencial na salvaguarda e representatividade da memória coletiva, identidade cultural, história e patrimônio. Se desperta a consciência a novos olhares direcionados à perspectiva social dos edifícios de arquivos, considerados invólucros de proteção da memória.

A DUA é considerada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) um dos pilares para elucidar a representatividade social no processo de “fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação para ações futuras” (ICA, 2011).

Com as informações como fonte de reelaboração de conhecimentos, as quais são tratadas como a matéria-prima para a construção do futuro por meio de registros do passado, valendo-se de uma perspectiva social de interação com os meios: histórico e cultural, sobretudo, na institucionalização de raízes locais, os ambientes arquivísticos no Brasil constituem atividade chave para salvaguardar história e identidade de culturas brasileiras (Araújo, 2018).

As noções de identidade concebidas como o uso de recursos da linguagem, da história e da cultura no processo de devir, nos permitem mostrar como nos representamos, somos representados ou poderíamos nos representar. Isso implica uma relação direta entre identidade e representatividade (Navarrete, 2016, p.8).

A dimensão social dos arquivos como espaços de valorização de identidades culturais fomenta o reconhecimento destas instituições como patrimônio aberto à sociedade e consequente preocupação pela busca de um espaço que se torne representativo à comunidade da qual esteja inserido. Sobretudo, o desenho do edifício necessita cumprir com estas e outras funções que lhe são atribuídas (Collado López, 2015).

Ao reconhecer estes esforços, uma aproximação entre a decolonialidade e o processo de reconstrução de edifícios arquivísticos brasileiros, tende a ser produtiva. A decolonialidade remete a desclassificação das intervenções externas estruturais, dos modos de ver, ser, estar, comunicar e construir, que emergiram da influência da colonização com a criação de padrões concomitantes ao modo de vida na Europa (Mignolo; Oliveira, 2016).

A epistemologia e perspectiva eurocêntrica dominante, e muitas vezes inconsciente, são expressas em instituições arquivísticas coloniais, materializadas em suas infraestruturas e edificações, portanto, a discussão da decolonialidade manifesta-se na contestação da lógica das crenças e práticas culturais implícitas no arquivo cuja representação torna-se necessária sobre sua infraestrutura material edificada (Karabinos; Jeurgens, 2020).

Considerando a dependência cultural européia da qual o Brasil foi submetido, arquiteturas centradas em referências externas foram enaltecidas como ideologia (Waisman, 2013; Reis, 2021). A discussão demanda que a reflexão sobre as instituições arquivísticas como espaços de valorização de identidades culturais, história e memória brasileira se estenda ao campo da arquitetura dos arquivos.

A aplicação do conceito decolonial como elemento para reconstrução de edifícios de arquivo perpassa pela inclusão estética de raízes e identidades de uma cultura brasileira existente antes da expansão colonial, dignos de pertencimento de um território tomado por hábitos, costumes e domínio europeu.

À vista disto, poderíamos repensar o design de um edifício arquivístico e a sua infraestrutura utilizando práticas colaborativas em seu processo de construção?

NOVAS FORMAS DE PROJETAR: DECOLONIALIDADE E RECONSTRUÇÃO DE ARQUIVOS

A evolução da ciência arquivística transformou os modos de organização, preservação e divulgação de seus conteúdos, simultaneamente, as estruturas detentoras de arquivos expressaram modificações progressivas como reflexos legíveis em sua configuração material e edificada ao longo dos séculos (Araújo, 2018).

Os primeiros espaços organizados como arquivos foram descobertos na Síria, nas cidades de Ebla e Ugarit (Silva et al, 1999). Conforme Araújo (2018, p. 43) o arquivo do palácio de Ebla foi distribuído por um conjunto de espaços que possuía um depósito central, com paredes revestidas por três níveis de prateleiras em madeira, apoiadas em pequenas pilastras de tijolo e prumos de madeira, sem aberturas para o exterior, sala anexa com bancos de pedra, cunhas em osso e placas lisas, indicando as salas de trabalho. Na cidade de Ugarit, o arquivo real encontrava-se em dois palácios, com área destinada aos depósitos e dependências contíguas para abrigar as placas de argila (Araújo, 2018).

Na Roma antiga, a construção do edifício chamado Tabularium simbolizava a expressão de um Estado organizado, como reflexo provincial (Ibáñez, 2008). Segundo Ibáñez (2008, p.15) o Tabularium, localizado na colina de Capitólio, foi construído com uma tipologia edificatória voltada à segurança do acervo, cuja exclusiva finalidade era custodiar o arquivo das leis estatais.

Conforme Collado López (2015, p. 04, tradução nossa), “no caso da Espanha, em referência ao primeiro edifício construído na Idade Moderna para abrigar arquivo, se encontra o Arquivo Geral de Simancas¹³”. Com aparência de Castelo, constituído de pedra em meados do século XVI, traduzindo a ideia de segurança centrada no caráter reservado dos documentos (Collado López, 2015; Araújo, 2018).

Em 1731, o projeto para construção do palácio do arquivo do Reino de Sardenha, em Turim, foi considerado a primeira obra projetada com base em programa funcional de arquivo e atenção às

¹³ En El caso de España, el referente de primer edificio construído en la Edad Moderna para albergar archivo se encuentra en el Archivo General de Simancas.

condições específicas de instalação, desde a localização à adoção de soluções construtivas, utilização de paredes corta-fogo, atenção à espessura das paredes, alvenaria de pedra e pavimentos dimensionados em função da sobrecarga prevista e preocupações com risco de incêndio (Araújo, 2018).

Entre 1960 e 1970, Collado López (2015) expõe que a Direção de Arquivos da França elaborou um programa tipo para a construção de arquivos, observando-se, uma homogeneidade da tipologia arquitetônica. No século XXI, as representações da arquitetura dos edifícios de arquivos prosseguem com o modelo e tipologia predominantemente europeus (Moassab, 2020, p. 210).

Observa-se ao longo da história, edifícios destinados a arquivos de organizações representativas a nível institucional, religioso e governativo, coincidindo em construções robustas, como palácios, castelos e igrejas. Evidenciam edificações centradas no design eurocêntrico, estruturas de poder, cujo privilégio encontra-se explícito na preservação de arquivos eclesiásticos e de Estado.

Sob a mesma ótica traduzem-se os edifícios de arquivo no Brasil. A diversidade cultural do País, permanece com traços e raízes da colonização portuguesa e espanhola. Escassos são os edifícios especificamente projetados a salvaguardar e tornar acessível à memória social, bem como a contemplar ancestralidade e diversidade cultural em sua estrutura física.

Sob o ponto de vista da colonização buscou-se alicerçar o progresso em infraestrutura ao nutrir uma visão técnica e referencial de formas de construir. O consumo desenfreado e indiscriminado produz imagens idealizadas de moda, estética e “uma arquitetura do fetiche que provoca a repetição de ideologias independente do contexto em que foram criadas e das suas funções” (Reis, 2021, p. 95).

A rápida renovação e evolução tecnológica tende a reproduzir imagens sistematizadas de países centrais ao invés de produzir próprias imagens, devido a uma dependência cultural a qual foram submetidos os países periféricos, estimulando a aceitação de ideologias centradas em referências externas (Waisman, 2013). Arquiteturas que “não apresentavam uma imagem atrativa e fotogênica eram ignoradas” (Reis, 2021, p.95).

Com a vinda de Dom João VI para o Brasil (1808-1889), há uma configuração na construção do País com a influência europeia, que

transformou o trópico em pequena “Metrópole Européia”, a partir das construções: Casa da Moeda do Brasil, que sediou o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca Real, Museu Real, Teatro Real São João, Imprensa Régia, Jardim Botânico, Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, antecessora da Academia Imperial de Belas Artes, entre outros monumentos do Patrimônio (Iphan, 2015).

O Arquivo Nacional, localizado no Centro da Cidade do RJ, Capital do Brasil até 1960, dada a sua transferência para Brasília/ Distrito-Federal (DF), ocupa desde 1985 o edifício construído em 1860 para o funcionamento da Casa da Moeda do Brasil (1868-1983). Com a proposta de proteção baseada no valor histórico do bem, sediou inúmeras instituições de importância Nacional (Heynemann, 2009; Iphan, 2015).

A edificação que sedia o Arquivo Nacional apresenta característica neoclássica, com dupla coluna, ordens superpostas e robustas, decoradas com vasos de mármore em extenso pátio. As fachadas originais do prédio associam-se ao período de transição que marcou a passagem da arquitetura colonial para a neoclássica, inspirada em construções gregas e romanas, ao fim do século XVIII e início do século XIX (Iphan, 2015). Nas laterais, o edifício prolonga-se com parâmetro de blocos de rocha a constituir sólidos geométricos no térreo, com uma sequência de janelas em arco pleno e ao centro chafariz, contemplando características de design de um País colonizado (Iphan, 2015; Iphan, 2021).

O prédio que sedia o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) denota outro exemplo de traços coloniais em sua arquitetura. Inaugurado em 1979, foi considero por Michel Duchein, Inspetor Geral dos Arquivos da França, construção arquitetônica modelo, em termos de estrutura física e projeção dos espaços baseado nos princípios da arquitetura francesa e requisitos internacionais (ACGRJ, 2023).

A redefinição da arquitetura brasileira, de fato, consolidou-se no RJ a partir da década de 1940, marcada por definições locais (Souza; Brüske; Souza, 2019).

O processo de patrimonialização da arquitetura no âmbito dos arquivos públicos brasileiros, portanto, reflete-se em 1986, com a construção do prédio sede do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), no Sul do Estado de Santa Catarina/ Brasil, que contemplava o estilo neocolonial em substituição a arquitetura de estilo neoclássico e

eclético, advindos da influência européia. Uma mudança de mentalidade no sentido de incorporar a identidade genuína brasileira no contexto arquitetônico (Souza; Brüske; Souza, 2019).

Tomando por base a pesquisa dos diversos elementos da arte e da arquitetura portuguesas, e com a apropriação e releitura desses elementos, buscou-se criar uma linguagem artística e arquitetônica que remettesse à história e à cultura brasileira. O neocolonial foi, portanto, um movimento que surgiu como uma reação nativista ao ecletismo então em voga. Em oposição à linguagem eclética, que usava elementos combinados de estilos arquitetônicos de um passado dito universal (clássico, medieval, renascentista, barroco e neoclássico) (Kessel, 2008, s.p.).

O edifício do AHJ, concebido segundo os preceitos neocoloniais, conforme Souza, Brüske e Souza (2019) compõe-se de dois blocos em planta retangular, com linhas retas, foco na funcionalidade, expressão plástica assegurada pela estrutura em concreto armado modular aparente e não por elementos ornamentais. Marcado pelo imponente pórtico de acesso, possui revestimento em tijolos aparentes nas alvenarias externas, técnicas construtivas da região de Joinville, obras e esculturas de artistas plásticos atuantes na cidade dentro do prédio e jardim, buscando o diálogo com as referências locais e ruptura em relação aos moldes europeus (Souza; Brüske; Souza, 2019).

Os preceitos da arquitetura neocolonial reverberaram ao longo dos anos no Brasil (Souza; Brüske; Souza, 2019), em função da repercussão do trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer, com o Museu do Futuro, assim como da construção do AHJ, ao buscar a valorização da cultura brasileira.

Em 2012, o edifício projetado para a guarda do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) caracteriza o deslocamento do olhar voltado à guarda de documentos em edifícios e palácios do governo no século XIX, para a projeção de um prédio alicerçado sob requisitos construtivos de salvaguarda da memória Paulista. O prédio dispõe de um total de setenta mil metros lineares de documentos e cinco andares revestidos de placas térmicas, construído sob a necessidade de segurança contra fatores de riscos internos e externos (Souza, 2017).

O Brasil é um País continental com cinco regiões que se diferem. A diversidade cultural deste País em suas peculiaridades em cada Estado denota em seu patrimônio a sua evolução. Cortar os laços com o colonialismo, mediante conexões de tempo e espaço, descobrindo suas tradições, expõe considerar a decolonialidade como elemento precípua no cenário arquivístico e arquitetônico urbano brasileiro.

A história da América Latina propõe um rigor ao elucidar a sua memória, necessitando do olhar para as culturas ancestrais e do entendimento de que construções arquivísticas históricas adaptadas e centradas nos modelos europeus não condizem com a realidade. A reconstrução de arquivos brasileiros sob a ótica decolonial perfaz o compartilhamento coletivo e reconsidera identidade cultural e brasiliade.

Estabelece Morris (2005) que arquitetos, engenheiros e demais profissionais envolvidos na construção de edifícios arquivísticos, necessitam dispor dos conhecimentos arquivísticos em consonância com os conhecimentos advindos da comunidade do qual o arquivo encontra-se inserido, recomendando o registro das experiências de grupo na busca da inserção de aspectos característicos à construção. Karabinos e Jeurgens (2020) salientam as possibilidades de desenvolver infraestruturas arquivísticas que contribuam para a decolonialidade de legados arquivísticos coloniais.

O nascimento de uma nova identidade arquitetônica contemporânea, sob parâmetros decoloniais, revela-se no trabalho de Freddy Mamani na Bolívia, impulsor de uma “nova arquitetura Andina” projetada no ano de 2005 (Navarrete, 2016).

A expressão arquitetônica presente na obra delineada por Mamani, conforme Navarrete (2016) demonstra uma forma de reivindicação e apropriação da identidade andina. A partir do uso de técnicas tradicionais de estética e construção, o edifício expõe formas e cores em suas fachadas e interiores, e, a incorporação de elementos culturais próprios dos povos originários da Bolívia (Navarrete, 2016).

A necessidade de repensar a estruturação dos arquivos é retratada no estudo de Sela (2022) com base na construção de um arquivo decolonial, mediante retratação da história dos arquivos coloniais israelenses, das aldeias palestinas que permaneceram sob regime militar e do apagamento e tentativa de controle da cultura destes povos. A reunião de elementos, testemunhos e narrativas, a

partir de registros compartilhados, permitem a construção coletiva de identidade associada à história dessas comunidades, o conhecimento das características arquitetônicas, agrícolas e geográficas, relação edificatória, tipos de construção e materiais, transcendem ao atendimento de necessidades no projeto (Sela, 2022).

Ao compartilhar experiências e conhecimentos, as comunidades expandem seus registros, utilizáveis e contextualizados nos projetos de arquivo como meio de auto-representação e construção de identidade (Sela, 2022).

Observa-se com a busca de elementos ancestrais e culturais que novas formas de projetar tornam-se possíveis a partir da perspectiva decolonial. E que compreender a incorporação estrutural do eurocentrismo na Arquitetura, nos espaços urbanos, e por sua vez, na Arquivística, nos permite escrever novas histórias sobre aqueles que foram sistematicamente excluídos do discurso arquitetônico, redesenhandos novos espaços (Rozas-Krause, 2022) e reconstruindo o imaginário urbano do qual estamos atrelados, ao pensar em reparações históricas sob a ótica decolonial na arquivologia.

Compreender a incorporação estrutural do eurocentrismo na Arquitetura, nos espaços urbanos, e por sua vez, na arquivologia, nos permite escrever novas histórias sobre aqueles que foram sistematicamente excluídos do discurso arquitetônico, redesenhandos novos espaços (Rozas-Krause, 2022) e reconstruindo o imaginário urbano do qual estamos atrelados, ao pensar em reparações históricas sob a ótica decolonial em edifícios de arquivos.

Russel, Faulhead e McKemmish (2011) destacam a necessidade de a arquivologia reconhecer as prioridades das comunidades indígenas na adoção do conhecimento, história oral e evidências como essenciais para a construção de modelos e estratégias de serviços de arquivo dentro de uma estrutura que revele tradições e memórias num processo de inter-relação entre estes.

A decolonialidade pode subsidiar o aperfeiçoamento de diversos aspectos no campo da CI e da arquivologia, sobretudo, à salvaguarda da dimensão física e imaterial dos patrimônios culturais no Brasil, destacadamente na seleção de fontes, recortes de abordagem e sua forma de representação final mediante experiências construídas e edifícios reconstruídos e reestruturados (Ballestrin, 2013; Araújo, 2018).

A partir do entendimento de que existem diferentes estudos epistemológicos versados na busca pela decolonialidade, o edifício arquivístico pode ser pensado valendo-se da perspectiva decolonial. Dentro da ótica e do olhar decolonial, focado no redesenho arquivístico, insere-se a representação da comunidade.

A busca de elementos característicos de culturas locais reflete-se em edificações arquivísticas que permitam suscitar a representação de identidades próprias, ao considerar a promoção de ambientes de acolhimento e integração.

Ao tecermos reflexões acerca da centralização de vozes até então silenciadas reitera-se a necessidade da participação destas em meio ao processo construtivo de um arquivo, ao trabalhar na partilha de conhecimentos daqueles que serão os usuários, reconectando-se com a terra e práticas tradicionais. Traduz a repercussão de projetos inspirados no diálogo entre diferentes profissionais e reforça a necessidade do trabalho colaborativo, ao saber ouvir a história dos povos e culturas ancestrais, proícias ao trazer contribuições únicas a reestruturação do espaço.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa cuja proposição consiste em discutir acerca da perspectiva decolonial como elemento para a reconstrução de edificações arquivísticas brasileiras fundamenta-se na abordagem qualitativa. Essa abordagem envolve resultados sob a caracterização das temáticas estudadas sem a inferência de dados numéricos. Para tanto, nesse tipo de abordagem o meio exploratório e descritivo fornecem a ação para obtenção de dados e averiguação dos resultados (Kerlinger, 2013).

Classifica-se à pesquisa quanto à sua natureza em pesquisa básica, tendo em vista a ampliação do conhecimento científico no que se refere ao desenvolvimento de estudos versados sob a ótica decolonial no campo da arquivologia.

Metodologicamente, ao expor a formulação do objetivo e problemática pertinente à investigação delimitaram-se como critérios de seleção as fontes bases de dados referenciais “online” e bases de dados de fontes que indexam artigos de periódicos do campo da Ciência da Informação. Utilizou-se das buscas nas bases de dados

Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) e Scopus (Elsevier) a partir de estratégias elaboradas doravante leituras precedentes acerca do assunto pesquisado aplicada aos artigos que possuísem os seguintes termos: “arquivos; decolonialidade; construções arquitetônicas; edifícios de arquivos; colonialismo” em seus títulos, resumos e palavras-chave.

Como método de busca, utilizou-se dos operadores booleanos AND para buscas conexas de palavras-chave e OR para sinônimos, por meio das *strings* de busca determinados conforme o objetivo do estudo: “*decoloniality OR decolonial AND archives OR archival OR archive AND architecture OR archives construction*”. Optou-se pela ausência de limitação de recorte temporal permitindo ampliar o escopo da pesquisa.

Observou-se o total de 123 publicações recuperadas nas duas fontes selecionadas para a busca, limitando-se a trabalhos revisados por especialistas, consoante escopo da investigação. Salienta-se que o mecanismo de busca de cada fonte se comporta de forma específica, justificando a adequação da combinação das *strings* de acordo com cada base de dados. Estabeleceram-se os critérios de inclusão e exclusão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de inclusão e exclusão da revisão de literatura

Critérios de inclusão e exclusão	
1. Artigos de periódicos revisados por especialistas	(X) Incluir () Excluir
2. Artigos nos idiomas português, inglês ou espanhol	(X) Incluir () Excluir
3. Tipo de estudo: artigos de periódicos científicos, “ <i>JournalArticle</i> ”, periódicos, estudo de caso	(X) Incluir () Excluir
4. Artigos em duplicidade	() Incluir (X) Excluir
5. Anais de eventos	() Incluir (X) Excluir
6. Publicações que não abordam a temática pesquisada	() Incluir (X) Excluir

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

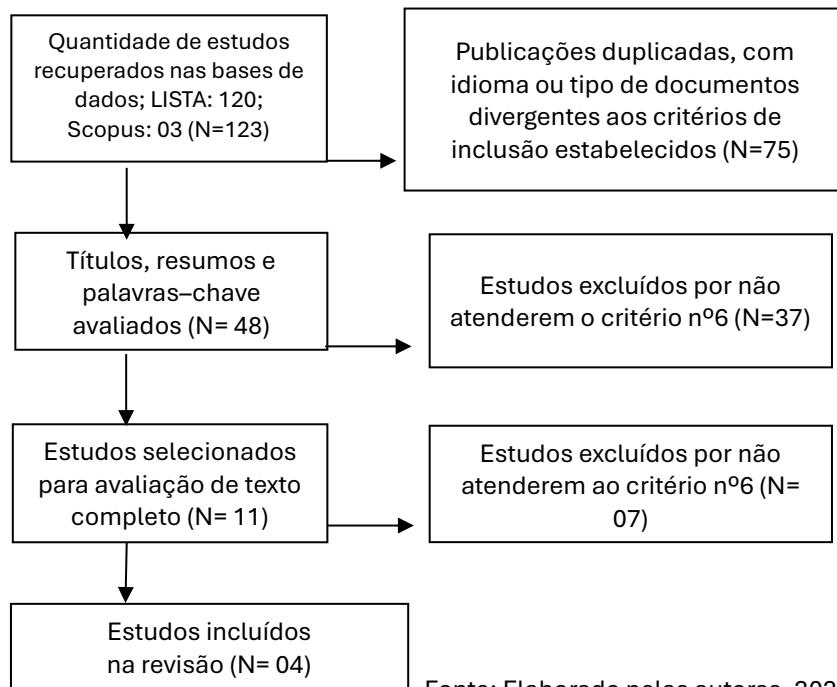
Os artigos recuperados foram analisados de maneira a identificar os conceitos decolonial e arquitetônico, ao propor a combinação

destes no campo de estudo da arquivologia, no que se refere à reconstrução de arquivos utilizando-se da perspectiva decolonial.

A reconstrução de arquivos para esta pesquisa refere-se na abertura do pensamento arquivístico, no que concerne à ressignificar as estruturas físicas detentoras de documentos que denotam história mediante a pluralidade de vozes que constituem esta história, libertando-se do eurocentrismo presente inclusive nas construções, na busca por edifícios de arquivos que expressem elementos e identidades culturais dos povos originários do Brasil.

A condução da revisão de literatura seguiu as etapas de exclusão dos trabalhos duplicados e divergentes aos critérios preestabelecidos; leitura do título, resumo e palavras-chave, considerando a relação com a temática apresentada; leitura dos trabalhos completos selecionados; análise de conteúdo, interpretação e extração dos dados, visando proferir a reflexão acerca do tema abordado no capítulo. Apresentam-se as etapas oriundas do processo de seleção na Figura 1.

Figura 1 - Resultados de busca nas bases de dados



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Mediante processo de seleção das publicações recuperadas nas bases de dados selecionadas conforme aplicação dos critérios de exclusão foi possível identificar quatro trabalhos pertinentes ao eixo de pesquisa. O resultado das publicações selecionadas para análise e discussão encontram-se no quadro 2.

Quadro 2 - Publicações selecionadas para avaliação de texto completo

Autor	Título da publicação	Local de publicação	Ano
Morris	Building an archives: a case study in South Carolina	Journal of the Midwest Archives Conference	2005
Russel; Faulhead; McKemmish	Distrust in the archive: reconciling records	Arc Sci	2011
Karabinos&Jeurgens	Paradoxes of curating colonial memory	Archival Science	2020
Sela	Ghosts in the archive: the Palestinian villages and the decolonial archives	Geo Journal	2022

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa, 2024.

Observou-se que os estudos selecionados apresentavam os termos arquivologia, arquitetura e decolonialidade, com foco na preservação da memória, possibilitando o diálogo e combinação destes na busca pela discussão de possibilidades de construção de arquivos decoloniais a partir do entrecruzamento de conhecimentos e experiências compartilhadas em coletivo com a comunidade e suas raízes locais.

Durante processo de investigação na revisão bibliográfica verificou-se escassez referente a estudos decoloniais no âmbito da construção de arquivos, demonstrando à reflexão proposta no presente capítulo um caminho a seguir com estudos futuros. Utilizou-se da bibliografia recuperada e sucessivamente de bibliografias e obras literárias complementares a discussão, como base para a reflexão do desenvolvimento do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande maioria dos arquivos públicos brasileiros encontra-se sediados por edifícios históricos e governativos. Ainda não transpassamos as marcas fomentadas pelo Brasil Colônia. Porém, dispomos de iniciativas que buscam pela salvaguarda da memória e constituição de uma identidade própria em suas edificações no Brasil, como o AHJ que buscou dialogar com referências locais e o APESP que buscou estabelecer traços da memória Paulistana.

Edifícios de arquivo, enquanto ambientes de representatividade, repercutem no rompimento de padrões coloniais e, consecutivamente, em mudanças estruturais em relação à interação com a comunidade, na formação do acervo, curadoria de exposições e construção de uma identidade cultural.

A decolonialidade como elemento para a reconstrução de arquivos se manifesta no cenário arquivístico e arquitetônico urbano brasileiro como uma mudança de mentalidade, a partir da sua patrimonialização na busca pela incorporação e fomento à valorização da cultura brasileira em seu processo de reconstrução. Exterioriza-se como ponto de partida promissor para repensar maneiras de projetar a partir da integração com referências, materiais e técnicas construtivas locais.

Refletir acerca da reconstrução de arquivos públicos brasileiros que envolvam a comunidade ecoa a ideia de apropriação e fluxo simbólico de uma população apta a integrar sua própria história e memória, manifestadas na concepção do edifício.

A perspectiva decolonial exterioriza-se na necessidade de redesenhar o ambiente, ao pensar os edifícios de arquivo no contexto brasileiro como construções conectadas com as raízes brasileiras, na formação do acervo, na colaboração de saberes culturais brasileiros, práticas indígenas e afro-brasileiras compartilhadas para a construção de identidades próprias que possam refletir nas edificações arquivísticas, tornando-se espaços construtivos de conhecimento e representativos de história e memória.

A reflexão proferida no presente capítulo evidencia a inquietude, como seriam estas construções e o cenário urbanístico se as comunidades indígenas e afro-brasileiras tivessem influenciado na

formação da arquitetura das cidades? Como seriam as edificações se estas vozes não tivessem sido silenciadas?

Revela reconsiderar o papel social dos arquivos em relação à comunidade, na formação de uma edificação projetada com foco na memória, representação e promoção da cultura local.

Implica na reflexão de como seria esta edificação produzida com materiais locais e conectada com as raízes ancestrais, abstendo-se do design predominantemente europeu e atrativo a vista de países hegemônicos. Esta edificação seria uma construção com elementos específicos a salvaguarda dos registros e documentos que contemplam a história da população?

A resposta para a indagação consiste em avaliar os parâmetros e diretrizes construtivas, adequando-os às especificidades que o arquivo requer, mediante gerenciamento de riscos associados à edificação em combinação com os elementos e características históricas e culturais que representem a memória do povo em seu processo de construção. Necessitam da proteção e salvaguarda dos saberes de trajetória ameaçados, mudanças epistemológicas e caminhos a seguir.

Conclui-se, portanto, que decolonizar perpassa pela construção de realidades e reconhecimento de identidades, na intersecção de conhecimentos e epistemologias. Com base no cenário proposto, espera-se que os caminhos traçados até aqui possam contribuir para ampliação de novos estudos que incitem o debate à adoção de uma perspectiva decolonial no contexto arquivístico brasileiro em relação ao ambiente construído com a participação de comunidades locais, bem como suas implicações no processo de construção dos arquivos brasileiros.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina – FAPESC (edital de chamada pública FAPESC nº 48/2021) pelo suporte à esta investigação

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mario de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Atlas, 2011. 80 p.
- ARAÚJO, Vítor Carvalho. **Edifícios de Arquivo – Futuros para o passado.** Portugal: Caleidoscópio, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, maio./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BARROS, Thiago H. B. Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais. In: **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso:** inflexões histórico-conceituais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 97-204.
- BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s.l.], n. 42, 351-36, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3)
- COLLADO LÓPEZ, Maria Luisa. **La Construcción de edificios para archivos.** Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos. Universitat Politècnica de València, 2015.
- GAK, Igor; TOSELI, Nycole; COSTA, Andressa Sousa da; CHIPOCO, Anna Carolina Araujo. Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão. **Revista Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 104-113, jul-dez., 2021. DOI: <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2021.v9i2.104-113>
- HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Towards a new horizon in information science. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 56, p.27-41, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y)
- IBÁÑEZ MONTOYA, Joaquín. **Los archivos: cómo construirlos.** Colección Archivos Siglo XXI, España: Trea, Gijón, 2008.
- JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: estrutura e organização. A situação dos arquivos estaduais. **Revista do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21. p. 39-42, 1986.

KARABINOS, Michael; JEURGENS, Charles. Paradoxes of curating colonial memory. **Archival Science**, [s.l.], v. 20, 199–220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-020-09334-z>.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: E.P.U., 2013.

MOASSAB, Andréia; LEO, Name (org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2020. 372 p.

MONTEIRO, Alef. O pensamento negro e suas relações com outras perspectivas descoloniais. In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (org.). **Redes intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2021, p.23-41.

MORRIS, Patricia Dopor. Building an archives: a case study in South Carolina. Archival Issues: **Journal of the Midwest Archives Conference**, Illinois, v. 29, n. 1, p. 45-64, 2005. DOI: <https://doi.org/10.31274/archivalissues.10938>

MOURA, Maria Aparecida. **Sessão de abertura do XXI ENANCIB**. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. 1 video (3:45:23).

NAVARRETE, Carlos Gustavo Caro. **La Nueva Arquitectura Andina de Freddy Mamani Silvestre en la construcción de imaginarios urbanos y representación de identidad en la ciudad de El Alto**, Bolívia, 2016.

RAMOS, Maria Estela Rocha. As lacunas dos estudos afro-brasileiros no ensino de arquitetura e urbanismo. In: MOASSAB, Andréia; LEO, Name (Org.). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2020, p.151-161.

REIS, Larissa Guimarães. O processo no projeto e no ensino de arquitetura sob um olhar decolonial. **Revista indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 92-116, 2021.

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012. 368 p.

ROZAS-KRAUSE, Valentina. Decolonizing architecture? **ARQ**, Santiago, n.110, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962022000100014>

RUFER, Mario. El archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura pós-colonial. In: **(In)disciplinar la investigación: Archivo, trabajo de campo y escritura**. México: Siglo XXI-UAM, 2016, p.160-186.

RUSSEL, Lynette; FAULKHEAD, Shannon; MCKEMMISH, Sue. Distrust in the archive: reconciling records. **Arch Sci**, [s.l.], v.11, p.211-239, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-011-9153-2>.

SELA, Rona. Ghosts in the archive: the Palestinian villages and the decolonial archives. *GeoJournal*, [s.l.], v. 4, n. 87, p. 3423-3442, 2022.
<https://doi.org/10.1007/s10708-020-10364-4>.

SILVA, Tiago José da; FREIRE, Isa Maria. Tecendo a rede conceitual. In: SILVA, Tiago José da; FREIRE, Isa Maria (org.). **Epistemologia e historiografia na Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 19-62.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: Teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013. 24 il. (Estudos: 308).

IFÁ E ECOLOGIA DOS SABERES: REFLEXÕES EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nycolly Barbosa Souza

INTRODUÇÃO

Com a emergência de temas decoloniais dentro do campo científico dos estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação, há uma crescente de trabalhos e pesquisas que abordam o cunho eurocêntrico ainda muito presente nessas áreas, e que reivindicam as mudanças nessas bases para que sua visão focada em potências do atual “norte” global, nos países do “primeiro mundo”, não seja repercutida na forma a qual organizamos, gestamos e mediamos o conhecimento em nosso território. O Brasil é um território formado através da invasão europeia, genocídio de povos originários, tráfico humano e escravização, construindo nosso tronco cultural, a qual Darcy Ribeiro divide nas matrizes: Indígena, Negra e Lusófona.

Esta tem raízes mergulhadas nas matrizes culturais indígena, africana e europeia de que seleciona seus traços circunstanciais, mas se contrapõe a todas como um estilo de vida novo, cujos integrantes olharão o mundo, se relacionarão uns com os outros e atuarão sobre o meio, de maneira completamente diferente (Ribeiro, 1995, p. 286).

Dessa forma, temos um paradigma específico em comparação a outras nações, principalmente a europeia, e somos plurais em nossa

nação. Portanto, a importação de fundamentos, valores e políticas do norte global raramente se aplica e satisfaz nossas demandas como federação e povos. Na Biblioteconomia estes conceitos coloniais ainda estão muito presentes. No que diz respeito à organização do conhecimento, o sistema amplamente utilizado de classificação CDD (Código Decimal de Dewey) é extremamente vexatório e limitado, quando as produções destoam da hegemonia colonial.

Isso reforça a necessidade de nos unirmos contra as repetições coloniais e criarmos uma Biblioteconomia que atenda as especificidades dos diversos povos que residem neste território. A expansão de saberes e ciências dos povos originários que constituem duas das maiores matrizes culturais brasileiras, o povo indígena e o povo negro, deve ser atrelada a essa nova visão.

Os sistemas universais utilizados no Brasil, como a CDD, ao que consta até o presente momento, não nos parecem adequados quando confrontados com a questão da representação do negro, mais precisamente no que se refere às religiões de matriz africana como a Umbanda, principalmente ao se observar o contexto da diversidade cultural brasileira. A não representação dos não brancos reforça narrativas e discursos na sociedade brasileira promotoras de desigualdades sociais. Para tanto, ao propor organizar o conhecimento produzido por esses grupos, deverá se levar em conta aspectos que envolvam economia, política, cultura, religião, educação dos grupos e extrair da realidade dos povos afrodescendentes os elementos que comporão a representação submetida ao crivo do grupo (Silva, 2018, p. 67).

No presente trabalho pretende-se entender o sistema IFÁ de divinação e culto, buscando compreender como a filosofia e a ciência africana e afrodiáspórica são influenciadas pelas simbologias de Ifá, salientando seu cunho de saber sacro e político. A pesquisa também busca contribuir para reflexões da ecologia de saberes dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação. O trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico de livros, artigos e outras produções científicas. O levantamento foi feito utilizando as palavras-chaves: Biblioteconomia, Ciência da Informação e ecologia dos saberes, acompanhadas dos operadores booleanos, além do uso da bibliografia específica sobre Ifá. Após o levantamento bibliográfico, as

obras foram analisadas e selecionadas de acordo com a relação com o tema da revisão, com a seleção feita, foi realizada a leitura e fichamentos dessas obras, que teve como finalidade a construção deste trabalho. Ressalta-se o cunho científico do método da revisão, no entendimento de que Ifá, é uma filosofia-ciência, que revela em si os saberes sócio-político-cultural de uma cultura.

IFÁ

Originário do continente africano, especificamente do sudoeste na atual Nigéria, entre os povos do tronco iorubá, há um “conjunto de povos que, de um modo geral e muitas vezes independente de filiação religiosa, não tomam nenhuma decisão importante nem celebram nenhum evento marcante sem consultar Ifá” (Lopes, 2020, p.100). Esses povos se organizavam em cidades-estados autônomas até o século XIX, mas com o avanço do colonialismo europeu perderam sua autonomia e foram unidos, como se fossem um só povo pelo nome “iorubá”, e fundidos em um só estado, a atual República Federal da Nigéria. Estas cidades-estado de grande influência para Ifá, é Ifé e Oyó, Ifé constituída como cidade sagrada e Oyó como cidade política. Nas Américas ele é encontrado principalmente em Cuba, e em derivações em outros países da América Latina e nos Estados Unidos.

No universo cosmológico de religiões de matriz africana (RMA), ou ainda nas religiões tradicionais africanas (RTA), em tradição, Orumila é o Orixá (deidade/divindade) que carrega consigo todo o conhecimento. É através dele que os conhecimentos foram e são passados, é a divindade da profecia, e esta deidade que rege o sistema Ifá, e também é Ifá por si próprio, sendo várias vezes “confundido” ou “assimilado” com o próprio sistema. Nei Lopes, sacerdote Ifá Lucumí de longa data e pesquisador, diz que é um erro considerar Ifá apenas um jogo, pois ele constitui toda a crença, signos e revelações, sendo dessa forma um sistema completo e infinito.

O tabuleiro de Ifá, também conhecido como Opon-ifá (transcrito a partir de agora como oponifá) é utilizado nas RTA pelo seu guia espiritual/sacerdote, o Babalawo/Babalaô. Na tradição apenas os homens manipulam oponifá e se tornam pai do segredo. No Brasil, nas RMA como o candomblé, temos a figura do sacerdote com nomes de Babalorixá ou Yalerixá, a segunda forma sendo feminina, demonstrando características divergentes entre cultos. Mesmo que Ifá

tenha influenciado a formação do candomblé, a consulta a Ifá era realizada de forma secundária. De acordo com Delfino (2015a, p. 96), “A tradição do Ifá recomenda aos Babalawós a refletirem este conhecimento não só na vida religiosa assim como também na vida social”. Bascon ainda afirma que:

Entretanto, eu creio que quando assuntos de Estado tem de ser resolvidos, é utilizada a divinação Ifá (Bascom 1969: 77,95); mas quando estão envolvidos assuntos religiosos pessoais de reis ou chefes, eles podem confiar nos dezesseis cawris se forem devotos de Orixálá, Sàngó e de outras divindades em cujos cultos esta forma de divinação é empregada. [...] Mesmo que um governante tenha sido convertido ao Islã, suspeito que ele confiaria na divinação Ifá para assuntos de Estado, embora para assuntos pessoais provavelmente se voltasse para a forma divinatória islâmica do ‘corte na areia’ (Bascon, 1980, p. 20).

Diferente de outros sistemas divinatórios, o ifá sugere apenas o caminho para a divinação, “aberto e fechado, par ou ímpar, sim ou não, positivo ou oposto, masculino ou feminino onde feminino quer dizer ‘aberto igual a 0’ e masculino ‘fechado igual a 1’” (Delfino, 2015a, p. 94). Como em um sistema binário, dessarte, é de autonomia da liderança que o manipula saber qual conhecimento acessar, e quais caminhos epistemológicos seguir a partir das direções de Ifá, fortificando dessa forma a criação do conhecimento. Situado em uma cultura oral, os saberes passados se modificam a partir daquele que o porta, e isso não é visto como algo negativo, pois dentro da filosofia africana dos Odus “não separa caminho de metodologia, forma de conteúdo. Elas não são separadas na vida, também não podem ficar separadas na academia” (Oliveira apud Machado, 2014, p. 94), haja vista que “os oddu são um meio de Orula falar ‘através’ do oráculo, enfatizam também que cada um deles é um ser divino de pleno direito; eles são por vezes tidos como manifestações de Orula, como seus ‘caminhos’” (Holbraad, 2003, p.52).

Um odu é, em princípio, o resultado de uma jogada feita com os instrumentos da prática divinatória (iquines, opelê, ibos, etc.), o qual expressa um diagrama ou signo que se traduz numa resposta ou indicação dada por Ifá. Entretanto é bem mais que um signo ou diagrama. [...] os odus são e serão sempre as

referências que permitem localizar, no Universo, o exato ponto de interseção e encontro entre os seres humanos, a Natureza e o Ser Supremo (Lopes, 2020, p.81).

Dessa forma o Babalaô é guiado através de suas perguntas à resposta, como se apenas recebesse o número da classificação, mas ainda tivesse que encontrar o livro e o ler. Neste caso, é lhe dado símbolos, “A diferença entre o uso do sistema binário na informática e no Ifá diz respeito ao fato de não existir números na tradição da divinação e sim símbolos que representam os elementos da natureza” (Delfino, 2015a, p.94). Isso porque “a tradição do Ifá cultiva a memória e desenvolve a mesma onde todo iniciado nesta ciência memorizará os 1600 versos e todos os aprendizados, a fim de que se, adquira a consagração de pai do segredo (Babalawó)” (Delfino, 2015a, p.93). O que ocorre por meio de um sistema matemático binário.

No Brasil houve relatos de alguns babalaôs, ainda na primeira metade do século 19, principalmente na região da Bahia e Pernambuco que eram sacerdotes de Ifá, há relatos de Ifá também no Rio de Janeiro, contudo esses fragmentos apenas remontam o imaginário do que era o culto a Ifá. Suas demonstrações no Brasil nos apresenta a participação do oráculo e sua consulta, todavia, sem o culto em si a divindade e preservação de suas tradições. Mesmo com a grande influência iorubá no Brasil, e verídicas lutas para preservação cultural, houve perdas significativas no culto de Ifá dentro do território, de forma a que atualmente não se há real noção de que exista o culto dentro do território. As mazelas colonizadoras, escravistas unidas a catequização e aculturação nos coloca mais facilmente dentro deste panorama, ainda que se existam especulações sobre sua causa prática, como explicita Nei Lopes:

Algumas especulações sobre a extinção do culto de Ifá no Brasil e a sobrevivência apenas do oráculo, mas em suas formas mais simplificadas, apontam como causa a resistência dos sacerdotes em criar sucessores. Outras mais apontam uma possível prevalência do jogo de búzios, ao qual as mulheres, principalmente quando filhas de Oxum, têm acesso franco. Em nossa avaliação, a razão maior pode ter sido o fato de que a iniciação de babalaô, pelo menos dentro da tradição lucumí, envolve obrigatoriamente a participação de diversos sacerdotes,

num número estimado em 16, que é o simbólico de Orunmilá (Lopes, 2020, p.109).

Esse fenômeno que ocorreu não apenas com essa, mas também em outras tradições trazidas ao Brasil pelo rapto do tráfico negreiro, ou tradições nativas que foram dizimadas e aculturadas. Elas trazem o retrogosto amargo do colonialismo e a perpetuação angustiante no capitalismo. Fundamentalmente a classe bibliotecária não resolverá todos esses problemas e nem deve se responsabilizar por todos eles, já que são estruturas maiores que nossas bibliotecas sozinhas não alcançam. Entretanto, temos grande poder de atividade e nossas bibliotecas podem fomentar e formar nossos cidadãos para que esta mudança se inicie. Afinal, como já vimos na história política recente brasileira a ideia “sem partido” - que nada se refere verdadeiramente a partidos - serve e serviu apenas como mantenedora de ideais da classe dominante que não se importa verdadeiramente com a formação popular, além de esvaziadora de pensamento crítico e político. Portanto, é necessário revivermos o cunho político intrínseco de nossa profissão e área, e reviver esse cunho político se dá, também, na construção de políticas e regimentos que nos coloquem em atividade dentro de nosso propósito social, partindo da visão popular da Biblioteconomia.

ICONICIDADE E SÍMBOLOS DE OPONIFÁ

Figura 1 – Tabuleiro oponifá e corrente opelê

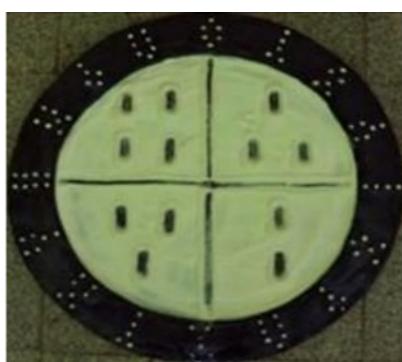


Fonte: domínio público

O oráculo, o opelê-ifá é circular, pois o círculo é ‘uma estética radical de inclusão (...), todo mundo tá lado a lado com o Outro, com companheirismo, numa relação fraternal (...) e vendo a face do outro. Então, é uma escritura ética, é uma estética de inclusão’. Por isso o círculo é fundante como instrumento metodológico (Machado, 2019, p. 6).

Iconograficamente, o tabuleiro e o cordão tem em si a ciência e filosofia africana. Oponifá tem que ser feito da madeira de Irokô (Milicia Excelsa ou Chlorophora Excelsa), árvore sagrada, também conhecida como amoreira africana. Em muitos itans há uma dupla existência da árvore como planta e da árvore como Orixá, da mesma forma que ocorre com Orunmilá e Ifá. A natureza é o divino e o divino é a natureza, todavia interpretar Ifá como animismo ou fetichismo é uma visão incorreta, e muito centrada dentro de relatos estrangeiros imperialistas sobre culturas indígenas. Segundo Delfino, “Acredita-se, dentro da cultura religiosa iorubá, que a árvore Irokô é o seio da natureza, morada das divindades, também conhecidas no Brasil por Orixás” (Delfino, 2015b, p. 69). E o cordão de noz onde “as sementes do Opelê-Ifá são colocadas lado a lado, ficando quatro sementes de um lado e quatro de outro, ao se abrirem formam oito, que são duplicadas por dois formando dezesseis caminhos e segue multiplicando-se” (Machado, 2019, p.7), esses 16 Odus também são chamados de Olodús, que quando multiplicados, dão ao todo 256 Odus, e 1600 versos (Itans). O Babalaô desenvolve durante todo o processo a habilidade de memorização de todos os odus, itans, e através do jogo das sementes acessa seu palácio mental.

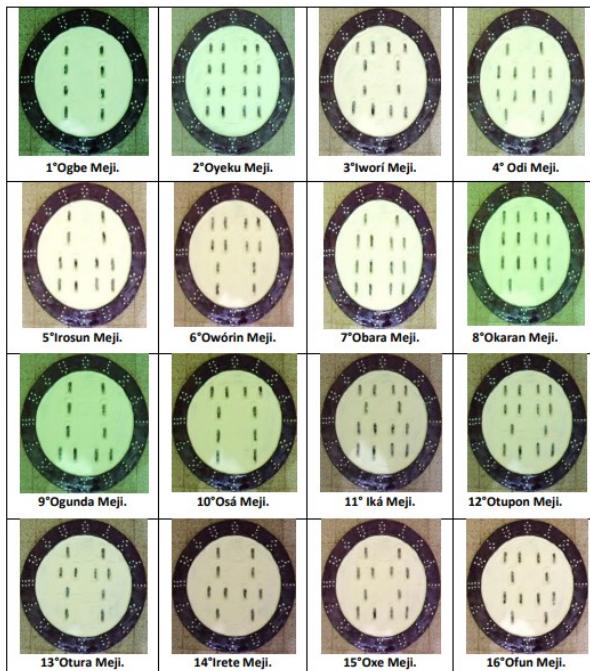
Figura 2 – Constituição elemental



Fonte: Delfino (2015a, p.95)

O tabuleiro é dividido em quatro partes, partindo do quadrante superior da esquerda para a direita temos: terra, ar, água e fogo. Cada quadrante possui um Odu, e a intersecção desses Odus criam novos Odus. De acordo com Delfino, “Ifá ensina o cérebro passo a passo e para isto acontecer o aprendiz (Awó) passa a analisar a constituição dos Odús através dos quatro elementos da natureza (terra, fogo, água e ar)” (Delfino, 2015a, p.96).

Figura 3 – Representação dos 16 Olodús por Ordem de Chegada na Terra



Fonte: Delfino (2015b, p.81)

Os 16 Olodus representados acima descrevem através de combinação de somas pares e ímpares os demais 240 Odús filhos e os mesmos são o corpo geomântico tecendo mais de 4.096 versos de Ifá que são proposições lógicas assim como na matemática. O corpo literário do Ifá é considerado a Bíblia ioruba e a sua interpretação no tabuleiro é através do ato de decifrar enigmas, parábolas partindo do corpo representativo imagético que se personifica pela lógica do raciocínio (Delfino, 2015b, p.82).

Durante a consulta para descobrir os odus, o babalaô utiliza 16 iquines (sementes de dendêzeiro) que coloca em sua mão esquerda, e tenta pinçar todas as sementes com a outra mão de forma a sobrarem uma ou duas sementes, se ficar apenas uma, ele riscará dois traços verticais paralelos, se sobrarem duas, ele risca um traço, e se sobrarem mais de duas a tentativa é anulada e refeita.

Segundo a classificação reconhecida a partir de Ifé, a capital religiosa dos iorubás, escrevendo-as da direita para a esquerda e do alto para baixo, essas combinações binárias podem ser assim representadas: 1111; 2222; 2112; 1221 etc. A ordenação estabelece uma espécie de hierarquia pela ordem de ‘chegada’ (nascimento ritual) de cada uma das figuras, que simboliza os signos (odus) de Ifá (Lopes, 2020, p. 41).

Por conseguinte, quando o Babalaô joga as sementes na areia (ierossum) espalhada previamente no tabuleiro oponifá e estas se mostram de determinada maneira que a partir de respostas de confirmação ou negação, com suas intensidades, o sacerdote consegue saber qual odu está ali sendo representado, e a partir de seus estereótipos, usando ainda os quadrantes dos estados elementares da natureza, ele acessa o/os Itans relativos, e então reivindica a resposta final pretendida. Há a prática alternativa, descrita como menos confiável, da consulta apenas com o arremesso da corrente dupla (opelê), o babalaô segura a corrente pelo meio deixando quatro nozes em cada lado da corda e a arremessa com cuidado sob o tabuleiro (oponifá) ou sob uma esteira, de forma que suas partes formem uma figura, “a caída de um elemento com a superfície côncava interior voltada para o alto, “aberta”, corresponderá a um traço vertical (1). E a caída com a concavidade para baixo “fechada”, corresponderá uma marca dupla, de dois traços verticais (2). Como enumera Lopes (2020, p.43), o arremesso é feito até que se tenha a figura completa, da mesma forma que acontece quando se usa os iquines e o tabuleiro, em duas colunas paralelas com quatro marcas verticais cada, onde será mostrado ao babalaô o primeiro odu a ser explorado na consulta, ao total devem ser completados três odus, sendo os dois últimos “testemunhas” do primeiro, com os três odus completos o babalaô transmite a mensagem completa ao consultante.

ECOLOGIA DOS SABERES, BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os profissionais que lidam com a informação desde sua matéria à seu acesso, podem construir muitos vieses preconceituosos. Quando se trata de um saber etno-racial e pós-colonial há inferências ainda mais graves pois não há domínio em lidar com estes saberes para além da visão colonial e apropriadora, causando dessa forma violências epistêmicas muito difíceis de serem solucionadas. No entanto, uma das primeiras ações que podem ser realizadas são “reflexões e críticas feitas por pesquisadores e profissionais do campo às teorias e aos instrumentos utilizados nesse cenário” (D’Almeida, 2023, p.9). É de exímia importância levar em consideração que o culto a Ifá é um patrimônio da humanidade reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Como o patrimônio da herança oral intangível da humanidade, a partir de 2005. A questão que envolve o patrimônio está diretamente ligada ao fato do Ifá ser também a identidade do povo africano, participando de forma filosófica, ideológica e científica desta sociedade (Delfino, 2015b, p.68).

Podemos afirmar que a filosofia africana está entrelaçada com a religiosidade de maneira que sua separação retira a episteme terminológica apresentada em sua ciência. Isto posto, de qual maneira a Biblioteconomia pretende retratar esses saberes de forma correta, se em sua estrutura a inferência do pensamento colonizador ainda está presente? O professor Marcos Miranda propõe um modelo:

Considerando que a estrutura cognitiva dos usuários configura-se como uma rede de conceitos – um rizoma mental – à qual esses sujeitos recorrem quando há necessidade de buscar informações, o desenvolvimento de um sistema de organização do conhecimento colaborativo, que integre, a partir de um modelo participativo, a experiência social e cognitiva de todos os envolvidos, poderia trazer resultados expressivos para a otimização dos serviços prestados em bibliotecas e centros de documentação (Miranda, 2007, p. 11).

Pensando na ecologia dos saberes, isso mostra como temos muito a ganhar com o reconhecimento da ciência dos povos originários, como Silvia Cusicanqui diz em seu livro ‘Ch’ixinakax utxiwa : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores’: “Al hablar de pueblos situados en el “origen” se niega la coetaneidad de estas poblaciones y se las excluye de las lides de la modernidad” (Cusicanqui, 2010, p. 59). E Ifá em sua iconicidade trás o avanço de uma cultura milenar.

Não há uma origem única, não tem um dia em que a bondade começou, que a maldade começou, que o homem nasceu, que a história iniciou (...). Isso é sempre dinâmico, (...) a origem é uma questão de escolha, não é uma questão ontológica, ou seja, não é um fato consolidado, é só uma escolha, cada pesquisador, cada pesquisadora, escolhe o seu ponto de partida, porque o ponto de partida não é arbitrário (Machado, 2019, p.8).

Todo conhecimento organizado e recuperado pelo Babalaô explicita um método científico, que permite com que um alto volume de conhecimento seja organizado e recuperado de maneira dinâmica, assim como organizamos uma biblioteca e construímos um catálogo para suprir a procura do usuário. O Babalaô se torna o bibliotecário que cria a biblioteca (palácio mental), a qual todo conhecimento passado de maneira oral se abriga, e quando necessário, com a ajuda do computador e sistema de organização informacional e de conhecimento: Ifá; consegue auxiliar aqueles que o busca, entregando como devolutiva a informação buscada. Para Delfino, “Estamos falando de um encadeamento de princípios e ações que ensinam o ser humano a organizar e explorar as potencialidades da máquina que comanda a vida chamada cérebro” (Delfino, 2015a, p.97). Isso é, portanto, um sistema avançado de organização informacional e do conhecimento.

Como bibliotecários e produtores de conhecimento, cabe a nós termos a missão de viabilizar que esses conhecimentos sejam passados de forma correta. A limitação do trato escrito não permite que culturas com bases orais se estabeleçam e adquiram poder influente na sociedade, mostrando que as políticas coloniais não acabaram com a declaração da independência em 1822, mas sim que se enraizaram nos paradigmas de nossa sociedade, e neste âmbito há

uma limitação na episteme da Biblioteconomia bem como da Ciência da Informação quando se encontram com termos como a ecologia dos saberes e decolonialidade. Portanto, é um

Caráter de urgência, mas também a viabilidade, de construir sistemas de organização do conhecimento que assegurem a continuidade dessas tradições e, ao mesmo tempo, o conhecimento pelos profissionais da informação destas vivências riquíssimas e milenares que continuam sendo silenciadas quando não deturpadas nas contingências da colonização e da dominação. (Miranda, 2007, p. 11)

No Brasil, a cultura iorubá, mesmo depois dos séculos de escravização e aculturação cristã, resiste e está, ainda que fragmentada, presente no imaginário de nossa cultura. Da mesma forma, estão presentes outras culturas indígenas e africanas, que também sofreram diáspora durante o período colonial. É de extrema importância pensarmos na historicidade de uma federação quando vamos analisá-la ou referir a ela políticas, sistemas ou serviços, porém, essa dinâmica pouco ocorre em nosso território, tendo em vista que a lógica colonial ainda permeia nossa sociedade como um país de capitalismo dependente que constantemente exporta para suas colônias simbólicas, ou nem tão simbólicas.

Tratando-se de uma ciência, área e campo humanístico aplicado, a Biblioteconomia e Ciência da Informação lida com os saberes e fluxo informacional do território a qual se dirige, tratando-se do Brasil, dos saberes e fluxo informacional brasileiro. Todavia, perde-se a certo nível consciência do que se trata o “brasileiro”, e claro essa dúvida é completamente verídica, tendo em vista que não somos verdadeiramente uma união nacional, não somos uma nação, mas sim nações, reunidas dentro de um território, e a construção ‘brasileira’ se dá a partir desse panorama. Como lidar com essa diversidade ao lidar com esses saberes e informações? Esta é uma pergunta que anseia por respostas dentro de nossa área, e o que se tem de resposta ou ao menos o que se aplica na atualidade é considerar essa diversidade como uma hegemonia, o que causa apagamento de algumas realidades que se enquadram neste âmbito. Essa resposta como já vimos é um mecanismo direto da colonização e de nosso atual sistema capitalista, foi o que fizeram com os povos iorubás, ao os classificarem

como unidade iorubá, as divisões unicamente política-econômicas ocorridas em todo continente africano, como no caso da Nigéria, apresentado anteriormente. Foi o que aconteceu nesse território, Pindorama, após a invasão europeia. Mesmo que, por exemplo, a formação “formal” do capitalismo seja datada do século XVIII, ele se desenvolve desde o fim do século XIV. Nesse sentido, o que é importante se ter em vista, além de que é com ele que lidamos atualmente, é que é do próprio capitalismo que advém a maior parte de nossos ruídos como sociedade, em uma decadência crescente vista não somente no Brasil. Portanto, essa unificação de nosso saber como uma grande massa homogênea necessita de cautela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ifá é uma metodologia educativa que tem muito potencial exploratório e seu sistema milenar possui a mesma estrutura que permite toda e qualquer máquina de inteligência artificial atual existir e operar. Ifá é um computador, inventado há mais de 3000 a.C. no território africano. Assim, “façamos o computador segundo a nossa imagem e semelhança. E não seria possível uma concepção diferente, pois o homem pensa binário” (Contador *apud* Delfino, 2015a, p.94). Dessa forma, foi criado Ifá, que para além de sua religiosidade e instrumentalidade sagrada, representa em sua base os saberes das comunidades iorubás, e suas vertentes afrodiáspóricas.

A base epistemológica da produção do conhecimento não é a lógica, (...) não é o raciocínio causal. A base epistemológica do conhecimento é a criação viva, o universo não está estruturado em torno de matérias antigas, sólidas, o universo está estruturado encima de criação. (...) a matéria é uma ilusão da compreensão humana e o que a gente tem é um estado pulsante, constante de criação (Oliveira *apud* Machado, 2014, p. 116).

Buscar a ecologia dos saberes, e novas formas de se ver o mundo deve ser um dever claro e rígido da ciência, para trazermos verdadeiros avanços, sem mais roubos e/ou apropriações, sem exotizar e descontextualizar tecnologias que fogem à lógica do norte global e do homem branco. Como D’Almeida (2023, p. 12) declara, a ecologia dos

saberes serve para “evitar a primazia de determinados pontos de vista sobre um fenômeno em detrimento de outros, que provavelmente não seriam contemplados ou seriam subrepresentados”. Pois apenas dessa forma será possível construir uma biblioteca verdadeira, onde diferentes saberes se encontram, se estranham e por fim ecoam em uma rede interconectada de trocas contínuas. A Biblioteca, seja ela interpretada como dispositivo físico, ou como instrumento e espaço metafísico, intrinsecamente é viva e pulsa expansão e eterno crescimento.

Construir nuestra propia ciencia –en un diálogo entre nosotros mismos– dialogar con las ciencias de los países vecinos, afirmar nuestros lazos con las corrientes teóricas de Asia y África, y enfrentar los proyectos hegemónicos del norte con la renovada fuerza de nuestras convicciones ancestrales. (Cusicanqui, 2021, p. 73).

Pensar a informação e conhecimento, ainda mais o originário, indígena e africano, oral e iconográfico que constitui nossas duas grandes matrizes étnicas, além das concepções coloniais e estrangeiras de nossa profissão e área de estudo é de extrema importância e necessidade. O próprio modis operandi de nossas instituições de ensino - também colonial - nos coloca e pressiona dentro desse imaginário e nos limita - dentro de muitos aspectos - sobre o pensar além, sobre entender que argumentos, concepções, teses e teorias existem para serem ultrapassadas, para se tornarem redundantes e criarem a necessidade de novas teses, teorias, concepções etc. E dentro de nossa academia bibliotecária - por mais irônico que seja - há uma grande rejeição desses pensamentos que atualizam ou re-fundamentam o que chamamos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, como se fosse um monstro a se fugir, como se o final disso fosse o fim de nossa área e profissão. Basalmente subentende-se o contrário, basalmente quebrar as colunas de sustentação é o que possibilita criarmos colunas mais fortes, e que a Biblioteconomia e Ciência da Informação a cada dia se torna mais atual. Há a formação de movimentos e intelectuais que pensam da mesma forma, mas nessa luta precisamos da tal hegemonia.

A Biblioteconomia é uma área onde há uma grande necessidade de atualização constante, tendo em vista sua área de atuação, porém,

esta atualização não deve tratar apenas dos suportes tecnológicos, ou novos usos técnicos, há - com imensa necessidade - o apelo de atualizações epistêmicas, semânticas. Como estudantes e atuantes da área entendemos que o suporte deve ser adequado para englobar suas respectivas mídias, ao rodar um DVD, precisamos de um aparelho de DVD, ao rodar um disco, precisamos de um toca disco, e assim em diante. Dessa maneira, é necessário dispormos do equipamento ao qual essas mídias sejam utilizadas em sua amplitude. Ao tratar de ecologia dos saberes temos que nutrir do mesmo raciocínio, não há inclusão, diversidade, igualdade, equidade, entre outros, sem que mudemos as bases, sem que tenhamos aparelhos que permitam que estes conceitos sejam verídicos. Portanto, ao pensar no Sistema Ifá, nos deparamos com uma biblioteca per si, com saberes, utilizadores, mediadores, catalogação, classificação, indexação, e - a prioridade - ecossistema.

Na tradição do Ifá o aprendiz não vai ler e sim vai ouvir os versos, contudo não irá imaginar a palavra para memorizar e sim irá criar na sua subjetividade o corpo daquilo que ouviu como se fosse um cineasta imaginando a cena. Estes dispositivos de aprendizagem e entendimento por comparação e identificação ensinam cognitivamente o cérebro à sublime arte de memorizar (Delfino, 2015a, p.96).

Há diversas limitações em se constituir claramente essas “reformas”, o que não deve ser ignorado, mas alimentar a esperança e a revolta contra esse sistema precário é o que possibilita pensarmos em como superar essas limitações. Ifá, em sua filosofia, nos coloca a prova de que nossos saberes são construções cíclicas infinitas que nutrem o passado, o presente e o futuro em um mesmo prato, formado por interações ainda mais infinitas e de origem coletiva. Pensamos então a Biblioteconomia e Ciência da Informação como uma construção de imaginário coletivo, que serve a coletividade e que deve devolver a ela sistemas igualmente coletivos e plurais. Dessa forma daremos um passo revolucionário para repensarmos nossa sociedade. É sobre política, e sobre nossa soberania como nações brasileiras.

REFERÊNCIAS

BASCON, William. **16 Cawris**: divinação lorubá da África para o Novo Mundo. Indiana: Indiana University Press, 1980. p.17-24.

CUSICANQUI, Silvia R. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

D'ALMEIDA, Nina G. S. B. SILVA, Laura R. S. T.da. CAMPOS, Linair M. Decolonialidade: Impactos nos sistemas de organização do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ENANCIB, 2023.

DELFINO, Jair. et al. Ifá um Sistema Binário de Divinação. *In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO*, 4., 2015, Pernambuco. **Anais** [...]. Pernambuco: GPEMCE, 2015.

DELFINO, Jair. CUNHA, Henrique J. Iconografia dos tabuleiros de Ifá. **Educação Gráfica**, Pernambuco, v.19, n.2, p. 63-83, 2015.

HOLBRAAD, Martin. Estimando a necessidade: os oráculos de Ifá e a verdade em Havana. **Mana**, Cambridge, v. 9, n.2, p. 50-56, 2003.

LOPES, Nei. **Ifá Lucumí**: o resgate da Tradição. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

MACHADO, Adilbênia F. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas**: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 124 f. Dissertação (Mestrado Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MACHADO, Adilbênia F. ODUS: Filosofia africana para uma metodologia afrorreferenciada. **Voluntas**, Santa Maria, v.10, p.3-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MIRANDA, Marcos L. C. A Organização do Etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ENANCIB, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 28-41.

SILVA, Marcio F.da. ALMEIDA, Carlos C.de. Representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. **Scire**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.63-68, 2018.

DA POBREZA EM INFORMAÇÃO À JUSTIÇA SÓCIO-INFORMATACIONAL: A CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM ACESSO ABERTO

Miriely da Silva Souza

INTRODUÇÃO

No âmbito da ciência aberta, a discussão sobre a abertura de todo o processo científico, abarca questões econômicas, de acessibilidade, de justiça social, de equidade e competência em informação. À esta discussão é inerente a necessidade de repensar decisões, políticas e práticas que possam inibir esta abertura em dimensões políticas, sociais e econômicas em diversos níveis.

Desta maneira, a ciência aberta é o movimento que busca a transparência da pesquisa científica, considerando a sua concepção, acessibilidade e comprehensibilidade pela comunidade acadêmica e para além dela, o acesso aos resultados e aos dados da pesquisa, e a utilização de tecnologias e aparatos tecnológicos abertos. Visa a colaboração entre pesquisadores e instituições em todos os domínios do conhecimento, e deve ser pensada no contexto dos movimentos sociais que surgem em meio a mudanças nas condições de produção

e circulação da informação, do conhecimento e da cultura (Albagli, 2015).

Em 2021 foi apontado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como um termo guarda-chuva, que abarca as seguintes dimensões: acesso aberto; dados abertos; revisão por pares aberta; código aberto; infraestruturas de Ciência Aberta; avaliação aberta; recursos educacionais abertos; ciência cidadã e abertura à diversidade de conhecimento.

Assim como as dimensões da ciência aberta, a justiça social em suas diferentes esferas, a saber: justiça racial, justiça de gênero e justiça informacional (Silva et al., 2021) têm se preocupado com a maneira que a informação e o conhecimento têm sido ou não alcançados em diferentes níveis. Dentre seus princípios, a justiça social busca o tratamento justo entre as pessoas, a equidade nas relações e empoderamento dos sujeitos e comunidades. Entretanto, apesar da informação ser um direito a todas as pessoas, disparidades (em âmbito, social, econômico e político) podem estar presentes no que diz respeito a produção, consumo, divulgação, acesso e compartilhamento da informação. Dito isto, o objetivo deste capítulo é abordar produção do conhecimento científico em acesso aberto sob a lente teórica da justiça social enquanto ferramenta de combate à pobreza em informação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao delimitar o objetivo deste trabalho, destaca-se que esta é uma pesquisa de natureza exploratória, sendo a sua abordagem qualitativa cuja fundamentação teórico-conceitual será embasada em estudos científicos publicados em livros, capítulos de livros e artigos, teses e dissertações no campo de estudos da ciência aberta, justiça social e da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Inicialmente foram estabelecidos os seguintes termos de busca em língua portuguesa e língua inglesa: “ciência aberta”, “open science”; “acesso aberto”, “open access”; “justiça social”, “social justice”; “pobreza em informação”, “information poverty”, “justiça informacional”, “informational justice” e “equidade em informação”, “information equity”. Ao estabelecer os termos de busca, estabelecemos também o período de busca: de 2020 a 2024 e as bases de dados nacionais e

internacionais que seriam utilizadas, tais como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a *Web of Science*, *Scielo* e *AS/S&T*. Recuperados os recursos informacionais, estes foram refinados, retiradas as duplicatas e, após, lidos na íntegra para composição da fundamentação teórico-conceitual do trabalho.

CIÊNCIA E ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Conforme apontado na Recomendação da UNESCO (2021), a ciência aberta é um constructo que combina vários movimentos e práticas que têm por objetivo:

[...] disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional (Unesco, 2021, p.7).

Desta maneira a ciência aberta pode ser entendida como a atividade científica praticada de modo aberto, colaborativo, e transparente em todos os domínios do conhecimento, desde as ciências fundamentais até as ciências sociais e humanidades. Deve ser pensada no contexto dos movimentos sociais que surgem em meio a mudanças nas condições de produção e circulação da informação, do conhecimento e da cultura (Albagli, 2015) e como um termo guarda-chuva, que abarca os seguintes temas: acesso aberto; dados abertos; código aberto / software e hardware aberto; infraestruturas de ciência aberta; avaliação aberta; recursos educacionais abertos; ciência cidadã e abertura à diversidade de conhecimento (Unesco, 2021). Assim, entende-se o acesso aberto como uma das dimensões da ciência aberta. Tem por objetivo a democratização do conhecimento na sociedade, deixando este, passível de ser consultado facilmente pelos usuários.

O movimento em prol do acesso aberto ao conhecimento, onde a comunidade científica se expressa em defesa do livre acesso às

informações científicas por meio da produção, publicação, divulgação e preservação através dos meios eletrônicos é marcado por uma série de declarações que contribuíram tanto para a consolidação conceitual do tema quanto para a discussão teórica. Tais declarações tornaram-se fundamentais para os estudos sobre o tema. São conhecidas por 3 Bs ou BBB: Budapeste, Bethesda e Berlim e importantes fontes de discussão sobre acesso aberto nas mais variadas áreas de conhecimento (Andrade, Muriel-Torrado, 2017).

Cabe destacar aqui, a Declaração de Budapeste, que é apontada como um dos documentos norteadores para a discussão do acesso aberto ao conhecimento (Andrade, Muriel-Torrado, 2017; Gomes, 2014; Muller, 2006; Rios, Lucas, Amorim, 2019; Santos D'amorim, 2021). Nesta declaração foram propostos o conceito e as estratégias para o acesso aberto por intermédio da via dourada (acesso aberto por meio da publicação de artigos em periódicos com acesso aberto) e da via verde (acesso aberto por meio do depósito/auto arquivamento de artigos publicados em periódicos, anais e apresentações de conferências, revisados por dissertações, em um repositório de acesso aberto). A declaração de Budapeste define da seguinte maneira o que é acesso aberto:

Acesso aberto à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (Boai, 2002, s.p.).

Um ponto importante a ser destacado, são os atores envolvimentos no processo de abertura do conhecimento científico. São eles: as universidades e bibliotecas universitárias, os pesquisadores, as sociedades do conhecimento, as agências de fomento, o governo federal e as editoras científicas. Os referidos atores têm papel fundamental na produção científica nacional influenciando

na divulgação, consumo e avanço científico e tecnológico, na elaboração de políticas públicas, além de fomentar iniciativas voltadas para a abertura do processo científico.

JUSTIÇA SÓCIO-INFORMACIONAL, POBREZA E EQUIDADE EM INFORMAÇÃO

No contexto da Ciência da Informação brasileira os estudos sobre justiça social e suas esferas, tem sido desenvolvido com muita ênfase e protagonismo, nos últimos anos, por pesquisadoras e pesquisadores membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI)¹⁴ grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais.

A partir destas produções, entende-se que a justiça social é demarcada por diversas esferas, dentre as quais destacamos a social, a racial, a de gênero e a informacional; as quais se referem a: a) justiça social: receber tratamento justo em sociedade em todos os aspectos da vivência humana; b) justiça racial: receber tratamento justo independentemente de seu pertencimento étnico-racial; c) justiça de gênero: ser tratado de forma justa independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero; d) justiça informacional: todas as pessoas receberem informação relevante às suas necessidades informacionais, sempre considerando que esta pessoa é um sujeito informacional, participante da produção de conhecimento e fonte de informação. (Mathiesen, 2015; Silva et al., 2021, 2022).

No que diz respeito à teoria de justiça social no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), Mathiesen (2015) afirma que suas raízes estão vinculadas às teorias filosóficas da justiça social e é caracterizada a partir do entendimento de que a justiça social é multifacetada e se desenvolve no campo sob um enfoque institucional que utiliza a ética do cuidado, da solidariedade e do respeito e dos três elementos que compõem a justiça social: a distribuição justa, a participação e o reconhecimento na produção dos bens epistêmicos e sociais (Silva et al., 2021).

¹⁴ Para conhecer melhor, acesse: <https://nersi.eci.ufmg.br/>.

De maneira mais específica e ao fim que se destina este trabalho, nos voltaremos para a justiça informacional, que é definida por Johnson (2018) como o julgamento ético fundamental dos arranjos sociais para a distribuição de informações e seus efeitos sobre a autodeterminação e o desenvolvimento humano. Para o autor, a justiça informacional pode, também, ser compreendida como um subconjunto da noção mais ampla de justiça política, aplicada a questões de informação e tecnologias de informação. Jonhson (2018) afirma que uma teoria da justiça informacional nos ajuda a entender as condições sob as quais se pode dizer que uma sociedade está assegurando a justiça política no âmbito da informação (Johnson, 2018).

Além disso, a justiça informacional assume as pessoas e sua relação com a informação a partir de três abordagens: as pessoas são buscadores de informação, são fontes de informação e são sujeitos informacionais. Assim, para receber um tratamento justo, os buscadores devem ter um acesso equitativo à informação: isso é chamado de justiça distributiva. Para receber um tratamento justo enquanto fonte de informação, as pessoas devem ter a mesma chance de contribuir para a produção e provisão de conhecimento: isso se chama justiça participativa. E para receber um tratamento justo enquanto sujeito informacional, as pessoas devem ser retratadas de maneira justa no conjunto geral de informações: isso é chamado de justiça de reconhecimento (Mathiesen, 2015).

Johnson (2018) situa questões de informação dentro de uma teoria crítica construtiva mais ampla da tecnologia. De acordo com o autor a justiça informacional se refere ao julgamento ético fundamental dos arranjos sociais para a distribuição de informações e seus efeitos sobre a autodeterminação e desenvolvimento humano. A justiça informacional, afirma Johnson (2018), “é um subconjunto da noção mais ampla de justiça política, aplicada às questões da informação e das tecnologias da informação” (Johnson, 2018, p. 2, tradução nossa). O autor reitera que a teoria da justiça informacional contribui para o entendimento das condições sob as quais uma sociedade pode ser assegurar a justiça política no domínio informacional (Johnson, 2018).

Também direcionado para as tecnologias, Eubanks (2011) afirma que investir na tecnologia e ciência também demanda investir

simultaneamente na criação de sociedades mais justas (inclusive, no âmbito informacional), especialmente no contexto do século XXI em que projetos políticos de sociedades vigentes são oriundos da escravidão, exclusão, morte, domínio e exploração daqueles que recebem o status de não-ser humano e são hierarquizados racial e socialmente em prol do desenvolvimento de um mundo que se diz globalizado.

De acordo com Medeiros e Presser (2020), a ideia de que o acesso limitado à informação reduz a capacidade de participação plena dos indivíduos na sociedade, influenciando em suas decisões tem sido vista, conforme apontado por Kennan *et al.* (2011), como impulsionadora do que foi denominado pobreza informacional. Para a professora americana Elfreda Chatman (1996) um mundo pobre em informação é um mundo em que uma pessoa não deseja ou não sabe resolver um problema crítico. Ou seja, pessoas consideradas pobres em informação são desprovidas de quaisquer recursos de informação que poderiam ajudá-las.

Britz (2004) trata a pobreza em informação como uma questão de justiça social. Sua abordagem está sob a lente teórica da filosofia e baseada em três princípios da teoria social de Rawls:

- 1) O primeiro princípio diz que a reivindicação mais importante de equidade (justiça) é que todas as pessoas (ricas em informação e pobres em informação) devem ser tratadas de forma equitativa e julgados segundo as mesmas normas;
- 2) Em segundo lugar, a justiça implica que uma pessoa deve obter aquilo que lhe é devido. É importante determinar o que especificamente as pessoas com pouca informação requerem dentro de um determinado contexto; e
- 3) Embora a justiça reconheça o fato de que todas as pessoas são de igual valor, também reconhece a desigualdade entre as pessoas em certos casos. A justiça reconhece o fato de que as informações e as pessoas ricas em informação diferem e que existem certas desigualdades na distribuição de acesso à informação.

Butcher (2009) corrobora a abordagem de Britz (2004) quando direciona a discussão para as tecnologias de informação e comunicação. Para o autor a informação é injusta e essa injustiça se dá partir dos altos custos das taxas e licenças das tecnologias e softwares

usados para promover o acesso e manipulação de informações de forma remota e real onde cria-se uma lacuna informacional, estabelecendo pessoas ricas em informação e pessoas pobres em informação.

O ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À POBREZA INFORMACIONAL

Através de declaração publicada em 2010, a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) afirmou seu compromisso com princípios relacionados à liberdade de acessar informações e na convicção de que a universalização do acesso à informação é essencial para o bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico de pessoas, comunidades e organizações. Para a IFLA, a temática do acesso aberto é tópico direcionador em sua agenda e desta maneira, estabeleceu como ação inicial a assinatura à Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto, compreendendo que a partir do acesso aberto ao conhecimento e a comunicação científica é possível maior rigor quanto a qualidade de pesquisas científicas assim como a necessidade de ações voltadas para preservação e curadoria de dados de pesquisa; para a proteção da liberdade contra a censura além de estimular atividades que apoiem a educação e expansão de banda larga e outras infraestruturas tecnológicas para apoiar o acesso à informação.

Para a IFLA publicações em acesso aberto e com amplo compartilhamento de resultados de pesquisas científicas retorna para sociedade como benefícios econômicos, sociais e de saúde. Sendo assim, o acesso aberto possibilita que pesquisadores e instituições deem visibilidade as suas pesquisas, assim como no escopo editorial aumentando o público leitor e o impacto dos seus conteúdos. Por fim, a IFLA acredita que as bibliotecas e o profissional bibliotecário têm papel vital no movimento em prol do acesso aberto. O espaço e o profissional atuam como mediadores, contribuindo para a competência de usuários, estabelecendo infraestruturas amigáveis para o acesso à informação, criando repositórios institucionais, atuando em todo o processo de tratamento dos dados de pesquisa, incentivando editores acadêmicos a publicarem periódicos e livros em

acesso aberto e contribuindo para políticas nacionais de acesso aberto.

Também pensando o bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico de pessoas, comunidades e organizações, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Este documento é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade com o intuito de fortalecer a paz universal com mais liberdade. Para a ONU, o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Para isso foram 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) que se desdobram em 169 metas. Estes objetivos se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como forma de concluir o que estes não conseguiram alcançar. Este conjunto de diretrizes estabelecidas pela ONU almeja consolidar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero, além de alcançar o desenvolvimento sustentável em três dimensões: ambiental, econômica e social, de maneira integrada e mantendo o equilíbrio entre elas.

A Agenda 2030 é pautada e orientada por normativas voltadas para os direitos humanos e fundamentais, como Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005 entre outras. E para que a Agenda 2030 seja de fato implantada, a ONU afirma a necessidade de solidariedade global, em especial com os mais pobres e com as pessoas em situações vulneráveis. E para isso, destaca a participação dos governos, setor privado, sociedade civil, além da própria ONU para mobilizar os recursos disponíveis. Pensando em pobreza e equidade em informação na perspectiva do acesso aberto, alguns ODS contribuem para a elaboração desta reflexão, como por exemplo, os relacionados a erradicação da pobreza incluindo a pobreza em informação; educação inclusiva, igualdade de gênero e redução das desigualdades pois englobam inclusão e equidade em diversos níveis, tais com: econômico, político social, cultural e epistêmico; e por fim, os que se relacionam a inovação, sustentabilidade e sociedade que advogam pelo acesso equânime a informação, internet, ciência e justiça.

Em conferência geral, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), agência especializada vinculada a ONU, pontuou questões importantes que devem ser consideradas no âmbito da ciência aberta, sendo aqui o acesso aberto uma de suas dimensões.

Neste contexto a UNESCO elaborou a Recomendação para a Ciência Aberta, que tem como propósito fornecer um marco internacional para políticas e práticas de ciência aberta que reconheça as diferenças disciplinares e regionais nas perspectivas de ciência aberta, considerando a liberdade acadêmica, as abordagens transformativas de gênero e os desafios específicos dos cientistas e outros atores da ciência aberta em diferentes países e contribua para reduzir as exclusões digitais, tecnológicas e de conhecimento existentes entre os países e dentro deles. E para que esse propósito seja atingido, os seguintes objetivos voltados para a ciência aberta foram estipulados: **1)** promover um entendimento comum sobre a ciência aberta, seus benefícios e desafios, assim como sobre os diversos caminhos para a ciência aberta; **2)** desenvolver um ambiente político favorável à ciência aberta; **3)** investir em infraestruturas e serviços abertos; **4)** investir em recursos humanos, treinamento, educação, alfabetização digital e capacitação para a ciência aberta; **5)** fomentar e alinhar incentivos para uma cultura de ciência aberta; **6)** promover abordagens inovadoras para a ciência aberta em diferentes estágios do processo científico; e **7)** promover a cooperação internacional e entre várias partes interessadas no contexto da ciência aberta e com vistas a equidades digital, tecnológica e de conhecimento.

Além dos propósitos e dos objetivos, a UNESCO afirma que os valores centrais da ciência aberta decorrem de implicações jurídicas, éticas, epistemológicas, econômicas, legais, políticas, sociais, de múltiplos atores e tecnológicas da abertura da ciência à sociedade e da ampliação dos princípios de abertura a todo o ciclo da pesquisa científica.

No contexto nacional uma série de iniciativas e esforços têm sido direcionados para o acesso aberto, tanto no campo científico quanto no campo governamental, por meio de programas de governo, fomento, políticas e normas. A adesão do governo brasileiro ao regime global de acesso à informação (Braman, 2004) através de iniciativas

como a Parceria para o Governo Aberto, do inglês *Open Government Partnership* (OGP) e a Lei de acesso à informação, abrem espaço e, de certa forma, incentiva e facilita a discussão sobre a questão (PINHEIRO, 2017).

Em outubro de 2018, o Brasil publicou o seu 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto constituído por 11 compromissos, entre eles o Compromisso 3 – o Compromisso pela Ciência Aberta – com o propósito de estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no contexto nacional a partir de metodologia específica onde temas foram priorizados, houve debate com especialistas e a aprovação do Plano.

O tema proposto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Inovação e Governo Aberto na Ciência, foi um dos priorizados pelo Governo e está alinhado com o objetivo de número 9 e meta 9.5 da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, referente ao fortalecimento da pesquisa científica e incentivo à inovação, sendo a ciência aberta a via para atingir esse objetivo. Coube a Embrapa a coordenação do Compromisso 3 e a elaboração de nove marcos para a sua execução, com seus respectivos prazos e órgãos responsáveis e colaboradores.

Um desses colaboradores é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), sendo a contribuição do instituto extensa e fundamental, onde podemos apontar a publicação do Manifesto de Acesso Livre à Informação e o Manifesto de Acesso Aberto a Dados de Pesquisa Brasileira. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) participou, ao longo do tempo, de diferentes iniciativas nas quais a informação é tratada como um bem público, na tentativa de estabelecer laços entre a produção e o uso do conhecimento, reforçando as relações entre ciência e sociedade. Neste cenário vale destacar o Repositório Institucional Arca e a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento.

A parceria entre a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o IBICT, em edital dirigido a grupos de pesquisa com experiência na área da Ciência da Informação e em tecnologia da informação e comunicação, para que apresentem projetos visando identificar práticas e desenvolver serviços de acesso aberto aos dados de pesquisa. E por fim a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) com sua rede de repositórios de dados científicos do Estado

de São Paulo. A iniciativa disponibiliza, de modo organizado em uma plataforma aberta, dados associados às pesquisas desenvolvidas em todas as áreas do conhecimento no Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo esta uma investigação de natureza exploratória com o objetivo de abordar a produção do conhecimento científico em acesso aberto sob a lente teórica da justiça social enquanto ferramenta de combate à pobreza em informação, inicialmente foi possível constatar que as produções científicas que abordam tanto a ciência aberta quanto a justiça social, incluindo a justiça informacional e a pobreza e equidade em informação são estudos ainda incipientes na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. No entanto os estudos que convergem as temáticas ainda que de maneira não explícita, trazem pontos importantes como por exemplo a equidade no acesso ao conhecimento científico.

Em seu cerne, a ciência aberta e o acesso aberto ao conhecimento científico, advogam pela equidade com vistas ao compartilhamento justo e recíproco de insumos e produtos científicos e o acesso igualitário ao conhecimento científico, independentemente de condições geográficas, raciais, etárias, de gênero, renda, circunstâncias socioeconômicas, linguísticas, religiosas, ou qualquer outro motivo.

No entanto, esta é uma questão que reverbera muitas outras, como por exemplo questões econômicas relacionadas as taxas cobradas para a publicação de artigos; a atuação de editoras comerciais e o domínio epistêmico exercido por elas; barreiras linguísticas; competência em informação no que diz respeito a abertura e compartilhamento de dados de pesquisa e direito autoral e até mesmo a mudança de mentalidade daqueles que produzem e utilizam o conhecimento científico: os pesquisadores.

Incluir novos elementos à agenda de reflexões do acesso aberto ao conhecimento torna-se necessário frente as iniciativas no contexto nacional e internacional e sua atual configuração. Ainda que o Brasil já disponha de iniciativas importantes que orientam políticas institucionais para o acesso aberto ao conhecimento, abertura aos dados de pesquisa científica e dados governamentais é necessário

ampliar o debate sobre como a partir do acesso aberto ao conhecimento a pode ser uma ferramenta importante para a justiça sócio informacional e equidade informação frente a vulnerabilidade informacional e a pobreza em informação a exceção.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. M.; MURIEL-TORRADO, E. Declarações de acesso aberto e a lei de direitos autorais brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s.l.], v. 11, 2017. DOI: 10.29397/reciis.v11i0.1374. Acesso em: 13 out. 2022.
- ALBAGLI, S. Ciência Aberta em questão. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: Ibit; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. P. 9-25. Acesso em: 7 jun. 2021.
- BERTIN, P. R. B.; FORTALEZA, J. M.; SILVA, A. C.; OKAWACHI, M. F. A parceria para governo aberto como plataforma para o avanço da ciência aberta no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 31, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190020>
- BOAI – Budapest Open Access Initiative. **Budapest Open Access Initiative Declaration**. Budapeste, 2002.
- BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.) **The 199nformati global 199nformation policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília, 2018.
- BRITZ, J. J. To know or not to know: a moral reflection on 199nformation poverty. **Journal of Information Science**, [s.l.], v. 30, n.3, 2004.
- BUTCHER, M. P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009. DOI: 10.1007/s10676-009-9181-2
- COSTA, M. P.; AMARO, B.; ASSIS, T. B. Serviços de difusão de políticas para o acesso aberto: sherpa/juliet, melibea e roarmap. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, p. 36-54, 2012.

CHATMAN, E. A. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996.

EUBANKS, V. **Digital Dead End**: fighting for Social Justice in the Information Age. London: The MIT Press, 2011.

FIOCRUZ. **Sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2022.

GOMES, S. L. R. O acesso aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s.l.], v. 8, n. 2, 2014. DOI: 10.3395/reciis.v8i2.618
Acesso em: 13 out. 2022.

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. **Declaração da IFLA sobre livre acesso**: esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA. Amsterdã, 2011.

JOHNSON, J. A. **Toward Information Justice**: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration. Orem, TUT: Springer, 2018.

KENNAN, M.A. et al. Settling in: the relationship between information and social inclusion. **Australian Academic & Research Libraries**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 191-210, 2011.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

MEDEIROS, Felipe Gabriel Gomes; PRESSER, Nadi Helena. Informação e inclusão social: perspectivas possíveis. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 19-33, 2020.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, 2006.

PINHEIRO, L. V. R. Políticas públicas, ações e manifesto de Ciência Aberta para pesquisa brasileira. In: ENCONTRO IBÉRICO – EDICIC 2017, 8., 2017, Coimbra, Portugal. **Anais** [...]. Coimbra, Portugal, 2017. P. 271-280.

RIOS, F. P.; LUCAS, E. O.; AMORIM, I. S. Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 15, p. 148-169, 2019.

SANTOS-D'AMORIM, K. Comunicação científica em movimento. **Brazilian Journal of Information Science**, [s.l.], v. 15, 2021. DOI: 10.36311/19401640.2021.v15.e02103 Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, L. K. R.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta**. Paris, 2022.

CAPÍTULO

PRODUÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS POVOS ANCESTRAIS DA AMAZÔNIA

Célia Regina Simonetti Barbalho

Mateus Rebouças Nascimento

Raquel Santos Maciel

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas atuam como protagonistas na defesa de seus direitos, levando ao debate questões sociais, culturais, políticas e econômicas que afetam seu cotidiano, na busca de reconhecimento, representação e negociação para questões relacionadas aos interesses das comunidades originárias. Nessa perspectiva, dirigem suas vozes para se conduzirem como agentes, elaboradores, incentivadores, participantes e proponentes de políticas que atendam às suas demandas (Bicalho, 2010).

Darcy Ribeiro (*apud* Santos e Thomaz Junior, 2020) enfatiza que, desde a época da colonização, o movimento indígena no Brasil tem persistido na busca por direitos e reconhecimento. Esta trajetória inclui episódios de luta pela preservação cultural, a defesa de territórios e a autonomia dos povos originários, adotando o processo de formação no modelo ocidental como um dos mecanismos de resistência.

Nessa perspectiva, Amado (2020, p. 2) ressalta que a demanda por instrumentalizar a luta indígena foi uma decisão estratégica das

lideranças, que direcionaram esforços individuais e coletivos para enviar seus jovens a ingressarem nas universidades.

No estreito alinhamento com o movimento indígena brasileiro e a construção de conhecimentos efetuadas pelos acadêmicos indígenas, a inquietação que norteia este capítulo é uma busca de resposta para o seguinte questionamento: como as bandeiras de lutas emanadas pelos povos originários refletem-se nas pesquisas e publicações dos acadêmicos indígenas?

Esse questionamento reflete a posição daqueles que são denominados de intelectuais indígenas e aponta que a universidade se configura como um espaço de formação qualificada não apenas para a composição de conhecimentos que possibilite o povo indígena elaborar e gerir projetos em suas terras, mas também para interagir com os níveis governamentais em busca de políticas de favoreçam estas populações (Baniwa, 2009).

Diante do exposto, o objetivo desta reflexão é analisar a relação entre a produção acadêmica de pesquisadores indígenas da Amazônia e as temáticas abordadas pelos movimentos sociais dos povos originários, com o intuito de compreender se essa produção aponta para reflexões coletivas acerca de suas comunidades.

Em busca de constituir respostas possíveis ao problema anunciado, este capítulo está composto inicialmente por uma exposição das contribuições teóricas sobre movimento social e movimento social indígena para analisar as informações coletadas sobre a produção dos acadêmicos indígenas da Amazônia, sobretudo da região norte do Brasil, cujos procedimentos para obtenção dos dados estão expostos de modo a possibilitar o conhecimento dos caminhos delineados para constituir os elementos de análise e conclusões obtidas.

VERTENTES REFLEXIVAS SOBRE O MOVIMENTO INDÍGENA

Para abordar os elementos que amparam a breve reflexão teórica sobre os movimentos sociais indígenas e sua trajetória, faz-se necessário constituir inicialmente o entendimento sobre os movimentos sociais de um modo amplo.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Longe de se constituírem como espaços integrados e homogêneos, as sociedades humanas veem-se em constantes processos de diferenciação e de conflitos, “no interior da sociedade global, os indivíduos pertencem a microssociedades diferentes, que lhes oferecem ensejos de vida muito desiguais” (Fernandes, 1993, p. 788).

Nesse sentido, o autor aponta que as sociedades democráticas, que tendem a ser abertas, podem suscitar frustrações a partir da não realização de projetos individuais ou coletivos. Disso podem emergir “estados diferenciados de conflitualidade social” (Fernandes, 1993, p. 789), os quais potencializam diversas formas de reflexão: desde a aceitação até a associação a lutas ou movimentos sociais, os quais podem se relacionar a diferentes aspectos como, por exemplo, de cunho cultural, econômico ou de classe.

Gohn (2000) enfatiza perspectivas importantes a serem consideradas para o entendimento sobre os movimentos sociais: identidade, interesses em comum, sentido amplo e geral, restrito e específico, ação coletiva, espaços da ação, carências e demandas. Com isso, os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas sociopolíticas, engendradas por meio de interesses em comum e repertórios construídos em processos sociais que geram uma identidade, valores culturais e políticos mantidos pela solidariedade, com base em “conflitos, litígios e disputas” (Gohn, 2000, p. 13).

No contexto brasileiro, as lutas e movimentos sociais empreendidos contra a dominação, a exploração econômica e a exclusão social fazem parte de sua história. Dentre esses episódios, aqueles mais conhecidos e que retratam a associação de pessoas em torno de uma identidade, de um tema e interesses em comum, podem ser assim citados: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Cabanagem (Pará, 1835) (Gohn, 2000, p. 15).

O século XX viu emergirem e se consolidarem os movimentos sociais relativos a temas como: gênero, etnia, orientação sexual e lutas pela democracia como, por exemplo, o Movimento Feminista, o Movimento contra o Genocídio Negro, o Acampamento dos Povos

Indígenas, a Parada do Orgulho Gay e as Diretas Já (Fortes; Corrêa; Fontes, [2014]).

A despeito dos conceitos, teorias e características que podem ser utilizados para compreender os movimentos sociais, é essencial observar as mudanças provocadas pela chamada sociedade da informação e comunicação. Essas mudanças trouxeram novas oportunidades para a associação de indivíduos em torno de temas que antes se restringiam à esfera pessoal, como, por exemplo, gênero, etnia, orientação sexual, dentre outros aspectos relevantes (Goss; Prudencio, 2004).

As novas tecnologias de informação e comunicação, por seu inegável alcance e potencialidades, deram ensejo ao fortalecimento das lutas e movimentos sociais como um todo e, particularmente, ao movimento indígena, cujas características e trajetórias serão apresentadas no próximo tópico.

MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS

Os movimentos indígenas se configuram pela organização de ações coletivas com o objetivo de defender direitos que assegurem mudanças sociais, políticas e culturais alinhadas com suas necessidades. Esses movimentos têm desempenhado um papel fundamental na luta contra a discriminação, a violência e a exploração, e na busca por reconhecimento e autonomia.

É possível apontar que esses movimentos dos povos originários, tanto do Brasil como em outras partes da América Latina (Santos; Thomaz Junior, 2020; Bicalho, 2010; Gohn, 2024), têm suas raízes na resistência contra a colonização, mas se fortaleceram a partir da segunda metade do século XX em função do apoio de organizações não governamentais e de intelectuais e ativistas das causas ambientais.

De acordo com Santos e Thomaz Junior (2020), no contexto de confrontos com o capital no campo e seu poder de transformar territórios, os povos indígenas brasileiros são notáveis por sua organização e resistência contra os avanços sobre suas terras, obtendo resultados durante e após o processo Constituinte de 1987/88.

Especialmente sobre a questão da constituição do movimento contra o capital, Bicalho (2022) destaca que a luta social indígena possui diversos aspectos que transcendem a motivação meramente econômica, incluindo a reivindicação de direitos iguais, diferenciados e coletivos, entre outros.

Nesse sentido, Munduruku (*apud* Gohn, 2024) reforça a posição da autora ao destacar que o movimento indígena surgiu como resposta à destruição promovida pelo governo militar, que seguia um modelo econômico baseado no desenvolvimento a qualquer custo. O enfrentamento visava autonomia, autossustentabilidade e autogoverno. Para isso, foi necessário dominar as ferramentas ocidentais, introduzidas principalmente pelas escolas e instituições religiosas nas aldeias indígenas brasileiras.

O disposto pelos autores até aqui visitados, aponta que as principais demandas dos movimentos indígenas incluem a demarcação e proteção de terras, o reconhecimento de suas culturas e línguas, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, e a participação nos processos políticos e decisórios, todas fundamentais para garantir a sobrevivência e o bem-estar das comunidades originárias, bem como para proteger seus direitos e dignidade.

Pelo exposto na literatura, os principais objetivos do movimento estão relacionados a temáticas como a defesa da terra, o reconhecimento cultural, o direito à cidadania, a participação política, a resistência à exploração e a luta contra a violência e o genocídio, sendo que essas questões se desenvolveram ao longo da trajetória descortinada para qualificar as vozes indígenas por meio de suas articulações.

Trajetória do movimento indígena

Bicalho (2010) identifica cinco eventos que marcaram o movimento indígena no Brasil: assembleias indígenas, decreto de emancipação de 1978, Assembleia Nacional Constituinte de 1987/Constituição de 1988, comemorações dos 500 anos do Brasil, e Abril Indígena/Acampamento Terra Livre no século XXI.

Gohn (2024) analisa dois períodos da trajetória dos movimentos dos povos originários indígenas: a década de 1970 até 1988, focando nos atores, lutas, apoios e conquista de direitos na Carta Magna; e o

período de 2020 a 2023, quando se discute amplamente a questão do Marco Temporal no contexto das políticas públicas para a demarcação das terras indígenas, além dos debates e pressões sobre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

A autora considera ainda que a questão dos vários movimentos indígenas está inserida em um contexto mais amplo relacionado aos movimentos e às lutas identitárias. Ela destaca o novo papel que esses movimentos têm adquirido nas últimas décadas no Brasil, especialmente na luta dos povos originários, bem como o protagonismo das lideranças indígenas no cenário nacional.

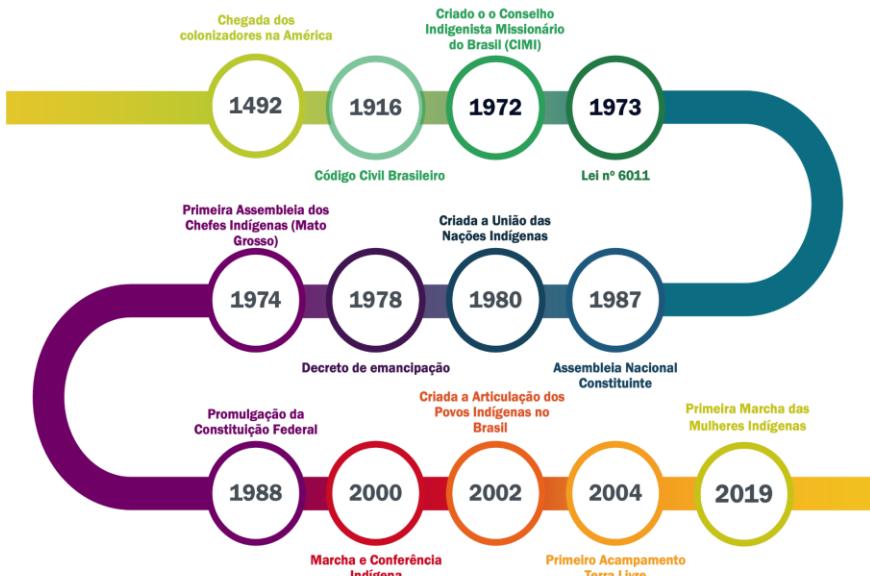
Gersem Baniwa (2007), também dividiu o movimento indígena em três momentos:

- a) **Indigenismo Governamental Tutelar**, que por um século teve a forte presença do estado brasileiro e se caracterizou pela criação e atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), posteriormente denominado de Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- b) **Indigenismo não governamental**, iniciado por volta de 1970 a partir da participação da igreja católica renovada e organizações civis ligadas a setores progressistas da academia;
- c) **Indigenismo Governamental Contemporâneo pós 1988**, período marcado pela ampliação e intensificação do diálogo dos povos indígenas com o estado em função do fim do princípio da tutela e do reconhecimento da sua diversidade cultural e da organização política.

Como pode ser observado pela divisão cronológica exposta pelo autor, a participação da igreja e das organizações não governamentais, viabilizaram o protagonismo do movimento social indígena, que prosperou de forma a integrar a aldeia, os municípios e os estados com manifestações na capital federal e nos principais espaços globais, bem como pela nova forma de interlocução com o estado (Baniwa, 2007).

A Figura 1 destaca a trajetória realizada pelo movimento, apoiada nos trabalhos de Santos e Thomaz Junior (2020), Bicalho (2010) e Gohn (2024).

Figura 1 – Trajetória do movimento social indígena no Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Como se pode observar na Figura 1, a cronologia de eventos que constituíram o movimento social dos povos originários é antiga e possui marcos que interligam as ações e consolidam a mais forte mobilidade de um grupo em defesa de seus direitos.

Por oportuno, cabe destacar as temáticas pautadas pelo Movimento Acampamento Terra Livre (ATL) no transcorrer de sua maturidade de vinte e um anos de realização. Trata-se da maior e mais importante mobilização indígena do Brasil, realizada anualmente, desde 2004, reunindo lideranças e representantes de diversas etnias para discutir e fortalecer a luta pelos direitos indígenas, ocorrendo a cada ano no mês de abril em homenagem ao mês dos povos indígenas.

Seu advento se deu em reação à ausência de clareza sobre os rumos da nova política indigenista pactuada no período eleitoral com o então candidato Luís Inácio Lula da Silva, o que gerou a ocupação realizada por povos indígenas do sul do país, em Brasília, e logo aderida por lideranças e organizações indígenas de outras regiões do Brasil, principalmente das áreas de abrangência da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME) (Acampamento, 2022).

Cada edição do ATL aborda temas de grande relevância para as comunidades indígenas, os quais reivindicam respeito, valorização, igualdade nas decisões e garantia da segurança, mobilizando a cada ano mais pessoas. Em 2004 foram 150 participantes, enquanto em 2024 esse número subiu para 8.000 participantes reunidos na capital do Brasil (Articulação..., 2024).

As temáticas abordadas giram em torno das lutas em relação à demarcação e desintrusão de terras indígenas, às especificidades da saúde e da educação escolar indígena, à violência física e simbólica direcionada aos povos originários e à sua efetiva participação nas decisões que os impactam, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Articulação..., 2024).

Ademais, o movimento denuncia de forma contundente a legislação anti-indígena que inclui dispositivos como a Lei 490/2007, que propõe o fim das demarcações de terras indígenas. Também são destacados os Projetos de Lei 6.299/2002, que trata dos agrotóxicos, 2.633/2020 e 510/2021, ambos relacionados à grilagem, bem como o PL 3.729/2004, que aborda o licenciamento ambiental. Além disso, figuram como alvos dessas denúncias a PEC 215/00, o Parecer 001/2017-AGU/Temer, que versa sobre o Marco Temporal, e a Emenda Constitucional 95, cuja implementação ameaça conquistas históricas, criminalizando lideranças indígenas que lutam em defesa de seus direitos. Outros dispositivos, como o PL 1.610/96, PL 6818/13 e PL 490/17, também compõem o conjunto de medidas que configuraram a ofensiva contra os povos originários (Articulação..., 2022).

A mobilização indígena permitiu conquistas relevantes para sua atuação política, como a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em 2005, compreendida como a representação das organizações regionais em uma frente nacional; e da Comissão Nacional de Política Indigenista, em 2006 e recriada em 2023, bem como a constituição do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) em 2023, que buscam garantir e promover a proteção ambiental de terras indígenas (Articulação..., 2024).

A articulação social, cultural e política dos povos indígenas, materializada por meio do Acampamento Terra Livre, tornou-se um

espaço singular para o conhecimento de suas histórias, lutas e conquistas. Ao mesmo tempo, o movimento expõe as articulações anti-indígenas operantes em âmbito nacional, transformando-se em uma fonte de informação para as sociedades brasileira e mundial.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e qualitativa, utilizando procedimentos metodológicos para o levantamento e análise dos dados, com o objetivo de analisar a relação entre a produção acadêmica de pesquisadores indígenas da Amazônia e as temáticas abordadas pelos movimentos sociais dos povos originários. A investigação foi construída em cinco etapas metodológicas: composição do arcabouço teórico da pesquisa; levantamento nominal dos indígenas da Região Norte; identificação do ID Lattes; coleta de dados; padronização dos dados coletados na Plataforma Lattes; e análise dos dados.

A primeira etapa consistiu em compor as bases conceituais deste estudo, foram realizadas buscas e recuperação de informações em documentos científicos e técnicos nas bases de dados internacionais e nacionais com as temáticas abordadas no referencial teórico focando nas vertentes reflexivas dos movimentos indígenas, onde foi mapeado as temáticas do Movimento Acampamento Terra Livre para relacionar com a produção acadêmica dos indígenas levantados na próxima etapa.

Para o levantamento nominal dos indígenas da Região Norte, esta etapa foi realizada em duas dimensões: comunicação com as 27 instituições que abrangem os programas de pós-graduação existentes na Região Norte e com 6 instituições que possuem programas instalados fora da região, mas que foram identificadas como potenciais formadoras de acadêmicos indígenas amazônicos; e o mapeamento da literatura nos estudos de Paladino (2016), Dal'Bó (2018), Reichert (2019), Nascimento (2017) e Baniwa (2009), identificando-se 188 indígenas.

A partir da lista nominal, foram identificados, na Plataforma Lattes, os respectivos IDs para a extração dos dados. Durante o processo de identificação, 19 dos 188 indígenas inicialmente listados foram descartados por não possuírem Currículo Lattes. O recorte final

compreendeu 169 indígenas que atenderam aos critérios e possuíam registro na base de dados selecionada para a coleta de informações.

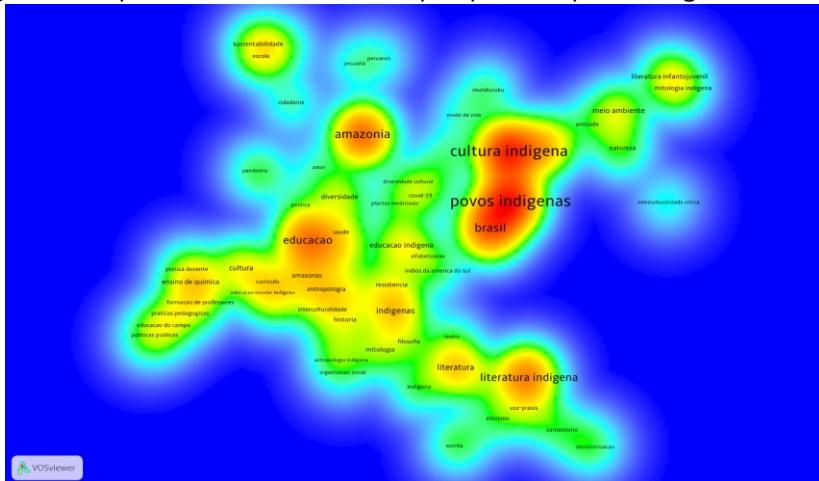
Para a coleta dos dados, utilizou-se a ferramenta Scriptlattes, desenvolvida para a extração e compilação automática de informações contidas na Plataforma Lattes. O tratamento dos dados consistiu na adaptação compatível com softwares métricos, visando eliminar divergências nos padrões das informações coletadas e garantir a integridade dos grafos a serem gerados. Foram realizadas a exclusão de documentos duplicados, a padronização e a organização das palavras-chave para análise automática dos dados.

Os dados foram processados no software VOSviewer, versão 1.6.20, utilizado para a geração dos grafos métricos. Para a identificação das temáticas presentes na produção acadêmica dos indígenas, considerou-se a coocorrência de palavras-chave atribuídas pelos próprios autores nos artigos publicados em periódicos, livros (considerando as temáticas da classificação na ficha catalográfica como palavras-chave), capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos científicos. O foco foi estabelecer a relação entre os temas abordados na produção acadêmica e aqueles debatidos nos movimentos sociais indígenas.

RESULTADOS

Os resultados estão dimensionados no mapeamento da produção acadêmica dos indígenas e nas temáticas discutidas nos movimentos sociais, amparados no referencial teórico. A Figura 2 apresenta as temáticas extraídas a partir da respectiva produção quantitativa dos 169 indígenas: artigos completos publicados em periódicos (385); livros publicados/organizados ou edições (186); capítulos de livros publicados (259); e trabalhos completos publicados em anais de congressos (286), totalizando 1.116 publicações

Figura 2 – Mapa de calor das temáticas pesquisadas pelos indígenas.



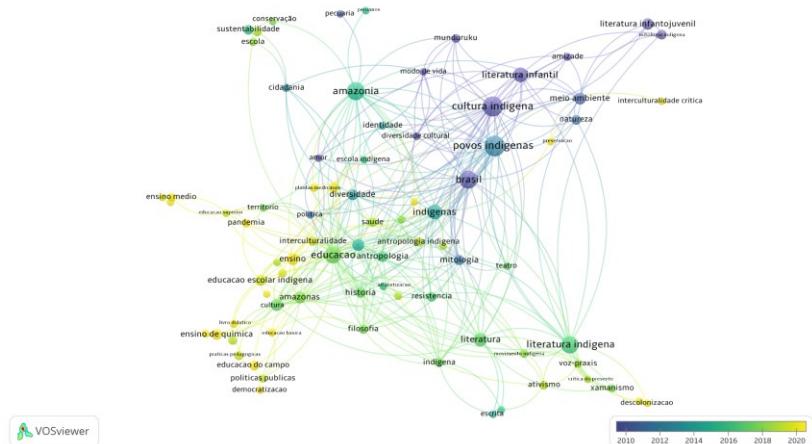
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O mapa de calor representado na Figura 2 destaca que as temáticas mais discutidas pelos indígenas estão concentradas em povos indígenas (62 ocorrências), cultura indígena (59 ocorrências), literatura indígena (37 ocorrências) e educação (35 ocorrências), conforme indicado pela maior incidência de cor vermelha no mapa. Observa-se ainda que as temáticas da produção indígena estão relacionadas com aspectos do contexto da Amazônia e do Brasil, que surgem com 43 e 42 trabalhos, respectivamente, no ecossistema.

Na dimensão dos estudos relacionados à educação, a produção mapeada reflete a temática em seu cerne, condensada a questões indígenas aplicadas em vertentes que vão desde a educação básica e escolar até o ensino médio e superior, visando a estudos voltados para a democratização do acesso ao ensino e para as perspectivas de práticas pedagógicas, além da educação do campo no âmbito indígena, abordada em 8 estudos.

A Figura 3 dimensiona a rede de coocorrência das palavras-chave da produção acadêmica dos 169 indígenas, distribuída temporalmente, conforme as cores identificadas na legenda, no período que vai da década de 2010 até aos dias atuais. Considerou-se um mínimo de 4 ocorrências da temática para inclusão no grafo, totalizando 80 temáticas organizadas em 10 clusters e 326 conexões.

Figura 3 – Rede de coocorrência da produção acadêmica dos indígenas por distribuição temporal.



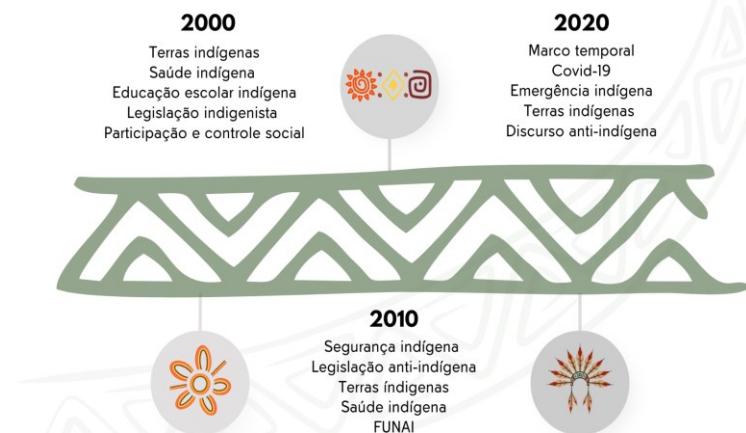
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A distribuição temporal por cores no grafo indica que as ponderações pertinentes aos territórios indígenas aparecem como evidência a partir de 2016, considerando que, na época, foi publicado um parecer que obrigava a Administração Pública Federal a aplicar as 19 condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, institucionalizando a tese do Marco Temporal, discutido com muito afinco pelos povos originários.

Os estudos de saúde indígena ganham destaque a partir de 2020, em função da pandemia de Covid-19. Com o alastramento do vírus, emergiu a necessidade de debater e ampliar o alcance da saúde indígena para controlar o avanço da doença nas comunidades dos povos originários, levando a informação também para as escolas indígenas, disseminando-a para um amplo alcance.

A Figura 4 explicita as principais temáticas abordadas no Movimento Acampamento Terra Livre, assembleia consolidada dos povos originários, em que as discussões foram categorizadas por décadas, mapeando a trajetória de 2004 a 2025, com temas relacionados a terras, saúde, educação escolar, legislação, participação e controle social, segurança, retrocessos e direitos, todas essas vertentes aplicadas ao contexto indígena no Brasil.

Figura 4 – Temáticas discutidas no Acampamento Terra Livre por décadas.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se que, nos anos 2000, o movimento adensou as suas pautas conectadas à terra livre, à saúde e à educação, promovendo manifestações contra a violência sobre as terras indígenas. A partir de 2010, as reflexões passaram a dimensionar os apelos diante da ameaça representada pela PEC 215, que visava alterar o processo de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no Brasil, resultando numa intensa mobilização do movimento indígena.

Nas edições mais recentes, os temas continuam a ser discutidos, com destaque para as terras indígenas e o Marco Temporal. A saúde indígena, debatida nas décadas de 2000 e 2010, volta a ser mencionada, agora direcionada para o contexto da Covid-19 e da emergência indígena, movimento criado em resposta à crise humanitária, sanitária e política vivenciada durante a pandemia. Foram elaborados planos de enfrentamento pela APIB e suas organizações regionais, com o objetivo de direcionar ações em escala nacional, considerando as especificidades dos povos indígenas.

A resistência indígena, a preservação ambiental permeada pelas mudanças climáticas e a articulação da comunidade indígena rumo à COP 30 são apresentados na última edição do movimento, em abril de 2025, comemorando os 20 anos da APIB, defendendo a proteção da

biodiversidade e a defesa dos territórios indígenas a partir da garantia dos direitos indígenas, contra retrocessos e a tese do Marco Temporal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica dos pesquisadores indígenas da Amazônia, em relação às temáticas abordadas pelos movimentos sociais dos povos originários, revela uma conexão significativa que transcende o campo da pesquisa científica. Os dados apontam uma sincronicidade temática entre a produção acadêmica e as pautas defendidas no Acampamento Terra Livre, destacando como a mobilização indígena se consolida como instrumento essencial na construção de um projeto político coeso e transformador. Essa convergência reforça a valorização da identidade cultural e a necessidade de diálogos entre saberes, promovendo uma academia mais plural e alinhada às demandas históricas e contemporâneas dos povos indígenas.

Os resultados da pesquisa evidenciam que as temáticas mais recorrentes na produção acadêmica indígena se concentram em povos indígenas (62 ocorrências), cultura indígena (59 ocorrências), literatura indígena (37 ocorrências) e educação (35 ocorrências). Essa produção reflete as dinâmicas e os desafios do contexto amazônico e brasileiro, abordando questões que vão desde a democratização do acesso à educação até práticas pedagógicas e a educação do campo no âmbito indígena.

As temáticas como saúde, preservação ambiental e resistência indígena também aparecem com relativo destaque na produção científica, respondendo às pautas do ATL, como as ameaças da PEC 215, a defesa das terras indígenas, o impacto da Covid-19 e as estratégias de enfrentamento lideradas pela APIB. Mais recentemente, as articulações do movimento em torno da preservação ambiental, mudanças climáticas e COP 30 fortalecem a posição dos povos originários como protagonistas na defesa da biodiversidade e dos seus direitos.

Além disso, os povos originários têm se apropriado estrategicamente de instrumentos considerados ocidentais, como a produção acadêmica e as tecnologias de informação e comunicação (TICs), para fortalecer suas lutas (Barbalho et al., 2024). Ao utilizarem

as TICs em defesa de suas existências e direitos como cidadãos brasileiros, eles demonstram uma capacidade notável de ressignificar ferramentas externas em prol de suas causas. Essa articulação entre conhecimento acadêmico, tecnologias e movimentos sociais não apenas valida as reivindicações indígenas, mas também inaugura novos horizontes para uma academia e uma sociedade comprometidas com a transformação social.

Como limitações da pesquisa destaca a análise levantada nos currículos disponíveis na plataforma Lattes, o que pode limitar o acesso a produções acadêmicas informais ou não registradas nessa base. Outro aspecto a ser destacado é que, embora a sincronicidade temática entre a produção acadêmica e as pautas dos movimentos sociais tenha sido identificada, a pesquisa não aprofundou a análise sobre o impacto direto dessa produção no fortalecimento das lutas indígenas.

Para trabalhos futuros, sugere-se explorar com mais profundidade como essa relação está moldando os debates acadêmicos e políticos, ampliando o escopo e aprofundando as conexões entre produção acadêmica, movimentos sociais e impactos concretos nas comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. Retomando o Brasil: demarcar territórios e aldear a política. [S. I.]: APIB, [2022?].

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Para além da Universidade: experiências e intelectualidades indígenas no Brasil. **Ideas**, [S.l.], n. 16, s.p., 1 out. 2020. OpenEdition. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/ideas.9442>.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). **Revista ATL**, Acampamento Terra Livre, Brasília, 2024.

ARTICULAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). **Revista ATL**, Acampamento Terra Livre, Brasília, 2022.

BANIWA, Gersem. Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In: SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant (org.). **Faces da indianidade**. Curitiba: Nexo Design, 2009. p. 169-186.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, [S. l.], n. 12, p. 127–146, 2014. DOI: 10.20435/tellus.v0i12.136.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; et al. A decolonialidade da comunicação indígena a partir do olhar sob o podcast da coiab. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais** [...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024. DOI: 10.22477/vii.widat.206.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. 2010. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Movimentos sociais e movimento indígena – etnia e classe social: caminhos que cruzam, mas não se confundem. **Revista Transversos**, [s.l.], n. 25, p. 11-32, 25 ago. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/transversos.2022.68864>.

DAL'BÓ, Talita Lazarin. **A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI:10.11606/T.8.2018.tde-25102018-105344.

FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e movimentos sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. 28, n. 123-124, Homenagem a A. Sedas Nunes: v. 1, p. 787-828, out./dez. 1993.

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo (org.). **Dicionário histórico dos movimentos sociais brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, [2014].

GOHN, Maria Glória. O Movimento dos Povos Originários Indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 12, p. e-rbs.986, 2024. DOI: 10.20336/rbs.986.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n1p11.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese:** revista do PPGSP da UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, jan./jul. 2004.

NASCIMENTO, Mirthis Elizabeth Costa do. **Intelectualidade Indígena no Brasil:** o mapa da questão. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PALADINO, Mariana. Uma análise da produção acadêmica de autoria indígena no Brasil. *In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas.* Rio de Janeiro: E-Papers, 2016. p. 95-122.

REICHERT, Inês Caroline. Prospecções: doutores indígenas e a autoria acadêmica indígena no Brasil contemporâneo. **Tellus**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 38, p. 17–48, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i38.550.

SANTOS, Gilberto Vieira dos; THOMAZ JUNIOR, Antônio. O movimento indígena contemporâneo e os conflitos territoriais. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 12–34, 2020. DOI: 10.30681/geoambes.v2i1.4245.

PISTELOGIAS FEMINISTAS, INDÍGENAS E ANTIRRACISTAS: UMA PROPOSTA PARA COMPREENDER A VIOLÊNCIA COLONIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Bruna Souza Jacob

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO

O contato com teorias coloniais e branco cis-hetero-centradas, ao entrar na universidade nos adoece profundamente. Por vezes, ainda sem entender muito bem o motivo, uma tristeza gigante nos invade ao não nos reconhecer nem se identificar com a maioria das contribuições teóricas do fazer de uma ciência opressora e violenta; que se esconde no debate sobre “imparcialidade”, “distanciamento” e “neutralidade” como pré-requisitos necessários para se fazer uma “boa” ciência. Foi ao ter contato com a teoria feminista que percebemos como é possível trilhar caminhos outros além dessa ciência enclausuradora e reduzida ao discurso da neutralidade e do distanciamento. Trago aqui palavras da professora Darlane Andrade, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA):

O projeto feminista para a ciência foi construído a partir da incorporação de ideais do movimento feminista, questionou o positivismo, o androcentrismo e a invisibilidade de mulheres e de outras minorias sociais no fazer científico e como temas de relevância para estudos. A proposta feminista de ciência considera que não há neutralidade na construção do conhecimento, nem esta construção está desprovida do compromisso social, como discutem Sandra Harding (1998), Cecília Sardenberg (2002) e outras autoras. Nesse sentido, propõe a integração da teoria com a prática – a práxis feminista (Darlane; Castro, 2024, p. 2).

Nesse sentido, neste trabalho, partimos de teorias indígenas, antirracistas e feministas. Teorias essas que foram caminhos e têm sido cura diante do estrago da ferida colonial ainda latente e iminente na atual sociedade brasileira.

A cada nova leitura, cada novo encontro com essas pessoas que há décadas desafiam o patriarcado e o racismo científico, levantamos a seguinte questão: *como se dá a relação entre violência colonial, cis-tema educacional, universidade públicas, a partir de epistemologias feministas, indígenas e antirracistas?* Assim, temos como objetivo compreender a relação entre violência colonial, cis-tema educacional, universidade públicas, a partir de epistemologias feministas, indígenas e antirracistas.

Para isso, partimos de teorias-metodológicas contracoloniais e ancestrais, ferramentas de luta dos povos originários e não brancos. A principal ferramenta metodológica que utilizaremos será a interseccionalidade. Formulada pelo feminismo negro, a interseccionalidade nos ajuda a pensar a realidade de acordo com os cruzamentos existentes entre raça, gênero, sexualidade, geração, regionalidade e demais marcadores sociais estruturantes de uma condição existencial na sociedade colonial e capitalista atual. Segundo Carla Akotirene (2018, p. 14): “A Interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”.

Assim, o texto a seguir apresenta as principais contribuições teóricas que nos possibilitaram pensar criticamente sobre os caminhos desse trabalho e sua relevância. Escolhemos usar como referência prioritariamente intelectuais não brancos e com produções

teóricas assumidamente indígenas, antirracistas, feministas e contracoloniais. Preferencialmente que vivam nas américas e no Brasil e suas formulações não percam de vista a reflexão da formação histórica e social do país e continente. Sendo: Lélia Gonzalez, bell hooks, Célia Xakriabá, Ailton Krenak, Carla Akotirene, Grada Kilomba, Ana Angelita da Rocha, Glicéria Tupinambá, Creuza Prumkwyj Krahô, as principais teorias que dialogaremos.

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS INDÍGENAS E ANTIRRACISTAS

Pensar a construção de conhecimentos coletivos, populares e sócio referenciados não é uma tarefa fácil, principalmente em uma universidade onde a própria produção da ciência tem sido também devorada pela máquina de fazer coisas, que vem comendo e destruindo a Terra em nome do tão famoso “desenvolvimento”. A ciência instrumentalizada pelo capitalismo não só continua a reproduzir o racismo, o machismo e práticas coloniais, como também concede autoridade científica e coloca a construção desses discursos como verdades científicas, mesmo quando não são. Segundo Ailton Krenak (2020, p. 105-106):

Estamos transformando os oceanos em depósitos de lixo impossíveis de tratar, mas vocês, certamente, vão escutar um bioquímico ou um engenheiro espertalhão dizer que tem uma start-up que vai jogar um negócio na água, derreter o plástico e resolver tudo. Essa pilantrapagem orienta, inclusive, às escolhas de jovens que vão fazer especializações em universidades na Alemanha, na Inglaterra, ou em qualquer lugar, e voltam ainda mais convencidos do erro. Voltam assim, transbordantes de competência para persuadir os outros de que comer o mundo é uma ótima ideia.

As universidades pelo mundo e principalmente no Brasil, foram construídas para servir e educar a burguesia. Gostaríamos de trazer aqui um fragmento da introdução do livro *Ensinando a Transgredir* da pensadora negra, pedagoga e estadunidense, bell hooks, para elucidar como por vezes como nos sentimos na universidade, mesmo tendo almejado muito estar ali:

Apesar das experiências intensamente negativas, me formei na escola ainda acreditando que a educação é capacitante, que ela aumenta nossa capacidade de ser livres. Quando comecei o curso de graduação na Universidade de Stanford, me fascinei pelo processo de me tornar uma intelectual negra insurgente. Fiquei surpresa e chocada ao assistir a aulas em que os professores não se entusiasmavam com o ato de ensinar, em que pareciam não ter a mais noção de que a educação tem a ver com a prática da liberdade. Na faculdade reforçou-se a principal lição: tínhamos de aprender a obedecer a autoridade (bell hooks, 2017, p. 13).

E qual autoridade é essa? A universidade não deveria ser um lugar que convive com a diversidade e constrói conhecimento sócio referenciado? E, dessa forma, ainda parafraseando bell hooks (2017, p. 13): “A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade”. Até que, ao ter contato com a teoria e produção feminista e antirracista, percebemos um caminho de compreensão da teoria também como um campo de **cura**¹⁵ e de **retomada**¹⁶.

A percepção de que os corpos falam, produzem saberes e ocupam territórios dialoga com contribuições recentes da geografia feminista. Nas últimas décadas tem sido mais comum, na geografia, autoras feministas que fazem uma reflexão sobre a Geopolítica do útero. Para nos auxiliar nessa reflexão, apresentamos a pesquisadora em geografia da UFF, Ana Angelita da Rocha (2019, p. 66) que afirma que: “Afinal, como lembra Zaragocín (2018, p. 7): ‘colonialidade de gênero define as relações de gênero no lugar’”. Com os ensinamentos da luta feminista indígena, a autora sugere que o esquecimento do útero é uma violência colonizadora. “Esquecer” que os corpos que geram e cuidam são produtores importantes de cultura, inclusive da construção linguística em um território, é uma das muitas estratégias de apagamento colonial desses corpos.

Ainda de acordo com a professora Ana Angelita da Rocha (2019, p. 66): “Por essa razão, Zaragocín reivindica que, pela mirada de uma

¹⁵ Para saber mais sobre esse conceito leia: hooks, bell (2017).

¹⁶ Retomada: conceito indígena que descreve um processo de retomada de território e busca pela cura dessa Terra que está atrelado geralmente à espiritualidade e cosmovisões indígenas sobre a relação com a natureza.

geopolítica feminista decolonial, o útero seja ‘uma entidade geopolítica’ porque garante a continuidade de um grupo. Em outras palavras, nessa perspectiva, o útero é território”. Pessoas que gestam não só tem um útero que pode afetar o território, como também têm seus úteros afetados pelo território. Tem sido o caso de muitas crianças indígenas que têm nascido enfermas e mortas por contaminação de mercúrio e metais pesados em consequência do garimpo ilegal em terras indígenas na Amazônia.

Trazendo para esse diálogo a cacique, professora e pesquisadora Creuza Prumkwyj Krahô (2017), em um texto seu diz:

Todos os antropólogos que vão aos Krahô só pesquisam os homens. Eles não pesquisam as mulheres. A mulher fica de lado, sempre lá para os fundos da casa. Eles não chamam as mulheres para pesquisar. Fiquei observando isso desde quando meu marido era vivo e eu me perguntava: por que os antropólogos vão à aldeia e só pesquisam os homens? Só andam com os homens? Os mensageiros da aldeia são os homens, para dar notícia, para distribuir.

Mas é falsidade os homens explicarem tudo porque não sabem tudo.

Nos chamou muito atenção essa reflexão que essa pesquisadora faz, pois ela traz consigo uma denúncia recorrente nas narrativas de mulheres indígenas: a invisibilidade de suas narrativas, conhecimentos tradicionais e agência diante das tradições de seus povos. A ciência androcêntrica, “não posicionada” e que se auto proclama “neutra” contribui diretamente para esse apagamento de corpos. Não por um acaso. E ela segue o texto dizendo:

As mulheres sabem muitas coisas, passam o dia inteiro fazendo enfeite para os caçadores, porque eles não podem andar sem enfeite. Se andarem sem enfeite, não matam nada. Aprendemos assim: sabemos fazer desenho no corpo, pintar, cortar o cabelo do jeito Krahô... Só quem corta o cabelo das pessoas é a mulher mais velha que não menstrua mais, uma mulher nova não pode cortar o cabelo de ninguém. A gente tem que participar só olhando mesmo, olhando muito como corta, como arranca, porque o cabelo é arrancado um por um. Mas, mesmo assim, os homens são os mensageiros para levar as mensagens do

trabalho das mulheres para os antropólogos e devolver de novo para as mulheres (Krahô, 2017).

Com esse último trecho, podemos observar um ponto fundamental em sua narrativa. De acordo com seu relato, não se é sequer levado em consideração a fala ou a escuta dessas mulheres, de modo que os homens foram eleitos como mensageiros até mesmo dos trabalhos que as mulheres realizam. E ela prossegue dando um preciso diagnóstico sobre um dos grandes problemas que isso gera para os resultados de pesquisas que silenciam as mulheres indígenas:

Ao pesquisar, vi que a maioria das coisas não é do jeito que estão registradas, porque são as mulheres que fazem e os homens que contam. Mal acredito que tinha tanta coisa guardada com as mulheres mais velhas! Nunca saiu nada das histórias das mulheres Krahô, de como faziam as coisas, nenhum livro conta a mulher Krahô. Nenhum. O antropólogo pode ser mulher, pode ser homem, o que for, vai pesquisar os Krahô e só procura os homens (Krahô, 2017).

Esse relato da Cacique Krahô (2017) deixa nítido para nós como a estrutura machista atua de forma a apagar os conhecimentos e narrativas das mulheres indígenas. A própria Lélia Gonzalez, que fazia parte de um movimento forte de visibilização e organização da luta antirracista no país durante toda sua vida, ao produzir sobre a neurose cultural brasileira e suas reflexões sobre o pretuguês, pouco evidenciou no debate essa raiz indígena também em nossa língua e neurose cultural, mesmo esta sendo filha de mãe indígena e pai negro.

Nesse sentido, entendemos como o dispositivo de silenciamento colonial tem sido tão sofisticado em apagar a existência de corpos não homens-cis-hétero e brancos que, por vezes, nem mesmo mentes treinadas para reconhecer e refletir sobre violências conseguem perceber a profundidade disso. As mães originárias dessa nação, exploradas pela colonização, estupradas e violentadas desde que as caravelas chegaram ao sul da BA, ainda hoje seguem sendo invisibilizadas e sem o reconhecimento devido de suas contribuições na língua e na cultura brasileira. Existe um apagamento criminoso da memória das mulheres indígenas deste país.

Tem uma pensadora, liderança e artista muito importante na contemporaneidade que é a Glicéria Tupinambá, da Serra do Padeiro em Olivença, na Bahia. Ela faz um trabalho muito necessário de retomada ancestral sobre os saberes Tupinambás e seus mantos sagrados. A professora e artista ensina muito em suas exposições, comunicações orais e produções escritas sobre sua pesquisa que evidencia como a narrativa contada pelos europeus sobre os acordos feitos com seu povo apaga, invisibiliza e não enxerga como importante a presença das lideranças Tupinambás durante a história que não fossem homens, ainda que elas estivessem lá, não foram narradas. Em um texto seu, Glicéria afirma:

A invisibilidade de Moema, Catarina, Madalena e tantas outras tirou o brilho das duas formas de governo que sempre tivemos entre nós, Tupinambá: o autogoverno e o alto governo. A história ainda não abordou de maneira apropriada estas duas formas de governo, fundamentais na negociação territorial. O autogoverno Tupinambá é nossa maneira de vivermos entre nós; o alto governo diz respeito às negociações que estabelecemos com os outros. Em ambas as formas de governo, as mulheres são figuras fortes que não foram levadas em conta. Suas presenças foram frequentemente registradas em pinturas e gravuras europeias, mas elas não foram respeitadas nem estudadas – e isso diz respeito não só às mulheres Tupinambá, mas também às mulheres dos demais povos indígenas. Devemos mostrá-las, pois precisamos sair da moldura colonial em que o mundo nos colocou, na qual não nos encaixamos (Tupinambá, 2023, p. 1).

É urgente a necessidade de romper o pacto colonial ainda em curso nesse território violentamente batizado de Brasil. Não é possível trilharmos um caminho anticolonial nesse chão sem escutar essas vozes que, há séculos, têm sido brutalmente silenciadas. Ao dialogar com Célia Xakriabá, Geni Núñez, Gicéria Tupinambá, Sônia Guajajara, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Carla Akotirene, bell hooks, Creuza Prumkwyj Krahô e tantas outras referências tão grandiosas nos deparamos com os caminhos de cura em suas produções acadêmicas. No entanto, isso ainda é muito pouco perto do que desejamos e lutamos por. Que essas vozes se multipliquem e ecoem cada vez mais por todos os cantos desse mundo.

VIOLÊNCIA COLONIAL, CIS-TEMA EDUCACIONAL E UNIVERSIDADE PÚBLICAS

Usaremos neste trabalho, o conceito de Cis-tema ao invés de Sistema. Uso o conceito Cis-tema apoiada nas formulações sobre Cisgenerideade da Viviane Vergueiro Simakawa, em sua dissertação de mestrado, apresentada à UFBA (2015), mas também bebendo muito da Geni Núñez (2023) e sua produção sobre colonialidade de gênero. Compreendendo que a binariedade de gênero – a possibilidade única em ser apenas homem ou mulher – como um dispositivo colonial de opressão e regulamentação de uma CIS-hetero-norma.

Cisgenerideade é uma estrutura de opressão, o binarismo de gênero chega nesse chão junto com as caravelas e, desde então, segue fazendo vítimas e levando corpos que fogem a essa norma para morte. O primeiro caso registrado de morte por LGBTQIAPN+fobia no Brasil em 1614, foi um indígena Tupinambá do Maranhão, Tybyra¹⁷ do maranhão, que foi atirado vivo de dentro de um canhão por desafiar a cis-hetero-norma. Atualmente temos livros sobre o tema e também uma peça para quem quiser saber mais.

Resolvemos usar o conceito de Cis-tema, pois compreendemos que tudo que está estruturado via estado colonial capitalista, perpassa, em alguma medida, essa por essa lógica normativa e excludente – uma vez que tal estrutura funda a atual sociedade monogâmica, capitalista e cristã deste país. Ainda de acordo com as formulações da Geni Núñez (2023), as quais eu tenho muito acordo, a questão do feminicídio no Brasil e da violência contra as mulheres quando não motivada por, é justificada por essa cis-hetero-norma, que concede às pessoas lidas como mulheres a condição de existir apenas em submissão afetiva e sexual; quando fogem dessa submissão, a resposta chega por via de violência.

A violência contra as mulheres é frequentemente percebida apenas como uma expressão do machismo, e nisso se silencia o quanto a monogamia é o alimento ideológico para essas práticas. Se fosse apenas machismo, veremos como autores de feminicídios quaisquer homens, aleatoriamente, mas o que

¹⁷ Para saber mais: <https://potyguaryas.lojaintegrada.com.br/4s70jac1u-tybyra-uma-tragedia-indigena-brasileira-frete-incluso>.

pesquisas como a do Anuário de Segurança Pública (ABSP) de 2020 mostram é que cerca de 90% das vítimas de feminicídios foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros. Ou seja, não são homens aleatórios que estão cometendo esses assassinatos: são precisamente aqueles com quem as vítimas tiveram um vínculo romântico, monogâmico e heteronormativo. Em outras palavras, essa forma de amar é perigosa para a vida das mulheres e das pessoas sexo-gênero dissidentes (Geni Núñez, 2023, p. 37).

Ancorada na produção da Viviane Vergueiro Simakawa (2015) e da Geni Núñez (2023), trazemos até vocês a provocação para que questionem o pacto da Cisgeneride violenta que está diretamente atrelado ao pacto colonial, monogâmico, binário, misógino e de exploração de corpos, mas que também estrutura as instituições de controle do estado, como, por exemplo, a educação. Não é por acaso o alto índice de pessoas trans e LGBTQIAPN+ que evadem das escolas e instituições educacionais motivados pela transfobia presente nessa colonialidade violenta do gênero. Cenário no qual a cisgeneride é colocada como uma regra, um padrão ideal para ser tratado com respeito e enxergado como humano, ao passo que os corpos que fogem a esse padrão se tornam “sujos”, impróprios e descartáveis.

Construir conhecimento respeitando e acolhendo a diversidade e a diferença em uma instituição de ensino que tem suas bases epistêmicas fincadas na colonialidade, no apagamento da diferença e na morte de corpos não brancos e marginalizados, é um desafio gigante. Parafraseando bell hooks (2017, p. 57): “A aceitação da descentralização global do ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê?”

Para aprofundar essa reflexão gostaríamos de trazer reflexões propostas pela professora, artista e pesquisadora antirracista, Grada Kilomba (2019, p. 29):

É evidente que falar sobre essas posições de marginalidade evoca dor, desapontamento e raiva. Elas são reminiscências dos lugares que nós ‘dificilmente podemos entrar’, ‘os lugares em que nem podemos chegar’ assim como ‘não podemos permanecer’.

Essas realidades podem ser faladas e teorizadas. Elas devem ter lugar no discurso, porque nós não tratamos aqui de ‘informações privadas’. Assim, o que parece ‘informação privada’ não é privada de tudo. Não existem histórias pessoais ou reclamações íntimas, mas consequências do racismo. Essas narrativas refletem a realidade das ‘relações sociais’ em meio aos espaços acadêmicos, o que deve ser articulado tanto à teoria quanto à metodologia.

Produzir teoria contracolonial, não é possível sem raízes. Quando um indivíduo coletivo entende a força que seu corpo-território tem, essa força é um agente de mudança em seu entorno. Nossos discursos não são neutros e nem desconexos, eles tem raízes que se unem por dentro da terra. Portanto:

[...] Quando acadêmicos brancos reivindicam um discurso neutro e objetivo, eles não reconhecem o fato de que eles também escrevem de um lugar específico que, certamente, não é neutro, nem objetivo, nem universal, mas dominante. É um lugar de poder. Então, se meus escritos incluem emoções e subjetividade como parte do discurso teórico, eles, então, relembram que teoria é sempre localizada em algum lugar [porque] sempre é escrita por alguém (Kilomba, 2019, p. 58).

Reconexão com nossas memórias individuais que se confundem com nossas memórias ancestrais, é um caminho importante para refletirmos sobre como construir mudança em meio a uma instituição de ensino que há décadas foi forjada para servir propósitos colonizadores. Ter acesso a teóricos críticos que constroem essa rede contracolonial pelo mundo todo, não só alimenta nosso fogo de mudança, mas também joga luz sobre possíveis caminhos coletivos que precisam ser trilhados na intenção de construir um mundo novo e sem violências.

A violência institucional que denunciamos atualmente, só será realmente superada quando entendermos que corpos são territórios, e que esses corpos-territórios se movimentam, se reinventam quando se colocam em caminhada, é fundamental para a construção de uma educação contracolonial possível. Um outro grande desafio, segundo Célia Xakriabá (2020), é reconhecer que corpos indígenas e não

brancos são detentores e produtores de conhecimento, ainda que não estejam nas universidades:

Adentrar o território acadêmico me faz assumir o compromisso de contribuir na construção de outras epistemologias nativas, dando relevância à produção do conhecimento indígena no território acadêmico e em outras agências, na ciência do território. Temos uma tarefa desafiadora, pois não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores (Xakriabá, 2020).

Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo o pensamento equivocado de que nós, indígenas, não podemos acompanhar as tendências tecnológicas, ou qualquer outra coisa que exista fora do contexto da aldeia e da ideia de que não seríamos capazes de ocupar tais lugares (Xakriabá, 2020).

Todo saber acadêmico parte de uma observação com base em alguma realidade, o diferencial para a teoria ser bem aceita ou renomada, muitas vezes é que essa realidade não seja imersa em contradições que carregam denúncias sociais a esse cis-tema colonial perverso ainda em curso no mundo.

A colonização brasileira, na qual o cis-tema educacional público vigente tem raízes, é racista, misógina e perversa. O contexto da escravização de corpos não brancos é uma ferida aberta na sociedade contemporânea. O genocídio, o epistemicídio, ainda em curso, faz com que a maioria dos ditos brasileiros não tenham vidas plenas e dignas. O cis-tema político, econômico, educacional tal qual é mata, nas pessoas, a possibilidade de sonhar. Adoece a mente e o corpo desterritorializado da Terra e de si, da sua coletividade e, portanto, de si mesmo, se vê refém desse modelo social. Como diz Sueli Carneiro (2005 p. 97):

Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma

tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.

Os dispositivos colonialistas de epistemicídio agem para controlar mentes e corações. Para se manter no poder, via exploração e controle de corpos historicamente escravizados e inferiorizados. Construir um modelo de educação contracolonial não é tarefa fácil, mas é urgente se desdobrar sobre ela. Não existe produção científica sem contexto: todo texto tem um contexto. Todo conhecimento produzido tem, ou pelo menos deveria ter, uma função social, uma função que não seja reforçar estereótipos racistas, sexistas e difundir a ideia de que está tudo bem destruir o planeta em nome da ciência, de deus, de lucro. Parafraseando Krenak (2020, p. 101 e 102):

Acho gravíssimo as escolas continuarem ensinando a reproduzir esse sistema desigual e injusto. O que chamam de educação é, na verdade, uma ofensa à liberdade de pensamento, é tomar um ser humano que acabou de chegar aqui, chapá-lo de ideias e soltá-lo para destruir o mundo.

Enquanto não garantirmos que nenhuma escola mais continue ensinando que o Brasil foi “descoberto” e que ser negro e indígena é sinônimo de fracasso, não teremos sucesso em construir uma sociedade diferente.

É preciso encarar o fato que o capitalismo, com sua noção de posse, prejudicou muito a relação dos seres humanos entre si e com a natureza, principalmente. Será que é possível construir uma sociedade de bem viver sem posses? Os Guarani já apontavam possíveis caminhos, Geni Núñez (2023, p. 20) relata:

Minha mãe me contou que, em Guarani, ela não conhece palavras específicas que denotem posse. Em vez de dizer que somos “donos” de algo, falamos que estamos em sua companhia. O rio não é nossa propriedade, o vento também não; não somos proprietários de nenhuma existência. Aprendi também com o parente Guarani Nhandeva Alberto Tavares que

nossa linguagem já “reflete a espiritualidade guarani, livre de posses”. Essa ideia de propriedade tão presente na sociedade dominante não é parte de nossas perspectivas indígenas. Como afirma o parente Casé Tupinambá: ‘Não somos donos da terra, somos a terra’. A ideia de posse adoece a terra e o nosso corpo-espírito. Viver bem é conviver sem posse.

Entendemos que um dos maiores desafios que temos atualmente é sermos donos do nosso próprio tempo. O fato de termos que vender nossa força de trabalho cada vez mais horas para comprar a nossa possibilidade de existência minimamente digna, nos aliena de nós mesmos e da Terra. Pensar que o objetivo da nossa existência é viver para ganhar dinheiro para garantia de vida minimamente plena, é no mínimo, adoecedor. É estranho pensar que algo tão simples, como viver, desfrutar da vida sem doença, sem fome, sem guerra, o que deveria ser gratuito e um objetivo em comum, tem nos custado tão caro. Como diz Krenak (2020, p. 113):

O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos. Não podem parar e experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso.

Lutar pela retomada de territórios e corpos não tem sentido sem lutar pela retomada de nosso tempo e nossa vida como nossa. O processo de racialização em território brasileiro é complexo. Entrar em espaços de poder e de produção de conhecimentos, como as universidades, fez com que muitas pessoas fossem forçadas a buscar e a entender quem são elas na “fila do pão”. Esse constante não lugar entre os brancos, mas também entre os pretos e os indígenas, é um lugar desesperador em que muitas pessoas pardas vivem hoje no Brasil. Ao ler Audre Lorde (1982) entendemos que nós não nos definirmos, seremos continuadamente esmagadas nas fantasias alheias.

A luta contra a monocultura é um caminho importante para proporcionar a diversidade e a confluência. Reflorestar o mundo e o modo de pensar e de se fazer ciência é de extrema necessidade e urgência para que possamos seguir caminhos de cura coletiva pelas

teorias. Parafraseando Geni Núñez (2023, p. 60): “Talvez mais do que tentar uma inclusão nessas normas que historicamente nos violentam, possamos ter orgulho de fazer parte, sim, da destruição de certos modos de existência que não admitem a multiplicidade”. Combater a monocultura dos afetos, da ciência, da política é urgente para construir um mundo possível em que haja memória, verdade e justiça social para os povos indígenas e não brancos que construíram e ainda constroem esse país com muita luta e responsabilidade. Que a nossa ancestralidade não pereça e nos salve dessa depressão enorme de não pertencer, que levou muitos de nós a darem fim às suas próprias vidas como um meio de findar essa dor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral compreender a relação entre violência colonial, cis-tema educacional, universidade públicas, a partir de epistemologias feministas, indígenas e antirracistas.

A narrativa tem início, meio e começo novamente quando se encontra com outros ouvintes atentos que venham a se identificar com as mesmas inquietações que aqui expomos. Visibilizar escritos, oralidades e saberes feministas, indígenas e antirracistas é fundamental para que possamos superar anos de racismo, escravização e epistemicídio. Criticar o modelo colonial do cis-tema educacional vigente no país é urgente para que possamos avançar na construção de uma educação coletiva e que proporcione autonomia ao invés de opressão e racismo. Portanto, refletir sobre as violências institucionais que atravessam corpos que não se enquadram aos padrões coloniais da branquitude e da cisheteronorma no ambiente educacional é uma tarefa na ordem do dia. É preciso que pessoas indígenas e não indígenas façam essa reflexão e guiem suas ações antirracistas na educação, partindo dos resultados dessas reflexões.

Muitas de nós só percebemos que passamos violência quando aprofundamos nossos estudos sobre isso e, sem dúvidas, não é um processo fácil. No entanto, ter a oportunidade de recorrer a metodologias contracoloniais, é muito valioso para corpos que buscam voz e recursos para se fazerem ouvidos após séculos de silenciamento e epistemicídio.

Acreditamos que estamos longe de encerrar um diálogo, muito pelo contrário, buscamos começar e recomeçar a debater questões importantes que, muitas vezes, estamos tão cansadas e adoecidas pelo cis-tema que não conseguimos ver saídas. De fato, não acreditamos que existam saídas individuais para crises que são coletivas. Nossa desafio é social, coletivo e parte do movimento necessário para isso só pode acontecer se compreendermos que sozinhas muitas vezes podemos até fazer a diferença, mas é na esfera coletiva que a gente realiza mudanças. Que construímos realidades novas a partir de sonhos coletivos que nos movem para que nós possamos mover as estruturas. As estruturas não são imóveis e abstratas; elas são materializadas por corpos que movimentam as engrenagens desse cis-tema. Tendo em vista que existe uma opressão histórica nessa constituição do que hoje chamam de Brasil, é urgente romper com esse pacto de genocídio dos povos originários nesse chão. Combater a colonização de territórios, corpos e mentes é um caminho importante para que consigamos mudar radicalmente nosso modo de habitar a Terra e confluir em direção a construção de respeito por todas as vidas humanas e não humanas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso em: 16 maio 2025.

ANDRADE, Darlane; CASTRO, Manoel de M. CRIA do NEIM – O Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade apresentado por discentes. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 11, n. 2, 2024. DOI: 10.9771/rf.v11i2.57283.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2. ed. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, p. 110-117, nov. 2017.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LORDE, Audre. **Aprendendo com os anos 60**. Tradução de Larissa Santiago. 1982.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023. 192 p.

ROCHA, Ana Angelita da. Corpo-território como argumento curricular de resistência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 56–71, 2019. DOI: 10.12957/teias.2019.46858.

TUPINAMBÁ, Glicéria. A Terra sonha. In: **Terra**: Antologia Afro-Indígena. São Paulo: Ubu Editora; Belo Horizonte: Piseagrama, 2023.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **Piseagrama**, edição 14 – Futuro, Belo Horizonte, 2021.

POR UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL VOLTADA ÀS PESSOAS LGBTQIAPN+: CONSTRUINDO SENTIDOS

André Luiz Avelino da Silva

Rodrigo de Sales

INTRODUÇÃO

A construção da epistemologia da Ciência da Informação, assim como conhecimentos produzidos no contexto da epistemologia ocidental, parte de uma matriz eurocentrada sob uma perspectiva colonizadora com vistas ao homem cisgênero¹⁸, heterossexual e cristão, o que nos leva a considerar que aquilo que via de regra entendemos por conhecimento foi importado da Europa ocidental, com marcantes influências da Igreja Católica e a partir de vozes de homens cisgêneros e heterossexuais (Grosfoguel, 2012).

Vieira e Karpinski (2020) ressaltam que em razão da diversidade de profissionais de outras áreas (Sociologia, Matemática, Computação etc.) que estiveram presentes no desenvolvimento da Ciência da Informação, houve uma dificuldade na construção da epistemologia da área. Entretanto, Rendón-Rojas (2012), ao sugerir aos estudos epistemológicos da Ciência da Informação uma postura hermenêutica e dialética, afirma ser possível, mesmo diante de diferentes perspectivas, a compreensão de uma imagem comum à área, isso se

¹⁸ Pessoa que se identifica com o gênero atribuído ao nascer (Reis, 2018).

for levado em conta a observação dos sujeitos, objetos e processos da Ciência da Informação. No entanto, parece ser notório que pesquisas voltadas a grupos sociais menorizados não ocupam ainda lugar de relevo nas agendas de pesquisa da área. Mas vale destacar o emergente e urgente papel que vem sendo desempenhado pelo Grupo de Trabalho (GT 12) - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENENCIB), que vem se constituindo como terreno fértil para as discussões que articulam a informação com os marcadores sociais de diferença.

As minorias sexuais e de gênero historicamente sofrem com preconceitos e discriminações, fruto da perspectiva colonial que coloca essas pessoas numa condição de subalternidade, engendrada com processos de silenciamento e opressão. Entretanto, essa realidade tem mudado ao longo dos anos em razão de lutas e ativismos de grupos militantes (Feitosa, 2017), seja pelos movimentos feministas, movimentos negros, movimentos indígenas, de pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, dentre outros.

Esse conjunto de grupos que lutam por direitos na sociedade brasileira enriquece o debate social, político e acadêmico; vozes diversas antes silenciadas hoje reivindicam seus direitos frente ao Estado. Os grupos de ativismo LGBTQIAPN+ realizam trabalhos voluntários de mapeamento das violências e apontamentos do que essas pessoas sofrem, tendo em vista que o poder público estrategicamente se isenta de realizar esse trabalho. Exemplificando tal questão, em 2023, cerca de 230 pessoas LGBTQIAPN+ perderam suas vidas de forma violenta (Observatório..., 2024), e no mesmo ano, 145 pessoas trans foram assassinadas (Benevides, 2024).

O objetivo deste estudo é trazer a reflexão acerca das minorias sexuais e de gênero, no caso das pessoas LGBTQIAPN+, para o debate epistemológico da Ciência da Informação. Nesse sentido, esse debate surge a partir de uma inquietação das pessoas autoras que têm a intenção de contribuir para as discussões na área, uma vez que, historicamente, essas minorias (ou populações menorizadas) foram subalternizadas e silenciadas nos mais diversos campos sociais, incluindo o acadêmico.

Para alcançar este objetivo, o percurso metodológico aqui empregado foi a pesquisa bibliográfica e documental, aliada a uma

abordagem interpretativa e ensaística, que, por sua vez, foi ancorada por revisão narrativa de literatura. As fontes de informação para este estudo foram recuperadas nas bases de dados da BRAPCI, da Scielo e do Portal Capes. Além disso, utilizaram-se documentos complementares que dialogam com o objetivo aqui proposto, como os materiais criados por Instituições e ONGs que abordam o tema.

EPISTEMOLOGIA SOCIAL: CONSTRUINDO SIGNIFICADOS

Le Coadic (1996) refere-se à Ciência da Informação como uma ciência social com rigor tecnológico cujos objetos de estudo seriam as propriedades gerais, a natureza, os efeitos e a gênese da informação, além da criação de sistemas e produtos de comunicação, armazenamento e uso das informações. Saracevic (1996) complementa ao afirmar que a Ciência da Informação tem uma base social que vai além da tecnológica, sendo este seu papel principal, dimensão social e humana, mesma defesa feita por Araújo (2018), que destaca as diversas discussões acerca da área enquanto social e humana, superando o viés tecnicista.

É possível considerar que as diversas áreas que contribuíram para o crescimento da Ciência da Informação ajudaram a propiciar um campo possível de dialogar com outras perspectivas e abordagens, de modo a alargar diálogos com visões fora do eixo EUA-Europa.

Posto isto, Lamar (2007) aponta que o termo epistemologia social pode ter surgido na área da Biblioteconomia a partir de contribuições de Jesse Hauk Shera, em 1977, e Margaret Egan, em 1978, chamando atenção para a responsabilidade social das pessoas bibliotecárias, uma vez que as bibliotecas lidam com questões culturais que determinam a forma de conservação e transmissão dos saberes e conhecimentos. Nessa concepção inicial, os teóricos apontados por Lamar (2007) enxergam o termo Epistemologia Social como uma perspectiva na qual a biblioteca e a sociedade se relacionam diretamente, tendo na figura da pessoa bibliotecária a mediação para tal.

Fuller (2001) chama atenção para questões acerca de discussões no âmbito acadêmico sobre o termo Epistemologia Social, uma vez que alguns teóricos argumentam que a própria ciência é social em sua essência. Entretanto, Fuller (2001) defende que a

Epistemologia Social se trata de uma abordagem naturalista e uma filosofia que correlaciona a história e os estudos sociais da ciência, como uma base para que seja possível criar uma espécie de política de conhecimentos.

Shera (1977) afirma que há na Biblioteconomia e na Epistemologia Social uma linha tênue de afinidade, e, tendo em vista os fundamentos epistemológicos da Biblioteconomia, pessoas bibliotecárias não deveriam ter como objetivo um trabalho puramente técnico voltado aos acervos bibliográficos. Percebe-se que, para o autor, a área da Biblioteconomia deveria ter objetivos concretos voltados à sociedade:

O objetivo da biblioteconomia seja qual for o nível intelectual em que deve operar é aumentar a utilidade social dos registros gráficos, seja para atender à criança analfabeta absorta em seu primeiro livro de gravuras, ou um erudito absorvido em alguma indagação esotérica (Shera, 1977, p. 11).

Partindo desse pressuposto, a Ciência da Informação, que guarda relações próximas com a Biblioteconomia, sobretudo em sua construção e desenvolvimento enquanto área, vem, em certa medida, se voltando à Epistemologia Social a fim de consolidar uma área voltada às pessoas e às informações que possam ser úteis em suas vidas.

Destarte, os saberes e conhecimentos produzidos pelos mais variados grupos sociais devem ser tidos como importantes e necessários não somente aos grupos que os produziram, mas também para os campos acadêmicos. Nesse caso, grupos historicamente silenciados e oprimidos, como as comunidades LGBTQIAPN+, que ao longo de décadas lutam por direitos e para viver com dignidade, constroem conhecimentos e saberes para defender e fundamentar suas reivindicações, levando em conta que tais conhecimentos nem sempre foram ou são visibilizados.

INTERSECCIONALIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DAS INQUIETAÇÕES NECESSÁRIAS

No contexto brasileiro, a interseccionalidade trabalhada por Carla Akotirene (2018) visa compreender opressões que assolam

grupos que historicamente sofrem com o racismo, com o capitalismo e com o cisheteropatriarcado¹⁹, proporcionando uma lente crítica que permite uma perspectiva de cruzamento de marcadores sociais que, em conjunto, oprimem pessoas que pertencem às classes diversas.

A autora discute o tema a partir de sua origem ocorrida no movimento feminista negro que, diferentemente do feminismo europeu, problematiza questões de violência que atravessam as vivências das mulheres negras, distintas das violências sofridas por mulheres brancas (Akotirene, 2018). Ademais, o conceito de interseccionalidade se propõe a compreender e confrontar as opressões que cruzam as encruzilhadas do sistema opressor que afetam as pessoas na base da pirâmide social, levando em consideração vivências e diferenças, sem a falácia de que todos são iguais e passam pelas mesmas dores.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) apontam que a interseccionalidade pode ser compreendida, de forma geral, como uma ferramenta analítica que visa a compreensão de como os marcadores sociais – raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, entre outras – se relacionam e exercem influências entre si, no anseio de compreender a complexidade das relações humanas. As questões que envolvem as opressões na sociedade precisam ser vistas de forma a contemplar o que cada pessoa sente e passa em situações reais e distintas, sendo, por isso, incompreensíveis quando tratadas de maneira padronizada (Collins; Bilge, 2020).

Stelzer e Kyrillos (2021) apontam que a interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta para contribuir para o acesso aos Direitos Humanos de grupos subalternizados, como mulheres negras, povos indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, de forma a entender as raízes das opressões e desigualdades para confrontá-las. Na ótica das autoras, a interseccionalidade pode descortinar esses problemas e proporcionar uma visão crítica acerca da realidade social na qual as pessoas estão inseridas, de modo que nada é neutro e nem realizado de maneira isolada na sociedade (Stelzer; Kyrilos, 2021).

Pereira (2021) aponta que a interseccionalidade pode ser utilizada para compreender o funcionamento de sistemas de

¹⁹ A autora se refere ao sistema cisgênero, heterossexual e patriarcal, na qual homens cisgêneros e heterossexuais são os detentores do poder na sociedade (Akotirene, 2008).

discriminação e opressão que agem em conjunto dentro de uma realidade social, onde sujeitos e coletividades são marginalizados e excluídos. Além disso, a autora relembra que o termo interseccionalidade já existia de forma difusa na área jurídica norte-americana, mas que em 1989 foi sistematizado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, com base na perspectiva do feminismo negro, como crítica ao modo como as categorias de gênero e raça eram abordadas até então (Pereira, 2021).

Compreender o funcionamento e onde iniciam as injustiças e as desigualdades sociais é um primeiro passo para conseguir pensar em possibilidades de enfrentamento a esses fatores existentes na sociedade. Utilizar ferramentas que possam contribuir para o alcance de um diagnóstico de contextos em que as opressões acontecem é uma maneira de situar a problemática para que estratégias sejam desenhadas, visando um horizonte inclusivo e acolhedor.

GRUPOS HISTÓRICAMENTE DISCRIMINADOS, LGBTQIAPN+ EM EVIDÊNCIA: CONTEXTUALIZAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

No ano de 2023, de acordo com o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, ocorreram 230 mortes de pessoas LGBTQIAPN+²⁰, sendo 142 mulheres trans e travestis, 59 gays, 13 homens trans e pessoas transmasculinas, 7 lésbicas, 1 não binário e 8 pessoas vítimas de LGBTIfobia que não fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas sofre com a violência direcionado a esse grupo social (Observatório..., 2024). Quanto aos dados obtidos pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis, 145 pessoas trans foram assassinadas; além disso, ressalta-se que de 2017 a 2023 a média de mortes de pessoas trans negras era de 78,7%, e no que se refere ao gênero e identidade de gênero das vítimas deste mesmo período, cerca de 97% eram mulheres trans e travestis, ou seja, figuras

²⁰ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-bináries. Trata-se do símbolo que representa a variedade de identidades, orientações sexuais e expressões; demonstra também a constante construção da sigla. Cabe ressaltar que não é intenção deste trabalho discutir questões acerca do uso da sigla, adotaremos essa para o presente texto respeitando as citações que utilizam outras siglas (Reis, 2018).

femininas, revelando também o machismo que as atravessam (Benevides, 2024).

Estes dados são levantados a partir de esforços coletivos dos grupos de ativismo social, as chamadas Organizações Não-Governamentais - ONGs, tendo em vista que o Estado não realiza nenhum mapeamento acerca das violências que essa população sofre. Portanto, tais estatísticas partem das próprias pessoas LGBTQIAPN+ que, para reivindicar seus direitos, constroem documentos que irão contribuir para o diálogo frente ao Poder Público, comprovando a necessidade de criar mecanismos e políticas públicas de segurança para que essas pessoas possam viver dignamente.

Cabe ressaltar que até mesmo o Atlas da Violência, um relatório institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, cita os dados obtidos pelos grupos de ativismos mencionados acima, como é o caso do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, além de apontar para a ausência de dados oficiais que sejam produzidos pela Segurança Pública acerca dessas violências (Cerqueira; Bueno, 2024).

Este documento traz dados referentes aos registros de violência contra pessoas LGBTQIAPN+, exceto no que diz respeito a questões de suicídio ou violências autoprovocadas. Os dados do documento têm como base notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Cerqueira; Bueno, 2024). Nesse contexto, em 2022, mais de 8 mil pessoas LGBTQIAPN+ foram vítimas de violência no território brasileiro.

A compilação e análise desses dados é importante na medida em que constitui avaliação de uma das poucas e ainda insuficientes fontes de dados referentes às condições de vida da população LGBTQIAPN+, em um país que segue recusando-se a garantir cidadania efetiva por meio de políticas públicas robustas e garantidoras de direitos fundamentais a essas pessoas (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 61).

Embora o Poder Público tenha conhecimento da necessidade de trabalhar questões que envolvam políticas de segurança pública à comunidade LGBTQIAPN+, bem como políticas que envolvam demais áreas, como saúde, educação, direitos etc., parece ainda caminhar a

passos lentos para alcançar uma cidadania plena em se tratando desses grupos sociais.

Nesse ensejo, Feitosa (2017) discorre sobre políticas públicas voltadas para essa população e aponta para a importância dos movimentos sociais na construção de uma sociedade democrática, principalmente no que se refere às minorias sexuais e de gênero, tendo como objetivo dialogar com o Estado e construir políticas que possam atender às demandas dessas pessoas. Feitosa (2017) faz menção a uma espécie de arena política onde as pessoas precisam construir uma parceria com o governo para que as ações sejam de fato realizadas, em especial pelo fato de que os grupos sociais são os protagonistas que conhecem a realidade das populações das quais fazem parte, portanto, eles têm conhecimentos, saberes e práticas para conduzir as ações para as pessoas LGBTQIAPN+. Mas, é importante ressaltar que tal condução demanda respaldo institucional do Poder Público.

Ainda nesta arena, Silva (2021) destaca a necessidade de uma aproximação também entre movimentos sociais e partidos políticos, onde um diálogo franco e direto é imprescindível para que as reais necessidades desse grupo social sejam escutadas e compreendidas, a fim de promover ações concretas para os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Por ser uma arena política em disputa, assim como há diálogos frutíferos há também controvérsias, bem como a presença de ideais conservadores que lutam na contramão e acabam por ajudar na retirada de direitos dessa população.

Nesse sentido, Santana (2019) discorre sobre as disputas acerca da criminalização da homofobia e transfobia (hoje LGBTIfobia), na qual uma onda de políticos reacionários levantou questões religiosas para defender preconceitos, bem como alavancar as *fake news* utilizadas para gerar comoção conservadora em torno da discussão sobre o assunto. Em sua pesquisa, Santana (2019) aponta três grandes bancadas conservadoras que atuam diretamente para barrar qualquer projeto de lei que tenha a intenção de garantir os direitos e os acessos à cidadania de pessoas LGBTQIAPN+, sendo elas: bancada da bíblia (políticos religiosos), bancada da bala (políticos da segurança pública) e bancada do boi (políticos do agronegócio), intitulada Bancada BBB.

Compreender estes aspectos políticos contribuem para que seja possível realizar ações e traçar estratégias para se alcançar diálogo em

lugares de tomadas de grandes decisões. No que diz respeito ao ambiente acadêmico, assumimos o compromisso de trazer tais discussões à tona para que essas problemáticas sejam desveladas e amplamente visibilizadas, de maneira a somar esforços teóricos para demonstrar a importância e a urgência deste debate.

Essas lutas e enfrentamentos são essenciais para que avanços sejam alcançados e direitos conquistados. Se retornarmos menos de 100 anos atrás, no Brasil, pessoas consideradas homossexuais eram internadas para “curar” sua sexualidade. Silva (2018) traz várias passagens de prontuários médicos descrevendo tratamentos que eram realizados (tratamentos com eletrochoques eram um dos mais utilizados) na intenção de tornar os homens heterossexuais. Nos prontuários do Sanatório Pinel, em São Paulo, por exemplo, constavam informações relativas aos comportamentos considerados homossexuais, tais como gostar de artes, ser muito sensível, ser simpático demais etc., como se tais comportamentos fossem sintomas de uma patologia ou transtorno. O exemplo do Sanatório Pinel é apenas um entre muitos de tempos recentes que escancaram a forma como eram tratadas as pessoas que não se enquadram na chamada heteronormatividade.

As mudanças e transformações que acontecem na sociedade brasileira é fruto de luta e coletividade, somente numa construção coletiva é possível lutar por ideais e valores que sejam inclusivos, acolhedores e respeitosos. Os movimentos sociais estão sempre na vanguarda das lutas coletivas em prol de um país mais justo e democrático, reivindicando direitos para grupos historicamente silenciados e violentados.

Por conseguinte, tais transformações podem ocorrer a partir de discussões com o Estado brasileiro, e exemplo disso são as “Conferências Nacionais LGBT”, cuja primeira edição foi realizada em 2008, em Brasília, DF, contando com ativistas, políticos, sociedade civil e acadêmicos, numa perspectiva de construção de direitos humanos e cidadania voltada para a pessoa LGBTQIAPN+, inclusive, contando também com a presença do então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2008). A segunda Conferência ocorreu em 2011, na mesma cidade, durante o governo da então presidenta da república Dilma Vana Rousseff, dando continuidade aos andamentos da primeira conferência e, desta vez, focada na erradicação da pobreza

e da discriminação (Brasil, 2011). A terceira Conferência ocorreu em 2016, também em Brasília, focando em políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, além de dar continuidade às pautas trazidas pelas conferências anteriores (Brasil, 2016).

Essa arena política, onde os movimentos sociais buscam parcerias com o Estado e reivindicam ou denunciam a omissão do mesmo, pode gerar bons resultados e transformações importantes no que diz respeito aos direitos da população LGBTQIAPN+. Entretanto, ressalta-se que esse diálogo não garante continuidade ou efetividade quanto aos direitos e políticas públicas, uma vez que em trocas de gestões governamentais, tudo pode mudar. Assim sendo, os diálogos e parcerias são relevantes, mas as buscas por leis efetivas podem ser mais contundentes para a defesa e garantia dos direitos humanos dessas pessoas.

Percebe-se que a população LGBTQIAPN+ busca por si construir conhecimentos e saberes que falem sobre suas vivências, suas realidades, suas perspectivas, no intuito de buscar garantir seus direitos enquanto membros da sociedade brasileira. Considerando que a Constituição Brasileira de 1988 visa garantir educação, saúde, segurança, moradia, alimentação, entre outros direitos sociais a todo cidadão brasileiro, não é descabido afirmar que estamos demasiadamente longe de alcançar tais garantias de forma equitativa, especialmente no que se refere à segurança das pessoas LGBTQIAPN+, que perdem suas vidas por preconceito e discriminação.

EM BUSCA DE CONEXÕES: EPISTEMOLOGIA SOCIAL, INTERSECCIONALIDADE E LGBTQIAPN+

A Epistemologia Social, defendida por Shera (1977), aponta para um olhar voltado para a sociedade, tendo um viés social, sendo possível repensar a produção e o uso da informação a partir de sujeitos informacionais, levando em consideração o contexto social e não somente a informação em si, mas as relações que se estabelecem entre ambos.

Nesse sentido, os movimentos sociais LGBTQIAPN+ entram em cena, uma vez que os mesmos produzem informações e conhecimentos a partir de suas vivências e realidades – especialmente devido ao descaso do Estado ao traçar políticas públicas e dados

estatísticos – próprios dessa interação do meio social e os sujeitos informacionais.

À medida que empregamos a ferramenta analítica da interseccionalidade para melhor compreender as complexidades que envolvem grupos sociais (e também individualidades), marcados que são por classe, raça, gênero e sexualidade, como o caso da população LGBTQIAPN+, torna-se possível desvelar e confrontar com mais efetividade os mecanismos engendrados pelas variadas opressões que atuam em conjunto, e que se nutrem mutuamente, produzindo violências que afetam as pessoas de grupos sociais historicamente subalternizados. Por conseguinte, os movimentos sociais constroem e apresentam a realidade vivenciada por essas pessoas em território brasileiro, como a ANTRA e a Acontece Arte e Política LGBTI+, além das conferências nacionais que compõem a arena política brasileira, reivindicando direitos, cidadania e justiça social (Brasil, 2008; 2011; 2016).

Nessa perspectiva, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta crítica para compreensão de como essas opressões se cruzam e intensificam as desigualdades sociais (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989), de modo a pensar em estratégias para o combate destas, tais como os movimentos sociais realizam ao construir e apresentar dados estatísticos de violências que essas pessoas sofrem, descortinando uma existência na resistência diante de preconceitos e discriminações existentes na sociedade brasileira.

Essa construção evidenciada por grupos de ativismo político evidencia características apontadas por Shera (1977) ao apontar a relação de sujeitos informacionais com o contexto social em que estão inseridos. Assim, podemos pensar a Epistemologia Social aliada à interseccionalidade e aos conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais como um arcabouço favorável para se pensar, no âmbito da Ciência da Informação, estratégias informacionais para a construção de uma sociedade pautada em valores inclusivos, diversos e justos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações e conhecimentos que os grupos de ativismo social trazem à luz para a sociedade são tão válidos e preciosos para

se alcançar algum tipo de justiça informacional quanto àqueles produzidos por instituições acadêmicas, governamentais ou de outra esfera formal. Aliás, a combinação desses conhecimentos legitimamente produzidos em forma de documentos estatísticos, relatos de violências, precarização de acesso à saúde, educação, cultura etc., assim como demais registros produzidos por grupos que vivenciam realidades ostensivamente oprimidas, são subsídios para a construção de uma perspectiva interseccional.

Ao aliamos a interseccionalidade nutrida pelos conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais ao debate da Epistemologia Social temos aumentadas nossas chances de produzir uma área definitivamente comprometida com os grupos menorizados socialmente. Temos aumentadas também nossas chances de conhecer realidades diversas a partir das próprias pessoas que as vivenciam.

Pensar uma Epistemologia Social Interseccional que torne possível compreender como as opressões se ramificam e operam na sociedade e, a partir daí, criar estratégias de enfrentamento desses males, pela esteira da informação, é um compromisso que pode ser assumido pela Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Anais da 2a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT: por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência**

Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT:

Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Relatório final da 3a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2016.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2024.**

Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersetorialidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil.** Curitiba: Appris, 2017. 272p.

FULLER, Steve. Projeto de epistemologia social e o problema esquivo do conhecimento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 155-166, jul./dez. 2001.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais:** transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução: Inês Martins Ferreira. **Revista Periferia**, Duque de Caxias, v. 1, n. 2, p. 41-91, jul./dez. 2012.

LAMAR, Adolfo Ramos. Epistemologia social: possível origem e alguns momentos de seu percurso. **Pro-Posições**, [s.l.], v. 18, n. 1, jan./abr. 2007.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 115p.

OBSERVATÓRIO de mortes e violências LGBTI+ no Brasil. **Dossiê 2023 - Morte e violências contra LGBTI+ no Brasil.** Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da

interseccionalidade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p.445-454, set./dez. 2021.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, 2012.

REIS, Toni (org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino, 2018.

SANTANA, Leonardo. **O Estado Laico no confessionário**: o debate sobre a criminalização da homofobia e da transfobia. Curitiba: Appris, 2019. 163p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://enqr.pw/27uyB>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SELTZER, Joana; KYRILLOS, Gabriela M. Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-262, 2021.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Redson dos Santos. **Corpos homossexuais e experiências normatizadoras**. Curitiba: Appris, 2018a. 189p.

SILVA, Vera Lucia Marques da. **Movimento LGBTI e capilaridade político-partidária no Brasil**. Curitiba: Appris, 2021. 158p.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; KARPINSKI, Cezar. **Escola de Chicago e Ciência da Informação**: influências, aproximações e contribuições. Curitiba: Appris, 2020. 140p.

CAPÍTULO

INFODIVERSIDADE: PROMOVENDO AÇÕES AFIRMATIVAS NO AMBIENTE ACADÊMICO

Mariana da Silva Gomes

Emanoel Freire Oliveira

Gabriela Belmont Farias

INTRODUÇÃO

No ensino superior as vivências podem ser complexas, pois o ambiente acadêmico potencializa o produzir científico e as práticas profissionais, em detrimento das relações interpessoais desconsiderando muitas vezes, o contexto singular e sociocultural de cada indivíduo. Diante deste cenário, podemos considerar que a Universidade Federal do Ceará (UFC) se encontra nesse cenário. Fundada em 1954 pela Lei nº 2.373 como resultado da convergência de diversas instituições de ensino superior do estado do Ceará, como a Escola de Agronomia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, fruto da pressão popular e de esforços coletivos aos quais destacam-se o professor Antônio Martins Filho, fundador e primeiro reitor da universidade.

A Universidade Federal do Ceará chega aos seus 70 anos, em 2024, possuindo 123 cursos de graduação, onde cerca de 117.700 pessoas já se graduaram, tendo 514 cientistas incluídos na lista de

melhores do mundo do AD *Scientific Index* do ano em questão. (Forte, 2024). É importante ressaltar que somente em 2023 foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFC que houvesse pelo menos 30% de cotas étnico-raciais como também para Pessoas com Deficiência (PCD) na pós-graduação somada a política de cotas já existente desde 2012, o que consolidou o compromisso da instituição com as ações afirmativas. Houve também a criação da Divisão de Diversidade, Equidade e Inclusão (EDI), setor pertencente à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), reafirmando a importância das ações para a construção de uma comunidade que valoriza as pessoas e acolhe vivências.

Em 2024, o curso de Biblioteconomia da UFC, nota 5 e máxima para o Ministério da Educação (MEC), no júbilo de seus 60 anos possuía por volta de 280 alunos matriculados, onde há mais de 10 anos, 50% das vagas anuais são reservadas para pessoas oriundas de escolas públicas, pessoas com deficiência e/ou autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas. De acordo com o site da instituição, o curso tem o compromisso de desenvolver a função técnica, política e social de seus profissionais, visando a capacidade para interpretar a realidade contemporânea, promovendo uma atuação centrada no desenvolvimento humano e seus paradoxos.

Tendo o curso o objetivo de formar profissionais centrados no desenvolvimento humano nota-se que há uma carência latente no que concerne ao debate das diversidades em sala de aula, seja em planos de ensino, grupos de pesquisa ou atividades desenvolvidas ao longo de sua formação.

É nesta ambientação que emerge a ação extensionista *InfoDiversidade*, com a finalidade de proporcionar um ambiente seguro de diálogo sobre equidade, diversidade e inclusão para os alunos, professores, técnicos e sociedade em geral em formato de roda de conversa, com o intuito de fomentar o debate sobre as pautas de ações afirmativas tendo a intenção de sensibilizar e fortalecer os saberes entre as pessoas. A ação surgiu após uma conversa entre dois alunos, motivados por seus interesses nas temáticas como antirracismo, movimentos sociais e representatividade *drag* e a professora da disciplina de serviços de informação. Evidenciando o anseio de encontrar dentro do próprio curso um espaço preparado para discutir

sobre as temáticas acima descritas, em 14 de março de 2024 deu-se o início ao planejamento da ação.

Buscamos neste capítulo relatar a experiência da ação extensionista *InfoDiversidade* na UFC e de forma específica apresentar a importância da inclusão dos debates relacionados às ações afirmativas no âmbito acadêmico, apontar a ação extensionista como uma prática pedagógica potente e inovadora e integrar temáticas emergentes, as diversidades e a sociedade em geral às práticas do curso de Biblioteconomia, bem como de seus profissionais. Para narrar a experiência e preservar a memória da ação, de maneira a incentivar que discentes e professores mantenham o canal do diálogo aberto, promovendo parcerias de interesses mútuos frutíferos que mudam a realidade daqueles que compreendem o valor do conhecimento compartilhado, fomentando o aprendizado colaborativo.

AÇÃO AFIRMATIVA: ABRANGÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE

Diante das políticas de acesso à educação e das características discentes que influenciam o ensino, a pesquisa e extensão, percebe-se a evolução das universidades brasileiras ao se distanciarem de sua origem elitista, onde atualmente encontramos aberturas para o diálogo e desenvolvimento de assuntos relacionados à diversidade, seja de raça, gênero, sexualidade, faixa etária, neurodiversidade, classe social e outros. Pautas que vêm crescendo cada vez mais, sendo de interesse não somente do alunado, mas também dos docentes, visto suas potencialidades interdisciplinares e formadoras de pensamento crítico.

Um dos principais fatores desse crescimento foi a implementação da política de cotas no ensino superior, definida pela Lei nº 12.711/2012 e atualizada pela Lei nº 14.723/2023 que reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais para alunos oriundos de escolas pública, alunos com deficiência, alunos de baixa renda e de raça/etnia preta, parda, indígenas e quilombolas. Política que viabilizou o acesso ao ensino público de qualidade a milhares de jovens, que com suas interseccionalidades tiveram e têm acesso a programas de incentivo como o Programa Institucional de Bolsas em Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas em Iniciação à Docência (PIBID) de instituições como o Conselho

Nacional de Pesquisa (CNPq), a Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP) e tantas outras, tornando-se pesquisadores, profissionais e pessoas que entendem, buscam e espalham suas raízes, enxergando um futuro colaborativo, diverso e plural para todos.

Segundo Ellis Cashmore, as ações afirmativas são medidas determinadas pelo Estado, com o propósito específico de “eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história da sociedade” (CASHMORE, 2000, p. 31), tendo como principais beneficiários membros de grupos inferiorizados por preconceitos. A visão de Cashmore amplia os horizontes das concepções sobre o conceito explicitado numa obra chamada “Dicionário das Relações Étnicas e Raciais”. No entanto, em uma iniciativa de trazer o termo pro contexto brasileiro e em busca de atualizar e referenciar vários outros conceitos relacionados às ações afirmativas, em 2023 foi publicado o “Dicionário das Relações Étnicas-raciais contemporâneas” organizado por Flávia Rios, Márcio André dos Santos e Alex Ratts, sendo a primeira obra do gênero produzida integralmente no país.

Na última obra citada, o primeiro verbete presente é justamente “Ações afirmativas”, que de acordo com Venturini e Barreto (2023), a expressão se refere a políticas públicas (ou privadas) que objetivam promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos civis, políticos e culturais às categorias sociais que são objeto de discriminação na sociedade, não estando restritas ao recorte étnico-racial, incluindo características como gênero, condição econômica, casta, local de moradia, região de origem, religião, deficiência e outros. Observa-se a expansão do conceito para abordar quesitos contemporâneos extremamente debatidos e intrinsecamente conectados com a discussão dos direitos civis, além do esclarecimento da abundância e não limitação do termo.

Para Feres Júnior (2005), nas democracias contemporâneas toda política pública deve ser justificada perante a sociedade a qual faz parte, propondo então três dos argumentos de justificativa das políticas de ações afirmativas, sendo eles: reparação, justiça distributiva e diversidade. O autor analisa essas justificativas em países como a Índia, que segundo o texto, foi pioneira nas políticas de ações afirmativas que começaram a ser implantadas ainda em domínio colonial inglês, e que após a independência foram homologadas na Constituição de 1950. Assim como os Estados Unidos

da América (EUA), que foram os que mais influenciaram o Brasil na implementação das políticas afirmativas por suas similaridades históricas e influência mundial, baseadas nas justificativas de reparação e justiça social, pontuando que estes evoluíram e se modificaram com o tempo.

Em um enquadramento histórico brasileiro, os argumentos que mais se destacaram são os da reparação e da diversidade, desconsiderando de certa forma a justiça social, que demanda um destaque justamente por sua abrangência e necessidade no contexto contemporâneo (Feres Júnior, 2005.) O autor então concentra seus esforços em explicitar cada um dos argumentos pela lente da sociedade brasileira, pontuando que a ênfase desenfreada da justificativa da reparação tem seus aspectos problemáticos no que concerne a questão prática de direitos e privilégios, principalmente em um país com alto índice de miscigenação como o Brasil. Pontuando também discussões sobre as concepções de diversidade e da autodeclaração no país e, por último, a justiça social como um argumento que pode ser estendido a outros grupos e facilmente combinado aos demais, tendo a virtude de não demandar nenhuma essencialização identitária.

É inegável que no ensino superior as ações afirmativas tomaram proporções gigantescas que impactam diretamente a vida das pessoas que se beneficiam destas, visto justamente a possibilidade de acesso ao conhecimento que é o que transforma vidas, mas estas também existem em outros âmbitos da sociedade brasileira como nos concursos públicos. Apresentando assim os estigmas presentes na sociedade.

Estigmas e Invisibilização

Infelizmente, a maioria das pessoas que precisam se *reafirmar* enquanto seres humanos capazes como quaisquer outros e *serem afirmadas* como tal pelos poderes que gerem a sociedade, sofrem algum tipo de estigma, em menor ou maior escala, dependendo do grau de intolerância e desigualdade impostos em suas vidas por pessoas que se declararam como “normais”, geralmente perante a algum preconceito enraizado socialmente, como no caso das pessoas de sexualidades dissidentes que sofrem LGBTfobia diariamente no Brasil. De acordo com Goffman (2013), o estigma se caracteriza como

uma particularidade de uma pessoa, usada de maneira pejorativa por outrem que revela a sua “normalidade” e por isso estigmatiza o outro.

Enquanto alguns ambientes passaram a tolerar e viabilizar a participação de pessoas marginalizadas, e em alguns casos darem destaque a elas, como na grade atual de novelas da Globo, por exemplo, em que atrizes pretas protagonizam as narrativas depois de quase sessenta anos em que isso raramente acontecia, outros lugares ainda correm a passos lentos para dar este tipo de protagonismo essencial, como as universidades, onde observamos que na UFC, por exemplo, conforme consta na plataforma de Dados Abertos, no ano de 2020 haviam apenas 62 professores(as) pretos(as), entre os 2.319 docentes, representando um total de apenas 3%. Para Goffman (2013, p. 17), por maior que seja o discurso dessas instituições sobre igualdade de direitos e diversidade, as pessoas estigmatizadas acabam percebendo o desinteresse em tê-los como parte e o tratamento desproporcional ao que o restante das pessoas recebe.

A Lei de Cotas oportuniza a permanência de pessoas marginalizadas socialmente dentro dos ambientes acadêmicos, no entanto existem poucas iniciativas para que possam continuar ali de forma digna e chegarem à formatura, como são notórios muitos empecilhos que facilitam sua desistência, seja pelo preconceito, pela dificuldade de locomoção, pela falta de acessibilidade ou pela ausência de representatividade nos corpos discente, docente e nas ementas, quando muitas vezes essas pessoas se tornam meros objetos de suas cotas em sala de aula.

De acordo com Quinalha (2023, p. 102), por conta do estigma que as violentam, as demandas dessas pessoas sempre necessitam de reivindicações, mesmo que tenham sido atendidas anteriormente, uma vez que a todo momento existirão contestações ou dúvidas sobre a capacidade intelectual ou motora destes sujeitos. Embora haja um trabalho mais aplicado aos assuntos que perpassam a vida dessas pessoas em cursos de centros de humanidades, como as relações étnico-raciais, identidade de gênero, inclusão e capacitismo, esses debates acontecem principalmente pela necessidade de diálogo dos estudantes, do que pelos programas educacionais dos cursos. E esse interesse dos alunos acaba refletido, por exemplo, na escolha de temas para monografias ou outras atividades que possam levar essas conversas para os espaços da universidade. No curso de

Biblioteconomia da UFC percebemos isso a partir da falta de abordagem desses assuntos nas ementas das disciplinas, por mais que os estudantes saiam habilitados a lidarem com diferentes pessoas que procuram se informar sobre diferentes tipos de conhecimentos, o pouco aparecimento desses temas em monografias deixa nítido que as temáticas dissidentes precisam ser mais difundidas na academia como um todo.

Entre os 328 trabalhos de graduados em Biblioteconomia publicados no Repositório Institucional (RI) da UFC até 2025, por exemplo, apenas 19 monografias tratam sobre diversidade, independente de qual seja. Esta pesquisa foi feita utilizando os filtros de assunto que o próprio RI disponibiliza para uma recuperação mais específica. Ao analisar termo por termo, foi possível destacar que das dezenove monografias, três exploram sobre acessibilidade, mais três sobre bibliotecas inclusivas, duas sobre inclusão social, uma sobre autismo, uma sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, uma sobre pessoas cegas, uma sobre a comunidade LGBTQIAPN+, uma sobre identidade negra, uma outra sobre representatividade LGBTQIAPN+ e uma acerca de pessoas surdas.

A baixa ocorrência dos trabalhos de conclusão de curso de Biblioteconomia no RI evidencia o estigma da invisibilidade que atinge esses sujeitos. Conforme aponta Goffman (2013), o estigma pode ser visto de duas formas, sendo uma em que o estigmatizado aceita que as suas particularidades sejam de conhecimento geral e a outra em que isso seja desconhecido pelos outros, como se todo o mundo conhecesse o que faz uma ser humana ser invisibilizado, ao mesmo tempo que todo o mundo o ignora, principalmente por preconceito.

Atividades extensionistas como o *InfoDiversidade*, auxiliam nas tentativas de visibilizar esses temas que muitos preconceituosos opressores tentam apagar, enquanto outros atores sociais, como Amara Moira, Renan Quinalha e os próprios estudantes, com poucos recursos e poder, buscam fazê-los emergir em todas as camadas da sociedade e da mesma forma nas das universidades, uma vez que estas produzem estudos que informam e faz evoluir as pessoas que andam cada vez mais sujeitas a se desinformar e replicar estigmas.

Racismo, LGBTQIAPN+fobia, Capacitismo e Machismo

Diversos são os preconceitos enraizados na sociedade brasileira, onde enxerga-se a necessidade de reparação e justiça social já abordadas como justificativas para as ações afirmativas. A exemplo do Racismo que segundo Silvio Almeida se trata na verdade de uma engrenagem da estrutura de nossa sociedade. O autor explica que

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 27).

Visão esta que vem cada vez mais se amplificando nos debates acadêmicos e que reconhece o teor histórico-social desse tipo de opressão que se agarra a todas as formas de comportamento social e tende a reverberar por muitos anos até que medidas sejam tomadas de forma a incluir a população socialmente excluída e marginalizada.

Corroborando também com a visão de que dentro desse contexto, Brasil e EUA traçaram narrativas similares, para o pesquisador Jessé Souza (2021)

Em sociedades como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, o racismo racial comanda toda a lógica da sociedade e das classes sociais em luta. É ele que esclarece tanto as alianças quanto as oposições e os conflitos entre as classes. É ele que estabelece os limites de todo aprendizado social possível e mantém a irracionalidade do ressentimento no comando da sociedade (Souza, 2021, p. 225).

Desmistificando dessa forma o racismo como sistema intrínseco aos moldes da sociedade brasileira. Lembramos ainda que, no Brasil, o racismo é crime inafiançável desde 5 de janeiro de 1989, segundo a lei nº 7.716 atualizada pela lei nº 14.532 de 2023.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, foram feitos 11.610 boletins de ocorrência de racismo no país, sendo 347 no Ceará. Números altamente expressivos em um país que luta diariamente contra seu passado racial, e promove ações afirmativas de forma a considerar as pessoas marginalizadas. Além

disso, os casos de homofobia e/ou transfobia também se enquadraram nas leis citadas e ainda segundo o mesmo documento houve 4.241 crimes registrados contra pessoas LGBTQIAPN+ entre lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro em todo o país.

Concernente aos casos de transfobia, o Brasil lidera como o que mais mata pessoas trans no mundo, como aponta, ano a ano desde 2008, os dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). As pessoas trans sofrem preconceito em diversas instâncias, desde o mercado de trabalho - que muitas vezes lhes recusam empregos, o que faz com que muitas mulheres trans e travestis precisem se prostituir para sobreviver, como aponta a escritora Amara Moira no programa Estação Livre, exibido em 04 de fevereiro de 2022 - ao Estado brasileiro, que protelou durante anos para que pessoas trans pudessem assumir suas identidades e retificar seus nomes em documentos oficiais, decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018.

Mais do que a necessidade de se verem representadas nos direitos constitucionais e nas demais esferas sociais, as pessoas trans lutam pelo direito de existir. De acordo com a ANTRA (2025), em 2024 foram assassinadas 122 pessoas trans, que representa uma queda de 16% se comparada com o ano anterior. Entre estas mortes, cinco foram de pessoas trans ativistas dos direitos humanos, sendo uma delas suplente de um cargo de vereadora e outras cinco de homens trans e transmasculinos.

Para fugir dessa marginalidade e garantir que os seus direitos sejam cumpridos, muitas pessoas se organizam coletivamente para dar voz e dignidade aos corpos trans, como a própria ANTRA, e a *Trans Lifeline* nos EUA, que se trata de uma linha direta sem fins lucrativos, que proporciona apoio a pessoas trans que estejam passando por dificuldades emocionais ou financeiras. O fato dos dados e serviço citado serem advindos de movimentos trans organizados mostra um descaso do Estado com tamanha violência que acomete essa comunidade, o que aumenta o seu estigma de invisibilidade social.

Esses movimentos organizados pela luta dos direitos da comunidade surgiram principalmente depois do impacto da Revolta de Stonewall em 1969, quando os dissidentes, entre eles as ativistas Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, resolveram revidar os ataques dos policiais no bar Stonewall, na cidade de Nova York. Segundo Quinalha

(2023), Sylvia e Marsha criaram em 1970 o *Street Transvestite Action Revolutionaries* (S.T.A.R.), cujo principal objetivo era abrigar e proteger jovens LGBTQIAPN+ que foram expulsos de casa pelos pais depois de se assumirem. O movimento, acima de tudo, foi importante para as pessoas LGBTQIAPN+ entenderem a necessidade de um papel mais combativo contra os estigmas e violências sofridos. A data do ato, inclusive, 28 de junho de 1969, simboliza atualmente o Dia Internacional do Orgulho.

Existem ainda, outras opressões que se encontram enraizadas nos padrões da sociedade contemporânea, um deles que desperta discussões de diferentes áreas e afeta principalmente mulheres cis e trans, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e aqueles que não se identificam com o gênero masculino é o machismo e a misoginia. Ao contrário do que muitos pensam, machismo não é o contrário de feminismo, segundo o dicionário Priberam de língua portuguesa: o primeiro se trata de uma visão onde a mulher seria inferior ao homem em aspectos físicos, culturais e intelectuais e o segundo do movimento pelos direitos políticos e civis das mulheres, já misoginia significa o ódio a mulher, aversão e repressão de tudo relacionado à feminilidade.

A violência contra a mulher é um dos problemas latentes em nossa sociedade, de acordo com o atlas da violência de 2024, em 2022, foram 3.806 vítimas, representando uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. Ao passo que segundo a 5^a edição do relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, realizado pelo instituto Datafolha, 40% das agressões sofridas por mulheres tem como autor seu cônjuge, companheiro, namorado ou marido e 26,8% seu ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado. No estado do Ceará, em 2024 os números mostram que o estado se encontra abaixo da média nacional em relação aos casos de feminicídio, assédio sexual e importunação sexual. Mesmo assim, de acordo com registro divulgado pelo fórum Clóvis Beviláqua, Fortaleza registrou 11.999 procedimentos de violência contra a mulher de janeiro a novembro de 2024.

Segundo Gersoni e Fontanella (2024, p. 171), o machismo estrutural presente na sociedade brasileira “é intrínseco às instituições que a compõem, que justamente por integrarem uma sociedade com hábitos predominantemente machistas acabam absorvendo suas características e reproduzindo seus comportamentos.” Pontuamos,

portanto que apesar de as mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade social serem mais afetadas pela violência física, violência patrimonial, violência psicológica, cultura do estupro, pressão estética e outros fatores que favorecem o patriarcado, não são somente os que sofrem com a sociedade machista, visto que os homens necessitam performar uma masculinidade que não os permite sensibilidade, carinho e afeto entre os outros e entre si.

O capacitismo, outro tipo de violência imposta no Brasil, abrange formas minuciosas de preconceito, desde projetos arquitetônicos que desconsideram as necessidades de pessoas com deficiência, a maus tratos verbais e físicos. De acordo com Feminella (2024), o capacitismo se enquadra em um modelo de corpos padronizados que rejeita aqueles que fogem deste paradigma corporal. Baseado em intolerâncias enraizadas na sociedade, o capacitismo se relaciona ainda com outras práticas discriminatórias.

Partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Para que esse tipo de preconceito possa ser eliminado nos ambientes acadêmicos, alguns detalhes devem ser considerados pensando em cada tipo de deficiência, como materiais em Braille para pessoas cegas, rampas e elevadores para cadeirantes, e todas as particularidades humanas que precisam ser estudadas para ampliar a discussão da inclusão. Uma biblioteca, por exemplo, pode contemplar um tipo de acessibilidade, mas acabar deixando algum outro de lado. Para pessoas com nanismo, por exemplo, conforme o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021), as bibliotecas precisam ter balcões de atendimento com duas alturas diferentes, com o menor medindo 75 cm e mesas e cadeiras adaptadas para essas pessoas. E a Lei da Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, indica que para que se obtenha infraestruturas acessíveis para pessoas com

deficiência, não deve haver barreiras na arquitetura de edifícios públicos e privados.

Na UFC, por exemplo, desde 2010 que a Secretaria de Acessibilidade UFC-INCLUI trabalha para atender estudantes que precisem de um ensino personalizado e para fazê-los se sentir pertencentes, difundindo uma cultura inclusiva em todos os campis da universidade. Dentre as atividades feitas pela Secretaria, de acordo com o exposto no seu site, ela identifica e assiste pessoas com deficiência, aponta metodologias de ensino para alunos que necessitem de alternativas ao modo tradicional, incentiva a acessibilidade em ambientes digitais e oferece suporte para as unidades acadêmicas, entre outros.

Além de todos os termos e conceitos abordados, para entender o que o *InfoDiversidade* pautou durante seus encontros é imprescindível discutirmos o conceito de Interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, como crítica ao feminismo negro por abordar questões de gênero e raça de formas unitárias, resultando no apagamento da vivência de mulheres negras. Portanto, para a autora é necessário considerar as diversas fontes de discriminação presentes em pessoas dissidentes, visto que esses eixos de opressão não são mutuamente marginalizados, mas sim sua soma que gera intersecções complexas que geram desigualdades relativas. Com o tempo e adesão do termo por diversas teóricas, incluindo Carla Akotirene (2019, p. 14), percebemos que “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que produz racismo”.

Interseccionalidade é tratar de forma sensível os percalços impostos na vida daqueles que fazem parte de distintas minorias sociais, portanto foi partindo da perspectiva de representar e dialogar todos os conceitos apresentados de forma interseccional, plural e real que o *InfoDiversidade* aconteceu com a presença de convidados qualificados, representativos, plurais e incríveis, além de participantes interessados no abordado, nos debates presentes e em construir novos rumos, todos saindo determinados a transformar suas realidades e dialogar sobre as temáticas amplamente em suas vidas.

Ação Extensionista como Estratégia Pedagógica e Prática Educativa

A ação extensionista caracteriza-se como um processo educativo dinâmico que favorece a junção entre o ensino em sala de aula e o aprendizado, conforme proposto no planejamento pedagógico de curso, e no cotidiano social, por meio da vivência do cenário da realidade (Síveres, 2013; Minetto et al., 2016). Ao observarmos o Plano Nacional de Extensão Universitária, fomentado no início dos anos 2000, evidenciaremos que a ação extensionistas são realizadas por várias áreas de conhecimento, apresentando diferentes estratégias. Essas atividades constituem-se em um dos pilares da tríade ensino-pesquisa-extensão, favorecendo que discentes e docentes adquiram habilidades, competências e atitude crítica-reflexiva para atuarem junto à comunidade (Oliveira; Almeida Júnior, 2015; Alves et al., 2016).

Para a comunidade, a ação extensionista oportuniza um momento de participação ativa, discussão e reflexão em grupo para aquisição de conhecimentos. Desta forma, a aproximação universidade-comunidade, com interlocução de saberes, estabelece contribuições para o aprofundamento da cidadania, fortalecimento da autonomia e a transformação social (Cortez; Silva, 2017; Silva et al., 2017).

Desta forma, a ação extensionista é percebida como um movimento interdisciplinar, de cunho educativo-científico e inerente a cada projeto de curso, visa favorecer a interação entre o docente-discente e a comunidade, e facultar o compromisso das universidades de contribuir para a transformação social (Koglin; Koglin, 2019). Enfatiza-se que como processo educativo, a ação extensionista proporciona o intercâmbio entre o saber e o fazer, por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente da sala de aula, articulando o processo de ensino por meio da ação em cenários reais (Costa et al., 2015; Oliveira; Almeida Júnior, 2015; Cortez; Silva, 2017).

A ação extensionista *InfoDiversidade* teve sua primeira edição em 2024 e foi uma das ações do aniversário de 60 anos do curso de Biblioteconomia da UFC. A ação ocorreu no formato de ciclo de debates que visou dialogar com os seguintes temas: Igualdade de Gênero; Identidade de Gênero e Diversidade; Raça, Racismo e Preconceito; Diversidade e Inclusão. A ação se justificou pela

exposição dos alunos, na disciplina de Serviços de Informação, do curso de Biblioteconomia em conhecer melhor as políticas e ações afirmativas existentes no combate as discriminações éticas, raciais, religiosas, de gênero, de classe ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

A relevância da ação foi em proporcionar perspectivas acadêmica e social de temas relevantes para o contexto atual contribuindo na práxis bibliotecária e de ensino. Um dos objetivos da ação foi de sensibilizar os participantes em engajar em atividades de ensino, pesquisa e extensão que trate do combate as discriminações éticas, raciais, religiosas, de gênero, entre outras, aumentando a participação de minorias no processo político e no acesso à educação.

O Ciclo de debates foi a proposta pedagógica utilizada para potencializar e multiplicar a reflexão sobre os temas relacionados às ações afirmativas no Brasil, com distintas perspectivas e abordagens. A programação teve quatro roda de conversa, sendo: 11 de Abril – Igualdade de Gênero; 25 de Abril – Identidade de Gênero e Diversidade; 23 de Maio – Raça, Racismo e Preconceito; e 18 de set. – Diversidade e Inclusão.

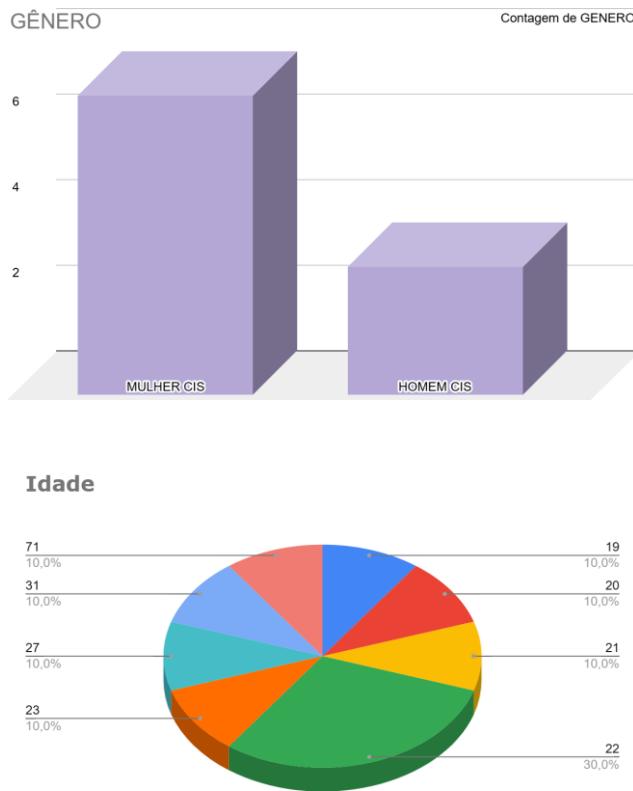
Resultados da ação *InfoDiversidade*

Com temas relacionados aos conceitos anteriormente debatidos que as rodas de conversa do *InfoDiversidade* aconteceram nos dias 11 de abril, 25 de abril, 23 de maio e 18 de setembro do ano de 2024 em uma dinâmica expositiva de 25 minutos de fala para os convidados e 30 minutos de discussão entre o grupo. A primeira com a temática “60 anos de Biblioteconomia na UFC: Mulheres na ciência e a igualdade de gênero na contemporaneidade” contou com a presença da Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto do DCINF/UFC, que tece um trabalho sobre a visibilidade de mulheres na Ciência da Informação, promovendo um debate amplo sobre as mulheres como cientistas e o papel do gênero imposto nessas situações, além de ter gerado curiosidade dos presentes sobre as questões de saúde mental da mulher, seus diagnósticos tardios, neurodivergências e atipicidades.

Foi anterior ao primeiro encontro em que percebemos a necessidade de conhecer o público participante da ação, por isso

promovemos, então, um questionário respondido anonimamente pelos presentes no intuito de buscar respostas para perguntas relacionadas às motivações, pautas de identificação e quais as sugestões para as próximas rodadas, além da faixa etária e gênero dos participantes. Pudemos observar uma maior participação de mulheres cisgênero entre 19 e 22 anos, como mostramos abaixo.

Figura 1 - Gráficos de Gênero e Idade dos participantes do primeiro encontro



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Em sua maioria, estudantes do curso de Biblioteconomia, em que muitas respostas evidenciaram a necessidade de debates e espaços acolhedores para a discussão destes temas com uma abordagem introdutória e acessível. Onde, como mostra a nuvem de

palavras na figura 2, feita a partir das respostas dos participantes tivemos predominância nas palavras e temas relacionados a “Gênero”, “Raça/Racial”, “Colorismo”, “Mulher” e “Orientação/Identidade Sexual”.

Figura 2 - Nuvem de palavras apontando interesses do público



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Munidos dessas informações, promovemos o segundo encontro da ação com a temática “Identidade de Gênero e Diversidade: A importância das políticas de ações afirmativas dentro do ensino, pesquisa e extensão” onde os convidados foram a Profa. Me. Êmy Virginia Oliveira da Costa, primeira professora trans do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e que havia sido demitida do instituto com motivações transfóbicas em janeiro de 2024, mas que com o apoio popular e estudantil voltou às suas atividades por ordem da Controladoria Geral da União (CGU) em março do mesmo ano. Contamos também com o Prof. Dr. Marcos Antonio Almeida Campos, do Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES/UFC), que investiga assuntos relacionados à dança, folclore, gênero/sexualidade, estigmas e história da Educação Física, também coordenador do grupo Oré Anacã. E por último, ao longo dos encontros e reuniões notamos a possibilidade de pautar

também as iniciativas do Estado e da universidade, portanto convidamos a Secretaria da Diversidade (SEDIR) do estado do Ceará, que foi representada pela advogada Elisa Ivna Pinheiro Costa, coordenadora jurídica da secretaria e Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. Tivemos, portanto, a oportunidade de entender como um órgão do estado estaria atuando nas questões relacionadas aos direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Essa atitude, além de ter recebido muitos elogios dos participantes, foi ponto chave para percebermos a concretude daquilo que reivindicamos, os espaços reais que ocupamos em governos, gabinetes e direções.

É necessário pontuar que durante o planejamento do segundo encontro, a UFC e outras instituições federais e estaduais romperam em estado de greve, em razão da reivindicação de técnicos, servidores e docentes sobre as condições salariais, de trabalho e de suas carreiras, acompanhada pela movimentação estudantil, sendo assim o *InfoDiversidade* continuou sua ação como atividade grevista em apoio à mobilização e à ocupação dos espaços da universidade.

Posto isso, nossas atividades continuaram para o terceiro encontro no dia 23 de maio, com a temática “A importância do letramento nas relações étnico-raciais: buscando caminhos para uma sociedade antirracista” onde tivemos a presença da Profa. Dra. Sandra Haydee Petit, da Faculdade de Educação (FACED/UFC), a qual leciona disciplinas como “Cosmovisão africana e a história dos afrodescendentes no Brasil” e trabalha com educação das relações étnico-raciais (ERER) e Educação Popular. Ademais, esteve presente a Profa. Dra. Stephanie Menezes Pinto, docente do Instituto Federal do Ceará, a primeira colocada no concurso para professor da área de Educação Física do IFCE nas cotas raciais, pesquisadora na temática das danças e práticas do corpo indígena. Participou também a Secretaria da Igualdade Racial (SEIR) do estado do Ceará, representada pela Assessora Nádia Amaro, assistente social, pesquisadora e doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Neste encontro, percebemos a importância das pautas raciais em grupos étnicos diversos, além de termos uma discussão frutífera sobre a representatividade na presença de pessoas negras, indígenas e quilombolas nos espaços da universidade, nos equipamentos de monitoramento e inclusão do estado e na educação como um todo.

Por último, a roda de conversa do dia 18 de setembro, com a temática “Diversidade e Inclusão: Entender para promover”, buscou pautar as questões de acessibilidade, neurodiversidade e capacitzismo. Onde participaram como convidadas a bibliotecária do Sistema de Bibliotecas (SiBi/UFC) chefe da Divisão de Acessibilidade à Pessoa com Deficiência (DAPD), mestre em políticas públicas e gestão da educação superior, Clemilda dos Santos Sousa. E representando a Divisão de Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI/UFC) a diretora Luzimar Araújo de Oliveira, também servidora pública e mestre em formação, trabalho e recursos humanos. Das diversas contribuições que estabelecemos nesse encontro, um dos relatos mais sensíveis e que colaborou para o diálogo na roda de conversa foi o da mãe de Clemilda, que narrou sobre as preocupações das mães de pessoas com deficiência, gerando um debate profundo, emocionante e inspirador entre todo o público. Percebemos também a importância de as ações serem complementares na universidade, acompanhando as pessoas que precisam antes de seu ingresso, na sua formação e em sua jornada de trabalho dentro da universidade.

CONCLUSÃO

Concluímos que os efeitos de atividades como esta podem soar justamente no aumento de debates sobre diversidade dentro da universidade e do curso de Biblioteconomia, seja advindo de alunos ou de professores, assim como em monografias, artigos e ementas, para que este fomento deixe de ser eventual e passe a ser pautado regularmente no dia a dia acadêmico.

A ação de extensionista é uma ferramenta factível e gera maior expressão na promoção das ações afirmativas por meio das práticas educativas e da reformulação de saberes na junção do conhecimento técnico-científico e popular. Considerou-se que a vivência da extensão universitária propicia a interação sociocultural à comunidade acadêmica, fator que parece contribuir para o aprendizado e favorecer a percepção do processo necessário para reconhecimento das ações afirmativas como meio de promoção da equidade, diversidade e inclusão.

Verificou-se que a ação *InfoDiversidade* fortaleceu a tríade ensino-prática-pesquisa, o que pode impulsionar o desenvolvimento

de estudos em outras áreas de formação acadêmica, como as Ciências Humanas e Saúde. Considerando a ação extensionista, como estratégia de formação e promoção de saberes, percebeu-se a necessidade de maior incentivo político e econômico, para seu fortalecimento e efetivação de sua proposta na academia e na comunidade.

O *InfoDiversidade* se fez presente ainda no XXXIII Encontro de Extensão dos Encontros Universitários da UFC (EU2024), no qual pudemos relatar o impacto dessa atividade extensionista, bem como os efeitos positivos a longo prazo que ela pode proporcionar ao curso de Biblioteconomia da UFC.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pôlen, 2019. 150 p.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pôlen, 2019. 256 p.

ALVES, Roseane Aparecida dos Reis et al. Extensão universitária e educação em doenças sexualmente transmissíveis e temas relacionados. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 1079-1083, 2016.

ANTRA. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. São Paulo, 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Institui o programa de acesso a cursos de educação superior e técnico de nível médio nas instituições federais de ensino. Alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Ambientes acessíveis e a pessoa com nanismo**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Capacitismo**: o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema. o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. 598 p.

CORTEZ, Elaine Antunes; SILVA, Lauanna Malafaia da. Pesquisa-Ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v. 11, n. 9, p. 3642-9, set. 2017.

CRENSHAW, K. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 139-167, 1989.

ESTAÇÃO Livre. Diversidade. **Tv Cultura**, [S.I.], 2022. (59 min.), son., color.

FERES JÚNIOR, J. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. (org.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 46–62.

FORTE, B. 70 anos da UFC. **Anuário do Ceará**, 2024. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/especiais/70-anos-da-ufc/>. Acesso em: 1 maio 2025.

GERVASONI, T. A.; FONTANELLA, J. P. Machismo Estrutural no Judiciário Brasileiro: Uma análise crítica sobre a violação de direitos de mulheres perante demandas judiciais em são vítimas de crimes. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [s.l.], v. 40, n. 1, 2024.

GESSEN, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: Crv, 2020. 248 p.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2013.

KOGLIN, T. S. S.; KOGLIN, J. C. O. A Importância da Extensão nas Universidades Brasileiras e a Transição do Reconhecimento ao Descaso.

Revista Brasileira de Extensão Universitária, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 71-78, maio/ago. 2019.

MINETTO, C. et al. A Extensão Universitária na Formação de Estudantes do Curso de Administração – UFFS. **Revista Conbrad**, Campus Cerro Largo, v. 1, n. 1, p. 33-46, 2016.

OLIVEIRA, F. L.; ALMEIDA JÚNIOR, J. J. Motivações de Acadêmicos de Enfermagem Atuantes em Projetos de Extensão Universitária: a experiência da faculdade Ciências da Saúde do TRAIRÍ/UFRN. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 36-44, 2015.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RIOS, F. M.; RATTS, A.; SANTOS, M. A. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2023. 336 p.

SILVA, C. B. et al. Atividades de Educação em Saúde Junto ao Ensino Infantil: relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE**, [s.l.], v. 11, n. 12, p. 5455, 2017.

SÍVERES, L. (Org.). **Extensão Universitária como um Princípio de Aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021. 304 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Ciências da Informação. **Curso de Graduação em Biblioteconomia**. Disponível em: <https://dcinf.ufc.br/pt/graduacao/>. Acesso em: 1 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Portal de Dados Abertos**. Disponível em: <http://dados.ufc.br/>. Acesso em: 1 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Secretaria de Acessibilidade**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/>. Acesso em: 01 maio 2025.

VENTURINI, A. C.; BARRETO, P. A. Ações afirmativas. In: RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos; RATTS, A. (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2018. p. 7-17.

A ATUAÇÃO DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO NO CAMPO DA CULTURA A PARTIR DOS BAILES PÉROLA NEGRA E MENINA MOÇA

Mirelle Jesus Lima

INTRODUÇÃO

Aprendi que o meu corpo é negro e que sou uma mulher primeiro através do deslocamento, do paternalismo, do preterimento e das violências que vivi e que testemunhei ocorrendo contra corpos semelhantes ao meu.

Aprendi o que era uma mulher negra primeiro com a dor. Foi só com o passar do tempo, e principalmente através da cultura, da arte e também da teoria, que fui aprendendo a enxergar nesse corpo negro e feminino a força, a beleza, o poder e a história que ele carrega, e que são negadas pelas mentiras do projeto colonial.

Entrei na faculdade com a expectativa de encontrar no ensino superior um local que me possibilitaria ser mais eu através da teoria e das trocas com pessoas que teriam o mesmo desejo de viver em um mundo capaz de se enriquecer com a sua própria diversidade, imaginando que as ciências humanas estavam irrevogavelmente ligadas a uma paixão incontornável pelo ser *humano*. Porém, chegando lá, reencontrei o sentimento de deslocamento causado pela linguagem que me transformava no “Outro” (Kilomba, 2019), e a

expectativa massacrante de que eu me transformasse “Neles”, o que, felizmente, foi impossível.

Eu senti que a História do Brasil era frequentemente discutida como uma coisa desgraçada que havia acontecido contra pessoas não brancas, e que esse povo triste só conseguia surgir no currículo acadêmico como conteúdo complementar. Claro que a História implica na escolha de um ângulo, o problema é que na maioria das vezes esse ângulo é branco.

Foi nesta solidão acadêmica que tive a sorte de encontrar Laudelina de Campos Mello, militante negra que lutou intensamente junto de movimentos negros, de mulheres e sindicalistas brasileiros, durante boa parte do século XX, contemplando especialmente a luta pelos direitos das empregadas domésticas.

A primeira vez que trabalhei com Laudelina foi na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso, que era requisito para o obtenção de diploma em bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp (Lima, 2019), onde observei a criação da primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, que ocorreu em 1936 em Santos.

Durante essa pesquisa, me chamou a atenção o modo como a cultura e os eventos recreativos fizeram parte da construção política de Laudelina, não só como um meio para arrecadar fundos, mas também como um fim em si mesmo.

Em 2023, iniciei a pesquisa apresentada agora tentando responder às seguintes perguntas que começaram a germinar na minha cabeça no trabalho anteriormente citado: *Qual o papel da cultura na luta por humanização de grupos desumanizados, e quais os seus potenciais e limitações? O que Laudelina realizava era ação cultural?* As respostas para essas perguntas ainda precisam ser aprofundadas, o que pretendo fazer em trabalhos futuros, e felizmente, uma parte considerável das expectativas que me levaram a essa jornada foram frustradas.

Felizmente, porque essas frustrações me relembraram de que Laudelina de Campos Mello foi um ser humano, não uma heroína mitológica, cuja história então seria contada apenas com vitórias e finais felizes. Ela, eu, todas nós, somos e devemos nos perceber enquanto “inconclusas”, nas palavras de Paulo Freire (1996). Ou seja, como um ser que se percebe, primeiro individualmente, depois

coletivamente, como inacabado, e que por isso mesmo pode mudar a si mesmo e ao seu ambiente, entrando em um “[...] permanente processo social de busca” (*ibidem*), possibilitando a construção de alternativas às relações sociais, econômicas, culturais e afetivas das quais somos vítimas.

Todas essas potencialidades trazidas por Paulo Freire (1996) dão à cultura uma qualidade de ação, na medida em que, conforme a definição de Coelho (2001), ela é capaz de tirar o indivíduo da indiferença em relação ao mundo, se transformando em uma ação cultural que constrói ferramentas capazes de emancipar pessoas e grupos através da cultura (Coelho, 1993).

Assim, analisando como esses processos aparecem na atuação política de Laudelina, escolhi trabalhar com dois eventos: o *Baile Pérola Negra* e o *Baile Menina Moça*, ambos realizados em 1957 para a população negra de Campinas. Como fontes primárias, utilizei os trechos de entrevistas concedidas por Laudelina à pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto na produção de sua dissertação de mestrado (Pinto, 1993), e uma entrevista que se encontra na coletânea de textos sobre mulheres negras organizada por Bianca Santana (Laudelina, 2019). Retornei aos materiais localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo utilizados na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de História (Lima, 2019), e fiz buscas sobre Laudelina e sobre os eventos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Metodologicamente, esta é uma pesquisa exploratória e qualitativa, onde analisei a documentação encontrada com auxílio da bibliografia selecionada. O paradigma escolhido foi o interseccional (Collins, 2021, p. 154), ou seja, considerei como os aspectos de raça, classe, gênero e outros marcadores sociais, atuam simultaneamente para manter e reproduzir um sistema exploratório de alcance global, que tem como pilar a racialização e hierarquização dos corpos humanos (Vergès, 2020; Quijano, 2005).

Este texto surgiu do meu TCC produzido na Escola de Comunicação e Artes-ECA da Universidade de São Paulo - USP (Lima, 2024), apresentado à Banca em dezembro de 2024 como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharela em Biblioteconomia. O TCC, por sua vez, surgiu de uma Iniciação Científica sem bolsa realizada na mesma instituição entre agosto de

2023 e agosto de 2024. Ambos os trabalhos foram orientados pela Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira.

Início a discussão apresentando o conceito de colonialidade do poder e de como ele sustenta o racismo no Brasil, apresento então um pouco da trajetória de Laudelina de Campos Mello, e finalizo com a análise dos bailes e as considerações finais.

COLONIALIDADE DO PODER E O LUGAR DA PESSOA NEGRA NO BRASIL E NO MUNDO

Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 117), a Modernidade criou a América. A criação dessa identidade implicou no surgimento da colonialidade, que reorganizou o mundo hierarquicamente a partir da invenção de “raças” entre seres humanos. A partir de então, as pessoas deixaram de ser diferenciadas a partir de suas origens geográficas, por exemplo, e tornam-se negros, brancos, indígenas e outras categorias pretensamente biológicas.

A racialização de cada grupo se tornou o critério para a distribuição do trabalho, e para definir quais grupos seriam explorados (todos os não brancos), e quais seriam beneficiados por essa exploração (os brancos) (Quijano, 2005, p. 117). Justificar a permanência dessa estrutura implicou também no desprezo pelo conhecimento e pela história de povos não-brancos, de modo a consolidar o eurocentrismo a nível global, estabelecendo esse sistema para além das fronteiras dos Estados-Nações (Grofoguel, 2020; Carneiro, 2023; Quijano, 2005).

Sueli Carneiro (2023 p.84) explica que com isso pessoas negras foram colocadas em um lugar de “indigência cultural”, tiveram o acesso à educação formal negado, e viram seu conhecimento e suas capacidades intelectuais serem deslegitimadas, o que gera até hoje o tipo de desconforto que relatei na introdução do texto, sentimento comum a pessoas negras que acessam esses espaços (Nascimento, 2022; Kilomba, 2019).

No Brasil, toda essa violência contra indivíduos não brancos se apoia teoricamente no mito da democracia racial, que defende que os “relacionamentos afetivos” e a “convivência mais harmoniosa” entre brancos, negros e indígenas na formação do país, teriam gerado uma

nação miscigenada onde não seria possível sustentar hierarquias raciais (González, 2021).

O mito ignora propositalmente que essa miscigenação ocorreu através da exploração sexual e laboral de mulheres negras e indígenas, tratadas como objetos e mercadorias. Tais violências são usadas até hoje para amparar as fantasias sexuais coloniais de hipersexualidade de pessoas negras (González, 2021).

Viver através desses estereótipos coloniais, que fazem parte da linguagem colonial, nega ao indivíduo não branco o acesso a sua real identidade, e “Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada como branca [...]” (Kilomba, 2019, p. 39).

Por isso é imprescindível que grupos minorizados possam falar sobre si mesmos em uma linguagem criada fora dos violentos padrões colonialistas, e capaz de transformar os silêncios impostos pela colonialidade do poder em linguagem, e por fim, em ação (Lorde, 2019, p.47).

Daí também a importância de registrar a articulação política de Laudelina, mulher negra, empregada doméstica e ativista que dedicou a vida a questionar as hierarquias dessas estruturas, tendo em vista a forma como a história feita por mulheres negras têm sido sistematicamente desprezada ou retratada de modo a validar estereótipos raciais (Carneiro, 2018, p. 135; Domingues, 2007, p. 347). É por esse motivo também que escrevo em primeira pessoa, pois não pretendo me esconder de meu texto, fingir que não estou aqui. Eu estou aqui, na escolha das palavras, na escolha do tema, no olhar sobre as fontes...em tudo, assim como também sempre houve alguém por trás de todos os textos escritos até esse momento.

A diferença é que esses alguém se entendiam como representantes universais da humanidade, em sua completude e máximo desempenho. Esse texto, entretanto, foi escrito por alguém limitado e incompleto, portador de identidade, e parte de um esforço, felizmente cada vez mais coletivo, de não esquecer a história e o conhecimento produzidos pelo “lixo” (González, 2021, p. 69).

A ATUAÇÃO DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO NO CAMPO DA CULTURA

Laudelina de Campos Mello nasceu em Poços de Caldas, no dia 12 de outubro de 1904, e era neta de pessoas escravizadas. Ela enxergava uma continuidade entre o sistema escravocrata que abusou de seus avós, e as situações de violência das quais ela e sua família foram alvo durante a sua infância (Laudelina Mello, 2019). Ainda assim, desde muito jovem, ela carregava o que chamava de uma “revolta dentro de si” (Laudelina Mello, 2019), um sentimento de raiva que virou combustível para que ela se envolvesse em ações individuais ou coletivas de contestação de desigualdades sociais.

Audre Lorde (2019, p. 141-145) nos ensina que a raiva é uma emoção necessária e bem-vinda de ser sentida em situações de exclusão social, e é ela que torna possível superar o medo que nos silencia em situações de injustiça, é com a raiva que conseguimos nos engajar em ações para enfrentar essas situações dolorosas e identificar quem são de fato os nossos aliados nessa luta.

Entendo que foi a raiva pela exclusão racial que levou a jovem Laudelina e outros companheiros negros de Poços de Caldas a criar uma associação chamada “Treze de Maio”, na qual eles organizavam bailes e festas em resposta ao impedimento que sofriam de participar dessas mesmas atividades com jovens brancos (Mello *in* Pinto, 1993, p. 192).

A partir dos anos 1930, Laudelina, que então vivia na cidade de Santos, estabelece relações que dão uma dimensão mais explicitamente política à sua atuação, identificando-se como comunista (Pinto, 1993). E é em parceria com alguns desses contatos que ela consegue fundar a primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, no ano de 1936, da qual se despede em 1949, quando vai morar em Campinas (Laudelina Mello, 2019).

Laudelina teceu relações próximas com a Frente Negra Brasileira - FBN, com movimentos sindicalistas e de mulheres, sempre advogando em prol das empregadas domésticas, conforme foi possível verificar em documentos encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Lima, 2019). Ela chega em Campinas já com experiência e relações próximas dentro de movimentos políticos e sociais,

rapidamente se inserindo em um já profícuo contexto de reivindicação por direitos de negros campinenses (Laudelina Mello, 2019, p. 43-44).

Essas relações tornam possível que ela funde uma nova Associação de Empregadas Domésticas em Campinas em 1961. Ela se afasta da entidade no final da década de 1960, devido a conflitos internos, mas volta a se envolver com a organização nos anos de 1980. Nesse hiato, ela prosseguiu participando de atividades políticas antirracistas e assistencialistas, apesar das dificuldades impostas pela Ditadura Militar Brasileira, entre 1964 e 1985 (Pinto, 1993).

Laudelina Mello se manteve ativa e informada sobre as movimentações sociais ligadas às questões de classe, raça e gênero até o seu falecimento em 12 de maio de 1991, em Campinas. Ela doou a sua casa ao Sindicato das Empregadas Domésticas da cidade. A atuação de Laudelina fez parte de uma longa trajetória de mobilização social, cultural e política antirracista iniciada por pessoas negras desde o Pós-Abolição no Brasil (Domingues, 2012), essas experiências foram se acumulando e prosseguem enriquecendo os movimentos negros em diversidade, conquistas, derrotas e tentativas.

Laudelina parece muito consciente de seu lugar de importância, que não se pretendia individual, mas sempre coletivo, e por isso, nunca afirmou ter feito nada sozinha. Ela sempre esteve em diálogo com o seu tempo histórico, ou seja, sempre foi uma mulher de sua época.

Porém, apesar de circular e de estabelecer parcerias com vários desses espaços de mobilização coletiva, alguns inclusive de posicionamento mais conservador, Laudelina manteve-se fiel ao seu próprio posicionamento político, que preconizava que grupos marginalizados fossem contemplados política, social e culturalmente pelo Estado (Pinto, 1993).

Essa leitura crítica realizada por Laudelina acerca do contexto político não vinham de uma fonte de conhecimento formal, que, conforme visto anteriormente, rejeita o conhecimento não-branco, mas sim através do que Patricia Hill Collins (2020) chama de *sabedoria*, um tipo de epistemologia essencial para a sobrevivência de mulheres negras em condições tão hostis de vida.

O BAILE PÉROLA NEGRA E O BAILE DE DEBUTANTES MENINA MOÇA

Durante a década de 1950, período de execução dos dois eventos analisados, os bailes já eram atividade corriqueira de associações e clubes negros, sendo promovidos pela Frente Negra Brasileira (FNB) durante os anos de 1930 com o propósito de atrair filiações ao grupo e com fins doutrinários (Domingues, 2007a).

Esses bailes aconteciam em resposta à segregação não legislada a que estavam submetidas as populações negras, possível apenas em um país onde a pessoa negra “conhece o seu lugar” (González, 2021). Assim, o propósito de muitos desses bailes era o de criar um local para confraternização entre iguais para as elites negras rejeitadas por seus semelhantes de classe, e diferentes de pertença racial. Para isso, era observado com rigor o comportamento de pessoas frequentadoras negras dos eventos, que deveriam se apresentar de acordo com o “código de civilidade” branco-eurocêntrico, já que no período, a visão geral de muitos movimentos negros era a de que a população afro-brasileira empobrecida se encontrava em um lugar de “incivilidade” (Domingues, 2007b).

A FNB, por exemplo, entidade da qual Laudelina Mello foi próxima, se empenhava em orientar o comportamento público e privado das pessoas, propondo, por exemplo, que mulheres negras se apresentassem “[...] tão altivas e modernas quanto as brancas [...]” (Domingues, 2007a, p.365). Foi difícil estabelecer uma cronologia entre os dois bailes já que, muitas vezes, as informações sobre ambos se confundem, talvez pela proximidade das datas de execução.

O Baile Pérola Negra foi o último evento executado no Teatro Municipal de Campinas, em maio de 1957, que logo depois foi demolido, e, por isso o Baile Menina Moça, de outubro de 1957, ocorreu no Ginásio Campineiro de Regatas (Pinto, 1993). Laudelina Mello foi convidada por pessoas envolvidas em movimentos sociais de Campinas para auxiliar na organização dos bailes, haja vista que, àquela altura, já havia se tornado uma especialista na organização desses eventos, promovendo-os também em outras cidades do interior de São Paulo (Pinto, 1993).

Para a execução dos mesmos, Laudelina contou com a divulgação feita pelo jornal *Diário do Povo*, além do Baile Pérola Negra

ter tido a cobertura das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (Pinto, 1993, p. 234-235). O Baile Pérola Negra contou com a presença do então vice-governador de São Paulo, Porfírio da Paz, o que pode explicar o interesse das revistas de grande circulação na época na cobertura do evento, o que não aconteceu com o Baile Menina Moça (Pinto, 1993, p. 236).

A reportagem da revista *O Cruzeiro* (Ferreira, 1957) sobre o evento mostra fotos de moças negras em vestidos de gala, e traz uma imagem do vice-governador Porfírio da Paz colocando a faixa na miss Marcília Gama, vencedora do concurso. O texto da matéria salienta de forma positiva a forma como o evento reproduziu os costumes da classe média (branca) da época (Ferreira, 1957), e, além disso, chama a atenção que entre os atributos das selecionadas para o concurso estivessem a moral e o elevado grau intelectual, considerando a forma já abordada como eram vistas as populações negras empobrecidas. Além disso, os melhores lugares do teatro foram ocupados por pessoas brancas, e o serviço de *buffet* permaneceu sendo executado por trabalhadoras que eram em sua maioria pessoas negras (Pinto, 1993; Laudelina Mello, 2019).

Laudelina Mello, entretanto, utilizou do evento para alcançar outros fins, e foi a partir dos contatos feitos na execução do Pérola Negra que conseguiu apoio para abrir outra Associação de Empregadas Domésticas no ano de 1961, agora em Campinas (Pinto, 1993), e assim alcançar mulheres que faziam parte das camadas mais empobrecidas da população.

Sobre o baile Menina Moça, não foi possível encontrar mais informações além da que ele ocorreu. Da mesma forma, fica confusa a análise de uma carta da escritora Rachel de Queiroz, membro da Academia Brasileira de Letras, publicada na revista *O Cruzeiro* em outubro de 1957, em negativa a um convite que ela recebeu para prestigiar o Baile Pérola Negra. Na carta, Rachel se refere ao baile como se ele fosse um evento para debutantes, o que faria sentido se ela estivesse se referindo ao Menina Moça, e não ao Pérola Negra, como diz o cabeçalho da publicação (Queiroz, 1957).

A informação mais relevante sobre o evento é esta fonte, porque ela dá indícios sobre a reação de parte da população branca frente a organização desses eventos voltados para pessoas negras, mas que não excluíam a participação de pessoas racializadas como não negras

fosse na organização, no patrocínio financeiro, ou na participação das festas (Pinto, 1993).

A carta de Rachel de Queiroz recorre aos argumentos mais comuns e racionalmente questionáveis para tentar deslegitimar mobilizações antirracistas, e tudo isso apesar do caráter pouco revolucionário do baile. No documento, ela é paternalista em relação as capacidades cognitivas das pessoas organizadoras do evento (ao pedir que não caíssem na armadilha do “racismo reverso”), alega que um baile voltado para mulheres negras teria a intenção de “discriminar” moças brancas, e seria uma celebração ao racismo ao promover uma segregação de negros contra brancos, tudo isso enquanto ela, uma mulher branca, recusa a sua presença no evento (Queiroz, 1957).

Lélia González (2021) alerta sobre a existência desse movimento por parte de pessoas brancas, ao informar que setores dominantes da sociedade buscam neutralizar movimentos de organização popular (ainda que nesse caso, a organização não fosse tão popular assim), através de duas medidas: a manipulação ideológica (o paternalismo identificado na carta), e a repressão direta (autoritarismo). Nesses momentos, também costuma ser usada a cartada definitiva contra organizações sociais negras, que é o recurso do mito da democracia racial, na qual negros e brancos se tornam imediatamente apenas brasileiros, conforme também foi defendido na carta em questão (Queiroz, 1957).

Então, o fator desagregador para o psicológico da branquitude que a admissão da existência do racismo e das estruturas colonialistas brasileiras provoca, impede que se enxergue medidas como os bailes voltados para meninas negras como reparações quanto às imagens estereotipadas que atingem mulheres negras e que circulam na sociedade sem causar espanto.

Por exemplo, no início do século XX mulheres negras aparecem em revistas femininas e em cartilhas infantis apenas no papel de empregadas domésticas (Carneiro, 2018). Essas representações não parecem ter causado o constrangimento social que o Baile Pérola Negra e que o Baile Menina Moça causaram, já que o imaginário da mulher negra como empregada doméstica foi totalmente incorporado ao cotidiano da sociedade brasileira, ao ponto de tornar-se um local “natural” de ser ocupado por pessoas com essa cor de pele.

A autoestima da mulher negra também foi duramente violentada no sentido estético, e a historiadora Beatriz Nascimento cita a famosa música “Nega do cabelo duro” (2022), canção que circulava durante os anos 1950, como ferramenta para causar dor psicológica em mulheres negras, e que infelizmente também é conhecida por mim, nascida no final dos anos 1990, o que mostra a continuidade de circulação desses estereótipos.

Assim, a imagem acaba sendo um instrumento muito marcante no processo de desumanização de mulheres negras, que muitas vezes são despidas, por exemplo, da possibilidade de efetuar a sua afirmação de identidade.

Nos bailes observados, apesar de serem espaços elitizados, a pessoa negra pôde se ver dotada de atributos dos quais ela usualmente é excluída, como a beleza, a inteligência e a educação, para além de que, “[...]Os racistas não pensariam jamais que oculto no interior do “negro” há afeto, embora o mundo externo seja adverso, sofredor”. (Nascimento, 2022, p. 75).

Ao mesmo tempo, embora eu entenda a importância que os bailes podem ter exercido na recuperação da autoestima dessas meninas negras de classe alta e na produção de imagens onde elas não estejam associadas exclusivamente ao exercício do emprego doméstico ou da hiperssexualização, é importante considerar que o empobrecimento das populações negras é elemento essencial para o estabelecimento da colonialidade do poder, do qual o racismo é base estrutural, o que significa que as discussões acerca de raça e gênero não estão completas sem a consideração da classe, na medida em que a mobilidade de classe é controlada pela racionalidade,

O que significa que no caso das elites negras campinenses a interpretação, naquele momento, acerca de como resistir às estruturas da colonialidade do poder foi a de se inserir dentro da dinâmica desse dispositivo, sem considerar de fato uma emancipação dessas estruturas, mas mais no sentido de fazer parte dela.

Considerando a trajetória de Laudelina Mello, é possível observar que, apesar de sua participação na organização desses bailes analisados terem capacidade de emancipação da comunidade negra da região, um pouco limitada em questão de alcance e de crítica política, o mesmo não pode ser dito acerca de sua trajetória de militância. Ela não executou bailes apenas para essa elite, pois não

parece ter abandonado nunca a noção de como os aspectos socioeconômicos atingiam simultaneamente mulheres negras pobres, partindo do que eu enxergo como uma capacidade analítica interseccional formada a partir de um conhecimento mais prático.

O objetivo desses bailes voltados para mulheres mais empobrecidas era o de fazer com que as mesmas passassem a frequentar a Associação de Empregadas Domésticas e, com o tempo, a se identificarem com a luta pela sindicalização. Sobre isso, um colega de luta de Laudelina, sr. Pedrinho, diz que: “no dia do baile encheu o salão, não cabia, ficou gente até na rua...[...]” (Pinto, 1993, p. 395).

Assim, embora Pinto (1992), negue que Laudelina se reconhecesse como feminista, identifico em suas práticas um feminismo decolonial, que considera não só a igualdade de gênero, mas que:

[...] ultrapassa a categoria “mulheres”, fundada sobre um determinismo biológico, e atribui novamente à noção de direitos das mulheres uma dimensão política radical: levar em conta os desafios impostos a uma humanidade ameaçada de desaparecer (Vergès, 2020, p.21).

Além disso, historicamente, a exclusão de mulheres negras de instituições controladas e criadas por homens brancos, as levaram a recorrer à música, à literatura, conversas e comportamentos cotidianos como espaços para a construção de consciência feminista negra (Collins, 2020, p. 153).

Com isso, entendo que a cultura pode ser um espaço de reprodução da estrutura colonial de sociedade, ou um espaço de elaboração de novas possibilidades de vivência onde corpos marginalizados são humanizados, o que é sempre visto como uma ameaça pela supremacia branca (hooks, 2019, p. 39).

Dessa forma, durante a análise dos bailes Pérola Negra e Menina Moça, fica claro que os mesmos não se caracterizam como ações culturais que buscavam questionar as estruturas colonialistas vigentes, uma vez que se constituíram em eventos voltados exclusivamente para membros da classe média negra e branca, buscando enaltecer e estimular o tal “comportamento civilizado” entre os negros, ausente de análise de classe.

Ao mesmo tempo, é possível identificar nessas experiências “[...] o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura” (Coelho, 1997, p. 33), ainda que esse fim estivesse alinhado às estruturas supracitadas. Essas contradições, entretanto, parecem fazer parte do processo de aprendizagem do ser humano que se sabe incompleto (Freire, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, pessoas negras, somos frequentemente bombardeadas por expectativas negativas por parte do mundo. Iniciei a pesquisa, entretanto, fazendo o trajeto contrário, carregada de expectativas mitológicas em relação a Laudelina.

Os dois bailes analisados eram certamente menos politicamente radicais do que eu imaginava antes de iniciar a pesquisa, sendo uma mulher do meu tempo, o meu referencial vinha de festas que celebravam a diversidade de existências negras.

Entretanto, entendi que os paradigmas eurocêntricos contidos na organização dos eventos estavam em diálogo direto com o direcionamento que os movimentos negros haviam adotado no período, e, além disso, eles mostram que cultura e política são inseparáveis na luta por humanização de grupos marginalizados.

A pesquisa também me fez enxergar melhor a dimensão coletiva da existência de Laudelina. Ela é melhor que um mito, porque ela é humana, e ela ensina muito mais, porque sempre foi coletiva, e tudo isso me mostra que é possível.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida:** Sueli Carneiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio José. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n.28, p. 345–374, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, [s.l.], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FERREIRA, Neil. Pérola Negra. **O Cruzeiro**, [s.l.], p. 127-129, maio 1957.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZÁLEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 61- 88.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 152-188.
- hooks, bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LAUDELINA DE CAMPOS MELLO. In: SANTANA, Bianca (org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras.** Belo Horizonte: Mazza, 2019.p. 38-57.
- LIMA, Mirelle Jesus. **Associação de empregadas domésticas de Santos (1936-1946):** Gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico.

2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

LIMA, Mirelle Jesus. **Os Bailes “Pérola Negra” e “Menina Moça”:** Uma análise da atuação de Laudelina de Campos Melo no campo da cultura. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider:** Ensaios e Conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). **O negro visto por ele mesmo.** São Paulo: UBU, 2022.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991).** 1993. 493f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade de Campinas, São Paulo, 1993.

QUEIROZ, Rachel de. Pérola Negra. **O Cruzeiro**, p. 130-130, 26 out. 1957.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

VERGÉS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CAPÍTULO

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL AFROCENTRADA PARA O LETRAMENTO RACIAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

Tatiana de Almeida

Camila de Fátima Leal Rodrigues

Marianna Zattar

INTRODUÇÃO

A literatura infantojuvenil desempenha um papel fundamental na formação das crianças e adolescentes, não apenas como uma ferramenta de aprendizagem, mas também como um meio de construção de identidade cultural e valorização da diversidade. O reconhecimento de narrativas afrocentradas são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, pois contribuem para a visibilidade da cultura e história africana e afro-brasileira, frequentemente marginalizadas nos currículos escolares tradicionais. Nesse contexto, as bibliotecas escolares podem assumir uma função central nas práticas educativas a partir do acesso a uma variedade de materiais literários que destacam tais temáticas. Evidenciando a necessidade da presença de obras afrocentradas nos acervos de bibliotecas escolares.

A leitura atravessa diferentes fases da vida, inclusive a primeira infância, influenciando na construção pessoal e coletiva da memória e

da percepção de mundo. Na mesma medida que a literatura infantojuvenil se faz presente, tem-se também, nesta fase da vida, o impacto das primeiras experiências raciais. Como é o caso do racismo, que deixa marcas nas pessoas e perpetua uma representação que não dá conta da diversidade e complexidade da temática afrocentrada.

A literatura infantojuvenil afrocentrada surge como possibilidade de desenvolvimento do letramento racial e do antirracismo ao reconhecer as diferentes dimensões que compõem a formação leitora e a ação biblioteconómica, tais como: a inserção de pessoas autoras e personagens pretas, a inclusão de livros com temas afrocentrados e a divulgação de práticas antirracistas. Embora em muitos contextos essas questões sejam óbvias, há que se ter atenção em relação às narrativas que favorecem a reprodução da opressão racial. Como é o caso das pessoas pretas que foram invisibilizadas ou apagadas da história em práticas de exclusão literária.

Se hoje podemos discutir, inclusive academicamente, sobre racismo, preconceito e desigualdades devemos isso aos diversos movimentos negros que tanto lutaram por direitos por séculos. Prova disso são as políticas públicas voltadas para a área da Educação que foram essenciais para a abordagem de determinados assuntos, tais como as relações étnico-raciais, tendo como exemplo a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira na rede de ensino. Iniciativas que preveem a inserção da questão étnico-racial no ensino impactam na formação e na atuação biblioteconómica. Seja no ensino em Biblioteconomia (e na formação bibliotecária), seja na atuação biblioteconómica em diferentes níveis de ensino educacional - como é o caso das bibliotecas escolares.

Destacamos que o objetivo desta pesquisa é apresentar um estudo sobre a representação temática da literatura infantojuvenil afrocentrada como ferramenta para práticas de letramento racial em bibliotecas escolares.

Para a vertente deste trabalho, evidenciamos a representação temática crítica como uma ferramenta que pode propiciar ações de letramento racial, uma vez que possibilita que o sujeito tenha acesso à materiais voltados para a questão racial, obtendo assim informação e conhecimento acerca dessa temática. Dentre os resultados, vislumbra-se as mudanças e as transformações nos indivíduos que

estão em processo de construção de sua identidade e de sua autoestima.

O estudo se justifica por levantar a necessidade de análise da representação temática da literatura infantojuvenil afrocentrada, como via de acesso ao letramento racial. Ao analisar a presença e o uso de assuntos adequados e atualizados nos contextos escolares, pretende-se contribuir para o fortalecimento de práticas biblioteconômicas comprometidas com a equidade, a representatividade e a valorização da diversidade cultural.

Este capítulo está estruturado de forma a articular teoria, prática e análise crítica sobre a representação temática afrocentrada na literatura infantojuvenil. Após esta introdução, apresentamos procedimentos metodológicos adotados. Na seção subsequente, o destaque está na representação temática como facilitadora do letramento e da ação antirracista. Posteriormente, abordamos a afrocentralidade e a presença negra nas bibliotecas escolares e; apresentamos os conceitos de letramento racial e competência em informação na ação da Biblioteconomia escolar. Na sequência, o estudo de caso da Biblioteca Flor de Papel ganha destaque, com ênfase em como as narrativas afrocentradas florescem no cotidiano da biblioteca. Por fim, a propomos as conclusões voltadas à construção de uma Biblioteconomia escolar antirracista, que valorize a diversidade, a memória e a justiça social.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de analisar a presença e o uso da literatura infantojuvenil afrocentrada em bibliotecas escolares como instrumento de letramento racial. Para alcançar tal objetivo, optou-se pela realização de um estudo de caso, tendo como campo empírico a Biblioteca Flor de Papel, vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF).

O estudo de caso visa compreender de que forma a Biblioteca Flor de Papel tem representado tematicamente as obras de literatura afrocentrada em seu acervo e como as têm utilizado nas ações educativas voltadas ao público infantil e juvenil. Com um acervo aproximado de três mil títulos, dos quais 111 exemplares possuem

protagonismo negro ou abordagem temática afrocentrada, a biblioteca configura-se como um espaço relevante para investigar as dimensões da representatividade étnico-racial na formação leitora.

A pesquisa foi desenvolvida em duas frentes principais: análise documental e levantamento bibliográfico. A análise documental consistiu no exame dos assuntos atribuídos às obras da Biblioteca Flor de Papel, com especial atenção às obras classificadas como literatura infantojuvenil com temáticas étnico-raciais. Para tanto, foram considerados critérios como a presença de personagens negros protagonistas, autoria de pessoas negras, abordagem de aspectos históricos e culturais afro-brasileiros e africanos, bem como o tratamento dado à temática racial nas narrativas.

Paralelamente, foi realizado um levantamento bibliográfico com base em estudos teóricos e empíricos da área de Biblioteconomia, Educação e Estudos Étnico-Raciais. Essa etapa teve como finalidade aprofundar a compreensão sobre o conceito de literatura afrocentrada, os fundamentos do letramento racial e as contribuições das bibliotecas escolares na formação cidadã e no enfrentamento do racismo estrutural. Foram consultadas publicações acadêmicas, legislações, diretrizes curriculares e materiais de orientação pedagógica voltados para a temática racial e a mediação de leitura.

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA COMO FACILITADORA DO LETRAMENTO E DA AÇÃO ANTIRRACISTA

Organizar e representar a informação são atividades fundamentais para que os sujeitos possam localizar e se apropriar de conteúdos pertinentes às suas necessidades e interesses. No campo da Biblioteconomia, tais atividades não são neutras nem meramente técnicas: estão inseridas em contextos sociais, históricos e culturais que moldam tanto a produção quanto o acesso à informação. Para Maria Luiza Campos e Hagar Espanha Gomes (2003), a representação da informação “é um norteador para a organização de documentos e informação”, ou seja, atua como uma diretriz estratégica que orienta como os conteúdos são descritos, categorizados e disponibilizados. Nesse sentido, a representação temática, compreendida como a escolha, a descrição e a ênfase de determinados temas e discursos nos processos de organização do conhecimento, torna-se

especialmente relevante ao considerar sua influência direta sobre o que pode ser encontrado e lido nas bibliotecas.

A representação da informação é, portanto, um processo central no trabalho biblioteconômico, especialmente quando se trata de garantir a visibilidade de vozes historicamente marginalizadas, como as de autores(as) e personagens negras. Para a atuação da pessoa bibliotecária, torna-se essencial dominar os processos de análise e síntese de conteúdos, mas, sobretudo, compreender o impacto político dessas representações. Mais do que permitir a identificação e a recuperação de materiais, a representação temática crítica permite tensionar os discursos dominantes e ampliar o acesso a narrativas plurais. No contexto da literatura infantojuvenil afrocentrada, isso significa garantir que os acervos incluam, classifiquem e destaquem obras que tematizam a experiência negra de forma afirmativa, contribuindo para o letramento racial, para a formação da identidade de crianças negras e para a educação antirracista de todos os sujeitos leitores. Assim, o trabalho técnico de representação é também um ato ético, educativo e político.

De acordo com Lima e Alvares (2012) representar é o ato de utilizar elementos simbólicos com palavras, figuras, imagens, desenhos, entre outros para substituir um objeto, ideia ou um fato que na Ciência da informação estão relacionadas com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento. A representação temática, segundo Melo e Brascher (2014), é um tipo de representação de nível secundário com o intuito de substituir o conteúdo do objeto informacional por um conjunto de elementos descritivos resultantes da análise conceitual e síntese de assuntos que apresentam.

De acordo com Francelin e Pinho (2011, p. 56), os processos relacionados à representação da informação, embora tradicionalmente associados a uma prática técnica e especializada, “vão muito além de um ‘fazer técnico’ e as preocupações, cada vez mais, voltam-se para a dimensão social da área e seus impactos para os usuários”. Essa afirmação desloca o foco da representação como mera atividade mecânica para comprehendê-la como uma prática social, cultural e política, profundamente imbricada nas dinâmicas de poder que definem o que é visível, acessível e valorizado nos sistemas informacionais. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que tanto o produto quanto o processo de representação devem se orientar pela

utilidade, adequação e relevância para grupos sociais específicos, especialmente aqueles historicamente excluídos dos espaços de produção e circulação do conhecimento.

No âmbito da representação temática, isso significa questionar os critérios utilizados para selecionar os conceitos centrais de uma obra e refletir sobre a capacidade dos instrumentos - como os sistemas de classificação, indexação e os vocabulários controlados - de abranger temas complexos como identidade, ancestralidade, racismo e resistência. O uso desses instrumentos como mediadores entre o sujeito e a informação é essencial para garantir o acesso, mas torna-se problemático quando as ferramentas disponíveis não são sensíveis à diversidade de saberes e experiências.

Essa perspectiva nos permite compreender que a representação da informação é, antes de tudo, um exercício de leitura e interpretação do mundo, no qual se define o que será destacado, valorizado, marginalizado ou omitido no processo de representação.

Na prática biblioteconômica, essa representação se concretiza por meio de instrumentos técnicos normativos, no processo de classificação com os sistemas como - Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) - e, no processo de indexação, com os vocabulários estruturados, como os tesouros, as listas padronizadas de assuntos e as taxonomias. Esses instrumentos, segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 208), são fundamentais para a formulação de estratégias de busca, mas frequentemente operam com uma linguagem que universaliza experiências e apaga especificidades culturais e históricas. Isso afeta diretamente a capacidade de recuperação de obras que tratam, por exemplo, do letramento racial, da ancestralidade africana ou da construção de identidades negras na infância.

Para se conseguir uma indexação adequada, é indispensável observar as características de organização do ambiente informacional, seus propósitos, tipos de usuários e suas necessidades de informação. A NBR12676, que trata dos métodos para análise de documentos, no quesito de determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, define o processo de indexação como sendo o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”. Lancaster (2004), sem discordar da definição da ABNT,

a complementa afirmando que indexar é preparar a representação do conteúdo temático de um documento empregando um ou vários termos de indexação, comumente selecionados de algum tipo de vocabulário estruturado, tesauro ou lista de assuntos padronizada.

Porém, cabe aqui ressaltar que essas ferramentas, embora fundamentais para a organização do conhecimento, carregam historicidades e vieses que refletem valores eurocentrados, coloniais e, muitas vezes, excludentes. No caso das temáticas afrocentradas, a ausência de termos adequados para descrevê-las, indexá-las e classificá-las nos instrumentos tradicionais de representação, evidencia um apagamento sistemático dessas narrativas. Quando bibliotecas não encontram termos apropriados para indexar ou classificar uma obra que trata, por exemplo, de ancestralidade africana, religiosidade de matriz afro-brasileira, estética negra ou resistência antirracista, há um risco de essas obras serem representadas em categorias genéricas, como “cultura popular”, “diversidade” ou “literatura infantil”, sem a devida visibilidade de suas especificidades. Isso compromete a recuperação e, por consequência, o acesso crítico e consciente por parte da comunidade, especialmente daqueles que buscam identificação e representação.

Cabe à Biblioteconomia, especialmente em contextos educativos como as bibliotecas escolares, tensionar essas ferramentas normativas e buscar estratégias de mediação que assegurem a visibilidade de temas fundamentais. Isso pode incluir, por exemplo, a adoção de vocabulários complementares sensíveis à diversidade, a criação de categorias locais contextualizadas. Assim, a representação da informação deixa de ser apenas um processo técnico e passa a ser uma prática política de resistência e inclusão, comprometida com a promoção do acesso à informação como direito social.

RETRATAR PARA REPARAR: AFROCENTRALIDADE E PRESENÇA NEGRA NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Ter acesso à leitura, é ter acesso a novos mundos, ter acesso aos seus direitos e deveres e aos cargos de relevância para o país. Agora, por que tocar nesse assunto quando nosso público alvo são as crianças? Porque essas serão adultos e poderão desde cedo ter acesso

às informações necessárias para se tornarem cidadãos com opinião formada e questionadores sobre sua realidade, estarão sendo estimulados para serem sujeitos críticos e cientes dos seus direitos e deveres como cidadãos.

A literatura infantil se caracteriza pela forma de endereçamento dos textos ao leitor. A idade deles, em suas diferentes faixas etárias, é levada em conta. Os elementos que compõem uma obra do gênero devem estar de acordo com a competência de leitura que o leitor previsto já alcançou. Assim, o autor escolhe uma forma de comunicação que prevê a faixa etária do possível leitor, atendendo seus interesses e respeitando suas potencialidades. A estrutura e o estilo das linguagens verbais e visuais procuram adequar-se às experiências da criança (Cademartori, 2007, p. 11).

O contato com a literatura nas fases iniciais do desenvolvimento das crianças está diretamente relacionado à construção de um pequeno leitor ativo e ao despertar do desejo e do gosto pela leitura. Dessa forma, o acesso aos livros proporciona um repertório vasto e diversificado, capaz de estimular a imaginação, a criatividade, a socialização, a comunicação (ampliando o vocabulário) e as relações interpessoais.

Despertar o interesse de uma criança pela leitura nos primeiros anos de vida é fundamental e não deve ser interrompido, os pais e educadores são os primeiros responsáveis em aproximar o pré-leitor da literatura infantil (Silva, 2009, p. 35).

Um ponto importante quando tratamos da literatura infantojuvenil é perceber que as temáticas presentes não fogem das que encontramos no gênero adulto, o que difere é a forma como é apresentada e trabalhada nos livros e por consequência na escola e biblioteca escolar. É o primeiro contato que os pequenos terão com determinados assuntos importantes para sua construção como indivíduos e com a realidade do mundo.

o que se percebe é a existência de uma literatura que pode ser chamada de infantil apenas no nível de manifestação textual, isto é, no nível do texto em que o leitor entra em contato com as

personagens, tempo, espaço, entre outros elementos textuais; percebe-se também que os temas não diferem dos temas presentes em outros tipos de texto que circulam na sociedade, como a literatura para adultos e o texto jornalístico, por exemplo (Gregorin Filho, 2011, p. 9).

Gregorin Filho (2011) chama a atenção para o fato de que a literatura infantil, embora destinada a crianças, não se limita a temas exclusivamente infantis. Pelo contrário, ela compartilha temas e valores presentes em outros tipos de textos refletindo questões humanas que transcendem faixas etárias. Isso reforça a ideia de que a literatura infantojuvenil não é apenas um instrumento de entretenimento, mas também uma ferramenta para a discussão de valores e experiências universais.

A inexistência de personagens pretos nas histórias infantojuvenis impossibilitou, por muito tempo, que as crianças pretas adquirissem orgulho pelos seus traços, sua história e ancestralidade. Uma forma implícita de invisibilizar e um processo de apagamento da história daqueles que por anos sofreram e morreram para que esse país se desenvolvesse a base da escravidão e genocídio.

Ao esconder a presença da criança negra, a literatura infantil impede a construção de imagens e representações positivas da negritude, e, por outro lado, encaminha as leitoras da mesma etnia para a identificação com o grupo branco, sempre representado de forma positiva. Imagens e palavras constroem ou desconstroem identidades étnicas (Arena; Lopes, 2013).

Para que esse rótulo fosse banido, os movimentos negros foram essenciais nessa luta em busca de representatividade do seu povo em todas as áreas da sociedade. O surgimento de editoras independentes também fortaleceu e permitiu que a temática étnico-racial fosse abordada corretamente, trazendo o protagonismo negro para as histórias e para o ambiente escolar. A lei 10.6396/2003 referente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas foi uma grande vitória, mas ainda esbarra nos obstáculos criados por profissionais que ainda defendem que o racismo nunca existiu no nosso país, diminuindo a necessidade do debate desse assunto e criminalização

do mesmo. Essas ações possibilitaram a publicação de títulos afrocentrados, afroreferenciados e afrodiáspóricos que são tão importantes para a desconstrução de anos de invisibilidade.

[...]. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Com a leitura é possível permitir que a criança conheça outros mundos, libere sua imaginação e se sinta livre para descobrir outros mundos. É um meio de fornecer informação e conhecimento para os pequenos leitores de forma lúdica e simples. Quando falamos de leitura, lembramos das histórias que ouvíamos quando éramos crianças e o quanto aquele momento nos permitia desenvolver o potencial criativo. Sabemos que muitas crianças têm seu primeiro contato com os livros nas escolas e suas respectivas bibliotecas e por isso é tão importante que o desenvolvimento de coleções atenda às necessidades de toda a comunidade e a represente de forma positiva.

Para os pequenos leitores que estão no processo de construção da sua identidade e personalidade as consequências da leitura podem proporcionar acesso a muitos mundos, universos, vivências, histórias e culturas. Através de contos, poesias, histórias, fábulas, entre outros, é possível ter contato com todo tipo de sentimento e sensações. Através das metáforas contidas nos livros infantis abordamos temas difíceis que acontecem no nosso dia a dia, mas de forma mais leve e por que não dizer lúdica, a criança tem contato com certas temáticas que trabalhadas em sala de aula, biblioteca e/ou sala de leitura permitirá entender e agir perante diversas situações.

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização (Cagneti, 1996, p. 7).

Nesse sentido, a literatura infantojuvenil afrocentrada constitui uma ferramenta significativa para o desenvolvimento do letramento

racial e para a construção de práticas antirracistas nos espaços educacionais. Tais obras não apenas promovem a visibilidade de vozes e experiências que foram silenciadas ao longo da história, como também abrem caminhos para reflexões sobre as desigualdades raciais que atravessam a sociedade. Sua inserção nos acervos das bibliotecas escolares é, portanto, uma estratégia fundamental para garantir o direito à diversidade e à representação.

FORMAR PARA TRANSFORMAR: LETRAMENTO RACIAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA AÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA ESCOLAR

Ao abordar a presença da literatura em contextos escolares marcados por episódios de racismo, observa-se que, em muitos casos, os profissionais da educação demonstram desconhecimento ou resistência em intervir. Tal postura está frequentemente associada à crença equivocada de que o Brasil não é um país racista ou à minimização da gravidade de atitudes discriminatórias. Para que as intervenções sejam adequadas e eficazes, é fundamental que as instituições de ensino adotem protocolos institucionais específicos para o enfrentamento de situações de racismo e outras formas de discriminação. Esses documentos devem estabelecer etapas claras de ação, orientando os profissionais sobre como acolher e proteger a vítima, de modo a evitar que esta internalize a culpa pelo ocorrido.

A pessoa bibliotecária, no âmbito escolar, desempenha uma função essencialmente educativa, uma vez que está diretamente ligada ao desenvolvimento do aluno em consonância com o projeto pedagógico da formação escolar. Dessa forma, sua atuação está intrinsecamente relacionada à educação em informação dos estudantes, contribuindo para formação crítica e autônoma no acesso, uso e interpretação da informação. De acordo com Aguiar (2006, p. 259)

Ao ressaltarmos o caráter dinâmico da biblioteca na escola, avulta a figura do bibliotecário. A ele são atribuídas funções específicas, uma vez que a biblioteca escolar é um espaço diferenciado da sala de aula, com características próprias.

Eliana Barbosa e Juliana Binda (2024) destacam o papel do profissional da informação e da biblioteca escolar em relação à promoção da educação das relações étnico-raciais e do letramento racial por intermédio de atividades específicas. É necessário que a pessoa bibliotecária tenha latente o perfil social e educativo para que possa atuar frente às questões raciais e culturais da nossa sociedade.

De acordo com Flávia Haas e Letícia Ponso (2024, p. 5), a educação das relações étnico-raciais possibilita a percepção da diferença, mas não o seu aceite em relação à desigualdade existente e persistente no nosso país. Dessa forma, a igualdade e respeito às diferenças devem estar presentes nas instituições de ensino e, portanto, nas bibliotecas. Observamos o quanto é necessário o reconhecimento e a busca em relação a reflexão e discussão dessa temática que por anos foi negligenciada.

Reafirmamos a importância da existência e uso da literatura afrocentrada, especificamente a infantjuvenil no movimento antirracista e difusão do letramento racial, já que permite que as crianças desenvolvam a imaginação, criatividade, vocabulário, além do contato com várias realidades, experiências, contextos e textos que retratam o meio que vivem.

Falar da temática étnico-racial é abordar também o processo de letramento racial, que segundo Soares (2021, p. 39) é “o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escuta e de suas práticas sociais”. Um processo de desenvolvimento e reconhecimento imprescindível nas escolas e bibliotecas que atendem sujeitos em constante desenvolvimento e como tal precisam ter acesso a história, cultura e ancestralidade dos povos. Através do letramento racial, os sujeitos adquirem ferramentas informacionais que possibilitam tanto a emancipação, ao fortalecerem sua identidade, autoestima e senso crítico, quanto a superação da reprodução de desigualdades, ao tomarem consciência das estruturas racistas naturalizadas no cotidiano. O letramento racial foi essencial para que discussões acerca do racismo estrutural viessem à tona e os profissionais, em especial as pessoas bibliotecárias, percebessem a relevância da busca por mais conhecimento.

As práticas de letramento racial nas bibliotecas escolares tem como objetivo a conscientização sobre as relações étnico-raciais e

antirracismo, utilizando alternativas e estratégias diversas, desde a seleção de materiais relacionados com esse conteúdo à capacitação dos profissionais e consequentemente da comunidade. Com o planejamento pedagógico é possível construir uma educação mais igualitária onde todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Neste contexto, destaca-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), trazem alguns princípios para a realização de ações educativas para o combate ao racismo e as discriminações:

[...] a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade; a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo; o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais; participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplam a diversidade étnico-racial (Brasil, 2004, p. 19-20).

Uma conquista na luta antirracista são as ações afirmativas como a lei 10.639/2003 (Brasil, 2023) referente à obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas instituições

de ensino privada e pública e o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010); juntos tem como finalidade o combate ao racismo que reina no Brasil, defesa da igualdade de oportunidades para todos os sujeitos independente do tom da pele.

Para uma ação mais assertiva em relação a Educação das Relações Étnico-racial (ERER), os profissionais da informação precisam estar atentos acerca do letramento sendo um marco essencial para que os sujeitos possam identificar e reconhecer atos racistas e a partir dos seus conhecimentos tenham a capacidade para interpretar e, principalmente agir perante as ações racistas.

Uma forma eficiente para debater as questões étnico-raciais são as atividades educacionais que promovam e valorizem a diversidade, lutando contra o racismo e desigualdade. Os profissionais bibliotecários podem realizar atividades tendo a força da literatura infantojuvenil afrocentrada como parceira para tais movimentações. Para isso, a pessoa bibliotecária precisa estar atenta às questões raciais e preparada para que possa, a partir desenvolvimento ético, estético, político e técnico, desenvolver práticas que fomentem o letramento racial em diferentes contextos e comunidades.

Corroborando com a afirmação anterior, Sandra Regina (2019) argumenta que as ações voltadas para a ERER podem e devem ser desenvolvidas na biblioteca escolar, compreendendo toda a diversidade étnica, estética, artística, intelectual e cultural existentes nesse ambiente na interrelação entre a pessoa bibliotecária e os demais profissionais da educação em relação aos conteúdos e materiais didáticos. Dessa forma, observamos o quanto a conexão de atuação entre a pessoa bibliotecária e o profissional da educação são elos fortes no processo de letramento racial, já que ambos os profissionais e seus respectivos espaços de trabalho estarão envolvidos na promoção do letramento racial, que pode ocorrer, por exemplo, com a literatura afrocentrada.

A biblioteca como um todo por ser um ambiente repleto de informação e conteúdo é, ainda, um ambiente educativo e lúdico, podendo elaborar práticas educacionais antirracistas que promovam o letramento racial da comunidade que a compõe. Deste modo, além de todas as atribuições, a pessoa bibliotecária é mediadora e criadora “[...] de recursos e serviços que atendam e dialoguem com a

comunidade na tentativa de ser um órgão vivo e importante no entendimento crítico das construções sociais". (Gomes, 2016, p. 749).

Na promoção do letramento racial em bibliotecas escolares considera-se o desenvolvimento da competência em informação; também conhecida como *information literacy*, que se refere às práticas informacionais na identificação, localização, avaliação, representação e uso de informações de forma crítica e ética. Quando associada ao letramento racial, a ideia de competência em informação envolve a compreensão e o desejo para a desconstrução de estruturas racistas presentes nas fontes de informação e na sociedade a partir da educação em informação. A integração desses dois conceitos é uma oportunidade para que as pessoas bibliotecárias possam contribuir para formação de pessoas capazes de interagir criticamente com as informações, reconhecendo e combatendo os discursos discriminatórios, preconceituosos e racistas e os vieses presentes nos sistemas de conhecimento.

A competência em informação se apresenta, portanto, como um processo contínuo desenvolvido no ambiente informacional para aprendizagem no decorrer da vida em diferentes temas, momentos e contextos. Trata-se de uma possibilidade em que o estímulo ao pensamento crítico ajude distinguir a opinião e fato em experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem contínua, ética e crítica.

Para que essas ações sejam assertivas em relação a ERER é necessário que a pessoa bibliotecária seja letrada racialmente e assim possa contribuir, entre outras coisas, para a desconstrução de uma perspectiva eurocêntrica e branca, “vez que estamos imersos em uma sociedade preconceituosa, discriminatória e racista, incidindo em incertezas, receios e inseguranças” (Aquino; Santana, 2013, p. 20).

De acordo com o Conselho Federal de Biblioteconomia a biblioteca escolar possui várias atribuições dentre as quais o apoio aos objetivos educacionais e pedagógicos, participação do processo de ensino-aprendizagem e contribuição na formação de sujeitos com senso crítico e reflexivo (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2019, p. 5).

O desenvolvimento de coleções com temática racial e antirracista tem como objetivo o rompimento dos anos nos quais o

povo preto foi rotulado negativamente e apagado da história. A pesquisadora Simone Weitzel (2013, p. 9) evidencia que:

é raro encontrar alguma biblioteca que tenha toda a rotina implantada desde a seleção ao desbastamento e, mais ainda que adote uma política formal, com todos os seus recursos técnicos, para garantir o desenvolvimento balanceado das coleções tendo em vista os objetivos institucionais e coletivos.

Por este motivo, para elaboração de um acervo afrocentrado “é necessário contemplar o acervo com materiais que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil e que destaque a representatividade positiva desta população.” (Lima; Silva; Costa; Silva, 2018, p. 87).

Segundo Tatiane Salles e Luciana Gracioso (2024) a biblioteca pode e deve colaborar com a prática em si das leis 10.639/03 e 11.645/08 atuando contra o racismo e preconceito dos povos vistos como inferiores. Franciéle Silva (2020) reforça que o desenvolvimento de uma coleção voltada a educação antirracista, permite que a biblioteca além de local de busca e recuperação de informação também seja um ambiente que estimule o debate voltado para a temática, visando construção de um novo olhar sobre esse povo preto e desconstrução de anos de superioridade.

De acordo com Eliane Fioravante (2021), as bibliotecas escolares são importantes já que permitem que alunos e professores tenham acesso aos serviços, acervo, atividades e profissionais que estimulem leitura, escrita, debates e conversas acerca das relações étnico-raciais.

No que toca à biblioteca escolar (BE), esta possui uma função educativa, mas sua ação não se reduz ao apoio à aprendizagem e às atividades curriculares, ela se estende à formação para cidadania. A valorização da diversidade étnico-racial deve refletir no seu saber-fazer, na prática do bibliotecário, no acervo e nas atividades culturais e educativas que promove (Santos, Souza, 2023, p. 4).

Sendo assim, a biblioteca escolar oferece para as crianças o contato com um acervo que vai além do didático, dessa forma conseguem estimular o gosto pela leitura e pela literatura de forma

lúdica e prazerosa. Além disso, a biblioteca escolar pode ser uma aliada na luta antirracista ao promover o letramento racial de sua comunidade.

A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA INFANTOJUVENIL AFROCENTRADA NA BIBLIOTECA FLOR DE PAPEL

A Biblioteca Flor de Papel integra a rede de 29 bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), estando localizada na unidade de educação infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni). O surgimento da Biblioteca Flor de Papel foi motivado pela demanda das crianças por acesso à literatura, práticas de leitura e mediação. Para atender a essa necessidade, a Biblioteca Central da UFF (BCG) disponibilizou uma coleção denominada “Flor de Papel”, utilizada principalmente por estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Letras/Literatura e Pedagogia. No entanto, as crianças também frequentavam a BCG para acessar os títulos dessa coleção. Com o tempo, percebeu-se que essa dinâmica não era viável, tanto para as crianças quanto para os demais usuários da biblioteca. Assim, em 1999, por meio de um projeto de extensão desenvolvido na instituição todo o acervo infantojuvenil da coleção “Flor de Papel” foi transferido para o ambiente escolar, dando origem à Biblioteca Flor de Papel (BFP).

A BFP tem como objetivo principal oferecer um espaço dedicado à leitura, à interação e ao estímulo de laços interpessoais, criatividade, vocabulário, independência e identidade das crianças. Além disso, busca fomentar o gosto e o prazer pela leitura, contribuindo para a formação de novos leitores.

A BFP utiliza a classificação por cores como método para a organização física de seus livros. Essa abordagem é particularmente relevante em bibliotecas infantis, pois facilita o entendimento das crianças, que associam as cores aos tipos de texto disponíveis para sua faixa etária. A simplicidade na classificação e no acesso aos livros é essencial nesse contexto, já que o público-alvo da biblioteca é composto por crianças, independentemente de seu nível de alfabetização. Além da classificação por cores, a BFP também adota a Classificação Decimal de Dewey (CDD), exigida pelo sistema de gerenciamento de bibliotecas Pergamum, utilizado pela instituição.

Apresentamos aqui os resultados da pesquisa desenvolvida na BFP, que teve como objetivo de investigar como é a representação temática das questões étnico-raciais em seu acervo de literatura infantojuvenil. A investigação partiu do contato inicial com a bibliotecária responsável, estabelecido via e-mail em que se apresentou a proposta da pesquisa e se solicitou uma visita técnica à biblioteca. Durante o encontro presencial, foi possível conhecer o ambiente, explorar os recursos informacionais disponíveis e compreender as motivações que impulsionaram a formação de uma coleção voltada para narrativas afrocentradas e com protagonismo negro. A conversa com a bibliotecária foi marcada pela abertura ao diálogo e pela sensibilidade em relação à temática, evidenciando o compromisso da instituição com a promoção de uma educação antirracista.

A partir dessa interlocução, foi possível identificar e recuperar os títulos que compõem o corpus da pesquisa, formado por obras que abordam, de forma direta ou simbólica, aspectos da cultura negra, identidade racial e resistência histórica. A coleta e organização dos dados permitiram uma análise detalhada sobre autoria, protagonismo, temas abordados e a forma como esses livros estão indexados no catálogo da biblioteca. A pesquisa também evidenciou os desafios enfrentados pela profissional no processo de indexação de assuntos étnico-raciais e a necessidade de aprimorar a representação temática desses materiais.

Durante a entrevista inicial, um dos aspectos mais marcantes relatados pela bibliotecária foi o episódio que motivou a incorporação sistemática de títulos com protagonismo negro e abordagem afrocentrada no acervo da biblioteca. A iniciativa surgiu a partir de uma demanda concreta da comunidade escolar: uma professora negra relatou um caso de racismo e bullying ocorrido em sala de aula e solicitou apoio da biblioteca para intervir na mediação do conflito. Tal situação, embora lamentavelmente comum, revela como ações antirracistas muitas vezes são reativas, em vez de preventivas, sendo motivadas por episódios de discriminação já consumados. Esse relato reforça a importância de políticas institucionais que promovam, de forma contínua e planejada, o acesso a materiais que abordem a diversidade étnico-racial como um direito educacional fundamental.

Com base nessa demanda e no diálogo com educadores, a biblioteca passou a buscar obras que atendessem às necessidades pedagógicas e afetivas da comunidade escolar, especialmente no que diz respeito à valorização da identidade negra e ao combate ao racismo estrutural.

Outro aspecto relevante destacado pela bibliotecária foi a dificuldade na indexação de assuntos étnico-raciais nos títulos recebidos pela biblioteca. Esses materiais são incorporados ao acervo para uso no ambiente da biblioteca, em sala de aula (quando solicitados pelos educadores) ou para empréstimo. A profissional ressaltou a importância de uma representação temática precisa e coerente com o conteúdo dos livros. No entanto, na prática, muitas vezes a indexação é realizada de forma generalizada, sem as especificações necessárias, o que pode comprometer a eficácia da busca e recuperação dos exemplares.

O resultado desse esforço é um acervo em constante crescimento e qualificação, com ênfase em livros infanto-juvenis escritos por autores negros ou que apresentam personagens negros em papéis centrais. Foram identificados 111 títulos que se enquadram nesses critérios, dentre os cerca de 3 mil exemplares disponíveis. A sistematização dos dados desses livros foi realizada por meio de uma planilha eletrônica, contendo informações como título, autoria, ano de publicação, editora, faixa etária recomendada, presença de autoria negra, protagonismo negro, temática afrocentrada, além dos assuntos informados tanto pela ficha catalográfica das editoras quanto pelo catálogo da própria biblioteca. Um extrato da planilha pode ser visualizado na figura 1.

A análise da planilha referente aos títulos infanto-juvenis da Biblioteca Flor de papel revelou um conjunto significativo de obras representadas por temáticas relacionadas à cultura negra, identidade racial e protagonismo afrocentrado. Dentre os livros analisados, observou-se que a maioria apresenta personagens negros em posições de destaque, contribuindo para a representatividade e a valorização da diversidade étnico-racial na literatura para crianças e jovens.

Figura 1 - Análise das obras da Biblioteca Flor de Papel.

Índice	Titúlo da Obra	Autoria	Ano	Editora	Autoria Negra? (Sim/Não)	Protagonismo Negro? (Sim/Não)	Temática Afrocentrada? (Sim/Não)	Assuntos encontrados na ficha catalográfica - editora	Assunto encontrado no catálogo	Faixa Etária Indicada pelo livro	Observações
	Mandela : Nelson Mandela	Maria Julia Maltese	2019	Mostarda	Não	Sim	Sim	ativista pelos direitos humanos, África do Sul, Biografia, Literatura infantojuvemil, Movimentos antíapartheid	Literatura infanto juvenil, Movimento antescravagista, Apartheid, Biografia capoeira, literatura infantojuvemil, música, reggae, marcha, rock, samba	8 a 11 anos	Livro ilustrado, linguagem acessível
	O Batuquinho	Leo Mendonza	2018	Aletria		Sim	Sim	Literatura infato juvenil brasileira.	Literatura infantojuvemil, Viagem ao redor do mundo, Diversidade cultural	5 a 8 anos	Livro ilustrado, linguagem acessível
	Meu mundo no mapa do mundo	Jonnas Ribeiro	2018	Editora do Br	Não				Literatura infantojuvemil, Orixás	7 anos ou mais	
	Ciranda em Aruanda	Liu Olivina	2021	Quatro Cant	Sim	Sim	Sim	Literatura infantojuvemil, Orixás	Literatura infantojuvemil afrobrasileira ,Mitologia africana, Orixá	0 a 12 anos	
	Acili está feliz	Kiusam de Oliveira	2022	Melhoramer	Sim	Sim	Sim	Emoções, literatura infantojuvemil	Literatura infantojuvemil afrobrasileira, Lactante, Felicidade , Afeto	1 a 4 anos	
	Histórias sobre pequenas coisas	Otávio Júnior	2022	Books	Sim	Sim	Sim	Ficção, Literatura infantojuvemil brasileira	Literatura infantojuvemil afrobrasileira , Cotidiano, Criança ,Afeto	a partir de 3 anos	

Fonte: As autoras.

Quanto à autoria, identificou-se um expressivo número de obras escritas por autores negros, como Kiusam de Oliveira, Sonia Rosa, Otávio Júnior e bell hooks, cujas narrativas frequentemente exploram vivências, tradições e histórias vinculadas à afrodescendência. A presença de autorias negras reforça a importância da produção literária que emerge de perspectivas interseccionais, garantindo autenticidade e profundidade às temáticas abordadas.

A análise do corpus revelou a presença significativa de narrativas que valorizam a cultura negra, a ancestralidade africana e o cotidiano de crianças negras em diferentes contextos. As obras selecionadas abordam uma diversidade de temas, com destaque para quatro grandes eixos: identidade racial e autoestima, cultura africana e afro-brasileira, resistência histórica e ancestralidade, e experiências cotidianas da infância negra. Títulos como *Meu crespo é de rainha*, de bell hooks, e *O cabelo de Cora*, de Ana Zarco Câmara, promovem o reconhecimento positivo da estética negra e contribuem para o fortalecimento da autoestima das crianças. Já obras como *Omo-Oba: histórias de princesas*, de Kiusam de Oliveira, e *Ciranda em Aruanda*, de Liu Olivina, introduzem elementos da mitologia africana e das tradições orais, estabelecendo pontes entre passado e presente, entre cultura e pertencimento.

Também merecem destaque os títulos que tratam da resistência e da memória, como *Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta* e *O dragão do mar*, ambos de Sonia Rosa, que reconstruem, em linguagem acessível ao público infantil, episódios da história brasileira a partir de uma perspectiva afrocentrada. Esses livros não

apenas informam, mas também convidam à reflexão crítica sobre as desigualdades históricas que ainda persistem. Em paralelo, obras como *Da minha janela e Histórias sobre pequenas coisas*, de Otávio Júnior, trazem à tona o cotidiano de crianças negras em espaços urbanos, humanizando suas vivências e deslocando estereótipos muitas vezes reforçados pela literatura hegemônica. A variedade temática e a diversidade de estilos presentes no acervo analisado evidenciam o potencial transformador da literatura infantojuvenil na construção de uma consciência racial crítica desde a infância.

Apesar dos avanços na formação desse acervo, foi possível identificar desafios relevantes no processo de representação temática e indexação dos materiais. Muitos dos livros recebidos pela biblioteca chegam com descritores genéricos ou imprecisos, que não refletem adequadamente as temáticas étnico-raciais contidas nas obras. Essa limitação compromete a eficácia da busca e recuperação da informação, dificultando que educadores, estudantes e leitores em geral acessem o conteúdo desejado de forma eficiente. A ausência de termos específicos nos campos de assunto das fichas catalográficas e nos registros bibliográficos da biblioteca evidencia a necessidade de uma revisão crítica dos instrumentos de indexação utilizados, bem como da adoção de vocabulários mais sensíveis e atualizados.

Em síntese, os resultados demonstram a relevância dessas obras para a construção de um repertório literário antirracista, capaz de promover representatividade, empatia e reflexão crítica entre crianças e jovens leitores. A diversidade de temas e abordagens evidencia o potencial da literatura infantojuvenil como ferramenta de transformação social e valorização da cultura negra na Biblioteca Flor de Papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação da informação é uma das atividades mais relevantes no âmbito da Biblioteconomia, uma vez que está diretamente vinculada à recuperação da informação e ao acesso ao conhecimento por parte dos usuários. Nesse sentido, uma representação eficiente e coerente da literatura infantojuvenil afrocentrada assume um papel fundamental, não apenas para facilitar sua localização nos acervos, mas também como um instrumento

essencial para garantir a representatividade adequada de um povo que, historicamente, foi subjugado e invisibilizado.

Além disso, uma representação mais crítica e precisa facilita a recuperação, tornando a busca por termos e assuntos mais ágil e eficiente. No caso de temas que ainda enfrentam resistências e invisibilidade, como os conteúdos afrocentrados, essa prática ganha uma dimensão ainda mais crucial. Uma indexação bem elaborada e sensível às especificidades culturais é fundamental para assegurar que esses temas estejam devidamente representados nos acervos infantis.

Diante dos dados levantados e analisados, torna-se evidente a relevância da literatura infantojuvenil com protagonismo negro e abordagem afrocentrada como ferramenta estratégica no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar. A experiência da Biblioteca Flor de Papel demonstra como a curadoria consciente do acervo, aliada ao diálogo com a comunidade escolar, pode transformar a biblioteca em um espaço de acolhimento, representatividade e construção de identidades positivas. Ainda que o acervo analisado represente um passo importante, é necessário compreender que o letramento racial exige continuidade, compromisso institucional e atualização permanente, tanto em relação às obras disponíveis quanto às práticas de mediação e representação da informação.

Assim, recomenda-se que a biblioteca adote uma política de desenvolvimento de coleções com critérios explícitos de inclusão de obras afrocentradas e de autoria negra, bem como realize uma revisão dos instrumentos de indexação atualmente utilizados. É fundamental incorporar vocabulários mais inclusivos, específicos e atualizados, de modo a garantir maior visibilidade às temáticas étnico-raciais e facilitar o acesso por parte de seus usuários. Além disso, ações formativas voltadas para bibliotecários e educadores sobre mediação de leitura com enfoque antirracista podem potencializar ainda mais o impacto dessas obras no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARENA, Dagoberto Buim; LOPES, Naiane Rufino. PNBE 2010: personagens negros como protagonistas. **Educação & Realidade**, [s.l.], v. 38, n. 4, p. 1147-1173, 2013.

AGUIAR, Vera Teixeira. O caminho dos livros: da biblioteca à comunidade. In: AGUIAR, Vera Teixeira; MARTHA, Alice Aurea Penteado. (Org.). **Territórios da leitura: da literatura aos leitores**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis: ANEP, 2006. p. 255-267.

AQUINO, Mirian Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez. 2013.

BARBOSA, Eliana Terra; BINDA, Juliana Maria Waichert. A biblioteca escolar e as relações étnico-raciais: atividades de letramento racial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. Recife: CBBD, 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial** - Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília: Senado Federal, 2008.

CAGNETI, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1996.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **A biblioteca escolar**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2023.

GOMES, Elisângela. **Afrocentricidade:** discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

HAAS, Flávia Vaniz de Oliveira; PONSO, Letícia Cao. **A construção de espaços de letramento racial crítico na sala de aula:** possibilidades para a educação das relações étnico-raciais. Revista Leia Escola, Campina Grande, v. 24, n. 1, p. 221-239, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13619714.

LIMA, Graziela de Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SILVA, Andreia; COSTA, Amabile; SOUZA, Gisele Karine. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 88-103, 2018.

MELO, Maria Antônia Fonseca; Marisa; BRASCHER. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjorland. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 67 - 80, jan./abr. 2014.

SANTOS, Anna Vitória Macêdo dos; SOUZA, Elisabete Gonçalves. A presença da literatura antirracista nos acervos das bibliotecas escolares: um estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-20, jan./dez., 2023.

SALLES, Tatiane Helena Borges de; GRACIOSO, Luciana de Souza. Do letramento informacional para o letramento racial: a presença da *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. Recife: CBBB, 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis (SC): Rocha Gráfica e Editora, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. *In: DUQUE-CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Epistemologias Latino-americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês. **Do incômodo nasceu o caminho:** do ensino bibliotecário às epistemologias negro-africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista de divulgação científica em Ciência da Informação**, Porto Velho, v.1, n.9, nov. 2023.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

CAPÍTULO

CATALOGAÇÃO E MARCADORES SOCIAIS: ATRIBUTOS DE DESCRIÇÃO ADOTADOS PELA BIBLIOTECA CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA

Verônica Dias da Silva

Ana Claudia Medeiros de Sousa

INTRODUÇÃO

As bibliotecas têm como objetivo preservar, armazenar, organizar e disseminar conhecimento, provendo informação a todos, sem distinção. No campo científico da Biblioteconomia existe a concepção de que a biblioteca tem que ser uma entidade neutra. No entanto, não existe prática bibliotecária neutra. A seleção de materiais bibliográficos, a catalogação, a disseminação, entre outras práticas da Biblioteconomia, são desenvolvidas a partir das interferências do(a) bibliotecário(a).

Também há de se compreender que as bibliotecas não são espaços isolados, os acervos delas acabam por refletir os preconceitos que existem na sociedade em que vivemos. Então, não se pode eximir o(a) profissional bibliotecário(a) de sua responsabilidade para a transformação social do contexto geográfico no qual a biblioteca está inserida. Torna-se cada vez mais necessária uma abordagem

crítica da biblioteconomia, com o objetivo de tornar os recursos de informação mais inclusivos e acessíveis.

Essa criticidade deve ser acionada em todas as atividades realizadas pela pessoa bibliotecária, como na aquisição de acervos que correspondam às demandas e os traços identitários da comunidade usuária; no desenvolvimento de ações culturais que façam alusão ao contexto geográfico em que a biblioteca está inserida; na catalogação adotando elementos/atributos que garantam uma descrição fidedigna com o conteúdo e as características da autoria; entre outras atividades que estejam entrelaçadas com a diversidade e individualidade de cada sujeito, para que todas as pessoas possam se sentir pertencentes e representadas na biblioteca situada em seu território.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo evidenciar os atributos de representação adotados pela Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB) na catalogação de obras de autores(as) negros(as). Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com o estudo de caso acerca das obras de autores(as) negros(as) que compõem o acervo da BCEB, analisando os registros no formato MARC 21 que foram obtidos no catálogo online da biblioteca.

Este estudo se justifica pela necessidade de realização de pesquisas que abordem e problematizem a prática e as diretrizes da catalogação, refletindo sobre a urgência de se atentar para a inclusão de atributos destinados à descrição de marcadores sociais. Indicar que uma obra pertence a um(a) autor(a) negro(a), poderia ajudar a reduzir as desigualdades nos campos literário e científico, dando uma maior visibilidade a escritores(as) e pesquisadores(as) negros(as). Além de atrair novos leitores, reconciliar-se com leitores que se afastaram pela falta de representatividade.

CATALOGAÇÃO, BIBLIOTECA PÚBLICA E MARCADORES SOCIAIS

A catalogação pode ser definida como a representação descritiva dos atributos físicos e de conteúdo de um item informacional. Essa descrição busca facilitar a recuperação da informação para os(as) usuários(as) e saciar suas necessidades

informacionais explícitas e implícitas, como afirmam Mey e Silveira (2009, p. 7) ao definir o processo de catalogação como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

A atividade de catalogar pode ser dividida entre representação descritiva e representação temática, como destacam Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28):

Portanto, a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica [...] A segunda detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproxima-los.

Na representação descritiva ocorre a descrição bibliográfica, que é representar os elementos essenciais do documento, que além de caracterizá-lo, o individualiza. Ainda há a determinação dos pontos de acesso, que são termos selecionados para que o(a) usuário(a) localize a representação dos itens através das unidades de descrição. A representação temática, subsidia a organização dos documentos por assuntos seguindo padrões de linguagens documentárias.

Mey e Silveira (2009) afirmam que o catálogo é o principal canal entre usuário e acervo e, pautadas em Charles Ami Cutter, comentam que os objetivos do catálogo, são: permitir encontrar um livro pelo autor, título ou assunto; mostrar o que a biblioteca possui de um autor ou assunto; ajudar na escolha de um livro.

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2016) amplia esse conceito, considerando as inovações tecnológicas que possibilitaram a transição de catálogos manuais para OPAC (*Online Public Access Catalog*). O principal formato de intercâmbio de dados utilizado na atualidade é o *Machine Readable Cataloging 21* (MARC 21), um padrão de metadados para o armazenamento e o

intercâmbio de registros bibliográficos em formato legível por computador (Assumpção; Santos, 2015).

A comunicação entre as bibliotecas automatizadas só poderá ocorrer se ambas utilizarem os mesmos padrões como um código de catalogação e protocolos de interoperabilidade. O código vigente no Brasil é a segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), publicado em 1978 e que sofreu sucessivas mudanças até 2005, que vem sendo substituído pela *Resource Description and Access* (RDA).

A partir do que foi apresentado, pode-se perceber que a catalogação é uma técnica que visa representar a informação sob os aspectos físicos e de conteúdo, auxiliada por instrumentos como códigos, sistemas de classificação e formatos. Isto posto, está sendo aplicado nesta pesquisa a concepção de Mey e Silveira (2009) de que catalogar é representar um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento.

Esse contexto revela a importância de catalogadores(as) no papel de mediadores(as) da informação ao elaborar essas representações. O procedimento simplifica a busca e recuperação da informação para atender às demandas do público no que diz respeito ao conhecimento, que é a razão de existência da biblioteca, sobretudo a biblioteca pública

A biblioteca pública é um espaço democrático que deve ser acessível a todos independente da raça, gênero, orientação sexual, religião e condição socioeconômica. A definição apresentada pelo Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA-UNESCO, 2022, p. 1), diz que a biblioteca pública “[...] é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários”.

No Brasil, a primeira biblioteca pública, que também é a primeira da América Latina, foi fundada em 1811, na cidade de Salvador, Bahia. Nessa época, já se destacava sua função de apoio à educação (Fundação Biblioteca Nacional, 2010). Suaiden (1979, p. 4) salienta que “[...] a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos”. Atualmente é denominada Biblioteca Central do Estado da Bahia, que foi selecionada como o *lócus* desta pesquisa.

O Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA-UNESCO, 2022) elenca alguns objetivos deste tipo de biblioteca, tais como: fornecer acesso amplo à informação e ideias sem censura; apoiar a educação formal e informal; criar hábitos de leitura desde a infância; desenvolver habilidades de alfabetização e inclusão digital; garantir acesso a conhecimentos comunitários e científicos; preservar e promover tradições culturais e diversidade.

A biblioteca pública estimula o protagonismo social de pessoas através do acesso ao conhecimento, fazendo com que elas exerçam seus direitos e participem da construção de uma sociedade democrática. Para isso, deve promover seus produtos e serviços correspondentes aos marcadores sociais.

Os seres humanos apresentam diferenças em relação a tom de pele, cabelo, traços faciais, biotipos corporais, comportamentos, entre outros. Essas características impactam nas vivências dos sujeitos, considerando que possuem traços em comum com alguns indivíduos e diferentes de outros (Zamboni, 2014).

Para analisar estas diferenças e seus impactos, foi concebida a expressão “marcadores sociais da diferença”. Para Pelúcio (2011, p. 79), “[...] historicamente, essas abordagens têm seu ponto de referência no ‘feminismo das diferenças’, nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980”. Essa perspectiva surge como uma crítica ao movimento feminista da época, que contemplava apenas uma parcela de mulheres.

Schwarcz (2019) vincula a concepção de marcadores sociais da diferença aos fatores demarcadores de desigualdade e hierarquia social, ao afirmar que:

A expressão “marcadores sociais da diferença” transformou-se, assim, numa maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia (Schwarcz, 2019, p. 11).

De acordo com Zamboni (2014, p. 13), “[...] marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais”. Esta classificação está relacionada a posição que aquele sujeito ocupa na sociedade, possuindo características em

comum com outros sujeitos que estão inseridos naquele grupo. Adaptado de Zamboni (2014), a seguir é apresentado algumas destas categorias:

- a) **Raça:** negra, indígena, branca, amarela, marrom, entre outros;
- b) **Gênero:** homens cisgêneros e transgêneros, mulheres cisgêneros e transgêneros, travestis, não binários, entre outros;
- c) **Sexualidade:** heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, entre outros;
- d) **Classe:** ricos, pobres, classe média, moradores em situação de rua, entre outros;
- e) **Geração:** crianças, adolescentes, adultos, idosos.

Gaudêncio, Albuquerque e Cortês (2018) trazem outros marcadores como etnia, família e trabalho. Santos *et al.* (2024) além dos marcadores supracitados, lembra das pessoas com deficiência. Zamboni (2014) e Pelúcio (2014) destacam que um indivíduo pode possuir mais de um marcador, que se entrecruzam, gerando o conceito da interseccionalidade.

Valendo destacar que os marcadores sociais raça e etnia são erroneamente confundidos. Enquanto raça, que é o cerne desta pesquisa, refere-se a um âmbito biológico, etnia trata-se ao âmbito cultural, delimitado por semelhanças linguísticas e culturais (Santos *et al.*, 2023).

Refletir sobre marcadores sociais e aproximar das práticas biblioteconômicas são discussões cada vez mais necessárias, visto que como citado anteriormente, o fazer do profissional da informação não é neutro. Para Santos *et al* (2023, p. 52),

A atuação do(a) profissional da informação, quando ocorre de maneira consciente e pautada na responsabilidade e empatia, possibilita o atendimento das demandas informacionais do(a) usuário(a), possibilitando a apropriação da informação e o desenvolvimento do protagonismo social.

Para isso, é preciso realizar ações mediadoras que sejam pautadas na alteridade e no respeito à diversidade de grupos que

formam a comunidade usuária. Com isso, os produtos e serviços informacionais precisam atender as individualidades de sujeitos que compõem um coletivo, pois como defende Ribeiro (2017, p. 40), “[...] ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal”.

Quanto aos processos que envolvem a organização do conhecimento, é válido refletir que

A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acessá-la, não é universal, está relacionada muito mais aos esquemas culturais de quem a disponibiliza do que aos esquemas de quem a busca - a organização da informação não é “neutra” (Moraes; Almeida, 2013, p. 180).

Ou seja, é preciso que as pessoas bibliotecárias tenham consciência de que seu fazer não é neutro e, portanto, requer criticidade e colaboração para efetivamente garantir a promoção da democratização do conhecimento. Para isso é necessário que os ambientes informacionais se tornem espaços de acolhimento à diversidade através de uma atuação consciente de profissionais da informação, ciente do seu papel social e do seu protagonismo na mediação implícita da informação nos processos de representação e organização da informação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva que, de acordo com Gil (2002, p. 42), é “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Como método foi utilizado o estudo de caso, uma vez que buscou investigar como funciona a prática de catalogação na Biblioteca Central do Estado da Bahia, mais precisamente a catalogação de obras de autoria negra.

Para a coleta de dados, optou-se pela pesquisa documental e observação direta, com o intuito de constatar se campos do MARC fomentam a descrição de atributos relacionados aos marcadores sociais das autorias das obras bibliográficas.

O universo desta pesquisa, refere-se as obras de autores(as) negros(as) que foram adquiridas pela Fundação Pedro Calmon entre os anos de 2019 e 2022, a partir da Lei nº. 10.639/2003. A seleção da amostra ocorreu a partir da recuperação de obras através do sistema Pergamum, adotado pela instituição para a gestão do acervo.

A escolha dos títulos concentrou-se em obras literárias e escritas por autorias negras. Das obras, foram selecionados para constituir a amostra desta pesquisa, 5 (cinco) títulos para a análise dos atributos de catalogação. O levantamento dos dados ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2024. A interpretação dos dados foi pautada na abordagem qualitativa, a partir das concepções adotadas na revisão de literatura.

RESULTADOS

Os dados a seguir foram coletados por meio da técnica de pesquisa documental realizada no catálogo da Biblioteca Central do Estado da Bahia. A consulta no catálogo foi realizada por meio do campo “assunto”, utilizando os descritores “escritores negros”; “negro” / “negra” / “negros”; “afro”; “racial” / “raciais”; “racismo”, que são termos frequentemente associados a escritores negros e suas produções durante o processo de catalogação.

Para obter resultados mais alinhados com o objetivo deste estudo, os dados foram filtrados por ano de publicação, restringindo-se ao intervalo de 2018 a 2021, considerando que a biblioteca não recebe livros que foram publicados naquele mesmo ano. Além disso, houve uma filtragem por tipologia, focando exclusivamente em livros. O critério adotado baseou-se no número de classificação, para a classe 800, correspondente à Literatura, na CDD, especificamente nas subclasses 810 a 899. Após esta listagem, foi realizada uma pesquisa para identificar quais autores(as) eram ou se identificavam como negros(as).

Para a seleção dos 5 (cinco) títulos, foi dada prioridade aos que se repetiam nos resultados de cada pesquisa, complementando a lista de acordo com a ordem em que os títulos foram listados. As obras escolhidas foram:

- 1) *Alika*, de Regina Luz;
- 2) *Flores de ébano*, de Alexandra Lima da Silva;

- 3) *Já fui água um dia*, de Ana Fátima Cruz dos Santos;
- 4) *As mulheres Abayomi*, de Adilson Passos;
- 5) *A ialorixá e o pajé*, de Maria Stella de Oxóssi.

Das cinco obras analisadas, apenas uma, *Alika*, escrita por Regina Luz e publicada em 2019 possui o termo “escritores negros” entre seus assuntos, como pode ser observado na figura 1. Esse dado revela a necessidade de pessoas bibliotecárias atuarem com criticidade entendendo que, como defende Zamboni (2014), os marcadores sociais são sistemas de classificação que podem explicar como são constituídas socialmente as desigualdades entre as pessoas.

Figura 1 - Registro do livro *Alika*

001		189308
003		BR-BaBPB
005		20241002111500.0
008		230508s2019 baba jr# #000 1dpor#c
020		Sa 9788594311207 (broch.)
040		Sa BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082	0 4	Sa 028.5
090		Sa 028.5 \$b L994a
100	1	Sa Luz, Regina.
245	1 0	Sa Alika / Sc Regina Luz ; ilustrações: Rebeca Silva
250		Sa 1. ed.
260		Sa Salvador : \$b Caramurê, Sc 2019.
300		Sa 30, [1] p. : \$b il.
490	1	Sa Coleção eu vim da Bahia. Luiz Gama ; \$v 2
500		Sa Inclui referências
600	1 4	Sa Gama, Luis \$d 1830-1882 \$x Biografia
650	0 4	Sa Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	Sa Negros \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	Sa Negros \$x Identidade racial \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	Sa Discriminação racial \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	Sa Escritores negros
700	1	Sa Silva, Rebeca. \$d 1986-
830	0	Sa Eu vim da Bahia \$p Luiz Gama

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

A necessidade de se adotar uma perspectiva crítica na Biblioteconomia se faz mais necessária do que nunca, sobretudo diante das desigualdades e invisibilidades históricas que influenciam os sistemas de organização da informação. Conforme visto no

referencial teórico desta pesquisa, Ribeiro (2017) defende amplamente a ruptura com discursos universalizantes, em prol da promoção de múltiplas vozes, enquanto Moraes e Almeida (2013) complementam que a organização da informação não é neutra, mas influenciada pelos contextos culturais e sociais. Isso exige uma postura crítica e consciente dos bibliotecários para assegurar a democratização do acesso ao conhecimento.

Na obra escrita por Mãe Stella de Oxóssi, famosa sacerdotisa do candomblé, observamos, no campo 650 (Assuntos), os descritores “Cultos afro-brasileiros” e “Candomblé”, conforme ilustrado na Figura 2. Esses termos representam não apenas o conteúdo da obra, mas também características da autora. Como o foco deste estudo não é apenas a temática do material, mas também a identidade dessas autorias, esses descritores poderiam ser incluídos no subcampo \$m do campo 386 para registrar seu grupo religioso ou no subcampo \$u do campo 100 para indicar sua filiação cultural. Também poderia ser escrita uma pequena biografia sobre Mãe Stella no subcampo \$g do campo 100, vide sua importância como uma das principais representantes do candomblé e da literatura afro-brasileira e sua contribuição para a valorização da cultura e identidade negra no Brasil.

Figura 2 - Registro do livro de *A ielorixá e o Pajé*

001		186367
003		BR-BaBPB
005		20220823133800.0
008		220725s2018 baba j# #000 1dpqr#c
020		Sa 9788553300051 (enc.)
040		Sa BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082	0 4	Sa 028.5
090		Sa 028.5 \$b SB461
100	1	Sa Stella, \$c de Oxóssi \$d 1925-
245	1 2	Sa A Ialorixá o pajé / Sc Mãe Stella de Oxóssi ; ilustrações Enéas Guerra
260		Sa Lauro de Freitas, BA : \$b Solislima, \$c 2018.
300		Sa [26] p. : \$b II.
500		Sa Inclui dados da autora e do ilustrador.
600	1 4	Sa Stella \$c de Oxóssi \$d 1925- \$x Literatura infantojuvenil
650	0 4	Sa Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	Sa Cultos afro-brasileiros \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	Sa Cultura indígena \$x Literatura infantojuvenil
	0 4	Sa Candomblé \$z Bahia \$x Literatura infantojuvenil
700	1	Sa Guerra, Enéas, \$d 1951-

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

No livro *Já fui água um dia*, de Ana Fátima Cruz dos Santos, observa-se o uso dos descritores “Poesia brasileira”, “Negros na literatura” e “Literatura brasileira”. Uma sugestão seria incluir no campo 650 o termo “Poesia negra” ou “Literatura negra”, o que contribuiria para uma categorização mais precisa e enriquecedora da obra dentro do contexto da literatura e da identidade de seus autores.

Figura 3 - Registro dos livros *Já fui água um dia*

001		190305
003		BR-BaBPB
005		20230725135400.0
008		230725s2019 spb# gr# #000 pdpor#c
020		\$a 9788558335737
040		\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
041	1	\$a por
082	0 4	\$a 869.91
090		\$a 869.91 \$b S233j
100	1	\$a Santos, Ana Fátima Cruz dos, \$d 1986-
240	1 0	\$i Português
245	1 0	\$a Já fui água um dia / \$c Ana Fátima Cruz dos Santos
260		\$a Guaratinguetá : \$b Penalux, \$c 2019.
300		\$a 75 p.
650	0 4	\$a Literatura brasileira
	0 4	\$a Poesia brasileira
	0 4	\$a Negros na literatura

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Já na publicação *Flores de ébano*, como mostra a Figura 4, seria interessante adicionar “Literatura negra feminina”. Isso se justifica pelo fato de que a obra não apenas tem mulheres negras como temática, mas também é escrita por uma mulher negra. Essa adição destacaria a interseccionalidade da identidade da autora e o papel fundamental que ela desempenha na representação das vozes femininas na literatura.

Figura 4 - Registro do livro *Flores de ébano*

001		186771
003		BR-BaBPB
005		20221126112700.0
008		220901s2020 mgb# jr# #000 1dpord#c
020		\$a 9786557490037 (broch.)
040		\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082	0 4	\$a 028.5
090		\$a 028.5 \$b S578f
100	1	\$a Silva, Alexandra Lima da
245	1 0	\$a Flores de ébano / \$c Alexandra Lima da Silva ; ilustrações: Regina Miranda
260		\$a Belo Horizonte : \$b Mazza, \$c 2020.
300		\$a 24, [4]p. : \$b il. col. ;
504		\$a Bibliografia: p. [26].
650	0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	\$a Negras \$x Mulheres \$x Literatura infantojuvenil
700	1	\$a Miranda, Regina, \$d 1959-

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Na descrição da obra *As mulheres Abayomi*, demonstra-se porque a simples catalogação de assunto não é suficiente para compreender a identidade de seu autor. A temática do livro aborda mulheres negras, como é possível observar no campo 650 (Figura 5). Entretanto, a produção é de autoria masculina, escrita por Adilson Passos. Para uma representação mais completa, poderia ser utilizado o campo 100 no subcampo \$c para a inclusão da raça do autor e o campo 386 no subcampo \$m para a inclusão de seu gênero. Embora possa parecer irrelevante, durante a seleção das obras para a amostra deste estudo, alguns títulos foram descartados por serem de temática negra, mas escritos por autores brancos, o que não se alinhava com o objetivo da pesquisa.

Figura 5 - Registro do livro *As mulheres de Abayomi*

001		189293
003		BR-BaBPB
005		20240716124500.0
008		230508s2018 baba jr# #000 1dpor#c
020		\$a 9788589059985 (enc.)
040		\$a BR-BaBPB \$c BR-BaBPB
082	0 4	\$a 028.5
090		\$a 028.5 \$b P319m
100	1	\$a Passos, Adilson
245	1 3	\$a As mulheres Abayomi / \$c Adilson Passos
260		\$a Lauro de Freitas, BA : \$b Solisluna, \$c 2018.
300		\$a [30]p. : \$b il. col. ;
650	0 4	\$a Literatura infantojuvenil brasileira
	0 4	\$a Cultura afro-brasileira
	0 4	\$a Mulher negra

Fonte: Sistema Pergamum BCEB, 2024.

Vale ressaltar que, em tese, a literatura negra deveria ser compreendida como algo diferente de literatura sobre ou com negros(as). Trazendo uma ideia debatida na área do cinema, filmes com pessoas negras incluem personagens negros(as), mas sem necessariamente refletir uma perspectiva negra autêntica. Já filmes negros centralizam a experiência e a visão de mundo negra, abordando a negritude com profundidade e autenticidade (Gates; Gillespie, 2019). Logo, uma literatura negra seria composta por obras escritas por autores(as) negros(as) que expressam suas vivências. Já uma literatura sobre ou com negros incluiria obras escritas por autores(as) não negros(as) que retratam personagens ou temas relacionados à experiência negra, mas que não necessariamente refletem a perspectiva vivencial de autorias negras.

Retomando o pensamento de Schwarcz (2019), os marcadores sociais são essenciais para compreender as desigualdades e hierarquias sociais. Diante disso, comprehende-se nesta pesquisa que a inclusão de marcadores sociais na catalogação não possibilita

apenas aumentar a visibilidade de autorias que pertencem a grupos minoritários, mas também interromper apagamentos históricos e promover diversidade cultural mais ampla nos acervos.

Nessa conjuntura, foi possível constatar que apesar da BCEB adotar alguns campos do MARC 21 para registrar atributos referentes às obras, existem uma grande variedade de campo que podem ser adotados para melhor representar as obras e os marcadores sociais que constituem as autorias. O campo 386, surge como uma opção mais adequada para registrar características de identidade do(a) autor(a), como gênero, raça e outros aspectos demográficos. No entanto, também podem ser observadas outras sugestões para demarcar essas identidades, como outros marcadores sociais, visando também a descrição temática que faz parte do processo de catalogação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou evidenciar a importância da inclusão dos marcadores sociais no processo de catalogação, destacando a representatividade de escritores(as) negros(as). Conforme apresentado, práticas biblioteconômicas críticas e inclusivas são fundamentais para garantir que os acervos reflitam a diversidade social e cultural, promovendo uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento.

Mey e Silveira (2009) ressaltam que a catalogação representa um diálogo entre as mensagens contidas nos registros do conhecimento e as necessidades de usuários(as). Essa mediação torna-se ainda mais importante no caso da BCEB, uma instituição que está situada no estado com a maior população negra do país e, portanto, necessita atualizar sua política de catalogação visando o perfil da sua comunidade usuária, em uma perspectiva inclusiva e crítica.

Há a responsabilidade de utilizar os formatos de catalogação como o MARC 21 para registrar de forma adequada os atributos de identidade das autorias, sendo necessário ampliar o uso dos campos e subcampos do formato pelos(as) profissionais da informação, para proporcionar uma representação mais justa e equitativa.

Portanto, é imprescindível que bibliotecas públicas como a BCEB, compreendam sua responsabilidade social e atuem como

agentes transformadores na construção de uma sociedade mais justa e representativa. E para isso, é fundamental a adoção de práticas catalogadoras inclusivas. Os acervos e as práticas de bibliotecas públicas precisam refletir a diversidade que compõe a comunidade usuária para garantirem o papel social e cultural dessas instituições.

A sensibilização de profissionais da informação e a adesão de práticas inclusivas são fundamentais para que as bibliotecas cumpram sua função como espaços verdadeiramente democráticos. Adotar uma perspectiva crítica vai além de necessidades acadêmicas, é um compromisso com a promoção da diversidade, a inclusão e a democratização do acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 20, n. 1, p.54-74, jan./mar. 2015.
- DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO (PIC). Tradução: Marcelo Votto Texeira. [Den Haag]: IFLA, 2018. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/89>. Acesso em: 03 abr. 2025.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, 2010.
- GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; Cortês, G. R. Expandindo o cosmos da representação social do conhecimento por meio da categorização de marcadores sociais da diferença. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2018.
- GATES, Racquel J.; GILLESPIE, Michael B. **Reivindicando os Estudos de Filme e Mídia Pretos**. Tradução: Kênia Freitas, Heitor Augusto [interlocução]. 2019. Disponível em: <https://abraccine.org/traducoes-abraccine/>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOPES, F. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, M. N. O negro e a mediação: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFPB, 2015.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA IFLA-UNESCO 2022. Tradução: FEBAB. [DenHaag]: IFLA, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MEY, Eliane Serão Alves; SILVEIRA, Naiara Christofoletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MORAES, Marielle Barros de; ALMEIDA, Marco Antonio de. Mediação da Informação, Ciência da Informação e Teorias Curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, p. 175-198, 2013.

PELÚCIO, Larissa. Social markers of difference in the experiences of transvestites coping with AIDS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 1, p. 76–85, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29772>. Acesso em: 15 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Andréa Karinne Albuquerque. et al. Marcadores sociais e decolonialidade no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 48–68, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 8-19. (Coleção Diferenças).

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. 1979. 103 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia**: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), [s.l.], v. 1, p. 14-18, 2014.

CAPÍTULO

REGISTRO CIVIL E QUESTÕES DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE INJUSTIÇAS NO REGISTRO DOCUMENTAL BRASILEIRO

Nathália Lima Romeiro

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

INTRODUÇÃO

O Registro Civil de pessoas pertencentes a um Estado-Nação desempenha um papel crucial na preservação de um extenso arquivo que documenta a história da sociedade, narrando tanto as trajetórias individuais, quanto permitem refletir sobre a configuração territorial, a organização social e a memória coletiva de um povo. Para substanciar essa argumentação, Silva e Escobar (2021) elucidam que os Registros Civis funcionam como um repositório de informações sobre a vida civil dos indivíduos que compõem a sociedade, no qual essa função de arquivamento é considerada fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e históricas, fornecendo uma base para a pesquisa e a análise das interações humanas ao longo do tempo.

Com base nisso, e entendendo que as realidades sociais não foram/são as mesmas para pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, classes, gênero e sexualidades, questionamos: quais desafios enfrentam mulheres, pessoas trans e outros grupos em situação de vulnerabilidade social para o registro documental de identificação civil e o acesso a políticas públicas no Brasil? Esta é a pergunta que dá início a essa investigação, na qual buscamos aprofundar a análise dos desafios enfrentados por mulheres, pessoas

trans e outros grupos em situação de vulnerabilidade social no Brasil, especificamente no que diz respeito ao registro documental de identificação civil, fundamentais para o acesso a políticas públicas.

A fragmentação das políticas públicas que visam assegurar esses direitos, aliada à falta de uma abordagem que considere as especificidades de cada grupo, contribui para a perpetuação das desigualdades e exclusão social. Este estudo, portanto, tem como objetivo investigar os impactos da colonização dos corpos e afetos no acesso a documentos de identificação civil no Brasil. A pesquisa se justifica quando entendemos que os Registros Civis não apenas registram eventos significativos, mas também contribuem para a construção da identidade e da continuidade social, evidenciando a importância desses documentos no acesso a cidadania e na preservação da memória histórica.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e documental, que utiliza a análise interpretativa como abordagem principal para explorar e interpretar os resultados. O *corpus* de análise é composto por uma variedade de fontes relacionadas ao registro civil advindos de instrumentos normativos e de bibliografia publicada sobre o assunto tanto no campo informacional quanto em outras áreas do conhecimento.

Assim, finalizada esta introdução, a organização do trabalho segue a seguinte estrutura: na seção 2 debatemos as injustiças de gênero e seus reflexos na sociedade. Na seção 3, é apresentada uma reflexão sobre a importância dos documentos na formação da cidadania, estabelecendo um diálogo entre as pesquisas desenvolvidas na ciência da informação sobre registro civil e as teorias da documentação. Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

DAS (IN)JUSTIÇAS À JUSTIÇA DE GÊNERO

As injustiças sociais ocorrem quando pessoas ou grupos são tratados de formas injustas dentro da sociedade, algo que resulta em desvantagens aos mesmos. Tais injustiças podem se manifestar em perdas de oportunidades, bem como o acesso desigual aos direitos civis e bens sociais e epistêmicos. Dentre as manifestações de

injustiças sociais estão as discriminações, preconceitos, estereótipos, violências, abusos, acesso limitado a serviços, dentre outros elementos (Stone, 2022).

Dentre as injustiças sociais, estão as injustiças de gênero. Quando nos referimos às injustiças de gênero, as quais são frequentemente chamadas de desigualdades de gênero ou iniquidades de gênero, elucidamos acerca do tratamento e das oportunidades desiguais, sistêmicos e generalizados, vivenciados por sujeitos com base em seu gênero. Tais injustiças afetam, sobretudo, mulheres e meninas, pessoas LGBTQIAPN+, e pessoas não consonantes com a binariedade de gênero. Com relação à população LGBTQIAPN+, tais injustiças sociais se manifestam quando, por exemplo, a negação de uma pessoa transgênero realizar a transferência do nome de sua escolha para sua identidade. Entretanto, homens também são generificados, e podem ser impactados por normas rígidas de gênero (Romeiro et al., 2024). Essas desigualdades se manifestam em diversas dimensões sociais, informacionais, epistêmicas, culturais, econômicas e jurídicas, e acabam por influenciar o acesso a bens epistêmicos, recursos e direitos civis básicos desses sujeitos.

Em contraponto às injustiças de gênero, existe a justiça de gênero. Anne Marie Goetz (2007) entende que a justiça de gênero iniciou se referindo a projetos emancipatórios que visavam promover direitos, sobretudo de mulheres e meninas. As violações de direitos humanos afetam de maneira particular mulheres e indivíduos que são alvos de violência devido à sua identidade de gênero ou sexual. Os requisitos e condições para pertencer a uma nação, bem como os direitos e responsabilidades dos cidadãos, tornam-se temas centrais no debate em torno da definição de justiça de gênero.

Na perspectiva de Goetz, a justiça de gênero envolve aspectos distintos que transcendem noções ligadas a classe, pertença étnico-racial e lugar geográfico, dificultando sua conceituação e implementação. Em primeiro lugar, quando observado pelo grupo das mulheres, percebemos que essas não formam um grupo homogêneo, mesmo quando consideradas junto a outras coletividades colocadas em espaço de marginalização, como minorias étnico-raciais ou imigrantes em situação de exclusão social. A dimensão de gênero intersecta todas essas categorias sociais, gerando divergências tanto

nos interesses quanto nas visões de justiça entre as próprias mulheres. Em segundo lugar, a dinâmica entre homens e mulheres no âmbito familiar e comunitário representa um eixo central de desigualdade de gênero, diferentemente de qualquer outro grupo social. Dessa maneira, ações voltadas à justiça de gênero priorizam a transformação das relações de poder no espaço doméstico, tradicionalmente visto como “privado”. Por fim, as estruturas patriarcais e as normas sociais cultivadas na esfera privada não se limitam a ela: estendem-se às instituições políticas, econômicas e sociais. O próprio conceito de justiça de gênero expõe esse viés institucionalizado, ao evidenciar que a justiça, em sua formulação e prática, frequentemente reproduz lógicas patriarcas originadas no domínio doméstico (Goetz, 2007).

Assim, a justiça de gênero, enquanto processo, introduz um componente fundamental: a responsabilização. Isso envolve o dever e a obrigação de prestar contas por parte das próprias instituições sociais encarregadas de promover a justiça. As desigualdades de gênero surgem a partir de pactos sociais — sejam eles explícitos ou não — que definem a participação em diversas instituições, como a família, a comunidade, o mercado profissional, o Estado e até mesmo as estruturas religiosas. Essas instituições têm, em teoria, a função de mediar conflitos, criar e aplicar normas legais, e coibir abusos de poder. Para combater efetivamente as disparidades de gênero, as bases ideológicas e culturais que sustentam a opressão de mulheres, meninas e comunidades LGBTQIAP+ devem ser analisadas em cada uma dessas esferas. Essa compreensão é basilar para desconstruir os mecanismos que perpetuam a desigualdade e colocam as pessoas em espaços de subordinação por conta de seu gênero (Goetz, 2007; Mukhopadhyay, 2007).

Nesta toada, para que os documentos são garantias para que estes sujeitos, colocados às margens das sociedades, possuem para a garantia de sua cidadania. A seguir, argumentaremos sobre esse aspecto.

DOCUMENTOS E CIDADANIA: UM ENFOQUE NA DOCUMENTAÇÃO CIVIL E NAS TEORIAS DA DOCUMENTAÇÃO

Os estudos sobre documentação no campo biblioteconômico-informacional possibilitam uma problematização e uma compreensão

mais aprofundada do conceito de documento em diferentes contextos, incluindo a primeira forma de representação documental que indivíduos nascidos em um determinado território possuem: os registros de identificação civil, os quais serão objeto de nossa análise subsequente.

Historicamente, desde o século XVII, o documento foi compreendido principalmente como uma prova, utilizado para representar fatos, objetos ou a existência de uma pessoa. Somente no final do século XIX o termo passou a ter um significado mais amplo, relacionado ao "aprendizado ou comunicação de um conhecimento" (Silva et al., 2018, p. 221), o que reflete uma transição de uma visão utilitária para uma abordagem que reconhece a função comunicativa e educativa dos documentos.

Suzanne Briet (2016, p. 44) define documento como "todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual", ampliando a compreensão do documento como evidência que sustenta um fato, o que ressalta sua relação com registros bibliográficos. Ao afirmar que "não basta saber ler para compreender; é preciso saber encontrar e utilizar documentos" (Briet, 2016, p. 44), Briet enfatiza a importância de desenvolver competências que exigem a compreensão dos contextos e narrativas subjacentes.

Michael Buckland, em "What is a Document?" (1997), complementa essa discussão ao abordar aspectos semióticos e antropológicos, propondo três usos do termo informação — como processo, conhecimento e coisa — e enfatizando a natureza subjetiva do documento. Frohmann (2009), influenciado por Briet, destaca, por sua vez, que a informatividade é moldada por práticas documentárias que incluem materialidade e contextos institucionais. Reflexão que nos leva a reconsiderar os registros de identificação civil sob uma nova perspectiva, posto que esses documentos não se configuram meramente como instrumentos burocráticos; desempenham um papel vital na constituição da cidadania e na promoção da inclusão social. Com isso, a análise das práticas de registro civil à luz da epistemologia da documentação nos permite perceber como esses registros são essenciais para o reconhecimento e a validação dos indivíduos dentro da sociedade, além de ser algo que contribui para a

construção das identidades e pertencimentos de uma pessoa ou grupo.

Silva e Escobar (2021), em consonância com Lodolini (1989), destacam que o registro de pessoas naturais no Brasil teve suas origens na atuação da Igreja Católica, que, por meio de batismos, casamentos e certidões de óbito, documentava a vida dos indivíduos. Para que uma pessoa fosse reconhecida como cidadã brasileira, era imprescindível seguir as normas estabelecidas pela Igreja, evidenciando a centralidade da religião na construção da identidade civil. Essa dinâmica reflete uma estratégia de colonialidade do ser, conforme discutido por Quijano (2010) e Segato (2021).

A colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2022) refere-se à maneira como a colonização ultrapassou a mera dominação territorial, englobando a produção de identidades e a definição do que significa ser humano e cidadão. Nesse contexto, a Igreja, ao reconhecer apenas seus fiéis como dignos de cidadania, perpetuava um sistema que subalternizava aqueles que não se conformavam a seus preceitos, incluindo populações indígenas e afro-brasileiras.

A impossibilidade de registrar indivíduos de outras religiões representa um problema significativo, resultando na exclusão de muitas pessoas do sistema de registro oficial. Muitas passaram anos, ou até toda a vida, sem reconhecimento formal como cidadãos. Essa questão permanece relevante, evidenciada por campanhas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024), que, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, busca promover o registro civil de nascimento e a documentação básica, ressaltando a importância desses documentos.

A ausência de registro está frequentemente ligada à condição socioeconômica, evidenciando uma distinção de classe na forma como as pessoas são reconhecidas como sujeitos de direitos. Essa realidade de exclusão afeta desproporcionalmente as populações empobrecidas, especialmente as não-brancas, que enfrentam barreiras adicionais à cidadania plena, como dificuldades no acesso a serviços bancários, judiciais e de saúde. Além disso, as intersecções de classe, raça e gênero intensificam essas desigualdades. Portanto, a análise da documentação civil deve considerar essas dimensões, reconhecendo que a luta pelo registro civil é também uma luta por equidade e justiça social.

A mudança paradigmática nos registros civis no Brasil começou em 1890 com o Decreto nº 119-A, que separou a Igreja do Estado (Brasil, 1890; Silva e Escobar, 2021). No entanto, como explicam Lehmkuhl e Silva (2023), o processo de criação dos registros civis públicos foi antecipado em 1988, com o Decreto 9.886, que tornou obrigatório o registro de todas as crianças nascidas, casamentos e óbitos, independentemente da religião. Esse marco legal avançou na busca pela laicidade do Estado e ampliou o acesso à cidadania para diversas identidades religiosas.

Os Ofícios de Registro de Pessoas Naturais emergiram como instituições responsáveis pela documentação dos registros de nascimento, sendo a certidão de nascimento fundamental para a existência jurídica no Brasil. Atualmente, essa certidão é imprescindível para a matrícula em escolas, emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF), obtenção do Título de Eleitor e acesso a serviços como o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, conforme argumentam Silva e Escobar (2021), o ato de atribuir um nome e definir a ascendência familiar insere o indivíduo em um contexto social, promovendo um sentido de pertencimento e legitimidade à sua existência.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, os serviços dos Ofícios de Registro Civil passaram a ser exercidos com caráter privado, mediante delegação do Poder Público, conforme estipulado na Lei 8.935/1994, comumente referida como a Lei dos Cartórios (Brasil, 1994). Nesse sentido, Os Ofícios de Registro Civil funcionam como informantes jurídicos, comunicando ao Estado informações sobre óbitos, nascimentos e casamentos, que são essenciais para a formulação de políticas públicas.

A pesquisa de Barros e colaboradoras (2023), complementa nossa argumentação, pois evidencia avanços na intersecção entre registro civil e Ciência da Informação, destacando a criação, em 2015, da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC). Esta instituição facilita o intercâmbio de documentos e informações, contribuindo para um sistema nacional de localização de registros e solicitação de certidões, mesmo em contextos geograficamente distantes.

Com base na argumentação evocada nesta seção, retomamos aos teóricos da documentação para dar continuidade às reflexões aqui

realizadas. Suzanne Briet, ao definir o documento como um indício que representa fenômenos físicos ou intelectuais, nos lembra que a documentação é uma forma de organização do conhecimento que impacta diretamente nas relações sociais. Michael Buckland complementa essa visão ao abordar a natureza subjetiva do documento, enfatizando que sua interpretação varia conforme o contexto social em que está inserido. A obra de Frohmann, por sua vez, destaca como as práticas documentárias são moldadas por fatores institucionais e históricos, revelando que a informatividade dos documentos é influenciada por sua materialidade e pelos modos de disciplina social. Contudo, as barreiras socioeconômicas, religiosas e de gênero continuam a perpetuar a exclusão de muitos, especialmente entre as populações subalternizadas. As intersecções dessas desigualdades evidenciam que o acesso à documentação civil é uma questão de justiça social, demandando uma análise que leve em consideração as vozes historicamente postas à margem da cidadania. Assim, a próxima seção examina a luta pela documentação de identificação civil à luz dos estudos de gênero.

DESAFIOS E AVANÇOS NO ACESSO AO REGISTRO CIVIL SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

O registro civil é um direito fundamental que assegura a cidadania e o acesso a serviços públicos. No entanto, para muitos indivíduos de grupos subalternizados, a obtenção de documentos de identificação civil é um processo desafiador, influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais que perpetuam a exclusão e o abandono social. A análise sobre os obstáculos referentes ao registro civil deve considerar a crítica à colonialidade, pois os desafios enfrentados por diversas populações têm raízes no processo histórico de colonização, que despojou os povos originários e moldou as estruturas sociais que os marginalizam. Em continuidade a isso, os estudos decoloniais oferecem uma perspectiva crítica sobre essas dinâmicas, revelando que o controle da documentação e da identidade vai além da administração, pois revela a imposição de um sistema de registro que favorece certos grupos refletindo a continuidade das práticas coloniais, o que contribui para a desumanização de populações subalternizadas. Assim, a luta pela documentação civil

deve ser entendida como uma reivindicação por direitos e uma descolonização das práticas burocráticas que organizam a vida cotidiana.

O modelo normativo de organização social brasileiro é, em grande parte, um legado dos códigos civis impostos pelos colonizadores, como as Ordenações Filipinas, que podem ser interpretadas como alguns dos primeiros instrumentos normativos para a regulamentação da vida pública no país (Romeiro, 2020). Durante o período colonial, por exemplo, pessoas indígenas e negras foram subalternizadas à condição de servidão por meio da escravidão, configurando uma longa história de violação de direitos humanos cujas consequências ainda permeiam a realidade brasileira contemporânea.

Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, foi lançada a cartilha “Registros de nascimento para os povos indígenas do Brasil” (2014), visando facilitar o registro civil de pessoas indígenas. Desenvolvida em parceria pela Secretaria de Direitos Humanos e a FUNAI, a cartilha busca combater a subnotificação, que prejudica a elaboração de políticas públicas para esses grupos. O documento estabelece o registro civil como um direito do povo e um dever do Estado, refletindo uma mudança na abordagem governamental. Outra inovação significativa foi a possibilidade de registrar o nome associado à etnia da pessoa, desafiando os modelos coloniais que reconheciam apenas os nomes de pais e avós como referências de ascendência.

Adicionalmente, é importante ressaltar a relevância da Resolução Conjunta nº 03/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que assegura o direito ao nome indígena, registrado a pedido do representante legal, respeitando a livre escolha da pessoa. Os povos indígenas têm, assim, os mesmos direitos que os não indígenas em relação à alteração de nome ao longo da vida, reconhecendo a importância dessas mudanças para a constituição de suas identidades e relações familiares, isso representa um passo significativo em direção à descolonização das práticas de registro civil, a partir de um reconhecimento mais justo das identidades indígenas.

Rita Segato (2021) analisa a influência da colonialidade na regulação da vida das mulheres indígenas em áreas de fronteira, onde interações com militares se entrelaçam a uma cultura patriarcal marcada por masculinidade opressora. Essa dinâmica gera um olhar objetificado sobre a corporalidade dessas mulheres, resultando em

casamentos enganosos com militares que muitas vezes levam ao abandono, deixando-as sem segurança jurídica e evidenciando a vulnerabilidade decorrente da interseção entre colonialidade e patriarcado. Além disso, a exploração do trabalho doméstico análogo à escravidão é comum entre essas mulheres, exacerbada por sua identidade étnica e por uma visão colonial que perpetua sua subalternização.

Segato também critica a presença de lideranças religiosas cristãs nas aldeias, que impõem uma moral conservadora que regula a sexualidade e interfere em decisões pessoais, como a escolha de nomes das crianças, isso reflete um controle colonial que domestica corpos e identidades culturais, violando direitos fundamentais. Ao examinar comunidades indígenas em regiões de expansão do agronegócio, nota-se um descolamento da noção de território, resultante da expropriação de terras que habitam há gerações. Tal narrativa distorcida perpetua práticas coloniais que deslegitimam a presença indígena e suas reivindicações territoriais, evidenciando a sistemática negligência do Estado brasileiro em relação aos direitos básicos dessas populações. A noção de herança, frequentemente interpretada através de uma ótica não indígena, contrasta com a ideia indígena de que terra e território são sagrados e essenciais para sua existência (Núñez, 2023).

Outro aspecto importante deste estudo são os esforços governamentais para aumentar o número de registros civis no Brasil, especialmente considerando a significativa parcela da população sem registro, o que impede o acesso a direitos de cidadania. Essa questão se tornou tão relevante que, em 2021, foi tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), intitulado “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. O ENEM, como um dos principais instrumentos de avaliação da percepção e engajamento da população em questões sociais, evidencia a preocupação crescente com a inclusão social e a cidadania. A inclusão desse tema no exame destaca a necessidade urgente de abordagens efetivas para a regularização do registro civil no país.

Pessoas trans enfrentam desafios significativos relacionados à invisibilidade, manifestando-se na falta de registro civil, resistência social e discriminação institucional. A dificuldade em atualizar seus registros de identidade, que muitas vezes não refletem sua vivência de

gênero, contribui para a marginalização e limita o acesso a direitos básicos.

O registro civil, especialmente no que diz respeito ao uso do nome social, casamento homoafetivo, direito à herança e criminalização da homotransfobia, é um campo de luta por direitos no Brasil. O Decreto nº 8.727, de 2016, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero na administração pública, é um marco significativo, determinando que órgãos públicos adotem o nome social em documentos oficiais. Essa mudança busca combater a invisibilidade das pessoas trans. No entanto, a efetividade dessa política enfrenta um sistema que ainda perpetua discriminação e invisibilidade. A resistência social e institucional, alimentada por normas de gênero rígidas e pela heteronormatividade da cultura brasileira, dificulta a realização plena dos direitos dessa população. Núñez (2023) argumenta que essa dinâmica é uma expressão da colonialidade, que se manifesta nas estruturas sociais e culturais, marginalizando identidades não conformes. Assim, a luta pelo reconhecimento do nome social vai além da esfera jurídica, configurando-se como uma batalha contra as estruturas de opressão que sustentam a colonialidade.

No que concerne ao casamento homoafetivo, embora tenha havido avanços com decisões judiciais e resoluções como a nº. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, essa pauta ainda enfrenta desafios significativos. Historicamente, a reivindicação por esse reconhecimento remonta à década de 1990, quando propostas legislativas começaram a emergir. A resistência a essa demanda, frequentemente sustentada por argumentos de moralidade e religiosidade, revela uma visão restrita e normativa de família, que exclui configurações não heteronormativas.

A ampliação do conceito de família, incluindo casais homoafetivos, representa um passo importante para a inclusão social. Além disso, o direito à adoção por casais homoafetivos, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei da Adoção, constitui uma conquista, embora a aceitação social ainda esteja em processo de evolução. A recusa de setores conservadores em reconhecer a legitimidade dessas famílias reflete as estruturas sociais que privilegiam a parentalidade procriativa e a heteronormatividade (Rich, 2010; Butler, 2024). A análise realizada ilumina as dificuldades

enfrentadas pelas populações LGBTIAPN+ e aponta para a necessidade urgente de uma mobilização social contínua e de políticas públicas inclusivas que respeitem e celebrem a diversidade. A mudança não pode ser apenas legislativa, mas deve também envolver uma transformação cultural que promova a aceitação e a valorização das identidades de gênero e das diversas configurações familiares no Brasil.

Avançando nas questões relacionadas ao registro civil, observa-se que mulheres enfrentam barreiras significativas devido a um contexto patriarcal que as considera subordinadas a pais e maridos. Essa dinâmica dificulta o acesso a documentos oficiais, perpetuando uma estrutura de poder que centraliza a autoridade no registro civil nas figuras masculinas. Essa centralização limita o acesso das mulheres a informações burocráticas essenciais, restringindo sua capacidade de reivindicar direitos fundamentais, como a guarda de filhos e o direito à herança. Reforça-se, portanto, que a estrutura patriarcal não se limita a relações interpessoais, mas está profundamente enraizada nas instituições que regulam a vida civil. O registro civil, como ferramenta de inclusão ou exclusão, pode reforçar ou desafiar as hierarquias de gênero existentes. Para promover um ambiente mais equitativo que reconheça a autonomia e os direitos das mulheres, é necessária uma reavaliação crítica das normas que governam a parentalidade e a documentação legal.

O estudo de Mendes (2023), intitulado “Registro civil e autonomia da mulher: uma análise crítica ao imperativo patriarcal em tempos de liberdade e reconhecimento”, traça uma linha do tempo que revela como as normas patriarcas moldaram as leis e a sociedade, desde a submissão histórica da mulher até as lutas por direitos iguais nos séculos XIX, XX e XXI. Embora tenham ocorrido avanços significativos, a cultura patriarcal ainda permeia as legislações contemporâneas, influenciando diretamente o registro civil.

Mendes denuncia a desigualdade de gênero intrínseca à Lei de Registros Públicos nº 6.015/73, salientando que, apesar das alterações introduzidas pela Lei nº 13.112/2015, sancionada com o objetivo de permitir que a mulher registre o nascimento de seus filhos, persistem violações ao direito à igualdade consagrado na Constituição de 1988. No entanto, em casos de negativa do progenitor em reconhecer a paternidade, mesmo após essa reforma, a legislação ainda impõe à

mulher a obrigação de provar sua integridade e legitimidade como mãe. Em contrapartida, o homem usufrui de condições mais favoráveis e enfrenta menos exigências burocráticas para registrar seus filhos. Além disso, Mendes (2023) critica a forma como a legislação brasileira, em particular o Código Civil de 2002 (Brasil, 2002) e a Lei de Registros Públicos (Brasil, 1973), perpetuou uma estrutura discriminatória em relação às mulheres, tratando-as como subordinadas e limitando seu direito ao registro de paternidade. O estudo revela que, apesar de algumas reformas, a presunção de maternidade é considerada inquestionável, uma vez que a criança nasceu da mulher, enquanto a paternidade, quando anunciada pela mulher frequentemente é cercada de desconfiança, refletindo um estigma que se manifesta na dúvida persistente quanto à veracidade da declaração da mulher.

Nesse contexto, a ausência de presunção de desonestidade no registro realizado pelo homem evidencia uma noção patriarcal que interpreta o ato de registrar uma criança como um simples reconhecimento genético da descendência ou uma expressão de vontade, desprovida de qualquer suspeita acerca da integridade discursiva do homem nesse processo. Esta disparidade na presunção de honestidade entre os gêneros não apenas perpetua a desigualdade, mas também reforça um sistema que deslegitima a experiência da mulher como mãe, implicando que sua palavra é, de algum modo, insuficiente. Assim, é fundamental reavaliar essas estruturas normativas para garantir que tanto a maternidade quanto a paternidade sejam reconhecidas com a mesma dignidade e presunção de veracidade, promovendo maior equidade de gênero no registro civil.

Essa situação pode sofrer alterações significativas caso a proposta de reformulação do Código Civil, atualmente em tramitação no Senado, seja aprovada. De acordo com essa proposta, se o homem se recusar a reconhecer a paternidade ou a se submeter ao exame de DNA, o oficial do Registro Civil deverá incluir seu nome no registro, fornecendo-lhe uma cópia da certidão correspondente. Além disso, a proposta estabelece que o pai poderá solicitar a exclusão de seu nome do registro se for comprovada a ausência do vínculo genético ou socioafetivo. Essa mudança pode ter implicações profundas nas dinâmicas de reconhecimento da paternidade e na proteção dos direitos das partes envolvidas.

Ademais, a proposta de revisão do Código Civil, elaborada por diversos juristas e enviada ao Senado, também contempla modificações significativas em áreas como união homoafetiva, pedidos de divórcio, herança e a aplicação de inteligência artificial. Alterações que sugerem uma tentativa de atualização e adequação do marco legal brasileiro às demandas contemporâneas, refletindo uma compreensão mais inclusiva das relações familiares e dos direitos civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desenvolvimento dos documentos de registro civil no Brasil revela a complexidade das interações entre cidadania, religião e desigualdade social, destacando os aspectos antropológicos e sociais que permeiam a regulamentação da vida. Desde a origem dos registros de identificação civil na Igreja Católica até a transição para um sistema laico com a promulgação do Decreto nº 119-A em 1890, observou-se uma evolução que não apenas ampliou o acesso à cidadania, mas também expôs as disparidades persistentes entre diferentes grupos sociais. Nesse sentido, documentos como a certidão de nascimento, os registros de matrimônio, os documentos de adoção, guarda ou tutela de crianças, a certidão de óbito, e a produção de inventários e heranças, legitimam a existência jurídica de um indivíduo, evidenciando a importância desses registros na construção da identidade e na garantia de direitos.

O artigo conclui que a reestruturação dos sistemas de documentação deve levar em conta as experiências vividas por populações historicamente marginalizadas, com vistas ao combate às injustiças sociais, sobretudo às injustiças de gênero. Ao abordar a temática de forma crítica a colonialidade e em uma perspectiva interseccional, destaca a urgência pela justiça de gênero e a criação de políticas que promovam o acesso equitativo à informação e à documentação, permitindo assim que todos os indivíduos reivindiquem seus direitos de maneira plena.

REFERÊNCIAS

BARROS, Camila Monteiro de; *et al.* Registro civil na perspectiva da Ciência da Informação: o tesouro como instrumento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 16, n. 2, 2023.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1890.

BRASIL. Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispendo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1973.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, Michael K. What is a “document”? **Journal of the American society for information science**, [s.l.], v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Campanha Registro Civil**. Brasília, 2025.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?”. **Journal of documentation**, [s.l.], v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

GOETZ, Anne Marie. Gender Justice, Citizenship and entitlements. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; SINGH, Navsharan. **Gender Justice, Citizenship and Development**. New Delhi: Zubaan; IDRC, 2007. p. 15-57.

GOETZ, Anne Marie. Gender Justice, Citizenship and entitlements. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; SINGH, Navsharan. **Gender Justice, Citizenship and Development**. New Delhi: Zubaan; IDRC, 2007. p. 15-57.

LODOLINI, Elio. La Gestion des documents et larchivistique. In: DURANCE, Cynthia J. (org.). **Management of Recorded Information: Converging Disciplines**. München: K. G. Saur, 1989. p.156-169.

LEHMKUHL, Camila Schwinden. SILVA, Eva Cristina Leite da. O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) e o acesso à Informação. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 197-217, out. 2016.

MENDES, Jackeline Andrade de Jesus. Registro civil e autonomia da mulher: uma análise crítica ao imperativo patriarcal em tempos de liberdade e reconhecimento. In: SILVEIRA NETO, Joaquim Cardoso da. et al. **Debates Pós-modernos**: propriedade, liberdade, registro civil e políticas. Belém: Home editora, 2023.

MUKHOPADHYAY, Maitrayee. Gender justice, citizenship and development. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; SINGH, Navsharan. **Gender Justice, Citizenship and Development**. New Delhi: Zubaan; IDRC, 2007. p. 1-14.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [s.l.], v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

ROMEIRO, Nathália Lima; BEZERRA, Arthur. A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no

brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 13, n. 1, 2020.

ROMEIRO, Nathália Lima; GARCEZ, Dirnele C.; GARCÉS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; FEVRIER, Priscila R.; SOUZA, Miriely S.; ALVES, Ana Paula M. Categorização das novas masculinidades em ambientes socioinformacionais: reflexões a partir dos estudos de gênero e decolonialidade. **Biblios**, Lima, v. 86, p. 136-151, 2023.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Registros de nascimento para os povos indígenas do Brasil**. Brasília, Secretaria de direitos humanos, 2014.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, Eva Cristina Leite; ESCOBAR, Victoria Ushuaia Passos. O Ofício de registro civil de pessoas naturais: seus arquivos e a Agenda 2030.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, [s.l.], v. 14, 2021.

STONE, Margaret; EVANS, Amy C. Social Injustice: Causes & Consequences. **Study.com**: Course, [s.l.], 24 fev. 2022.

A MÚSICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: ANÁLISE DE ASSUNTO DA PRODUÇÃO MUSICAL DO *RAPPER* DJONGA E SUA RELAÇÃO COM OS RESQUÍCIOS DO PASSADO DITATORIAL BRASILEIRO

Olívia Andrade Coimbra

Letícia Gomes de Oliveira

INTRODUÇÃO

A música é um artefato poderoso na construção da identidade cultural de um povo. Em meio ao ritmo e melodia a música é capaz de transmitir mensagens que representam a realidade social dentro de um espaço-tempo determinado, funcionando, muitas vezes, como meio de reflexão e crítica sobre as mazelas sociais, opressões e violências presentes no dia a dia das pessoas.

Como produto da cultura, a música reflete as experiências subjetivas daqueles que carecem de voz para se expressar. Sobretudo em um país marcado profundamente pela violência colonial, primeiro aos povos originários, depois aos povos escravizados vindos da África, fundando, portanto, essa violência como elemento estrutural da

sociedade que perpetua abusos aos direitos humanos até os dias atuais.

O período da ditadura militar (1985-1964) evidencia com clareza a violência estrutural impregnada na sociedade brasileira, já que as ações de barbárie e opressão são institucionalizadas pelo Estado e encobertas pelo ‘verniz’ da legalidade que normatizavam o autoritarismo por meio dos Atos Institucionais.

Acionada como forma de controle e repressão contra aqueles considerados subversivos e desviantes, a violência praticada pelo Estado naquele período caçou, censurou, perseguiu, torturou e matou dezenas de pessoas em nome de uma suposta segurança nacional.

No entanto, é ingênuo pensar que o autoritarismo e a violência praticada pelo Estado ficaram restrita a episódios passados da história brasileira. Ainda hoje, as violações aos direitos humanos encontram seus alvos prioritários em grupos sociais sujeitos a distintas opressões de raça, classe, gênero e orientação sexual.

Nos versos da música “Demoro a dormir”, o rapper Djonga faz alusão a continuidade da violência ditatorial quando canta:

Tipo assisti e achei triste “ainda estou aqui”; mas não fiquei surpreso com “ainda estou aqui”; já que se olho da janela “ainda tão ali” (sic) e “cês tão daí” (sic); jurando que eles não tão (sic) mais aqui; o sonho do nego de gueto; é alguém cantar no ouvido “vamos fugir” (Demoro [...], 2025).

Em clara referência ao longa-metragem “Ainda estou aqui”²¹, Djonga não demonstra surpresa pela situação narrada no filme que aborda a violência praticada pelo Estado durante a ditadura militar, sugerindo ser uma situação corriqueira no cotidiano das populações marginalizadas. O rapper aborda a presença dos agentes violadores como elementos de ameaça para determinados sujeitos, que faz alusão ao mencionar o “nego do gueto”. A letra de “Demoro a dormir” também sugere a invisibilidade desta ameaça vivenciada por comunidades periféricas.

²¹ O filme narra a história de Eunice Paiva na luta pelo reconhecimento da morte do seu marido Rubens Paiva, preso e torturado por agentes da ditadura militar brasileira. Dirigido por Walter Salles, o filme alcançou grande repercussão nacional e internacional e foi ganhador de vários prêmios internacionais.

Observa-se que o trecho do *rap* composto e cantado por Djonga atua como elemento de conexão entre o passado ditatorial e a violência estrutural do presente, revelando a potência da música como forma de expressão social e resistência.

A música compreendida como um artefato de informação e cultura é mobilizada em diferentes tempos e circunstâncias como meio de protesto, denúncia e resistência. Durante o período ditatorial ela foi uma poderosa forma de denúncia contra o regime opressor, sobretudo as chamadas “músicas de protesto”, gênero musical utilizada por artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e outros, para manifestar oposição ao governo autoritário, expor injustiças e sensibilizar a sociedade contra a repressão violenta (Napolitano, 2004).

Dentre os diferentes músicos e compositores que faziam das suas letras e canções ferramentas de oposição ao governo, Chico Buarque era um dos mais citado nos documentos produzidos pela polícia política relativos às investigações de subversão, sendo destacado pelo regime como centro aglutinador da oposição musical de esquerda a partir de 1971 (Napolitano, 2004).

Em estudos desenvolvidos por Bezerra e Santos (2017) a produção musical de Chico Buarque foi analisada sob a perspectiva da Ciência da Informação (CI), com o intuito de fomentar as discussões conceituais sobre música como objeto informacional e representativo da realidade social, também como registro da memória. Os autores se valem do aporte teórico e metodológico da Organização do Conhecimento (OC) para situar as músicas de Chico em categorias temáticas capazes de evidenciar o conteúdo informacional do documento-música, de modo que essas categorias representam a complexidade da realidade cultural, social e política vivenciada pelo músico no período da ditadura.

Da mesma forma que Chico Buarque empregou sua música para retratar e criticar o ambiente autoritário durante a ditadura militar no Brasil, Djonga, em suas músicas, evidencia os vestígios desse período na atualidade. As suas composições dialogam diretamente com as repercussões estruturais da ditadura, tais como a desigualdade social, a violência policial e a supressão das vozes periféricas.

Por isso, inspirado pela iniciativa de Bezerra e Santos (2017), este estudo tem como objetivo identificar as categorias temáticas

presentes na produção musical do *rapper* Djonga, a fim de compreender como essas categorias que emergem das músicas podem revelar aspectos ainda pouco explorados no âmbito dos dispositivos da Organização do Conhecimento.

Compreender a música a partir da sua dimensão informativa e pedagógica, uma vez que ela é capaz produzir e reproduzir conhecimento, a situa como objeto informacional, materializado por meio do registro documental sonoro e escrito – a letra da música –, passível de estudos dentro do campo da Ciência da Informação e sujeito a processos de organização do conhecimento (POC).

Temas que refletem a realidade das comunidades marginalizadas como violência policial, racismo estrutural, desigualdades sociais, identidade afro-brasileira, solidariedade e coletividade, entre outros, emergem das canções de Djonga ampliando as possibilidades de representação de conteúdos a partir de contextos antes negligenciados, cujo os limites dentro dos sistemas de representação produziam “um espelhamento parcial da realidade, tornando rarefeita a presença de temáticas, representações e subjetividades” (Moura, 2018, p. 119).

Entendendo que os processos de classificação e representação da informação estão imbricados em contextos históricos e sociais que abrangem vivências diversificadas, este artigo recorre às articulações teóricas de Meyriat (2016) e Lara e Ortega (2012) para situar a música enquanto documento, e de Moura (2018) e Gomes (2023) sobre a organização social do conhecimento, expandindo, dessa forma, a realidade observável do conhecimento passível de representação.

Para conduzir esta investigação adota-se uma abordagem qualitativa, e descritiva do ponto de vista do objetivo. Como procedimento de coleta de dados optou-se pela pesquisa documental, por se tratar de um conjunto de dados produzidos com outras finalidades que não este estudo. Ao *corpus* de análise formado pela produção musical de Djonga, entre os anos de 2019 e 2022, foi aplicada a técnica de análise de assunto para determinar categorias temáticas capazes de representar realidades pouco investigadas dentro da CI.

A MÚSICA COMO DOCUMENTO: O REGISTRO DA DENÚNCIA E RESISTÊNCIA

A música possibilita formas de representação e registro das experiências subjetivas de atores sociais a partir dos marcos interpretativos da realidade que os circundam. Nesse sentido, a produção musical de Chico Buarque no período da ditadura e de Djonga hoje podem ser compreendidos como artefatos artísticos-culturais mobilizados com o intuito de denunciar e resistir aos abusos da repressão de Estado e as injustiças sociais, vivenciados nos contextos sócio-histórico dos músicos.

Chico Buarque canta sobre a repressão e o cerceamento da liberdade impostos pela ditadura, utilizando a criatividade para burlar a censura e assim denunciar os abusos cometidos contra aqueles considerados subversivos pelo regime ditatorial.

Muitas das canções compostas e cantadas por Chico entre os anos de 1960 e 1970 tem caráter aglutinador dos sentimentos de oposição ao governo militar que emergiram da sociedade naquele momento. Essas canções são conhecidas como “músicas de protesto”, por sua característica de veicular mensagens políticas e de denúncia contra a violência e opressão (Napolitano, 2004).

Ao realizarem a análise de assunto sobre a produção musical de Chico durante o período ditatorial, Bezerra e Santos (2017) evidenciam o cunho político das canções do artista. Segundo os autores, os principais temas que emergem dessa produção abordam a repressão e a resistência, e estão impregnadas de memórias coletivas, que representam não apenas a vivência do artista, mas sim de um coletivo que anseia por representação para se opor ao regime ditatorial.

Dialogando com os resquícios violentos de outros tempos, as canções de Djonga também veiculam mensagens políticas, denunciando a opressão de raça e classe presentes no cotidiano de muitas pessoas.

Djonga diz sobre as mais diversas injustiças sociais e raciais sofridas, sobretudo, por populações periféricas e marginalizadas, formadas em sua maioria por pessoas pretas. Por meio de suas canções o *rappor* convoca a reflexão sobre temas relacionados a raça e identidade, e todo o contexto de desigualdade e violência que permeiam essas questões. Para Cannavô, Habowski e Galiza (2024),

as músicas de Djonga funcionam como conteúdos pedagógicos capazes de construir narrativas insurgentes, transmitindo conhecimento e contribuindo para o debate sobre raça, identidade e resistência no Brasil. Conforme os autores Djonga oferece voz aqueles que são silenciados diante de realidades deslegitimadas:

Quando pessoas fora da norma falam sobre temas que o sistema dominante constantemente deslegitima, elas desafiam representações historicamente estabelecidas e procuram ressignificá-las, influenciando diretamente a vida cotidiana. Considerando o controle sobre os ouvintes, a música de Djonga atua como uma forma de resistência, fabricando, encorajando e motivando indivíduos a desafiar o *status quo* e todas as formas de opressão (Cannavô; Habowski; Galiza, 2024, p. 8).

Djonga, nome artístico de Gustavo Pereira Marques, nascido na Favela do Índio em Belo Horizonte, tornou-se um dos principais nomes do *rap* nacional contemporâneo. Fernandes et al. (2019, p. 14) destacam que "Djonga coloca o *rap* como instrumento social, rompendo o silêncio das vozes periféricas", alternando entre denúncia e mensagens de esperança.

A concepção dos gêneros musicais *rap* e *hip hop*, dos quais Djonga faz parte, carregam a noção de resistência e denúncia daqueles negligenciados. O *hip hop* emergiu nos anos 1970 no Bronx, Nova York, como expressão cultural da juventude negra e latina marginalizada. Composto por quatro elementos principais – *rap*, *DJing*, *breakdance* e *graffiti* –, o movimento tornou-se uma ferramenta de resistência e reivindicação política. Dentro desse contexto, o *rap* destacou-se como voz literária do *hip hop*, utilizando a palavra como arma para denunciar desigualdades sociais e raciais.

No Brasil, o *hip hop* ganhou contornos próprios a partir dos anos 1980, dialogando com a realidade das periferias e tornando-se essencial na construção de identidades negras e no combate ao racismo estrutural. Nesse cenário, destaca-se o trabalho do rapper mineiro Djonga, cuja obra combina crítica social aguda, resgate histórico e afirmação da cultura negra.

Por meio das letras que desafiam as normas estabelecidas os raps de Djonga, transmitem informação e conhecimento sobre racismo estrutural, violência policial, opressão contra as populações

marginalizadas, também sobre empoderamento negro, como evidenciado nos versos: "Sou da sua raça, mano, é a nossa vitória/Já foram farsa, vamo (sic), contar nossa história" (O mundo [...], 2017).

Tal como as letras de Chico Buarque também funcionaram como registro da denúncia e resistência no período ditatorial, Djonga o faz hoje, situando a música como objeto informacional que transmite informação e conhecimento materializados como documentos sonoros ao longo do tempo e espaço.

Partindo de uma perspectiva dos estudos clássicos do campo da Documentação, o documento pode ser definido a partir de atributos relacionados a sua natureza material e conceitual, “e potencialmente informativo, por apresentar capacidade de conservação, transporte, reprodução e comunicação do signo” (Ortega; Saldanha, 2019, p. 199).

Segundo Lara e Ortega (2012), não é a tipologia do objeto que o define como documento, mas sim o lugar simbólico que lhe é atribuído. Logo, o documento não se limita a uma tipologia textual específica, como livros e periódicos, por exemplo, mas abarca uma gama de objetos com potencial informativo utilizados para comunicar algo a alguém que busca - consciente ou inconscientemente - por informação e conhecimento.

A música se caracteriza como documento à medida que existe a vontade de registrar e comunicar fenômenos sociais e culturais em diferentes épocas e contextos. Criada com o propósito primeiro de lazer e recreação, a música guarda o potencial de transmitir informação e conhecimento por meio de suas letras e melodias, refletindo a conjuntura social e política de um tempo a partir das vivências subjetivas dos sujeitos.

Desse modo, conforme Meyriat (2016), a condição informacional da música a tornaria um documento por atribuição, ou seja, aquele que não foi produzido com a intenção principal de informar, mas que por atribuição dessa característica se torna um documento com função informativa.

A música, enquanto documento, está sujeita aos processos de organização do conhecimento (POC), como a análise de assunto. No entanto, é preciso compreender a complexidade cultural, social e política impregnada nas músicas que representam formas de repressão e resistência, para não desconsiderar seu contexto de produção e os sujeitos que elas representam.

Atenta aos discursos de neutralidade da ação informacional²² Moura (2018) propõe a construção social da organização do conhecimento (OC), o que Gomes (2023) denominou de organização social do conhecimento (OSC).

Ao abordar a construção social da OC, bem como dos processos da organização do conhecimento (POCs) e dos sistemas de organização do conhecimento (SOCs), Moura (2018) apresenta a noção das reparações discursivas. Para a autora, os discursos hegemônicos, que marginalizam as diferenças por meio dos dispositivos de informação estão sendo revistos, no intuito de pensar o papel da OC em uma perspectiva plural e inclusiva.

A ideia de reparação taxonômica torna possível o reconhecimento semântico de certos termos capazes de revelar sujeitos, opressões e realidades sociais. Acredita-se que, ao admitirmos outros contextos e fontes para corroborar os termos que constituirão as linguagens de indexação, por exemplo, torna-se possível retirar das sombras do rareamento inúmeras temáticas e agendas sociais (Moura, 2018, p. 128).

Conforme Gomes (2023), a organização social do conhecimento (OSC) tem papel preponderante em relação à circulação e à produção de conhecimento, pois se pensada a partir de métodos e garantias que considerem contextos sociais, políticos e culturais diversos, pode minimizar a perpetuação de formas de exclusão baseadas em preconceitos de raça, classe e gênero, quanto a representação da informação e do conhecimento.

E é a partir da perspectiva da OSC que diferentes categorias temáticas podem ser identificadas na produção musical de Djonga, uma vez que a atenção é voltada para fenômenos e questões sociais antes minimizadas, fazendo surgir termos que revelam contextos e sujeitos marginalizados pela semântica das linguagens de representação.

²² Segundo Moura (2018) a OC não é construída alheia aos processos sociais e aos sujeitos a que se referem, mas estão imbricadas em relações de poder e saber. Para Lara (2001 *apud* Moura, 2018, p. 122) “representar conteúdos para construir informações significa recortar, segmentar. Como qualquer segmentação, ela não é neutra, mas tributária de hipóteses de organização”.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação se estrutura a partir de uma perspectiva qualitativa, pois busca analisar e interpretar realidade a partir de evidências não numéricas para compreender fenômenos sociais inseridos em contextos subjetivos. Do ponto de vista do objetivo, ela se caracteriza como descritiva, por descrever características específicas da produção musical de Djonga, o *corpus* de análise estabelecido.

Entende-se que a coleta de dados se orienta pelo procedimento de pesquisa documental, a qual se caracteriza pela coleta e organização de documentos produzidos de forma alheia à pesquisa em questão, recebendo um tratamento analítico guiado pelo objetivo da investigação proposta (Gil, 2022; Flick, 2012).

Conforme Flick (2012) não só a análise do próprio documento é relevante, mas a maneira e a finalidade da produção do documento também devem ser levadas em consideração no momento da análise dos dados, pois de acordo com o autor esses elementos são “parte do seu significado e a maneira como algo é apresentado influencia os efeitos que serão produzidos por um documento” (Flick, 2012, p. 126).

Nesse sentido, é importante se atentar para o contexto histórico e social de produção das músicas selecionadas. Assim, a análise foi realizada contemplando as faixas dos álbuns lançados por Djonga entre o período de 2019 e 2022. Esta época foi selecionada por coincidir com os primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, cuja gestão tem caráter autoritário e descompromissado com as políticas públicas voltadas aos direitos humanos. Tanto que, os discursos que evocam práticas autoritárias e violentas de repressão são reavivados, estabelecendo uma ligação contínua com o período militar (1964-1985).

Diante desse cenário, o *corpus* de análise foi constituído pelas músicas presentes nos álbuns:

- Ladrão (2019)
- Histórias da Minha Área (2020)
- NU (2021)
- O Dono do Lugar (2022)

As músicas foram submetidas ao processo de análise de assunto, considerada por Hjørland (2016 *apud* Gomes, 2023) como

processo da organização do conhecimento (POC), que junto aos sistemas da organização do conhecimento (SOC) constituem os principais aspectos da organização do conhecimento.

Para Dias e Naves (2013) a análise de assunto está relacionada ao tratamento temático da informação que visa caracterizar o documento do ponto de vista do seu conteúdo, determinando o assunto ou assuntos tratado(s) no mesmo. O processo inicia-se com o exame do documento, conhecido como leitura técnica pelos autores, seguindo para a seleção e extração dos conceitos do documento que possam representar seu conteúdo temático.

RESULTADOS

Com base na análise de assunto da produção musical de Djonga, foram identificadas sete categorias consideradas aptas para representar, organizar e contextualizar as canções, conforme quadro 1. A escolha das categorias reflete os temas centrais presentes em seus álbuns, abordando questões sociais, culturais e afetivas.

Quadro 1 – Categorias temáticas²³

Categorias de assuntos	Músicas
Amor e Relacionamento	LEAL (álbum Ladrão, 2019); Todo Errado, Mania, Procuro Alguém (álbum Histórias da minha área, 2020); Dá pra ser? (álbum NU, 2021); contatin, penumbra (álbum O dono do lugar, 2022).
Desigualdade social	HAT-TRICK, BENÉ, DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL, LADRÃO (álbum Ladrão, 2019); Hoje Não (álbum Histórias da minha área, 2020); Vírgula, Ricô (álbum NU, 2021); tóbem, em quase tudo, conversa com uma menina branca, giz (álbum O dono do lugar, 2022).
Identidade, cultura e memória	TIPO, BENÇA, MLK 4TR3VIDO (álbum Ladrão, 2019); Oto Patamá, Amr Sinto Falta da Nossa Ksa (álbum Histórias da minha área, 2020); Xapralá, Eu (álbum NU, 2021); bala fini (álbum O dono do lugar, 2022)

²³ A grafia das músicas respeitou a grafia original apresentada nos álbuns analisados.

Categorias de assuntos	Músicas
Racismo	Gelo (álbum Histórias da minha área, 2020); Ó Quem Chega (álbum NU, 2021).
Solidariedade e coletividade	VOZ (álbum Ladrão, 2019); Deus Dará (álbum Histórias da minha área, 2020).
Superação e resiliência	FALCÃO (álbum Ladrão, 2019); Não Sei Rezar (álbum Histórias da minha área, 2020); Me dá a Mão (álbum NU, 2021); dom quixote, bode, a cor púrpura, até sua alma, do menor (álbum O dono do lugar, 2022).
Violência policial	O Cara de Óculos (álbum Histórias da minha área, 2020); Nós (álbum NU, 2021).

Fonte: Elaborado pelas autoras

As músicas da categoria **amor e relacionamentos** tratam das dinâmicas afetivas e emocionais, abordando tanto o amor romântico quanto às relações interpessoais mais amplas. Músicas como “LEAL”, “Todo Errado”, “Mania”, “Procuro Alguém” e “Dá pra ser?” exploram os altos e baixos dos relacionamentos, as imperfeições humanas e os desafios das relações íntimas. Djonga, com sensibilidade, canta sobre lealdade, saudade, paixão, e a complexidade emocional envolvida nas relações pessoais.

A categoria temática **desigualdade social** agrupa canções que revelam sistemas de desigualdade econômica e vantagens de determinados grupos sociais. Em composições como "LADRÃO", "Hoje Não" e "Vírgula", Djonga apresenta o cotidiano das periferias, onde ter direitos básicos é um desafio, ao passo que em "conversa com uma menina branca" ele debate abertamente as vantagens raciais existentes, demonstrando a interseccionalidade de opressões de raça e classe social. Suas letras são como relatos da exclusão, e, ao mesmo tempo, como pedidos por uma transformação da sociedade.

A categoria **identidade, cultura e memória** reúne canções que celebram a identidade afro-brasileira, refletem sobre pertencimento e abordam a luta pela autoafirmação, como visto em “TIPO”, “BENÇA”, “MLK 4TR3VIDO” e “Xapralá”. Djonga utiliza suas músicas para ressaltar a importância de manter viva a memória cultural afro-brasileira, exaltando as raízes e criticando o racismo estrutural. Além

disso, essas músicas também abordam a luta pela aceitação e a busca por uma identidade forte e autêntica, destacando a ressignificação de elementos da cultura negra.

Na categoria **racismo**, Djonga opera em duas frentes: a desconstrução do racismo estrutural e a afirmação identitária. A canção "Ó Quem Chega" expõe o racismo velado do cotidiano, enquanto a potência da canção "Eu" está na transformação do estigma em orgulho, e "a cor púrpura" mostra o entrelaçamento entre racismo e outras formas de violência. O que emerge dessas letras é um mapa complexo do racismo no Brasil, que vai desde suas manifestações mais explícitas até as micro agressões do dia a dia, sempre confrontado com a força da cultura negra.

As músicas da categoria **superação e resiliência** tratam da força emocional e da superação frente às adversidades da vida, com ênfase em temas como resiliência e perseverança. Faixas como "FALCÃO", "Não Sei Rezar" e "Me dá a Mão" exploram como enfrentar as dificuldades diárias, sejam elas emocionais, sociais ou físicas, e como encontrar apoio nos outros para seguir em frente. Djonga expressa a luta pessoal e coletiva em busca de uma vida melhor e digna, muitas vezes marcada pela dor e pela saudade, mas também pela vontade de vencer.

A categoria **solidariedade e coletividade** agrupa músicas que exaltam a importância da união, apoio mútuo e a força do coletivo para superar adversidades. Canções como "VOZ" e "Deus Dará" destacam o papel das comunidades nas lutas sociais, enfatizando a necessidade de solidariedade e de se apoiar mutuamente diante das dificuldades. Djonga utiliza suas letras para reforçar a ideia de que, apesar das injustiças e dos desafios, a união e o apoio entre as pessoas são fundamentais para a transformação social.

As composições pertencentes à categoria **violência policial** funcionam como crônicas musicais da violência institucional. Em "Nós", Djonga constrói um painel contundente sobre a letalidade policial expondo a impunidade estrutural. "O Cara de Óculos" amplia o debate, mostrando como a violência policial se entrelaça com outras formas de opressão. Essas letras transcendem a denúncia pontual, transformando-se em instrumentos de memória coletiva que preservam histórias frequentemente apagadas pelos registros oficiais do Estado.

Apesar de apenas duas músicas serem classificadas na categoria racismo, esta temática permeia a maioria das músicas do rapper, sobretudo as categorias desigualdade social e violência policial que estão associadas ao racismo estrutural denunciado nas músicas de Djonga.

Segundo Ribeiro (2019), o racismo atua como uma estrutura fundamental das relações sociais, criando diferentes formas de desigualdades e opressões, logo, afetando diferentes aspectos da vida e do cotidiano dos sujeitos que sofrem com a disparidade histórica entre brancos e negros.

O *rap* de Djonga é um instrumento eficaz de resistência e crítica social, espelhando as realidades das classes à margem da sociedade. Em um cenário de aumento da desigualdade, a música se transforma em um instrumento de denúncia, no qual a voz das periferias adquire destaque. Djonga, juntamente com outros artistas que colaboraram em seus álbuns, emprega o *rap* para expor as opressões históricas sofridas por esses grupos, questionando a estrutura social e política em vigor.

Da mesma forma que Chico Buarque, durante a ditadura, utilizou a música para criticar o sistema e mobilizar a sociedade, Djonga emprega sua arte para denunciar a violência estrutural, a escassez de oportunidades e o preconceito de raça e classe. Os dois artistas, apesar de atuarem em contextos históricos diferentes, ilustram como a música pode ser uma ferramenta eficiente para a conscientização e mobilização, veiculando informação e conhecimento para um público amplo.

Observa-se que a temática da violência e da opressão presente nas músicas de Chico (Bezerra; Santos, 2017), ainda podem ser identificadas na produção musical de Djonga, evidenciando que a repressão e violência policial permanecem como norma para aqueles considerados pelo Estado como desviantes da normalidade.

O *rap* de Djonga, além de denunciar a violência, também ensina e estimula a reflexão acerca das condições sociais do Brasil. Por meio de suas letras, ele fornece informação e conhecimento para questionar as regras vigentes, sugerindo uma contestação da ordem social e enfatizando a luta por igualdade de raça e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música possui um potencial informativo acionado para comunicar algo a alguém que busca por informação e conhecimento, dessa forma, pode ser compreendida como um documento que contém registros que são conservados e transmitidos ao longo do tempo e espaço, e também estão sujeitas aos processos de organização do conhecimento (POC), como a análise de assunto.

Sob a perspectiva da OSC, a realização da análise de assunto da produção musical de Djonga possibilitou a expansão dos limites da representação da informação, por evidenciar categorias temáticas antes minimizadas como a desigualdade social, o racismo, a solidariedade e coletividade, a violência policial, a identidade e a memória das populações negras e periféricas. Ampliando, assim, a representação das subjetividades de sujeitos marginalizados, ainda rarefeitas em sistemas e processos da OC.

As canções de Djonga discutem de forma impactante questões como racismo, desigualdade social, a resistência das periferias e as repercussões da política vigente. O artista não apenas expõe as injustiças sociais do Brasil, mas também pondera sobre a situação enfrentada pelas comunidades negras e periféricas.

Da mesma forma que Chico Buarque foi um defensor da resistência contra a ditadura militar, Djonga se apresenta como um defensor das críticas à atual situação política, social e econômica do Brasil. A sua música se transforma em um legado de denúncia e um reflexo das lutas de uma sociedade marginalizada, com o objetivo de despertar a consciência nas novas gerações e fomentar transformações através da reflexão crítica.

Chico Buarque e Djonga, em suas épocas e estilos específicos, empregam a música como um instrumento potente de crítica e resistência, discutindo as opressões e injustiças que caracterizam a história brasileira e atuando como um meio de questionamento constante das estruturas de poder na sociedade. Tal como Chico e suas “músicas de protesto” no período ditatorial, Djonga protesta e resiste por meio do *rap* nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Música, Informação e Política: Tratamento Temático da Informação na Produção Musical de Chico Buarque no Período do AI-5 (1968-1978). In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento:** Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento. 1. ed. Recife: Ed. UFPE, 2017. v. 4, p. 341-350.

CANNAVÔ, Vinícius Barbosa; HABOWSKI, Adilson Cristiano; GALIZA, Edmar. A resistência do Rap: Uma Análise Crítica das Músicas de Djonga. **Cadernos Cajuína**, [s.l.], v. 9, n. 5, 2024.

DEMORO a dormir. Intérprete: Coyote Beatz, Djonga e Milton Nascimento. Compositores: Coyote Beatz, Djonga, Milton Nascimento, Marcelo Tofani e Ronaldo Bastos. In: QUANDO mais eu como, mais fome eu sinto! Intérprete: Djonga. [S.l.]: A Quadrilha, 2025.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto:** teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

FERNANDES, Gilson et al. O rap como ferramenta de resistência: A influência da musicalidade de Djonga para a construção de sentido da luta negra no País. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24., 2019, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, 2019. p. 3-5.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, Pablo. **A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política:** uma proposta para Justiça de Transição. 2023. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: **20 años del Capítulo Español de ISKO:** Actas del XX Congreso ISKO-España.

Ferrol, 30 de junio-1 de julio de 2011. Servizo de Publicacións, 2012. p. 371-387.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação e documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2891>.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.103-126, 2004.

O MUNDO é nosso. Intérprete: BK, Coyote Beatz e Djonga. Compositores: Djonga. In: Heresia. Intérprete: Djonga. [S.l.]: A Quadrilha, 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, número especial, p. 189-203, jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3920>.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

CAPÍTULO

POLÍTICA EDITORIAL AMAZÔNICA E ANTIRRACISTA: UMA PROPOSTA PARA A EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (EDUFRO)

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Jordan Palmeiro da Silva

Gabriel Mota Sales

INTRODUÇÃO

A universidade é (ou deveria ser) um espaço de promoção do conhecimento científico e da diversidade epistêmica (Carvalho, 2018) que abarca os mais diferentes povos e públicos. Entretanto, a produção científica nas mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo na Biblioteconomia e Ciência da Informação, ainda é permeada pela propagação do conhecimento hegemônico enquanto torna ausente o conhecimento científico oriundo de populações não-hegemônicas, tais como indígenas e negras (Garcês-da-Silva, 2023). Essa morte das agências epistêmico-científicas de outros saberes caracterizam o que se postula como epistemicídio (Carneiro, 2005, 2023).

Epistemicídio é uma ferramenta operacionalizadora do racismo estrutural que se volta para a aniquilação, morte e apagamento de agências de saberes e conhecimentos (Patin et al., 2021; Smith; Patin, 2024). Melissa Smith e Beth Patin (2024) entendem que é possível

identificarmos as desigualdades perpetuadas pelo epistemicídio racializado que reverbera na destruição discriminatória do conhecimento de grupos não-hegemônicos baseada na ideia social de raça, na perda do patrimônio cultural e na limitação do acesso a narrativas precisas. As autoras analisam que o epistemicídio se concentra, muitas vezes, em um só representante do grupo étnico-racial, o que restringe a experiência negra ou outro grupo racializado. Quando não há oportunidades de evidenciar outras vozes, isso pode ser considerado uma injustiça epistêmica (Fricker, 2009), a qual ataca justamente o lugar de convededor desse sujeito.

Por isso, enfocam na Teoria Crítica Racial como uma forma de evidenciar tais grupos e para sustentar sobre as capacidades das pessoas escritoras, pensadoras e intelectuais a eles pertencentes (negras, indígenas, asiáticas, entre outros) poderem pautar sobre suas próprias estórias, vivências e experiências, haja vista que uma pessoa de pertença étnico-racial branca pode não entender tais experiências racializadas. (Smith; Patin, 2024).

Assim, o epistemicídio concretiza as injustiças sociais, dentre elas, as injustiças epistêmicas, as quais acarretam danos causados a um sujeito por não reconhecimento à sua capacidade de conhecer, como também no acesso desigual aos bens epistêmicos, como informação e educação. Ao mesmo tempo, tais injustiças acabam por silenciar, aniquilar, desvalorizar e expropriar sistemas de conhecimentos de grupos colocados às margens (Patin et al., 2021; Silva; Garcez; Silva, 2022).

Conforme destacado por Sueli Carneiro (2005; 2023), certas populações historicamente têm sido excluídas dos espaços de produção do conhecimento científico e acadêmico. Tal exclusão decorre das estruturas construídas nesses ambientes, as quais têm sistematicamente marginalizado e excluído pessoas negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e LGBTQIA+ dos espaços de intelectualidade e das posições de autoridade epistêmica.

Pensando nisso, uma das formas de combate ao epistemicídio é a justiça epistêmica. Por intermédio dela é possível promover a igualdade e justiça na produção e distribuição do conhecimento. A ideia da justiça epistêmica é que todos os sujeitos, independentemente de sua origem, identidade étnico-racial, pertença religiosa, expressão de gênero, identidade sexual, posição social e

posição geográfica tenham acesso igualitário à informação, bem como a oportunidade de contribuir na produção e compartilhamento do conhecimento, sobretudo no que se refere ao conhecimento científico, realizado majoritariamente em universidades (Fricker, 2013).

As relações produzidas na sociedade se manifestam em igual medida nas universidades, o que se representa as diferentes classes sociais, pertenças étnico-raciais, identidades de gênero e sexualidades são usadas nas relações de poder para estigmatizar grupos, negar-lhes oportunidades e excluí-los da sociedade (Freitas; Éster; Santos, 2023).

Dessa feita, as universidades são espaços possíveis de representatividade, reparação epistêmica e justiça racial, como também pode ser o lugar em que há reprodução das relações de poder (Oliven, 2007). Dentre os instrumentos que a universidade possui a editora universitária é aquela que visa ao registro da produção e publicação científicas oriundas dos resultados de pesquisas, projetos e ações desenvolvidas na Instituição.

Apesar das dificuldades enfrentadas relacionadas à falta de investimento, de recursos humanos e ferramentas facilitadoras do processo editorial e gráfico, o papel desenvolvido pelas editoras universitárias concentra-se na promoção do conhecimento científico produzido pelas universidades brasileiras. No entanto, ainda é incipiente o estudo sobre as contribuições efetivas da atividade editorial científica universitária para além do registro da produção e divulgação científicas (Pinto; Kyrillos Neto, 2020), sobretudo quando enfocamos políticas editoriais e a representatividade de grupos colocados às margens. Considerando que uma editora universitária é uma entidade vinculada à universidade e compartilha de sua missão (Bufrem, 2015), entendemos que refletir sobre o papel desempenhado por ela dentro da instituição universitária irá abrir horizontes para atuação mais voltada para a justiça social e informacional. Com o entendimento da estrutura e organização da editora será possível analisar seu desenvolvimento e desempenho frente à comunidade universitária a qual a Editora está vinculada (Pinto; Kyrilos Neto, 2020).

Levando em consideração o contexto político e histórico do desenvolvimento da editoração universitária no Brasil, destacamos que muitas das editoras surgiram a partir dos serviços gráficos e das chamadas imprenas universitárias. É válido ressaltar, também, que a

quantidade de trabalhos publicados nem sempre correspondia à qualidade das produções. Enquanto algumas editoras se baseavam em uma política editorial mais sólida, estabelecida por meio de conselhos, a maioria delas surgiu de forma espontânea. Uma editora universitária pode ser compreendida como uma entidade associada à instituição de ensino superior, que, em consonância com sua missão, busca promover uma reflexão acerca do papel que desempenha no contexto da academia (Bufrem, 2015). Ela é um dentre os muitos instrumentos de registro da produção e da publicação científica oriunda de pesquisas, projetos e ações desenvolvidas nas universidades (Pinto; Kyrillos Neto, 2020).

No contexto Norte do país encontramos a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), a qual foi instituída pela Resolução nº 047/CONSEA, datada de 20 de junho de 2001. Entre suas principais atribuições estão a responsabilidade pela edição e publicação de obras de qualidade em diversos formatos, além da promoção de obras que detenham valor acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural, provenientes de instituições de ensino superior e centros de pesquisa. Ademais, a EDUFRO desempenha um papel basilar como suporte à tríade de pesquisa, ensino e extensão na Universidade Federal de Rondônia (Universidade Federal de Rondônia, 2018).

O estudo de Garcês-da-Silva, Molter, Silva e Gomes (2024) identificou que, apesar de haver certa visibilidade e promoção do pensamento amazônico nas obras publicadas pela EDUFRO, as populações negras do norte e a informação étnico-racial ainda estão incipientes quando se compara o tempo de existência com o número de publicações realizadas.

Neste sentido, a pergunta que direciona este estudo é: *De que forma é possível construir uma Política Editorial com enfoque antirracista e amazônico para a Editora da Universidade Federal de Rondônia?* Assim, buscando responder a esta questão, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de Política Editorial Amazônica e Antirracista para a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), com vistas inserir formas justiça epistêmica negra e de diversidade epistêmica (Carvalho, 2018) no campo da editoração universitária.

Enquanto justificativa, esta pesquisa é parte do Projeto de Pesquisa “Conhecimento científico na Amazônia: investigando o papel da EDUFRO na valorização da pesquisa local”, fomentado pelo Edital PIBIC/PIBIT UNIR 2024-2025. Este projeto foi criado para fornecer subsídios visando o aprimoramento e articulação entre a produção científica local, a Editora Universitária (EDUFRO) e o curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

No que se refere à história da construção deste projeto, este pressupõe seis dimensões no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, sendo que a primeira se refere ao desenvolvimento do GT RERAD (Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades), vinculado à FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições), o qual visa a realização de atividades em prol da identidade étnico-racial e emancipação dos povos em situação de vulnerabilidades (econômica, social, informacional, política, educacional) via acesso à informação, à educação e às bibliotecas, bem como a práxis decolonial negra na atuação bibliotecária.

Complementarmente, a pesquisa atende ao disposto pelo GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, da Associação Nacional em Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), cuja missão é “Consolidar um fórum permanente, aberto e plural de pesquisas em informação com foco em raça, classe, gênero, sexualidades e culturas a partir das perspectivas interseccionais e sociocríticas” (ANCIB, 2022, s.p.).

Ademais, o GT RERAD e o GT-12 encontram-se articulados com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2024), da Organização das Nações Unidas, sobretudo no que se refere a: ODS 3, ODS 4, ODS 5 e ODS 10 (ONU, 2024), além de se adequar ao recente objetivo proposto pelo Brasil, o ODS 18 com vistas à igualdade étnico-racial.

Ainda com relação a instrumentos normativos, este estudo atende ao que preconiza a Lei Federal nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, as quais tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas redes de ensino brasileiro, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana (Brasil, 2003, 2004, 2008). Sobretudo, o interesse está em ampliar a discussão sobre a promoção da justiça social e suas ramificações (justiça racial, de gênero, ecológica e informacional) e a editoração científica.

A EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (EDUFRO): ENFOQUES E DIRECIONAMENTOS

O papel pedagógico das editoras acadêmicas vai além de publicar obras para reflexão e crítica acerca da educação e outras áreas do conhecimento, os quais abrangem também a publicação de manuais, livros escolares e recursos voltados para a capacitação de pessoas professoras e estudantes. Livros relevantes englobam desde coleções voltadas ao nível superior até séries dedicadas à educação básica e ao fomento do raciocínio crítico (Guedes; Pereira, 2000).

Conforme argumentam Bufrem e Freitas (2018), as editoras de universidades desempenham função direcionada aos âmbitos cultural, político e científico. Elas atuam como um conector entre a pesquisa acadêmica e a comunidade, de forma a incentivar novos autorias a submeter seus manuscritos e, em caso de aprovação pelo processo avaliativo de cada editora, disseminar seus saberes e contribuir para a conservação da memória e da diversidade do conhecimento.

Pensando nisso, nos voltamos para a EDUFRO, a qual é regulamentada pelo Regimento Interno, publicado em 2018, que determina sua vinculação à Reitoria e sua orientação pelos estatutos, legislações em vigor e pelo regimento geral da UNIR. Entre suas responsabilidades estão: (i) a edição e publicação de livros em vários formatos, necessitando da aprovação do Conselho Editorial; (ii) a disseminação de obras geradas em instituições de ensino superior, institutos e centros de pesquisa que promovam de forma significativa o progresso acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural; (iii) servir como apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas pela UNIR; (iv) organizar eventos para divulgar os livros publicados; e, por último, (v) fomentar o intercâmbio entre editoras, instituições de ensino, bibliotecas e outras entidades (Universidade Federal de Rondônia, 2018).

De acordo com seu regimento, a EDUFRO é estruturada em uma Editora e um Conselho Editorial. Contudo, essa configuração foi modificada a partir de abril de 2024, com a inclusão de uma bibliotecária documentalista, uma estagiária e dois bolsistas do curso de Biblioteconomia da UNIR, além da Editora-chefe. A Editora é nomeada pela Reitoria e suas principais responsabilidades incluem a execução do planejamento editorial, a observância da Política Editorial e a tomada de decisões em conformidade com as diretrizes da UNIR e do Conselho Editorial. Adicionalmente, compete à Editora da EDUFRO a avaliação dos manuscritos submetidos, a designação de pareceristas para o processo de avaliação, bem como a apresentação das obras e pareceres ao Conselho Editorial para a decisão final. A Editora também estabelece convênios e parcerias, define regras, elabora relatórios, autoriza doações e permutas, além de propor estratégias para o desenvolvimento da EDUFRO (Universidade Federal de Rondônia, 2018).

O Conselho Editorial, por sua vez, é o órgão responsável pela deliberação e pelo suporte à Editora da EDUFRO nas decisões. Composto por 11 membros, sendo a presidência ocupada pela Editora-chefe, inclui a participação da bibliotecária da EDUFRO, sete docentes representando diversas áreas do conhecimento e duas pessoas externas à instituição. Entre suas principais atribuições estão a aprovação da Política Editorial, a apreciação de atas, normas de publicação, editais e relatórios, bem como a seleção de obras para publicação. Os pareceristas, que são especialistas voluntários de reconhecida competência nas áreas em questão, são solicitados a avaliar as obras submetidas para compor o acervo da EDUFRO (Universidade Federal de Rondônia, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A atuação das pessoas autoras junto ao projeto relacionado à Editora aqui evidenciada se deu da seguinte forma: a primeira autora atua como coordenadora do Projeto de pesquisa e foi como editora-chefe da EDUFRO de abril de 2024 a fevereiro de 2025, e as outras pessoas coautoras estiveramativamente envolvidas como bolsistas de pesquisa que atuaram no projeto durante sua realização.

Deste trabalho como Editora-Chefe foi enfocada a análise e construção de regimento e proposta de política editorial da EDUFRO durante o período de atuação com vistas a apresentação ao Comitê Editorial da EDUFRO, e posterior análise pela Reitoria e órgãos competentes.

Enquanto isso, as pessoas bolsistas da pesquisa inicialmente realizaram levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais acerca da produção científica sobre editoras em Ciência da Informação, bem como buscaram políticas editoriais nos sites das editoras universitárias brasileiras com vistas a compreender como estavam enfocadas perspectivas antirracistas e amazônicas dentro da Política. A partir dessas etapas foi construída a Política Editorial Amazônica e Antirracista aqui sugerida, cuja avaliação posterior é advinda do Comitê Editorial da EDUFRO enquanto a primeira autora era editora-chefe.

RESULTADOS

A Política Editorial contempla um conjunto de diretrizes que definem a estrutura, o funcionamento e a padronização dos procedimentos que orientam as atividades e ações editoriais. Nesse sentido, as publicações educativas, didáticas, científicas e artístico-culturais, produzidas e disseminadas em diversos formatos, são consideradas produtos editoriais sob a responsabilidade institucional da EDUFRO.

Assim, entendemos que dentre os princípios da Política Editorial da EDUFRO deve estar o compromisso de promover a inclusão, a participação, a acessibilidade e a representatividade de pessoas com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 7.612/2011), a Lei 10.639/2003 e 11645/2008, ambas voltadas para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições brasileiras. Ademais, outro princípio deve ser a busca por promover a publicação de obras que valorizem e deem visibilidade à história, cultura, saberes e memórias de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, e outras identidades amazônicas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, caboclos-ribeirinhos e beiradeiros).

Para contemplar o antirracismo na política editorial, entendemos que o Conselho Editorial, que é um órgão normativo, consultivo e deliberativo da Editora deve representar as diversidades de gênero, sexualidade, pertença étnico-racial, classe social, religiosidade e outros marcadores sociais da diferença. Neste sentido, dos 10 integrantes que propomos como o número adequado para garantir as decisões em conjunto sobre a Editora, entendemos que esta deve contemplar, para a além da pessoa bibliotecária com registro profissional, garantida a presença de representante das seguintes áreas que contemplam a instituição de ensino superior: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar; bem como garantida a diversidade étnico-racial, de gênero e sexualidades. São atribuições do Conselho Editorial da EDUFRO realizar a aprovar e contribuir para a definição da Política Editorial; apreciar e aprovar as normas de publicação; apreciar e aprovar o Plano Editorial; indicar especialistas para emitirem parecer acerca dos originais; estabelecer critérios para seleção de títulos a serem editados; selecionar obras a serem publicadas com base nos pareceres do Comitê Científico; examinar propostas de coedição encaminhadas por outras Editoras e deliberar sobre elas; criar, manter ou suspender coleções e séries; indicar, dentre os conselheiros, editores responsáveis por coleções e/ou séries; opinar sobre assuntos editoriais que lhe sejam submetidos; criar comissões especiais para finalidades específicas. Assim, ao garantir tal representatividade a Editora irá fortalecer as tomadas de decisões de forma a evidenciar os conhecimentos e saberes produzidos, as populações existentes e a relevância da própria Amazônia para o conhecimento teórico, cultural e científico publicado pela Editora.

Da mesma forma, a internacionalização, para além da representatividade, deve ser inserida na escolha do Comitê Científico avaliador dos manuscritos submetidos para publicação pela EDUFRO. Convidar pessoas de diversas pertenças étnico-raciais, identidades de gênero e sexualidades de outros países também é uma forma estabelecer um corpo consultivo formado por pessoas especialistas e acadêmicas renomados em diversas áreas do conhecimento que sejam conscientes também de instrumentos de poder e injustiças que,

muitas vezes, são desafios para a publicação de manuscritos com abordagens sociais críticas como é o caso daquelas que abordam sobre e a partir de comunidades LGBTQIAP+, povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e tantas outras pertencentes ao contexto amazônico.

Criar ainda editais que se voltem a visibilizar obras advindas desses grupos colocados às margens, mas também daquelas que demarquem estudos sobre conhecimentos amazônicos, relações étnico-raciais e formas de enfrentamento ao racismo e à colonialidade devem ter espaço dentro das coleções publicadas pela EDUFRO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de política editorial para a EDUFRO com vistas à inclusão e representatividade epistêmica dos povos e comunidades tradicionais rondonienses seja implementada na referida Editora. Ademais, que tais sujeitos também sejam integrados como pertencentes ao Comitê Editorial e Científico da referida editora.

Nesta proposta inicial evidenciamos a necessidade de compromisso da EDUFRO com o contexto amazônico para as futuras gerações, com vistas a contribuir para preservação da memória científica, cultural, artística e tecnológica da região Norte do país, bem como o combate ao racismo e formas de discriminação ainda presentes. Para incorporar o antirracismo dentro da Política sugerimos compromisso com o antirracismo e legislação pertinente ao debate étnico-racial e preservação da história, cultura, memória e saberes de povos de origem africana, tais como comunidades negras e quilombolas, bem como as ribeirinhas e outras identidades amazônicas, dentro dos princípios da Política. Ademais, a amplificação de vozes e perspectivas diversas com vistas ao reconhecimento da pluralidade epistêmica e cultural da Amazônia brasileira. Por fim, entendemos como salutar a adoção de equidade de pessoas negras dentro do Conselho Editorial e Comitê Científico e de criação de editais que busquem obras escritas e protagonizadas por pessoas negras.

Para além disso, esperamos que a pesquisa aqui direcionada atinjam profissionais da informação, em especial bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia que desejarem ingressar no campo de

editoras universitárias, bem como a estrutura de suas unidades de informação e que suas comunidades, de modo geral, sejam direta e/ou indiretamente atingidas pelas mudanças propostas pelas visões aqui abordadas, sob um novo pensar a reparação epistêmica, a justiça social e equidade em informação para as populações.

E, de maneira ainda mais assertiva, que possam dar subsídios para a criações de políticas editoriais e políticas públicas que garantam com efetividade o acesso à informação às populações colocadas às margens nas sociedades latino-americanas.

Esperamos que este trabalho incentive a construção de políticas editoriais compromissadas com o antirracismo e reparação epistêmica de populações negras nas editoras universitárias brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **GT 12 – Informação, estudos étnico-raciais, de gênero e diversidades.** São Paulo, 2022.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras universitárias no Brasil:** uma crítica para reformulação da prática. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BUFREM, Leilah Santiago. Política editorial universitária por uma crítica à prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 23-36, 2009.

BUFREM, Leilah Santiago. Edição universitária no Brasil. In: ASSOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIA DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE et al. **Edición universitaria en Iberoamérica:** contenidos, presupuestos, experiencias. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil:** uma crítica para reformulação da prática. São Paulo: Edusp, Curitiba: Com Arte, 2015.

BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarrotto. Editoras universitárias e informação científica: repensando a editora na universidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 10, n.1, jan./jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FRICKER, Miranda. Epistemic justice as a condition of political freedom? **Synthese**, [s.l.], v. 190, n. 7, p. 1317-1332, may 2013.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; MOLTER, Adrieli; SILVA, Jordan Palmeiro da; GOMES, Veronica Santiago. O conhecimento amazônico e a informação étnico-racial nas produções da Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECÔNOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...] Recife: FEBAB, 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: ONU, 2024.

SMITH, Melissa A; PATIN, Beth J. H. Giving Voice through Reparative Storytelling: Correcting Racist Epistemic Injustices in LIS. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s.l.], v. 94, n. 4, October 2024. DOI: <https://doi.org/10.1086/731841>

PINTO, Gabriella Nair F. N.; KYRILLOS NETO, Fuad. A Editora UEMG e sua contribuição para a difusão do conhecimento. In: CHAMON, Magda Lucia; SETTE JÚNIOR, Fernando; PINTO, Gabriella Nair F. N. (org.). **História da Universidade**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2020. p. 186-212.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Regimento interno da editora da fundação Universidade Federal de Rondônia – EDUFRO**. Porto Velho, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Proposta de **Regimento interno da editora da fundação Universidade Federal de Rondônia – EDUFRO e de Política Editorial da EDUFRO**. Porto Velho, 2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Dirnéle Carneiro Garcez

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Atualmente, é pesquisadora e especialista em Gestão de Processos na Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina - EPROC/SEPLAN com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC. Integrante do *Grupo Ecce Liber: Filosofia, Linguagem e Organização dos Saberes*, integrante do projeto *O²S².sat - Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos*, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Também atua no Grupo de Estudos *Intelectuais Negras na Ciência da Informação* e participa de grupos de pesquisa, como o *Representação e Organização do Conhecimento* - ROC - UFSC, e o *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais* - NERSI. Dentre os interesses acadêmicos estão a comunicação científica, gestão da informação, gestão de processos, feminismo negro, mídias sociais e organização dos saberes e do conhecimento.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3061-9352>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8655722474715647>

E-mail: dirnele.garcez@yahoo.com.br

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Professora adjunta do Departamento Acadêmico de Ciência da Informação (DACI), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGIInfo/UDESC). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual, E Coordenadora do Selo Nyota e do GT Relações Étnico-raciais e Decolonialidades (GT RERAD). Vice-Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat). Autora

da obra “Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial” (Malê, 2023).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2805777083019311>

E-mail: francigarces@yahoo.com.br

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Doutora em Ciência da Informação (PPGCI UFRJ/IBICT). Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Desempenha trabalhos nas áreas de: Feminismo Negro, Epistemologia Social da Biblioteconomia e Ciência da Informação, Trajetórias de Vidas de Mulheres Negras no Campo Informacional, Sociologia da Informação, Estudos Étnico-raciais, Processos Informacionais, Informação e Memória, Fontes de informação da web, Movimentos negros e Organizações de mulheres negras.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7224-4456>

Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9855397515537899>

E-mail: leyde.klebia@ufba.br

SOBRE AS AUTORIAS

Ana Cristina de Souza

Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Campus Professor João David Ferreira Lima, Florianópolis - Santa Catarina – Brasil. Principal enfoque: Características arquitetônicas de edifícios de arquivos; Edificação de arquivos.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6891-7291>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5910129773533843>

E-mail: ana.souza@posgrad.ufsc.br

Ana Claudia Medeiros de Sousa

Doutora em Ciência da Informação, docente, Universidade Federal da Bahia. Tem interesse nas temáticas de Mediação cultural e Representação da Informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5478-1813>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7692330654655603>

E-mail: ana.medeiros@ufba.br

André Luiz Avelino da Silva

Doutorando em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC), Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIASSELVI), Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bibliotecário e Professor universitário. Desenvolve pesquisas no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, envolvendo a população LGBTQIAPN+ e grupos historicamente discriminados, com foco na Competência em Informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0521-9517>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3897397131631111>

E-mail: andre_luiz93@live.com

Arthur Henrique Feijó de Almeida

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco. Bibliotecário da Câmara Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisas realizadas como foco em mediação cultural, questões de gênero e sexualidade e relações étnico-raciais.

Orcid: 0000-0001-6025-7252

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0541390976090665>

E-mail: arthur.feijo@ufpe.br

Bruna Souza Jacob

Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade pela UFBA, atualmente faz parte da equipe do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ - O CPDD LGBT - Equipamento vinculado a SJDH do Governo da BA e responsável pela materialização no estado de direitos e defesa dos mesmos para a comunidade. Tem experiência e trajetória no movimento social, principalmente pelo movimento estudantil, feminista e LGBTQIAPN+.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9116004808131327>

E-mail: brusjacob@gmail.com

Camila Evelin Roque

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como Bibliotecária-Documentalista na Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, cursa o mestrado no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ, onde pesquisa a luta antirracista em bibliotecas universitárias. Tem interesse nas áreas de Relações étnico-raciais, epistemicídio, bibliotecas universitárias e bibliotecas comunitárias.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2546-4086>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3919131096862279>

E-mail: camilaroque@id.uff.br

Camila de Fátima Leal Rodrigues

Mestranda no curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Cursando a Especialização em Ensino das Relações Étnico Raciais na Educação Básica no Colégio Pedro II. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal Fluminense - UFF, na área de Ciência da Informação (2023). Extensionista nos projetos EnContos - Biblioterapia e Panema Cultural Podcast na UFF. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2009). Interesse em Responsabilidade Social, Biblioteconomia Social, Representação, organização do conhecimento, Relações étnico-raciais e Biblioterapia.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9813-725X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/77938137686>

E-mail: camilfatima@edu.unirio.br

Célia Regina Simonetti Barbalho

Professora Titular na Universidade Federal do Amazonas. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão da Informação e Conhecimento na Amazônia; Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Pós-doutorado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, pela Universidade de Federal do Rio de Janeiro (2020). Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1995); Experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em gestão de unidades de informação, gestão da informação e do conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino superior, qualidade, biblioteconomia, competências profissionais, propriedade intelectual e planejamento estratégico.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4657-9156>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4514334296000649>

E-mail: celia.simonetti@gmail.com

Daniel Strauch Ribeiro

Doutorando em Ciência da informação pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pela IBICT/UFRJ (2020). Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2011) e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela UFRJ (2018). Pesquisador e indexador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL), do Instituto de Economia da UFRJ. Bibliotecário escolar no Colégio Cruzeiro - Centro. Pesquisador do Projeto Editora IBICT, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Atua na área Ciência da Informação, com ênfase em Gestão do Conhecimento e Recursos Informacionais, Leitura e Competência em Informação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6143079905555041>

E-mail: danielstrauchribeiro@gmail.com

Dyego de Oliveira Arruda

Doutor em Administração de Organizações pela USP, atualmente é professor permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET-RJ. Atua também como professor permanente (externo) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) da UFRJ. Desenvolve pesquisas no campo das políticas públicas de ações afirmativas, com ênfase nas políticas de cotas e aspectos ligados à permanência e (re)existências de pessoas não-brancas em espaços institucionais. Tem especial interesse também nos debates sobre branquitude e poder nas instituições.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9514-284X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5222976964204691>
E-mail: dyego.arruda@cefet-rj.br

Eliana Maria dos Santos Bahia

Professora Doutora na Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Bloco B sala 105, Campus Professor João David Ferreira Lima, Florianópolis - Santa Catarina – Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1307713177150719>
E-mail: eliana.maría@ufsc.br

Eliane Sotério da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisas realizadas com foco em memória, preservação e patrimônio histórico.

Orcid: 0009-0001-0289-6360
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7851215934568365>
E-mail: eliane.sotero@ufpe.br

Emanoel Freire Oliveira

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Possui interesse em pesquisas relacionadas com a representatividade da arte drag em contextos informacionais, homocultura, representação social e representação da informação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3331559833908482>
E-mail: emanoe.freire@alu.ufc.br

Erinaldo Dias Valério

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisas realizadas como foco nas relações étnico-raciais, competência em informação antirracista e fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Orcid: 0000-0002-6553-3778
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8493209936697007>
E-mail: erinaldo.dias@ufpe.br

Gabriel Mota Sales

Graduando em Biblioteconomia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foi bolsista de iniciação científica do projeto *Conhecimento científico na Amazônia: investigando o papel da EDUFRO na valorização da pesquisa local*, do qual advém o capítulo apresentado nesta obra.
E-mail: gabrielms.unir@gmail.com

Gabriela Belmont de Farias

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente vinculada ao Departamento em Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa Competência, Comunicação em Ambientes de Informação - (CMAI), cadastrado na plataforma CNPq. Líder da Rede de Estudo em Ciência da Informação sobre Desinformação - (RECIDES). Membra do Grupo de Trabalho Competência em Informação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação (GT-ColInfo/FEBAB). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com ênfase nos seguintes temas: Competência em Informação e Midiática, Desinformação, Gestão da Informação Científica e Tecnológica, Divulgação da Ciência e Práticas de InfoComunicação de Grupos de Pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9393190768810116>
E-mail: gabriela_belmont@ufc.br; gabibfarias@gmail.com

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), Professora do Magistério Superior, Universidade Estadual da Paraíba. A abordagem investigativa inclui temáticas como Patrimônio e Decolonialidade, Organização do Conhecimento, Preservação de Acervos e Conservação de Documentos.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9055-671X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5866979252577253>
E-mail: ismaellybatista@gmail.com

Isabelle Lins Schimuneck

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Estuda sobre Tecnologias da Informação e Comunicação; Organização da Informação; Estudos Métricos da Informação na Web; Desinformação; Preservação Digital; e Estudos Decoloniais.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7863-9553>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9210950652605178>
Email: belinhaschimuneck@gmail.com

Ísis Trindade da Silva Cunha

Doutoranda e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Integrante do Alaye - grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais. Desenvolve pesquisas sobre a interseção da Cultura e Ciência da Informação e sobre as relações étnico-raciais.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7430-1432>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7559891058019102>

E-mail: isis.cunha@ufpe.br

Jordan Palmeiro da Silva

Graduando em Biblioteconomia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foi bolsista de iniciação científica do projeto *Conhecimento científico na amazônia: investigando o papel da EDUFRO na valorização da pesquisa local*, do qual advém o capítulo apresentado nesta obra.

E-mail: jordan.silva@unir.br

Letícia Gomes de Oliveira

Graduanda de 7º período do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de iniciação científica pelo CNPq, com pesquisa intitulada “Desinformação: compreensão do fenômeno e estratégias para o combate aos seus efeitos nocivos”. Participou do projeto de extensão do repositório da UFMG, atuando na organização e descrição de conteúdos digitais. Possui experiência em estágio no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, onde atuou em atividades de gestão documental, conservação e catalogação de acervos, além de auxiliar no atendimento a consultentes.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9806-2856>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7347293885611943>

E-mail: leticiagomesdeoliveira03@gmail.com

Mariana Da Silva Gomes

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará, dedicada a promover diversidade, equidade e inclusão por meio de discussões comunitárias e iniciativas educacionais. Ativamente envolvida na pesquisa de questões sociais como antirracismo, movimentos sociais digitais e representação social.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1775483066032477>

E-mail: marianasgomes@alu.ufc.br

Marianna Zattar

Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG). Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e mestre em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3328-3591>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9001696745454196>.

E-mail: mzattar@facc.ufrj.br

Mateus Martins Santos

Professor do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2020-2025). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em estudos métricos da informação e questões aplicadas à região amazônica.

Orcid: orcid.org/0000-0003-3041-3781

Lattes: lattes.cnpq.br/1808616302390339

E-mail: mateusmartinsufmg@gmail.com

Mateus Rebouças Nascimento

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2022). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Representante discente titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCin/UFSC) na Câmara de Pesquisa do Centro de Ciências da Educação (CED) e membro do Grupo de Pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em estudos métricos da informação com foco em bibliometria e cientometria aplicado à Ciência da Informação, comunicação científica e programas de pós-graduação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9211-327X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1869875373942439>

E-mail: maateusreboucas@gmail.com

Mirelle Jesus Lima

Sou mulher negra, paulistana e umbandista. Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP). Escolheu os dois cursos porque gosto de gente. Em 2023 escreveu-se em um projeto que foi contemplado pela Casa Sueli Carneiro e a partir dele criou um clube de leitura para funcionários da Biblioteca Mário de Andrade, juntos, o batizaram de *Clube de Leitura Sueli Carneiro*, e nele tenho aprendido muito sobre mim mesma e sobre a vida.

Orcid: 0009-0001-3282-9855

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1580523650841727>

E-mail: jlmirelle2023@gmail.com

Miriely da Silva Souza

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) nas linhas de pesquisa Informação e Emancipação Social e Uso Ético da Informação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6649593116789396>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4259-2270>

E-mail: mirielyssouza@ufmg.br

Nathália Lima Romeiro

Professora do Departamento de Processos Técnico-Documentais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI-UFMG).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8114379946904948>

E-mail: romeironathalia@unirio.br

Nycolly Barbosa Souza

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3798-7949>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1940369424034814>

Email: Nycollysouza@usp.br

Olívia Andrade Coimbra

Doutoranda (2021-atual) e mestre (2021) em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Graduada em Biblioteconomia (2019) pela ECI/UFMG. Atualmente atua como bibliotecária na Faculdade de Medicina da UFMG. Participou do Projeto de Pesquisa Memórias, repressão e reparação às violências de direitos humanos nos países do Cone Sul da ECI/UFMG, coordenado pela Professora Doutora Maria Guiomar da Cunha Frota. Áreas de estudo: Ciência da Informação, Biblioteconomia, Direitos Humanos, Memória Social, Fontes de Informação e Métricas da Informação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5313-2507>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4118321333674512>

E-mail: oliviacoimbra@gmail.com

Raquel Santos Maciel

Doutoranda e Mestra (2018) em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos. Graduação em Biblioteconomia pela UFAM (2009), especialização em Gestão de Arquivos Empresariais (2010) e Gestão de Bibliotecas Escolares (2012), ambas pela UFAM. Bibliotecária-Documentalista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) desde 2012. Membro dos Grupos de Pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA) e Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais - NIT/Materiais, da UFSCar. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia atuando principalmente nos seguintes temas: bibliometria, gestão da pós-graduação, biblioteca universitária, formação e desenvolvimento de coleções.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0086-9198>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340802207052353>

E-mail: raquelmaci@ufam.edu.br

Rodrigo de Sales

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília); professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (CIN/UFSC); pesquisador na área de Organização do Conhecimento.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8695-9807>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0144377022254487>

E-mail: rodrigo.sales@ufsc.br

Ronaldo Ferreira de Araújo

Pós-doutorado em Ciência e Tecnologia na Leiden University. Professor Adjunto do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

(PPGCI/UFAL), do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-GOC/UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Possui como enfoque os Estudos Métricos da Informação na Web; Mediação da Informação em Ambientes Digitais; Internet e Política; e Regime de Informação em Contextos Digitais.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0778-9561>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3328212638040851>
Email: ronaldo.araujo@ichca.ufal.br

Stella Moreira Dourado

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (2018). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2012). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2009) e em Comunicação Social - Produção Editorial pela Faculdade Hélio Rocha (2006). Bibliotecária Documentalista da Universidade Federal de Sergipe - UFS, coordenadora da Biblioteca da Saúde - BISAU. Pesquisadora do Projeto Editora IBICT, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Atua na área de Ciência da Informação realizando estudos sobre Cultura e processos infocomunicacionais, Tecnologias de acesso e uso da informação digital, Fake News e Desinformação e Editoração.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6594920755080415>
E-mail: stelladourado@ibict.br

Tatiana de Almeida

Docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB) e no Departamento de Biblioteconomia (DEPB). Investigadora em Pós-doutoramento na Universidade do Porto, Portugal. Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo convênio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense. Atua nas áreas de Organização do Conhecimento e Representação Temática, com ênfase em Classificação, Indexação e elaboração de Linguagens Documentárias.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1703-0148>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8454243785833187>
E-mail: tatiana.almeida@unirio.br

Verônica Dias da Silva

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa as temáticas Representação da informação e Marcadores sociais.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0520-4278>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4176866144516667>

E-mail: veudsilva@gmail.com

Vinícius Matias Delgado

Graduado em Jornalismo pelo Unicentro Newton Paiva (2007), com especializações em Comunicação Digital e Marketing pela UNI-BH (2015) e em Comunicação Digital e Redes Sociais pela UNA (2022). Com ampla experiência nas áreas de jornalismo e assessoria de comunicação, atuou nas redações do *Jornal O Tempo* e Portal UAI, além de ter passado pelas assessorias de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte (Regional Centro-Sul) e do CREA-MG. Desde 2008, exerce atividades no SINDIFES, acumulando sólida experiência no jornalismo sindical e em comunicação para movimentos sociais.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3155-8848>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9376770766915889>

E-mail: vinimatiias@gmail.com

Wellington Marçal de Carvalho

Integrou a Diretoria do SINDIFES nos períodos: 2010-2012 / 2012-2014 – Pasta Comunicação Sindical. Pós-Doutor em Estudos Literários (FALE/UFMG). Doutor em Letras / Literaturas de Língua Portuguesa (PUC-Minas). Bibliotecário-Documentalista (Vice-Diretor da Biblioteca Universitária / Sistema de Bibliotecas / UFMG). Investigador Associado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau). Integrante da Comissão editorial do *literÁfricas* (<http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafricanas>) e dos grupos de pesquisa GEED/UFVJM/UNILAB e NERSI/ECI/UFMG. Publicou *Aquele canto sem razão: espaço e espacialidades em contos de Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Boaventura Cardoso* (2014) e *A defesa incansável da esperança: feições da guineidade na prosa de Odete Semedo e Abdulai Sila* (2018). Coorganizador de *Deslocamentos estéticos* (2020), *literÁfricas* (2024) e de *J. M. Coetzee no Brasil: ensaios críticos* (2024).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8881-6850>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4640927799251393>

E-mail: marcalwellington@yahoo.com.br.

Este livro apresenta uma coletânea de estudos, experiências e práticas que exploram as intersecções entre informação, colonialidade, decolonialidade, contracolonialidade e anticolonialidade, de forma a oferecer reflexões teórico-críticas e práticas-críticas sobre como saberes e experiências informacionais podem ser repensados em contextos de opressão e resistência.

A obra contém contribuições de pessoas pesquisadoras e profissionais das áreas da Informação (Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da informação, Museologia e Gestão da Informação), com o intuito de mapear práticas e teorias que desafiam a colonialidade e promovem a justiça social e informacional para todas as pessoas. Nesse sentido, assim como a ancestralidade se manifesta no enfrentamento ao hegemônico em diversos espaços, apresentamos o giro epistêmico que se expressa nesta coletânea.

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Leyde Klebia da Silva

Organizadoras